

CARLOS MOREIRA HENRIQUES SERRANO

ANGOLA: NASCE UMA NAÇÃO

- Um Estudo sobre a Construção da Identidade Nacional -

Tese de Doutorado em Antropologia Social apresentada ao Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Augusto Albuquerque Mourão

São Paulo
1988

A todos os angolanos que tombaram
anonimamente mas deixaram a certeza
da Vitória.

Questions que pose un ouvrier qui lit

Qui a construit Thèbes aux sept portes?
Dans les livres, on donne les noms des Rois.
Les Rois ont-ils traîné les blocs de pierre?
Babylone, plusieurs fois détruite,
Qui tant de fois l'a reconstruite?

A chaque page une victoire.
Qui cuisait les festins?
Tous les dix ans un grand homme.
Les frais, qui les payait?

BERTOLT BRECHT

ÍNDICE

Agradecimentos	
Preâmbulo	6
Introdução	11
Cap. 1. Revisão crítica da produção em Ciências Humanas sobre Angola	35
Cap. 2. O Discurso do Colonialismo	62
Os "Homens do Comercio" ou a Etnografia empírica	65
Os "Homens do Estado" ou a Antropologia Aplicada	76
Os "Homens da Guerra" ou a Antropologia Militar	91
Os "Homens de Deus" ou a Antropologia Missionária	98
Cap. 3. Os "Homens da Terra" e as suas Fronteiras	109
Cap. 4. A Luta de Libertação Nacional na África de Língua Portuguesa	125
Cap. 5. O Discurso Autônomo Angolano ou a recuperação da Palavra	146
Cap. 6. A Palavra das Armas	163
Cap. 7. Mobilização e Recrutamento	179
Cap. 8. A Eliminação decisiva do discurso colonial ou a força da palavra independente	201
Conclusões	224
Anexos: Documentos	230
Bibliografia	295

AGRADECIMENTOS

A inúmeras pessoas quero externar meus agradecimentos não, só pelo apoio e incentivo mas também pelas contribuições que de diversas maneiras que permitiram levar a cabo este trabalho.

A Alfredo Margarido pela paciência que sempre teve nestes últimos anos na discussão do tema, pelas múltiplas sugestões e estímulos, sou imensamente grato.

A Renato da Silva Queiroz pelo contínuo incentivo, revisão do manuscrito e toda a sorte de colaboração.

A meu "frère" Kabengele que assumiu minhas aulas durante a fase de redação da tese.

A David Costa Lopes pela adaptação dos mapas.

A Renate Viertler, Maria Lucia Montes e Leonel I. A. Mello, colegas, amigos e constantes "cobradores" e incentivadores deste trabalho.

A Isabel Alexandre, Maria Odete Ferreira, Nélida Rodrigues, José Teixeira Neto, Maria José (Zezé), Marcia Ferraz a quem devo diversas contribuições sem as quais meu trabalho não seria completo.

Como pesquisador do CNPq venho recebendo auxílio financeiro necessário para a execução da pesquisa.

A Fundação Calouste Gulbenkian, financiou minha pesquisa documental e bibliográfica em Portugal em 1982.

Neste mesmo período o Consulado da França através de seus serviços culturais me possibilitou uma bolsa de estágio junto ao Centre d'Études Africains - Écoles des Hautes Études en Sciences Sociales sob a orientação do Prof. Dr. Georges Balandier, em 1982.

A Secretaria de Estado da Cultura da República Popular de Angola tem me permitido e proporcionado várias estadias em Angola.

A todos os colegas e companheiros angolanos que me abrigaram e me deram todo o apoio durante as minhas estadias em Angola.

Aos companheiros e amigos Maria do Céu Carmo dos Reis e

Mário de Andrade quando da minha estadia em Maputo me cederam documentos que utilizei neste trabalho e sem os quais não seria possível o término do presente trabalho.

Mais uma vez, ao Prof. Dr. Fernando Mourão pela sua orientação, amizade e compreensão demonstrada desde o nosso Mestrado até o final deste Doutorado, queremos expressar meus sinceros agradecimentos.

O carinho e a paciência da Lou e Nanda foram o maior incentivo para chegar ao final deste trabalho.

A todos, mais uma vez meus sinceros agradecimentos.

Carlos Serrano

PREÂMBULO

Toda pesquisa tem o seu sentido objetivo, e a escolha do tema obedece invariavelmente a determinada racionalidade, que assenta na originalidade da tese e dos problemas abordados. Mas, uma outra dimensão que se refere ao envolvimento do pesquisador com o tema fica quase sempre "encoberto" por essa objetividade. Qual o percurso deste envolvimento? O longo itinerário de reflexão sobre o tema da tese não passa unicamente pela leitura longa e quase exaustiva do que se escreveu sobre Angola nos últimos anos. É também o percurso do indivíduo que, partindo da forte emoção que o anima em sua evasão do espaço dominado, o conduz também à Revolta voluntarista de um jovem na busca de outros espaços utópicos da liberdade.

Primeiro Lisboa, no coração do "Império", sem deixar de passar pelas formas iniciáticas que todo universitário oriundo das colônias então percorria, como condição indispensável à ação. A fraternidade e a solidariedade de angolanos, moçambicanos, cabo-verdianos, guineenses e são-tomenses, todos no mesmo "barco", isto é, integrados numa associação com o irônico nome CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO.

No "coração da tempestade" o inevitável naufrágio: a repressão, as prisões de companheiros e novamente a "fuga". Agora, Paris e a fraternidade dos patrícios "mais velhos" e já desaparecidos: Câmara Pires, o "velho anarquista" com muitas histórias e experiências, do Brasil à Guerra Civil Espanhola; Castro Soromenho, mais tarde professor desta Faculdade. Seus romances, por sinal, são os primeiros escritos sociológicos de denúncia da trama de relações da situação colonial. Depois vem Argel e o reencontro dos companheiros que a partir de 1963 ali encontravam o espaço de liberdade e a solidariedade no seio d'um povo que reconquistara sua dignidade. Da experiência da reconstrução nacional e do contato com os "outros" nasce a consciência dos limites do conhecimento e o desejo de adquirir novas formas de saber. Novas paragens; volta à Europa, só que desta vez em Lausanne (Suíça) e a frequência à sua Universidade, na Cité, velho burgo medieval. Mas, se o conhecimento é necessário e imprescindível para um cidadão do Terceiro Mundo, apátrida, o cotidiano num país que prima pela ordem e controle torna-se difícil. Só resta o "sonho da adolescência", e as leituras de Jorge Amado e a sedução da modernidade de Manuel Bandeira nos voltam novamente para os alegres trópicos com raízes além-Atlântico. O ano de 68 encontrar-me-ia na Rua Maria Antônia, recomeçando ou iniciando meus estudos: Ciências Sociais.

Se o itinerário e o percurso do espaço é longo, o tempo social é demasiado curto para esquecer o imaginário que foi construído em torno da motivação primeira que provocou este exílio permanente. Não existem mais os limites do espaço e das fronteiras dentro deste imaginário, mas a memória — tempo da lembrança, momento histórico — permanece presente. Há portanto, necessidade de dar sentido à experiência de vida por meio de conhecimento assim adquirido. Trata-se, em parte, da análise do auto-depoimento, da observação participante ocorrida em determinados momentos.

A independência de Angola em 1975, e desde esse momento nossos constantes regressos aos espaços e aos tempos de origem nos motivaram a tentar analisar aqueles momentos "difusos", que sempre estiveram na origem de nossas preocupações pessoais, primeiramente, e mais tarde, como antropólogo: o processo de construção da identidade nacional. As primeiras necessidades nascem sobretudo desta situação ~~incômoda~~ que leva o pesquisador a procurar um distanciamento para apreender o fato social totalmente, e sem esquecer também que o próprio pesquisador é parte da apreensão subjetiva, como muito bem nos lembra Lévi-Strauss. Mas, ao mesmo tempo enriquecedora, na medida em que nos aponta para pontos que muitas vezes foram

deixados de lado por outros pesquisadores, seja em razão das suas posturas metodológicas, seja porque, imbuídos de certo etnocentrismo, minimizaram o discurso dos "outros". Trata-se, pois, do discurso dos atores sociais, a saber: os angolanos em sua Luta de Libertação Nacional.

Nossa dissertação de mestrado: "Os Senhores da Terra e os Homens do Mar - Um estudo de antropologia política", foi nosso primeiro ensaio para compreender uma outra dimensão do problema: as origens de uma dada formação social pré-colonial e sua articulação com a formação colonial em expansão. Somente a elaboração de pequenas monografias específicas que cubram a vasta diversidade cultural de Angola pode levar à compreensão das diversas respostas forjadas no processo de libertação nacional.

Por outro lado, a multiplicidade da produção de estudos sobre a realidade imediata que cobrem os últimos vinte anos da História de Angola necessitam de uma leitura crítica que envolva na discussão os cientistas sociais angolanos em formação. Somente assim podem ser corrigidos os vieses interpretativos existentes.

E, ainda, o Tempo Institucional, que cobre os doze anos

de existência do Estado-Nação angolano parece-nos demasia do curto para apreender-se todo o processo de construção da Nação, principalmente se pensarmos na luta que este jovem país sustenta para manter sua soberania face aos ataques exteriores da racista República da África do Sul.

A realidade em constante mutação não nos permite deter-nos em respostas definitivas, mas pelo menos aponta-nos as especificidades de um processo dinâmico e portanto ainda em curso. Isto posto, mãos à obra.

INTRODUÇÃO

Em nosso projeto inicial de pesquisa afirmávamos que era nosso objetivo, partindo de uma bibliografia significativa, analisar, seja através da produção de sociólogos, historiadores, antropólogos e cientistas políticos, seja através do discurso do colonizador e do colonizado e também das lideranças políticas que conduziram ao Movimento de Libertação Nacional, como nos diferentes momentos históricos do processo de conquista da autonomia, a maneira como os atores sociais em questão articulam diversos conceitos tais como "etnicidade" e "identidade". É por meio da análise desses discursos que pretendemos detectar as formas de manipulação desses conceitos e investigar como, nos projetos políticos posteriores à independência, tenta-se constituir ou definir de forma mais acabada aquilo que se pode denominar "identidade nacional". O período coberto por nossa pesquisa e que se refere ao processo de conquista de autonomia na luta de libertação foi por nós delimitado entre 1961 (desde o início da luta anticolonialista, passando pela luta armada até a independência e primeiros anos desta) e novembro de 1985, data do último Congresso do MPLA. Este período é fértil em textos de análise, quer dos cientistas sociais e os da área de humanas por nós já assinalados, quer das lideranças nacionalistas e constitui por

isso um repertório imprescindível à compreensão do processo em questão. Primeiramente tentaremos operacionalizar alguns conceitos, não sã os que utilizaremos em nosso trabalho, mas também alguns outros, utilizados ou implícitos nos diversos discursos a serem analisados, como por exemplo: "grupo étnico", "etnia", "identidade étnica", "povo", "nação", "identidade nacional", "tribalismo" e ainda outros conceitos pouco claros, que, por vezes, na manipulação que os diversos atores fazem deles, se torna necessário clarificar.

Grande parte dos textos que analisam o processo de descolonização de Angola utiliza muitas vezes conceitos como etnicidade e identidade, explícita ou implícitamente, baseando-se no caráter contrastante no qual o grupo colonizado se opõe ao colonizador, seja pelos aspectos biológicos, seja pelos aspectos culturais e, deste modo, elimina a dimensão diacrônica que permitiria analisar ao longo de um tempo histórico, as diversas formas de manipulação do conceito, isto dependendo do momento circunstancial em que os grupos em confronto fazem uso dele. Passemos, portanto, a uma análise mais detalhada para definição e discussão dos conceitos acima enumerados. Partiremos do conceito de etnia que nos é dado por Meir Fortes e que pode ser assim enunciado: "Etnia é o conjunto de grupos localizados afirmando ter mais coisas em comum entre eles do que com seus vizinhos, bem como uma grande densidade de laços sociais entre eles." Esta definição tem um caráter restritivo; por

isso, passemos a ver outras definições, que nos parecem um pouco mais completas, agora não mais de etnia, já que esta possui determinadas conotações hoje ultrapassadas, mas de grupo étnico. O conceito de grupo étnico, tal como é definido, em parte, coloca este termo para designar uma população que:

- 1º em grande medida se perpetua biologicamente;
- 2º compartilha de valores culturais fundamentais realizados como uma unidade manifesta em formas culturais;
- 3º integra um campo de comunicação e interação;
- 4º conta como os seus membros se identificam a si mesmos e são identificados pelos outros, e constituem uma categoria distinta de outras categorias da mesma ordem.

Vemos que nesse conceito existe sempre o caráter contrastivo de identidade em relação aos outros, e ao mesmo tempo ainda nos parece que ele tem um caráter integrativo e formal na medida em que não nos dá conta das transformações que podem existir no seio deste grupo. Por essa via, a definição dos conceitos tal como nos são apresentados pode partir de um simples inventário de características culturais do grupo que são selecionadas objetiva e cientificamente pelo etnógrafo, ou seja, de uma forma que nos parece parcial. Isso faz com que nossa atenção

centralize-se sobre os aspectos de organização e ficamos sem condições de captar determinados aspectos inerentes aos processos de transformação e de mudança.

Assim, se nós tomarmos a definição de grupo étnico fornecida por Paul Mercier,¹⁹ pensamos que representa um considerável avanço.²⁰ Este autor define-nos grupo étnico como um jogo de oposições múltiplas, sem se descuidar da paisagem social que exprime esse mesmo grupo, dentro de um certo equilíbrio de forças e de influências num dado período, cuja inércia frequentemente faz perdurar seus resultados mesmo depois de extinta a cultura — e aqui ele está se referindo sobretudo às condições a que esse grupo é submetido durante o período de colonialismo.²¹ Mas mesmo aqui nos parece que há determinados elementos que faltam à definição e que a restringem.

Uma outra definição ainda pode nos ser fornecida por 'Guy Michaud. Este autor entende que grupo étnico ou comunidade étnica, que preferimos ao termo etnia por ser carregado de conotações afetivas, é um conceito sócio-histórico que designa: (1978: 115)

19 uma realidade coletiva de constituição bastante antiga e estável (fatores de tradição e conservação);

2º mas em transformação permanente (fatores de inovação e mudança), e

3º que mantêm relações dialéticas com seus vizinhos, próximos ou longínquos.

Os fatores a que se refere mas não enumera são os seguintes:

- a) frequentemente a língua;
- b) um território sem fronteiras rígidas;
- c) a cultura no sentido etnológico no termo, isto é, técnicas de habitar, alimentação, artes, símbolos, maneiras de pensar, que são realizados num sistema original;
- d) consciência de participação de um grupo (etnicidade) vivido em que se pode compreender as relações inter-étnicas; e
- e) uma vontade de viver em conjunto.

Mas, se os antropólogos classificam determinados grupos sociais como grupos étnicos utilizando determinadas categorias objetivas e científicas, temos que pensar que também esses mesmos grupos se classificam e se identifi

cam a si mesmos sempre em relação aos demais grupos com que estão em confronto. Assim Barth lembra-nos que uma descrição categorial é uma descrição étnica quando classifica uma pessoa de acordo com a sua identidade básica, supostamente determinada pela sua origem e pela sua formação. Na medida em que os atores sociais utilizam as identidades étnicas para categorizar-se a si mesmos e aos outros com fins de interação, formam grupos étnicos nesse sentido de organização (Barth, 1966:15). Assim sendo, a identificação étnica das pessoas ou grupos persiste mesmo quando praticamente não se podem observar traços culturais diferenciais manifestos. A identificação de outra pessoa como um membro do mesmo grupo étnico implica uma co-participação de valores definidos. Por isso mesmo se parte do pressuposto de que ambos estão fundamentalmente jogando o mesmo jogo, participando dos mesmos valores. Entretanto, a dicotomia converte os outros em estranhos e identifica-os como membros de outros grupos étnicos. Isto supõe, então, um reconhecimento de certos limites, para chegar-se a um entendimento recíproco das diferenças de critério para emitir juízo de valor e de conduta e assim determinar quais as restrições impostas à interação.

* Fundamentalmente os atores refletem a identidade em processo, tal como Cardoso de Oliveira a define, isto é, a

identidade como é assumida por indivíduos e grupos em diferentes situações concretas. A investigação desse processo nos levará a diferentes formas de identificação, e empiricamente dadas, que permitam o conhecimento de como emerge a identidade étnica. A identidade social não é portanto estática mas está em permanente transformação, o que não leva à alteração daquelas características primeiras definidoras do grupo. Assim pode-se considerar que a identidade social surge como uma atualização do processo de identificação e envolve a noção de grupo, particularmente a de grupo social. Logo, a identidade étnica parece definir-se como uma identidade contrastiva, isto é, uma identidade que surge como oposição, que não se afirma isoladamente, só se afirma de um ponto de vista coletivo.

Necessariamente é bom retermos essa situação para compreendermos que a primeira reação à colonização se faz calcada em uma identidade contrastiva, aliás, a ação do próprio colonialismo se faz de forma idêntica. É ainda Cardoso de Oliveira quem nos diz que essa forma de identidade implica a afirmação de nós diante dos outros. Quando uma pessoa ou um grupo se afirma como tal, o faz como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defronta. Podemos afirmar que a identidade étnica, por assim dizer, é extre-

mamente egocêntrica, já que se afirma negando a identidade do outro.

Na relação de dominação a identidade do outro é determinada pelo dominador e se poderia assim designá-la identidade prescrita. O colonizador, ao estabelecer determinadas categorias como o indígena, o nativo, o assimilado, o évolué e o cidadão de pleno direito, prescreve dessa maneira categorias de identidade e define o caráter da relação de si próprio com os que estão na situação de dominados. As relações interétnicas que se estabelecem nesse processo são relações assimétricas e que podem mudar conforme os indivíduos que participam de outros grupos tenham possibilidade de transitar de um grupo a outro de maneira vertical. Se o contato assimétrico entre unidades étnicas envolve relações de dominação e sujeição que se referem sobretudo a estas relações, podem existir relações interétnicas não numa perspectiva vertical mas do ponto de vista horizontal, e aí as unidades étnicas categorizadas dentro desse sistema de dominação se colocam de um ponto de vista equitativo, de igualdade diante do dominador comum.

Essa última forma de definição da identidade étnica, que poderíamos denominar instrumentalista, tende a ver

o grupo étnico como um grupo de interesse político e, desse modo, a etnicidade como uma estratégia adaptativa de certos grupos que utilizam a sua identidade étnica para preservar ou conquistar poderes e privilégios. Abner Cohen foi quem melhor desenvolveu essa forma de estudo da etnicidade no meio urbano africano, que se dá, segundo ele, essencialmente como uma forma de interação entre grupos culturais operando no interior de um mesmo contexto social. No quadro das análises das relações competitivas entre grupos étnicos de várias cidades africanas, ele mostra como a etnicidade pode tornar-se uma forma de ideologia política que mobiliza os indivíduos do mesmo grupo étnico e os organiza em grupos de pressão econômica e política capazes de atuar no sistema concorrencial da economia do mercado nacional.

Mas identidade não tem só essa dimensão política. Amílcar Cabral, por exemplo, observa que uma formação em desenvolvimento da identidade individual ou coletiva à condição social como agente objetivo, surge dos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais característicos do crescimento e da história da sociedade em questão.

Através da explicação de um historiador francês, Jacques Berque, que estudou a descolonização nos países árabes,

queremos acrescentar o seguinte: "Na identidade conjugam-se o subjetivo e o objetivo em todos os membros, e em todas as instâncias. Quando estudo outra identidade que não seja a minha ela é para mim um objeto, ela se objetiva em relação a mim. Mas ela é subjetiva em relação a ela mesma, se assim podemos dizer. Porque no interior de si mesma, ela também se compõe do objetivo e do subjetivo. Isto é, se experimento sentir ou exprimir a identidade, ela se traduz imediatamente em imagens concretas e objetivas. E, sem cair no exagero positivista da "consciência-reflexo", pode-se dizer que toda subjetividade é conduzida por um fluxo da realidade sensível e concreta. O subjetivo e o objetivo são duas faces intimamente interligadas"⁽¹⁾. Esse ponto de vista de Berque traz apoio às palavras de Amílcar Cabral quando ele completa mais adiante a afirmação acima enunciada, dizendo: "mas, ao se aceitar que a cultura é uma simples dinâmica das condições materiais e espirituais da sociedade e expressa as relações tanto do homem com a natureza como entre as diferentes classes no seio de uma sociedade, pode-se afirmar que identidade, a nível individual e coletivo é, para além da condição econômica, expressão de cultura. Assim os efeitos da dominação sobre os povos colonizados podem ser resumidos às seguintes experiências:

1º a total destruição associada à liquidação imediata

ou gradual do povo indígena e sua substituição por um grupo estrangeiro;

- 2º a destruição parcial, com a fixação de população estrangeira mais ou menos numerosa;
- 3º preservação ostensiva, com a restrição do povo indígena a áreas geográficas ou reservas especiais normalmente sem condições de vida, e o fluxo maciço de uma população estrangeira" (2) .

Se uma das características fundamentais da estrutura social dos povos africanos é uma divisão horizontal de unidades equivalentes, ou seja, os grupos étnicos, isso significa que cada um desses grupos desenvolve uma forma própria de resistência em relação ao dominador. Tanto é assim que a própria ação do poder colonial é diferente em relação a esses grupos. O poder colonial, ao preservar a própria divisão desses grupos e ao explorar as contradições que possam existir entre eles, pode mais facilmente preservar um processo de dominação sobretudo ao gerar conflitos entre esses grupos para melhor manter o seu poder em relação ao todo, justificando assim o velho ditado: dividir para reinar. :

Estamos de acordo com Pélissier ao criticar Chilcote, que faz referência à Revolta Cuanhama em 1904/1907, em

vez de se referir à resistência, isso porque para se revoltar é necessário estar-se submisso. No entanto, pensamos que mesmo "pretensamente submisso", isto é, no caso específico de Angola como no de outros povos africanos, a resistência não deixou de existir. E aqui estamos de acordo com os pesquisadores do Centro Nacional de Documentação e Investigação Histórica de Angola ao definir a resistência como as diferentes respostas que os diversos grupos deram às tentativas de penetração do expansionismo europeu

Também Alfredo Margarido denomina "resistência cultural" a luta que os nativistas angolanos travaram através do jornalismo contra não só as injustiças sociais (fins do século XIX, começo do século XX) como pela revalorização das culturas nativas. Amílcar Cabral, falando do caráter indestrutível da resistência cultural dos povos da Guiné, diz-nos que esta pode revestir-se de novas formas, num processo dinâmico, além da política, da econômica e armada. Mostra que a única chamada 'solução positiva' que o poder colonial utilizou para enfrentar a resistência cultural do povo subjugado foi a "assimilação". Mas esta constituiu-se num fracasso, por se subestimar a capacidade do povo subjugado de resistir. Só uma pequena parcela da pequena burguesia urbana e da faixa costeira recebe a influência da cultura do poder colonial. E a

medida desse fracasso fica patente quanto até mesmo elites africanas assimiladas dão-se conta da falsidade dessa política e da não igualdade de direito, assim como dos privilégios gozados pelo colonizador, e se tornam porta-vozes de uma nova forma de resistência, utilizando um dos principais instrumentos do poder colonial: a língua, através da literatura e do jornalismo nativista (caso específico de Angola). Mas isso apenas vai se manifestar coerentemente quando deixa o seu caráter marginal e individual e se expressa coletivamente por intermédio dos movimentos literários ou das agremiações culturais, quando deixa de lado a sua alienação e a sua revolta de homem dominado para se converter numa militância da resistência. Quando existe um certo grau de "assimilação", esse processo mostra-se impossível, pois essa situação constrange o indivíduo a uma auto-negação por toda a vida, como forma de recusa em aceitar o outro elemento essencial à "assimilação": a sociedade colonizadora. Mesmo quando houve "assimilação", os casos individuais não têm solução senão pela revolta contra a condição colonial e é uma situação que não pode ser mudada senão pela supressão dessa relação. Mas a revolta individual não conduz o movimento coletivo dessa cultura a não ser quando inserida num contexto mais amplo.⁶

Expressões desse movimento encontram-se ainda impregnadas por conceitos unitários, mas difusos, como os de ne

gritude e panafricanismo, e manifestando-se por movimentos de revalorização do homem negro, sobretudo entre os estudantes africanos radicados na Europa. E aqui estamos perante um novo conceito de identidade cultural, surgido como resposta ou como meio de reivindicar novas formas de autonomia coletiva, na medida em que faltam aos dominados instituições ou mecanismos políticos necessários a tais reivindicações, sentidas particularmente através dos processos arbitrários e alientantes do colonialismo, que levam à vivência e ao sentimento de se pertencer a uma outra comunidade, desprestigiada e sem os privilégios de uma existência oficial.

O processo histórico de reconquista de uma identidade cultural em escala continental, que ultrapassa as próprias fronteiras impostas pelo colonialismo, é uma etapa histórica dentro do processo de descolonização da África, mas ela não resiste ao momento de tomada de consciência específica de cada uma das nações africanas. E aqui se impõe uma nova etapa de libertação necessária à conquista de autonomia no interior do seu próprio discurso, tal como é expresso por uma minoria de intelectuais africanos no processo de resistência cultural à dominação estrangeira. Esta resistência nos é explicada também pelo sociólogo Georges Balandier, que fornece uma análise desses fenômenos ligados à resistência a

uma situação colonial que é primeiramente de ordem psicológica e cultural, que mostra que o caráter estrangeiro da cultura dominante permite construir um escudo protetor contra a sociedade colonizadora.

Essa tomada de consciência do homem colonizado de seus valores e das formas de resistência cultural e a não aceitação da situação colonial não são suficientes para "inserir-lo na história", a não ser a partir do momento em que provoca uma ruptura com a sociedade dominante, o que só pode se dar através de uma consciência coletiva e a partir de um projeto comum a toda a sociedade, ou seja, de uma identidade nacional, ou antes, na construção de uma identidade nacional e, portanto, de uma história comum a todos os dominados.

O conceito de nação não se poderia confundir com o de etnia na medida em que designa um grupo humano caracterizado pela consciência de sua unidade e a vontade de viver em comum. Trata-se de um tipo de sociedade política que se identifica com o Estado. É uma sociedade política objetiva, possuindo a sua organização própria nos limites territoriais precisos. Mas é também uma realidade subjetiva constituída pelo conjunto de sujeitos que se unem pelo mesmo sentimento de nacionalidade,

nacionalidade esta que se definiria por sua vez como consciência histórica, e é pelo projeto histórico e político que se distingue nacionalidade de etnia.

O caráter histórico da identidade nacional é ainda um outro problema, pois não basta dizer que a nação é uma categoria histórica de uma determinada época, da época do capitalismo em ascensão. E desse modo a definição de nação remete-nos ao problema das diversas nações africanas compostas por comunidades étnicas diversas nas quais o desenvolvimento do capitalismo não atingiu o mesmo estágio que nas nações europeias do século passado. O desenvolvimento da economia capitalista em seu aspecto colonial introduziu relações de produção e uma articulação com essas formações sociais. De forma comum e dentro de fronteiras precisas, a consciência dos indivíduos pertencentes a essas formações adquire respostas diferentes em momentos diferentes em relação à dominação comum. Cabe aqui ao antropólogo e ao historiador a construção de instrumentos conceituais que possam compreender o fenómeno nacionalitário da maneira estabelecida por Maxime Rodinson⁽³⁾, que transcendam as épocas definidas como o fato nacional, isto é, não só a história referente às relações e as respostas impostas pelo confronto com o colonizador mas às diversas histórias das diversas formações sociais antes mesmo da colonização.

Contudo parece-nos que num dado momento histórico em que o fato nacional se consuma por uma unidade e por uma ruptura com o sistema colonial só se pode compreendê-lo através da definição proporcionada pela luta de libertação nacional, em que as diversas comunidades existentes no interior das fronteiras nacionais conjugam os seus esforços para uma unidade real baseada na luta contra o colonialismo. Temos que diferenciar uma grande parte dos países africanos que tiveram um acesso gradual à independência (denominada descolonização) e os povos africanos que recuperaram a autonomia, conquistando-a pelas várias formas de luta de libertação. Desde o final da Segunda Guerra Mundial quase todos os Estados africanos passaram ou estão passando por um processo de independência política. Segundo Marco - vich (1970), são três os casos de "desenvolvimento político" pelo qual passaram os países africanos: (4)

- 1º a luta pela libertação;
- 2º a consolidação do poder, isto é, a determinação de uma estrutura e das instituições básicas do novo Estado;
- 3º a reestruturação da sociedade e a criação de um novo aparato burocrático com o propósito de criar uma estrutura para o desenvolvimento.

Nos países africanos que tiveram acesso à independência através de negociações das elites locais com as metrópoles, o processo de descolonização não resulta de uma mobilização das massas, tal como acontece, sobretudo na década de 70, com os países africanos de língua portuguesa, que conquistaram a sua independência depois de vários anos de luta de libertação nacional, nos quais houve necessidade de mobilizar as populações locais para a conquista da independência, e criar condições para o projeto unitário consubstanciado na futura nação.

E, aqui, cabe também definirmos descolonização dentro desse processo. A descolonização, em termos descritivos, é um processo histórico, primordialmente político, ocorrido após a Segunda Guerra Mundial, que se traduziu na obtenção gradativa da independência das colônias europeias situadas na Ásia e na África. O processo de descolonização não se processa de forma passiva. Para Franz Fanon é sempre um fenômeno violento que não pode conduzir a nenhum tipo de colaboração entre colonizados e colonizadores. Deve levar à substituição de um tipo de homens, os colonizados, por outro tipo: os descolonizados. É, portanto, a criação de homens novos que renunciaram à ideologia colonial. Esta substituição é realizada numa primeira fase através da luta conduzida por movimentos populares, como o MPLA especificamente em Angola. Se nesse primeiro momento cabe ao

partido criar um projeto político unitário, cabe ao Estado, após a independência, e ainda identificado com o partido, o papel de criador de uma nova ideologia nacionalitária, para ainda usarmos o termo do historiador marxista, Maxime Rodison:

Vejam os como Amílcar Cabral aborda esse problema: "A nação do povo depende do momento histórico que vive o país. População é todo o mundo, mas povo deve ser definido em relação à sua própria história. É necessário definir claramente o povo em cada momento da vida de uma população. Hoje em dia, na Guiné e em Cabo Verde, ele é composto de pessoas que querem expulsar de nosso país os colonialistas portugueses. O povo são eles; os demais, ainda que tenham nascido entre nós, não o são. Formam parte da população de nosso país, mas não formam parte do nosso povo. Pertence ao nosso povo aquele que nasceu na Guiné e nas Ilhas de Cabo Verde e deseja aquilo que corresponde à necessidade fundamental da história do nosso país: acabar com a dominação estrangeira. São de nosso partido todos aqueles que estão dispostos a trabalhar duramente por essa causa e só por ela. A maior parte do nosso povo é, portanto, do nosso partido, e a direção do nosso partido representa o nosso povo. Engana-se quem pensa que ele é o mais representativo do povo porque nasceu no Pico de Antonia ou no mais profundo da nossa selva. O primeiro, o autêntico membro do povo de nosso país é a direção do nosso partido, que de -

fende os interesses do povo e para ele foi capaz de criar esse movimento" (5).

Esses são os princípios gerais que não só vão orientar as formas voluntárias de luta contra o colonialismo mas também, após a independência, a reconstrução nacional, como pensamos analisar nas páginas seguintes de nosso trabalho. "O processo histórico e o conceito de nação em Angola, constitui-se, no caso angolano, "na passagem da ideia de nação limitada ao grupo local, à ideia de nação abrangendo a totalidade das populações, por consequência, das nações instauradas no território angolano" (6).

Insiste-se muito, e de maneira negativa, no fato de Angola ter sido uma invenção do colonizador. Parece-me indispensável sublinhar que este elemento não possui a menor importância negativa. A partir do momento em que as nações angolanas foram postas em contato íntimo, constante e permanente uma com as outras devido à pressão do colonizador, a única realidade existente politicamente, culturalmente, passou a ser essa unidade.

⁶ Na própria atividade cotidiana, determinada pelo colonizador, os angolanos foram obrigados a criar uma frente

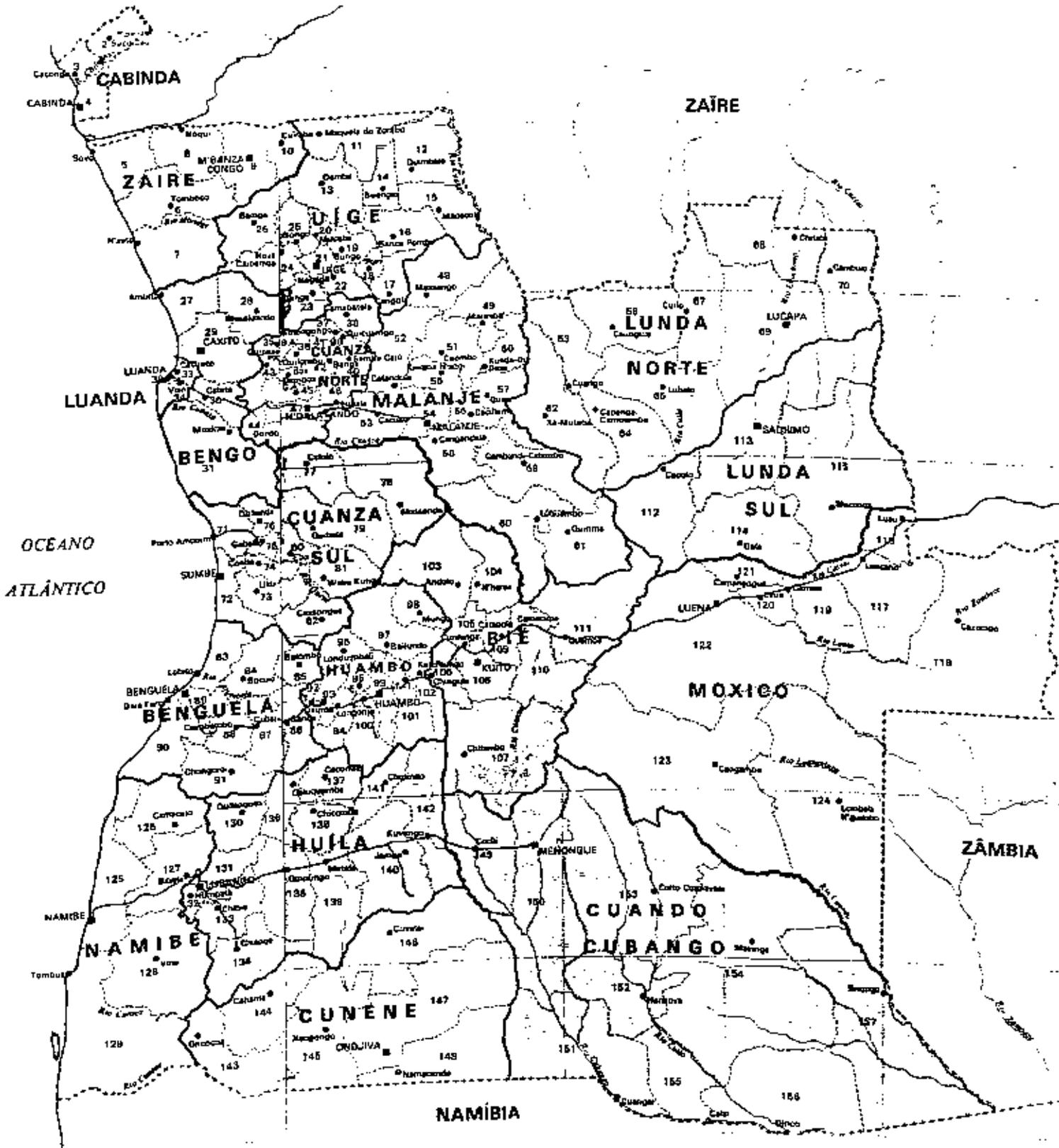
única. A antropologia serviu algumas vezes ao colonizador para lançar uns grupos contra os outros e visando dificultar, quando não impedir, o carácter irrefutável dessa unidade.

Assim, a primeira fase dessa tomada de consciência nacional, à escala do território angolano, é determinada pela intervenção do colonizador. Marx demonstrou a apertada correlação existente entre o capitalismo burguês e o proletariado, decorrente este da ação do primeiro. Mutatis mutandis, o habitante de Angola perde a sua qualidade de Quiôco ou de Cuanhama para alcançar uma nova especificidade e uma nova qualidade ao se transformar em angolano.

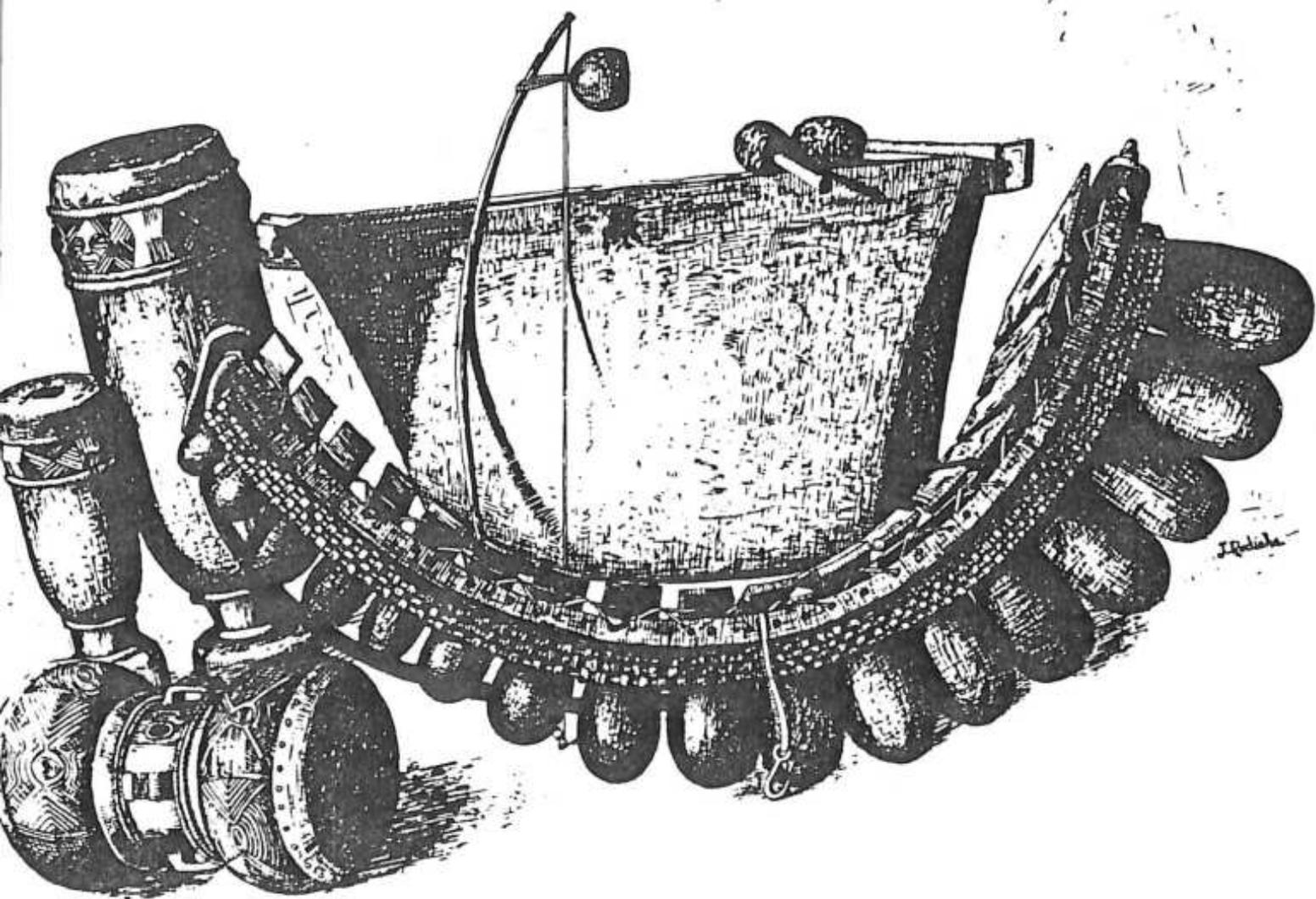
Uma segunda fase, que não é mais de contestação, mas de luta de libertação nacional, fará emergir o angolano como sujeito histórico.



Localização de Angola no Continente Africano



Mapa Politico-Administrativo de Angola



CAPITULO 1

Revisão crítica da produção
em Ciências Humanas sobre
Angola

REVISÃO CRÍTICA DA BIBLIOGRAFIA EM CIÊNCIAS SOCIAIS
SOBRE ANGOLA

Realizando-se uma análise sucinta dos trabalhos e bibliografias de Ciências Humanas que se referem à África lusófona, a primeira constatação é a de que a maior parte dos estudos referentes a esse espaço africano recebe um notável incremento a partir da década de 60, dada a generalização da luta de libertação nacional em todos os territórios do sistema colonial português. Aqueles estudos, que apareciam na maior parte das vezes produzidos na metrópole colonizadora, como um apêndice circunstancial de suas histórias ou como instrumento de controle do sistema, surgem agora subvertendo a ordem estabelecida e procurando uma outra objetividade. E isso só parece possível pela exterioridade dos cientistas sociais ao próprio sistema, bem como pelo discurso das lideranças políticas dos movimentos de libertação.

Nestes últimos vinte anos quase todas as análises que se referem ao espaço africano lusófono foram realizadas fora, isto é, por cientistas sociais também situados no exterior.

Quem, e o que escrevem?

Num levantamento por nós efetuado através de publicações de diretórios por país, relatórios, newsletters, informes de centros de estudos e informações pessoais, temos uma distribuição por país da seguinte forma:

Estados Unidos: começamos por este país porque aí se encontra grande massa de informação e estudos realizados sobre os novos países africanos de expressão portuguesa. A maioria dos pesquisadores são acadêmicos e por isso se encontram espalhados pelas universidades americanas em que existem centros de estudos africanos ou programas correlatos. No entanto, há um diretório denominado Group on Modern Portugal and Portuguese-speaking Africa que centraliza a maior parte das informações de seus associados, bem como sobre a natureza de seus trabalhos e dos eventos (colóquios, simpósios, congressos) de que possam participar. Esta associação congrega também pesquisadores de outros países, mas a maioria é, porém, composta de pesquisadores norte-americanos — cerca de 60.

Existe um número enorme de artigos publicados em revistas especializadas em África, mas os trabalhos mais expressivos, dos quais alguns foram editados, são teses de mestrado e doutorado.

Inglaterra: como nos Estados Unidos, a maior parte dos pesquisadores ingleses encontra-se dispersa por várias universidades nas quais foram criados cursos ou centros de estudos africanos. Existem mesmo alguns professores ingleses em universidades americanas ou canadenses ou em países africanos anglófonos interessados na África de expressão portuguesa. Não existe nenhuma associação específica, pertencendo a maioria deles à associação americana já citada; são cerca de 25 pesquisadores.

Alemanha: neste país o panorama é mais ou menos idêntico aos anteriores, mas as pessoas vinculadas ao nosso tema estão congregadas em torno do Grupo de Trabalho sobre a África de Expressão Portuguesa, a APSA (Arbeitskreis Portugiesischsprachiges Afrika), que reúne cerca de 40 pesquisadores entre professores e estudantes, que realizam suas teses de mestrado ou doutoramento.

França: talvez preocupados com o espaço africano francófono, o número de pesquisadores franceses interessados na África lusófona não é expressivo: cerca de 10. A maioria dedica-se ao estudo das novas literaturas africanas de expressão portuguesa, e é aí que se encontra o maior número de informações, centralizadas em alguns centros de estudos ou programas de estudos de literatura e civilização da África lusófona, como os progra

mas da Universidade de Paris VIII, do Instituto de Estudos Portugueses e Brasileiros da Sorbonne (Paris III) e da Universidade de Haute-Bretagne (segundo informação do professor J. M. Massa, dos quadros dessa última).

Cumpre aqui fazer uma ressalva no que diz respeito a uma certa expressividade de trabalhos e artigos, sobretudo aqueles referentes a Angola, mesmo algumas teses de mestrado e doutoramento, que apareceram editados em França. Elas se referem principalmente a análises feitas por atores sociais no exílio, ali fazendo seus estudos, lideranças políticas se servindo dos periódicos especializados para expressar seus pontos de vista, através dos comitês de apoio dos militantes franceses. Aliás, em todos os países citados temos a presença de comitês e trabalhos do mesmo teor.

Portugal: depois dos momentos de perplexidade e de reconstituição política que se seguiram à Revolução de 25 de abril e às independências africanas, surge um novo alento entre pesquisadores portugueses procurando uma nova objetividade em seus estudos; a maior parte deles ligada às universidades e regressados, muitos deles, do exterior, onde realizaram seus cursos, principalmente na área de Ciências Humanas, e desenvolveram suas teses.

Dispersos pelas universidades do país, ainda não se congregaram em nenhuma associação que lhes dê uma coesão maior. Contudo, várias iniciativas parecem conduzir a esse fim, como o Centro de Estudos Africanos do ISCTE, que congrega pesquisadores de várias universidades. Em fase de reorganização, o Laboratório Nacional de Investigação Científica Tropical - LNICT (ex-Junta de Investigações Científicas do Ultramar) - parece também procurar novos rumos ao publicar um "Directory" bastante completo de pesquisadores da África lusófona, editado pela professora Jill Dias. A existência ainda de um centro de estudos africanos na Universidade Nova de Lisboa e de um núcleo de estudos no Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra são mais algumas das iniciativas que emergem dessa nova situação em Portugal. Do nosso levantamento podemos contar cerca de 40 pesquisadores sobre África lusófona.

Outros Países: Existem ainda pesquisadores isolados com trabalhos sobre a África lusófona no Canadá, Brasil, Itália, Suécia, Bélgica e em países africanos, somando cerca de 25 pesquisadores. Lamentavelmente não existem dados disponíveis sobre os países socialistas.

Nesse nosso levantamento, que comportou cerca de 200 pesquisadores recenseados segundo os diversos diretõ -

rios, temos portanto a seguinte distribuição:

EUA	30%	dos	pesquisadores
Portugal	20%	"	"
Alemanha	20%	"	"
Inglaterra	12,5%	"	"
França	5%	"	"
Outros	12,5%	"	"

Outros dados mais objetivos referem-se à qualificação desses mesmos pesquisadores segundo as mesmas fontes, e apresentam a seguinte distribuição:

Historiadores	37,5%
Cientistas políticos	17,5%
Sociólogos	15%
Antropólogos	12,5%
Esp. em Letras	10%
Geógrafos	3%
Economistas	2,5%
Demógrafos, Juristas	
e Outros	2%

Poderíamos, a partir desses dados, chegar a algumas conclusões, mas preferimos testar ainda esses números em conjunto com a análise dos trabalhos por nós levantados sobre Angola no mesmo lapso de tempo, segundo o seu conteúdo e sua procedência, e obtivemos a seguinte distribuição:

- Amostra de 500 trabalhos sobre Angola (Bibliografia sobre Angola Publicada no Exterior, Serrano, 1977) (7):

Conteúdo disciplinar:

Ciência Política	48%	Antropologia	5%
História	20	Economia	5%
Informações Gerais		Geografia	3%
Literatura	6%	Direito	2%
Sociologia	5%		

Países:

EUA	34%	Brasil	3%
França	22%	Países africanos	4%
Inglaterra	10%	Suécia, Holanda, Suíça, Itália	4.5%
Alemanha	5%	Países socialistas	3%
Bélgica	3%	África do Sul	2%
Canadá	4%	Angolanos no exílio	5%

Tal como evidenciado nos quadros anteriores, fica patente a existência de uma produção científica em Ciências

Humanas sobre Angola em particular, e sobre a África lusófona em geral, com incidência nos mesmos países e nas mesmas disciplinas.

Os centros de produção científica de idéias e análises sobre aquele espaço africano são os pólos hegemônicos do poder político, da produção do saber dentro do contexto internacional.

Se levarmos em conta que a maior parte das análises futuras deve recorrer às já realizadas como obras de referência, esses trabalhos podem comportar um viés inicial, caso não se realize uma crítica radical à massa de informação existente. Isso porque podemos afirmar que grande parcela desses trabalhos contém uma postura política implícita, coerente com aqueles pólos de poder. Não queremos fazer uma generalização que elimine tout court esse grande número de trabalhos, mas uma crítica epistemológica faz-se necessária para uma verdadeira descolonização das Ciências Humanas, no que se refere à África lusófona em particular.

Características dos trabalhos em Ciências Humanas
sobre Angola:

Consideremos agora alguns inventários bibliográficos comentados ou pequenas sínteses da situação das pesquisas sobre Angola que se encontram publicadas, tais como aquelas de Ronald Chilcote (1969), Douglas L. Wheeler (1969), J.C. Miller (1977) e René Pélissier (1980), partindo seja de critérios temáticos disciplinares, seja de critérios geográficos, regionais, raciais ou mesmo étnicos.

Pensamos que estes trabalhos são indispensáveis e a eles recorreremos sobretudo para sublinhar as tendências que essas diversas dimensões apontam e relacionam como uma visão global da questão nacional no processo de Libertação Nacional. Contudo, acreditamos que, surgindo como visões parciais de uma dada realidade, nenhuma destas pesquisas por si permite ter uma visão objetiva sobre o significado de ser africano e potencialmente angolano no contexto da Luta de Libertação e na conquista da independência deste povo. Mesmo quando as críticas de alguns desses autores se fazem valer em relação ao colonialismo português, estas críticas se fazem mais pela inoperância ou inadequação das estruturas coloniais arcaicas do que

pela contestação radical, ou as vontades de autonomia dos africanos.

Raízes históricas desta situação, específica do colonialismo português têm sido procuradas por meio dos trabalhos acadêmicos, sobretudo aqueles surgidos a partir da década de 60, quando do desencadeamento da luta pelos nacionalistas angolanos. O trabalho pioneiro é o de James Duffy (1959, 1962), que inicia uma pesquisa sobre a África dita portuguesa, onde se abordam problemas de ordem geral como as descobertas, a expansão e a especificidade da colonização portuguesa em África. Trata-se de um expressivo trabalho, sobretudo do ponto de vista histórico, com destaque para os esforços visando integrar a história dos africanos em Angola com a moderna historiografia. Isto é, tenta-se, por meio destas análises, compreender a forma de articulação das diversas formações sociais africanas na expansão colonial do mundo ocidental. As investigações de Jan Vansina (1966) e David Birmingham (1966), iniciam este tipo de trabalho. Podemos sintetizar alguns destes trabalhos mais representativos por meio de uma análise sucinta partindo-se de critérios étnicos e geográficos abordados por diversos autores. Assim, Phyllis Martin estuda os povos de Cabinda através do seu comércio ao longo da Costa de Luango antes do ano de 1900, dando ênfase sobretudo às formas comerciais pelas quais estes povos estabeleceram contatos com as diversas nações européias. Anne Wilson analisa também o reino do Congo, sobretudo quanto à transição de

instituições de poder difuso para formas de autoridade política com instituições centralizadas que prevalecem depois de 1700. O autor dá ênfase especial às trocas a longa distância originadas por uma agricultura específica, sem se descuidar da geografia e da influência geográfica, do clima e da demografia, determinando as transformações institucionais nesse antigo reino. No tocante ao Congo do século XIX; Susan Broadhead (1975) continua desenvolvendo um trabalho de história econômica sobre o comércio, a política nominalmente dos reis cristãos do Congo, as guerras e as relações diplomáticas estabelecidas entre os príncipes do Congo, os comerciantes europeus ao longo da Costa e os governantes portugueses de Luanda.

Outros trabalhos sobre o reino do Congo no século XIX tentam relacionar uma perspectiva de compreensão das instituições políticas e dos fatores de transformações dentro da estrutura política deste reino através das implicações de uma cosmovisão e de princípios religiosos inerentes às populações locais. São exemplos desse tipo de estudo, os trabalhos de Wheeler (1968), François Bontick (1969), e Françoise Latour da Veiga Pinto (1972).

Estes últimos trabalhos não só se baseiam numa documentação antiga anotada pelos diversos missionários e padres durante o século XVIII, mas também já numa interdis

ciplinaridade onde se aproveitam trabalhos de campo, etnográficos, feitos por antropólogos como MacGaffey (1974).

Os trabalhos realizados na região Mbundo seguiram de perto uma perspectiva semelhante àqueles estabelecidos para a região do Congo. A maior parte desses trabalhos fundamenta-se numa documentação dos séculos XVII e tem como perspectiva analisar a expansão militar portuguesa, bem como a autoridade administrativa a ela associada. Beatrix Heintze, antropóloga alemã, trabalha nas áreas ao sul do Kwanza, preocupada sobretudo com o século XVI, analisando as estruturas políticas do reino do Ndongo, ou ainda o de Ngola (1976). A sua análise dá ênfase particular aos modelos de interação entre portugueses e africanos nesse mesmo século. Para o século XVIII, na região Mbundu, temos um trabalho exemplar do historiador Joseph Miller (1975), trabalho esse que deu ênfase ao momento do tráfico de escravos na região de Kasange e Matamba, dois dos maiores reinos Mbundu deste período. Miller mostra-nos como o tráfico de escravos no século XVIII transforma as estruturas sociais e políticas dos reinos analisados de modo a que novas linhagens emergentes desta situação se apropriam do poder que tradicionalmente era detido por linhagens rivais. A sua abordagem é interdisciplinar e fundamenta-se em tradições orais da região. Um outro trabalho

sobre a mesma região é o do historiador belga Jean-Luc Vellut, que tenta reconstituir, a partir de fontes publicadas nos arquivos angolanos e do Vaticano, as rotas do comércio internacional de longo curso entre o hinterland angolano e o reino de Cassães. Este trabalho é importante na medida em que estabelece pontos comuns para a história de Angola em suas partes central e nordeste, bem como nas regiões fronteiriças com a República do Zaire.

Estudos sobre a região de Luanda, capital, bem como sobre as regiões próximas à área Mbundu, são as contribuições de Douglas Wheeler (1972) sobre o início do nativismo na cidade de Luanda para o século XIX, e os trabalhos de Jill R. Dias sobre a história social do século XIX e a transição da escravatura para uma economia baseada na agricultura, bem como o comércio feito para o hinterland (realizado pelos Ambaquistas) na região de Dembos. A documentação existente para esta região, assinalada por David Birmingham (1974), nos Arquivos Históricos Ultramarinos, em Lisboa e o Arquivo Histórico de Angola, em Luanda, mostram o potencial de pesquisa que pode ser realizado futuramente. Nós estamos assinalando aqui os trabalhos produzidos durante o período colonial por historiadores portugueses, mas cabe-nos ainda citar um trabalho relevante para a região de Luanda e regiões vizinhas, realizado pelo professor Mário António Fernandes de Oliveira,

intelectual angolano radicado em Portugal, trabalho bastante importante no que se refere às origens dos intelectuais urbanos da capital, contendo também uma caracterização daquilo que ele denominava "a sociedade crioula de Luanda".

Outro trabalho importante a citar, embora ainda inacabado, seria a pesquisa do professor Fernando Mourão sobre a cidade de Luanda, um estudo de sociologia urbana.

Para as regiões ao sul do Kwanza, já nos planaltos centrais, região da área Ovimbundu, temos a salientar sobretudo os trabalhos do professor Douglas Wheeler (1973) e o trabalho do professor nigeriano Fola Soremekun (1973), trabalho este denominado "A revolta Bailundo", um ensaio sobre o desenvolvimento comercial dos Ovimbundus e as resistências desse grupo étnico, a penetração e a expansão do comércio português. Mais adiante citaremos os trabalhos de autoria dos missionários que se estabeleceram nesta região, talvez os mais importantes do ponto de vista etnográfico para conhecimento da região acima mencionada.

Quanto ao sudoeste de Angola, há que salientar o trabalho do historiador inglês Gervase Clarence-Smith, que estuda o comércio estabelecido entre os portugueses e os africanos na segunda metade do século XIX, os problemas surgidos a partir desta relação e os interesses de outras na-

ções européias e africanas (sul-africanos). O trabalho dá-nos a compreender a emergência de uma nova economia política africana, envolvendo os grupos étnicos Ovambo, Nyaneka, bem como outros povos do sudoeste de Angola. Os trabalhos do padre Carlos Esterman, do ponto de vista da etnografia desta região, bem como o do professor Gibson (1971), completam o conhecimento detalhado das populações dessa área.

Para completar, temos sobre a região leste de Angola trabalhos de história política que cobrem o reino da Lunda em expansão, bem como os grupos vizinhos Luvale, Lwena e Chokwe, trabalhos esses dos autores, já citados, Vellut e Miller (1974) sobre a expansão Imbangala. Há ainda a salientar o estudo de Alfredo Margarido sobre a análise das estruturas políticas e econômicas do Império Lunda entre os séculos XVI e XIX.

Estes trabalhos são da maior valia para uma análise da história de Angola, particularmente no que se refere ao momento que antecede à ocupação efetiva do território por Portugal, se bem que a maior parte dos referidos trabalhos foram realizados por meio da análise da documentação européia, e poucos deles se referem à tradição oral dos angolanos, uma nova etno-história que merece ser realizada, promovendo-se assim a integração necessária de disciplinas, tais como a Antropologia, a Arqueolo

gia e a Linguística. Não se chegará a uma visão histórica dessa região sem tal interdisciplinaridade. Mas é sobretudo na fase contemporânea dos estudos realizados sobre Angola que não se deve exigir uma análise crítica mais profunda. Os conteúdos normalmente referem-se a grandes temas mas, de um ponto de vista geográfico, a respeito das relações raciais, de aspectos étnicos, de aspectos sócio-econômicos, ou sobre as problemáticas e as vicissitudes relativas ao próprio colonialismo português. Lacunas, portanto, existem nesses trabalhos, nalgumas vezes até bem manifestas. Em um inventário bibliográfico, já citado, de autoria de René Pélissier, o autor afirma-nos na sua introdução: "nós não nos afastamos nem da história, nem da geografia, nem da economia, nem da sociologia, mas nos consideramos culpados de ter deliberadamente negligenciado as ciências exatas e a literatura, e praticamente nos esquivado da etnografia"⁽⁹⁾. Quando nos lembramos que é exatamente no discurso antropológico ou mesmo etnográfico que se dá conta da vida e da organização dos povos africanos e, por outro lado, da literatura emergente e bastante rica produzida pelos próprios angolanos, fica-nos a seguinte indagação: onde recuperar o discurso do colonizado? Não é possível, neste caso, desconhecer que as disciplinas enumeradas por esse autor correspondem a uma produção científica produzida no exterior do país e baseada, sobretudo, em dados secundários e na documentação que parte, muitas vezes, do próprio colonialismo português.

Se pensarmos que a maior parte desses estudos foi realizada por historiadores e cientistas políticos e que a maioria desses trabalhos é de análises históricas e políticas da realidade imediata, em mutação, tememos que essas mesmas análises tomam o caráter de "verdades definitivas", que podem assim comprometer os trabalhos futuros. Esperamos que os cientistas sociais comprometidos com a construção de uma "história imediata" do espaço africano lusófono levem em conta as especificidades da realidade africana, pois, segundo Alfredo Margarido "O historiador assume (ou deve assumir) a responsabilidade do conhecimento, que não é uma contemplação passiva, mas antes uma intervenção ativa, e cuja estrutura deve estar presente em permanência nos resultados apresentados. Por isso a descrição das condições e do lugar do fabrico da história permite a superação da redução, que intervêm sempre em qualquer tentativa de descrição definitiva. Ou seja, a história é um lugar de definitivos provisórios" (10).

Tomemos como exemplo alguns trabalhos acadêmicos, originalmente teses de doutoramento de cientistas políticos e historiadores americanos e franceses, voltadas para o conhecimento da década de 60, ou seja, justamente o início do desencadeamento da Luta de Libertação Nacional em Angola.

Primeiramente, temos o trabalho de René Pélissier, em dois volumes, o primeiro de 1977, que cobre o período entre 1845 a 1941 e o segundo volume cobrindo o período de 1926 a 1961. Este autor é considerado um dos especialistas sobre os territórios africanos de língua portuguesa e a sua tese é particularmente importante porque trata das resistências e das revoltas em Angola até a emergência do nacionalismo. A sua impressionante bibliografia e consulta de documentação, sobretudo nos arquivos portugueses, fazem deste estudo um importante e necessário instrumento de trabalho para a análise deste período. Contudo, não se pode deixar de fazer uma leitura atenta e crítica desta obra (11).

No que se refere ao período da década de 60, com o desencadeamento da luta armada em Angola, este autor, mesmo não querendo servir ao aparelho político do Estado colonial português, legitima a ação destes, na medida em que os africanos lhe parecem mais suspeitos do que os portugueses em sua inoperância no que se refere à

gestão dos seus próprios problemas, seja pelas desavenças existentes entre eles, seja pelo despreparo em que se encontravam. E a crítica à própria colonização portuguesa se faz num mesmo sentido quando comparada com as demais colonizações européias, denunciando-as como menos racionalizantes.

Isto parece implícito ao longo de seus vários trabalhos, de 1978 a 1980. Também minimiza os trabalhos dos jornalistas ou historiadores que tomam "parti pris" dos nacionalistas, tais como Robert Davies e Basil Davidson, que recolheram informações entre os nacionalistas onde existem "distorções" ou cargas ideológicas que não lhes dão caráter científico. Perguntamos, então, será que só os documentos portugueses têm credibilidade ou também são suscetíveis de uma leitura científica?

Quanto aos nacionalistas, nunca, para este autor, encontrou-se um teórico que tenha dado a conhecer, através da sua aprendizagem na guerrilha, uma tática adaptada à mentalidade portuguesa para lhes fazer frente. E, se as táticas portuguesas são ineficazes e inoperantes, as dos africanos são muito inferiores às dos portugueses "do ponto de vista operacional e de constância de esforço". (Pélissier, 1980:61).

Já em seu artigo (1969) sobre a ocupação do Sul de Angola (1885-1915), a demonstração é semelhante, mostrando que as rivalidades tribais entre os diversos sub-grupos Ovambos, a falta de tática, a insuficiência de um sistema de guerra voltado para a pilhagem do mais fraco e mesmo a crueldade do Mandume, conduziram à derrota da resistência africana naquela região. Desta maneira, enquanto a ação racionalizante dos portugueses é legitimada, a ação dos autóctones continua minorizada neste tipo de análise. Não consegue, o autor, se afastar do seu próprio imaginário em sua análise da ação colonizadora europeia; por conseguinte, não põe em causa o colonialismo em si. Legitima-se a colonização europeia "a lá limite", não reconhecendo aos africanos como atores iguais e sujeitos históricos em questão.

Portanto, o peso institucional do aparelho político colonial, através da leitura da sua documentação, acaba por condicionar a própria observação e análise do autor.

O trabalho de John Marcum denominado "A Revolução Angolana", em dois volumes, tão importante quanto o anterior, pela massa de documentos e informações que apresenta, oferece-nos uma leitura deste período da história angolana dando ênfase aos etnonacionalismos que desencadearam a Luta de Libertação Nacional e uma consciência correspondente, bem como à bi-polaridade entre a elite versus

massas, dicotomia que se apresenta como imanente da própria estrutura social colonial e que vai, segundo o autor, prolongar-se no próprio processo de Luta de Libertação Nacional através da rivalidade existente entre a União das Populações de Angola (UPA) e o próprio MPLA.

John Marcum, ao se referir aos elementos progressistas do MPLA ditos "assimilados", refere-se a eles como se fossem cópias fiéis dos portugueses e, portanto, "vazios" de qualquer valor cultural próprio a uma autenticidade, nunca levando em conta a produção literária e a ação política cultural deste grupo de intelectuais da pequena burguesia urbana. Para ele, falar português é indentificar-se com os mesmos. Esta era também a idéia de Holden Roberto, de quem Marcum, aliás, parece ter sido conselheiro nos anos sessenta. X

A adoção da língua como instrumento apropriado ao colonialismo não quer dizer a reprodução de sistemas de valores exógenos. A recuperação do imaginário próprio está explícito, primeiro, nas manifestações culturais e literárias que vão desde a quebra dos padrões sintáticos do português falado, até uma certa inovação sintática dos termos usados na linguagem escrita de autores como Luan-dino Vieira, Jofre Rocha, Boaventura Cardoso e Agostinho de Carvalho, entre outros.

Para o mesmo autor, a variável racial também era de grande importância no desencadeamento da Luta de Libertação Nacional. Assim, afirma que, quando a FNLA defendeu a legitimidade nacionalista dos angolanos pouco versados na cultura portuguesa, os exilados do MPLA defendiam a liderança dos intelectuais, sobretudo os mestiços e os "assimilados" que falavam português mas não as línguas africanas. Cada indivíduo aculturado é descrito pelos líderes do MPLA, segundo o autor, como uma força motriz necessária para o despertar da consciência política em Angola, não levando em conta as suas origens raciais que são consideradas irrelevantes. Isto deve-se à influência determinante do pensamento marxista, fazendo com que esses líderes vissem a luta angolana essencialmente como uma luta de classe e não como um conflito racial contra a exploração colonial. Assim, o segundo volume deste trabalho, datado de 1978, vai analisar sobretudo as relações existentes entre influências ideológicas do exterior e os limites do desenvolvimento do nacionalismo angolano.

Analisar o nacionalismo angolano do ponto de vista racial em relação ao colonialismo (ou a dimensão étnica) como obstáculos ou limites do processo revolucionário é simplificar o assunto. Não podemos reduzir o problema seja a dados históricos conjunturais que opõem segmentos da sociedade, ou mesmo econômicos, já que o processo é

mais difuso se levarmos em conta que para todo o território angolano existem formações históricas diferentes. Assim, como as estruturas de diversos grupos étnicos comportam cisões e associações, diferenciação e amalgamento com outros grupos, só uma análise em profundidade no seio deles mesmos nos darão a verdadeira dimensão das suas racionalidades e de seus discursos legitimadores. Aquilo que nos pode parecer uma objetividade em relação à análise, pode escamotear os diversos sentidos deste processo na relação com o todo.

Esta crítica é válida ainda para um outro trabalho significativo feito por um cientista político norte-americano, professor Gerald Bender, datado de 1978. Este trabalho compreende três dimensões: uma de análise da teoria do luso-tropicalismo, uma segunda sobre o povoamento branco em Angola, e uma terceira sobre a dominação racial. Novamente temos uma ênfase sobre as relações raciais por um lado e, por outro, uma ênfase dada à própria colonização portuguesa em si mesma, ainda que de uma forma condenatória, mas onde os angolanos aparecem de forma indireta e não como sujeitos da própria "descolonização". Também esta tese parece-nos ser resultado de uma submissão do cientista ao próprio modelo de dominação europeia, seja qual for a massa de documentação mobilizada no sentido de coordenar a ação colonizadora. As-

sim, muitos outros historiadores que seguem essa mesma linha, acabam sendo vítimas do peso institucional e de um certo preconceito civilizacional que permite a colonização. As respostas dos atores sociais discordantes deste processo ficam invariavelmente de fora. Proceder à revisão do processo de colonização e das diferentes respostas dos africanos é condição indispensável para que esses deixem de ser simples objetos de análise e se tornem sujeitos da história.

O trabalho de Ronald Chilcote (1971) já nos parece de suma importância na medida em que reúne metodicamente numerosos documentos tanto de origem colonial quanto de origem nacionalista sobre a Luta de Libertação e sobre os atores sociais envolvidos nos vários territórios africanos de língua portuguesa. Estes textos são precedidos de comentários e informações de relevância para as pesquisas neste campo, no futuro.

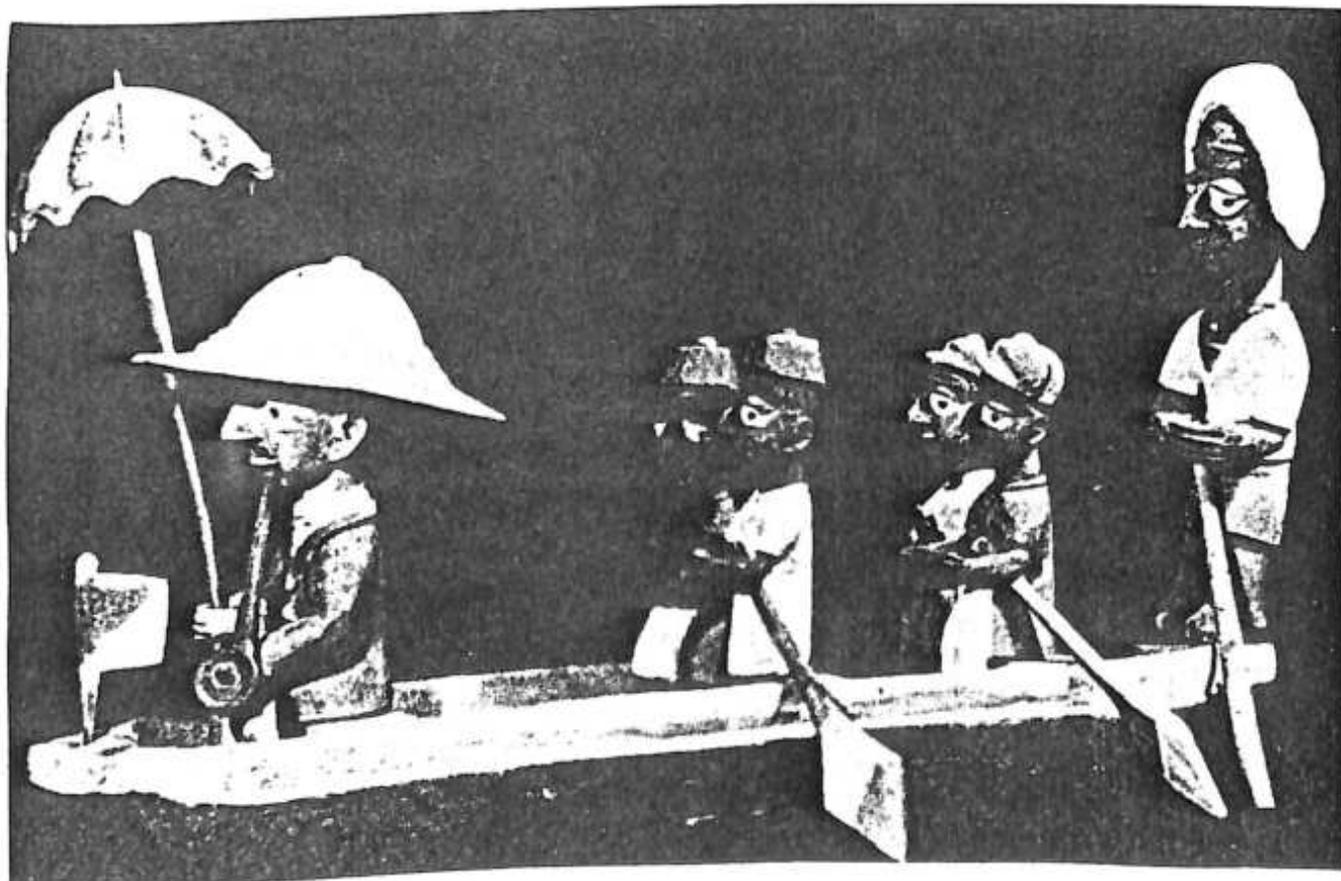
Não é nossa intenção fazer uma leitura profunda e detalhada desses mesmos trabalhos e, por isso, nossas críticas não têm um sentido leviano e apressado, mas tentam apontar os pontos paradoxais da leitura desses cientistas sociais no que respeita ao nacionalismo angolano, na medida em que é nossa intenção, neste trabalho, promover a recuperação de um discurso autônomo dentro de um dado contexto, que é o da Luta de Libertação Nacional, para a constituição de uma nova Nação.

A história colonial apareceu como um apêndice circunstancial das histórias das metrópoles européias, suas epopéias imperiais produzindo os eventos e a resistência dos povos colonizados em episódios locais sem interesse maior senão a exaltação da conquista e da pacificação dos povos dominados. Por outro lado, a história imediata parece ainda ser um prolongamento deste tipo de análise, se não negligenciar o contexto social onde se gera esse tipo de dominação, bem como o discurso contra-institucional dos "outros", mesmo que as fontes históricas deste momento sejam precárias e não institucionalizadas, ou mesmo que sejam orais. O historiador francês Marc Ferro (1983), já preconizava essa transformação dentro da própria ciência da história, afirmando-nos: "uma das características essenciais dessa nova história, ou dessa contra-história institucional, é a de voltar-se para fronteiras exteriores à sua comunidade definindo-se em relação aos outros - os poderes, as crenças, as nações, etc. Outra característica, já ouvimos, é a de ser mutável, sujeita a variações"⁽¹²⁾.

"Individual ou coletiva, a memória das sociedades surge como uma segunda fonte da história. Em certos momentos, e em certos lugares, esta fonte pode confundir-se com a primeira, notadamente com a contra-história institucional, quando o grupo só conserva a identidade através das tradições orais, mímicas, alimentares ou outras. Tal

fonte, não obstante, diferencia-se da precedente por muitos traços (...) nessas condições tecer uma trama de uma 'história universal' a partir de uma única fonte, ou mesmo de uma só instituição, cheira a impostura ou a tirania" (13).

Passemos agora ao discurso do colonizador no seu conhecimento sobre os "outros".



CAPITULO 2

O Discurso do Colonialismo

O DISCURSO DO COLONIALISMO

Se no capítulo anterior analisamos a produção intelectual dos cientistas sociais, sobretudo aqueles que se encontram trabalhando no exterior da nação angolana, neste momento pretendemos analisar o discurso do colonizador naquilo que se refere ao conhecimento do outro, que evidencia uma inequívoca relação de dominação/subordinação. Esse discurso aparece umas vezes sistematizado em relação ao conhecimento do outro, outras vezes manifesto de uma forma empírica, espontânea e circunstancial no contexto das relações existentes entre grupos diferentes. Por outro lado, as próprias necessidades que advêm de um contato entre civilizações diferentes conduzem a que se expresse num discurso o conhecimento do outro, para a melhor gestão dessas relações de dominação. Dependendo dos grupos que estão em contato com as sociedades autóctones, temos diferentes formas pelas quais esse discurso se expressa, seja sob o aspecto do conhecimento econômico, do conhecimento jurídico, do conhecimento da ordem simbólica e religiosa, seja mesmo sob o aspecto do conhecimento da organização social e política desses povos. No entanto, todos esses discursos parecem ter um denominador comum, uma máxima que se pode resumir da seguinte maneira: existe uma inclusão do conhecimento sobre o outro e simultaneamente uma exclusão ideológica desse mesmo outro.



Os "Homens do Comercio" ou
a Etnografia empírica

Não vamos nos ater a um desses pontos de forma exaustiva mas unicamente para dar a conhecer os métodos e técnicas empregados para gerir as relações existentes entre colonizador e colonizado. Desde os primórdios da colonização têm sido expressos determinados discursos, em relatórios de viajantes, de administradores, de religiosos e mesmo informações mais dispersas e fragmentadas fornecidas por colonos que, sobretudo nas relações econômicas, nos dão a conhecer as populações com quem se relacionam. Evidentemente existe uma relativa diferença entre o discurso sobre o outro elaborado a partir das necessidades da vida cotidiana de grupos diferentes em contato, expressando essas necessidades em relação à sua estratégia de vida, e por outro lado o discurso elaborado, por exemplo, pelas autoridades administrativas coloniais, mais próximas, graças à gestão da vida dessas populações. Também o discurso dos religiosos em relação a essas mesmas populações apresenta graus de diferenciação que vão desde o etnocentrismo religioso até a necessidade de melhor compreender os sistemas simbólicos e cosmológicos dessas populações para melhor evangelizar. Seja esta "antropologia espontânea", como a denomina Paul Mercier, seja a etnografia fornecida por viajantes religiosos nos séculos passados, e que Malinowsky demonstra serem funcionais na medida em que continham uma apreciação não apenas de fatos isolados mas das relações e vínculos essenciais⁽¹⁴⁾, ambas pare-

cem-nos poder fornecer elementos fundamentais para a compreensão das relações entre esses grupos em confronto. Queremos, no entanto, enfatizar que a recolha dessas informações contendo elementos de interrogação sobre o outro possui determinados nexos antropológicos, sem que isso conduza à elaboração de um conhecimento científico preciso.

Os "homens do comércio" ou etnografia empírica:

Se as relações primordiais dos europeus no continente africano são de teor econômico e comercial parece-nos, no entanto, que não podemos, de maneira nenhuma, separá-las da sua dimensão política, tal como muito bem já tinha expressado Marx, ao afirmar que as relações econômicas são relações de poder, sendo assim essencialmente políticas e representativas da ordem política de qualquer sociedade. De fato, tanto nas relações institucionais ligadas economicamente na articulação de diferentes modos de produção que são expressas no mercantilismo em África nos séculos XV e XVI, quanto, mais tarde, na forma do tráfico de escravos, e ainda, no fim do século passado, no início da comercialização de produtos ditos coloniais, como as matérias-primas, nós

podemos encontrar a dimensão política, tal como nos lembra Abner Cohen quando assinala que em ambos os sistemas, o econômico e o político, encontramos a relação de poder entre indivíduos e grupos, desde que essas relações sejam estruturalmente consideradas através de toda a extensão da política.

Em ambos os sistemas as relações de manipulação, técnicas contratuais e instrumentais, pois os homens em diferentes situações usam uma ou outra como meio de atingir objetivos, e não como objetivos em si mesmos. Desde modo a legitimidade não é procurada unicamente no discurso baseado em valores da sociedade dominante mas também na ordem institucional e nos seus imperativos práticos. É importante compreender que a legitimação tem um elemento cognoscitivo assim como um elemento normativo. Em outras palavras, a legitimação não é apenas uma questão de "valores". Sempre implica também "conhecimento" (Cohen, 1978:36-37).

Alfredo Margarido, num dos seus trabalhos, nos dá a conhecer que alguns grupos de organizações políticas africanas desempenharam papel fundamental nas relações entre o litoral e o interior, o que deu lugar ao florescimento de número importante de especialistas nessas relações comerciais, especialistas esses que receberam diversas denominações, como, por exemplo, "feirantes", "funantes", "aviados", "pombeiros", "ambaquistas", "quim

bares", "agregados", "calçados", "moradores" ou "colonos". Ao norte, as populações bacongo desempenharam um papel essencial nessas relações, como o pool do rio Zaire; função que coube, no centro, às populações mbundas. Mas muitos outros grupos intervieram nas relações políticas e comerciais, como os quissamas, os sossos e outros. Nenhum, porém, desempenhou papel tão importante como os "mbangalas de kasange", que puderam controlar, até os fins do século XIX, as relações com as populações instaladas a leste de Angola, para além do rio Cuango, que até a primeira metade do século XIX era um obstáculo intransponível para os portugueses.

A presença portuguesa, avançando lenta mas progressivamente da costa para o interior, apoiou-se em duas instituições, quase sempre associadas: os presídios e as feiras. Em 1762 existiam seis feiras (Enc^oaje, Ambuila, Lembo, Lucamba, Pedras Negras), a que se acrescentariam mais quatro em 1765 (Ngolo, Bembe, Kasange e Calandula). Kasange serve, malgrado a hostilidade dos Imbangalas, de placa giratória aos portugueses que enviam dois pombeiros escravos para estabelecer a ligação por terra com Moçambique (1806-1811). Esta viagem confortava os portugueses no mito da formação de um território único ocupando a África central de uma costa a outra.

Vemos que as populações africanas, principalmente por

meio dos chefes dos grupos, não eram agentes passivos com relação a esses comércios; pelo contrário, eram indivíduos que procuravam no comércio estabelecido com os europeus determinadas mercadorias que podiam legitimar, com bens de prestígio ou as armas necessárias ao confronto com outros grupos, o seu próprio poder e, dessa maneira, necessitavam de alianças, não só com os europeus que comerciavam diretamente, como também com os africanos europeizados, que serviam de intermediários nesse comércio. Como exemplo, temos aquela denominação acima citada, os "calçados", que eram indivíduos já europeizados e, por isso, se denominavam desse modo, na medida em que se vestiam e se calçavam à européia, aos quais muitas vezes era interdita a entrada em territórios mais longínquos. Essas alianças muitas vezes se consubstanciavam em matrimônios de comerciantes europeus, mestiços e também "calçados" com mulheres ligadas por parentesco aos chefes locais onde se realizava esse comércio.

Um documento por nós conseguido pode-nos exemplificar o tipo de comércio estabelecido entre um indivíduo europeu vindo do litoral e percorrendo o sertão a caminho do planalto central de Angola (Planalto do Bié), dando-nos a conhecer por casamentos múltiplos as formas de aliança que explicitam não só o trajeto mas também a legitimidade adquirida em locais diferentes. O documen

to, cedido por uma pessoa amiga, refere-se à relação de filhos de Santos Pascoal, comerciante europeu estabelecido em 1896 em Benguela-Velha, mais tarde denominada Novo Redondo, no litoral, que realiza múltiplos casamentos com diferentes mulheres, que nessa relação são pelo menos quatro, e em épocas diferentes, que vão de 1896 a 1914, tem com essas mulheres africanas pelo menos doze filhos, num trajeto que vai de Benguela-Velha passando por Bailundo até chegar a Bié, no planalto central. A poligamia desse comerciante é legitimada, como consta nesse documento, por batizados dos filhos surgidos dessas múltiplas uniões, cujos padrinhos parecem-nos ser comerciantes estabelecidos nessas mesmas regiões. Esses casamentos múltiplos e essa proliferação de novas gerações que podem vir no local a legitimar a sua ação como agente comercial mostram o processo de aliança não só com as populações africanas, como também com os comerciantes já estabelecidos nessas regiões. Desse modo parece-nos que há uma dupla ação, primeiro de reconhecimento do poder local por alianças e casamentos múltiplos, assim como a legitimação desses casamentos consubstanciada no nascimento dos filhos e, depois, de reconhecimento dos valores próprios da sua cultura na medida em que essas crianças eram batizadas e recebiam, nessa relação que nós analisamos os nomes explícitos de padrinhos e madrinhas. Mas não estão patentes nesse documento as suas origens em termos das linhagens maternas.

Este documento até certo ponto nega uma afirmação do professor Jorge Dias, de que as relações estabelecidas pelos portugueses com outros povos eram marcadas por uma tradição de igualdade como criaturas de Deus. Diz nos o professor Jorge Dias que, como a grande maioria dos colonos era do sexo masculino, as alianças com as mulheres indígenas eram muito frequentes e delas nascendo uma prole numerosa, que os pais em geral consideravam como filhos e educavam como podiam. O caráter português e as suas tradições sociais harmonizavam-se perfeitamente com as tradições indígenas. Por outro lado, as tradições patriarcais levavam os portugueses a estender os deveres de proteção a todos os familiares, mesmo quando a família era natural. E diz-nos ainda que, quando os pais faltavam a esse dever, o domínio entre inúmeros povos indígenas africanos do direito de sucessão por via uterina, ou seja, o regime matrilinear, assegurava sempre ao mestiço um lugar entre os seus. Essa afirmação parece-nos exatamente deixar transparecer a diminuição de importância da política que assegurava a esses colonos alianças e a possibilidade de manutenção de laços comerciais e políticos que asseguravam a sua permanência entre esses grupos. Mas esse colono, ao estabelecer as relações nesse documento citadas, em que exclui os indivíduos do lado materno dos seus casamentos bem como a origem matrimonial de seus filhos, concretiza um processo de exclusão desses mesmos grupos, sendo que muitos desses colonos viviam e conheciam as tradições locais muito bem,

para melhor se integrar nas comunidades africanas e se legitimar perante elas.

Agostinho Mendes de Carvalho, intelectual e escritor angolano, membro do Comitê Central do Movimento Popular de Libertação de Angola, numa reunião de velhos de Catete, dá-nos a conhecer a tradição rural que conta de um colono português estabelecido nessa região. que exemplifica bem um comportamento idêntico ao anterior. Diz-nos ele que José Bernardo era um português que desembarcara muito jovem em Icolo e Bengo. Pouco depois do ano de 1910 integra-se perfeitamente na vida da região. "Ele falava melhor o quimbundo que muitos de nós", realça Agostinho Mendes de Carvalho, fazendo notar que José Bernardo adotara todos os usos e costumes da região. "Ele partilhava de atos e ritos mágicos e casara com quatro mulheres daqui", afirma.

José Bernardo tão bem se familiarizara com aquele povo que é notado pelas autoridades coloniais pela sua esper-teza e pelo perfeito conhecimento da região. Foi então nomeado chefe de posto. A partir daquela data José Bernardo transformou-se no causador dos maiores martírios e num verdadeiro flagelo para os moradores de Catete e arredores. Em 1919, já como chefe do posto, obriga os velhos, as mulheres e as crianças a abrir a estrada que vai de Catete a Calombuloca. Os maus tratos levam a que grande parte da população procure outras paragens.

No ano de 1920, conta Adão Marques, os velhos da região, por indicação do angolano letrado velho Pedro Mendes, vão de ligação para Luanda e contratam um advogado. O advogado Assis, que não é mais e nem menos que o conhecido Antonio de Assis Jr., move-se contra José Bernardo para pôr fim à escravidão dos naturais de Catete, levando a que o chefe de posto contate seus amigos de Luanda. José Bernardes reaparece então em 1922 com militares da guarnição de Luanda e comanda o ataque a todas as senzalas que mais à frente caracterizaria a autoridade dos colonialistas. São arrasadas todas as senzalas, de Colombuloca a Columbuzi. (*)

(*)

Muitos desses comerciantes que se comportavam de maneira passiva pelo seu isolamento em relação aos demais grupos europeus podiam, como no exemplo desse José Bernardes, tornar-se autoritários na medida em que se sentiam protegidos pelas autoridades administrativas coloniais. Isto se dá sobretudo a partir do fim da década de 20 e começo da de 30, quando um poder efetivo de administração se faz impor pelo governo de Norton de Matos, e também no momento em que o código indígena de 1928 vem abolir legalmente o trabalho forçado puro e simples, substituindo-o pelo "contrato". Este novo sistema de contrato foi posto em prática pelo decreto de 1930 que estabelecia que as populações nativas seriam governadas por meio de estatuto especial, em que "seriam respeitados seus usos e costumes sociais, individuais e

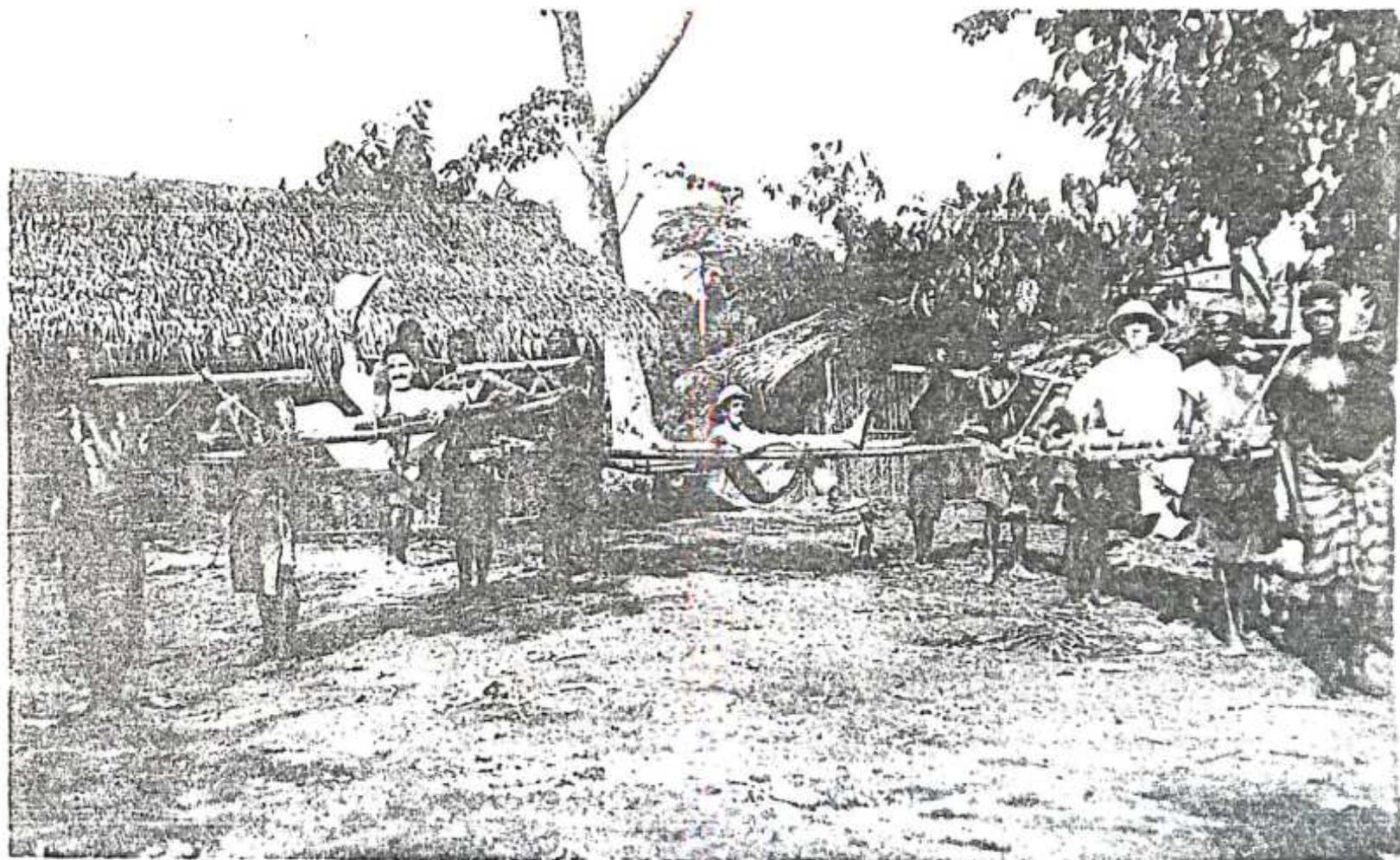
domésticos". Na verdade, isso significava que se utilizaria a estrutura política tradicional para controlar a população nativa e dessa forma alocá-la em "atividades produtivas". Desse modo o poder tradicional era mobilizado com o fim de recrutar indivíduos para o contrato de trabalho. Nesse momento os comerciantes estabelecidos em zonas de grande densidade populacional, e onde existiam alianças com o poder tradicional, também ajudavam a mobilizar esse poder tradicional para mercantilizar essas formas de recrutamento do trabalho "indígena" e, dessa maneira, tirar os lucros inerentes ao processo.

Somos levados a crer que exatamente em 1961, quando das primeiras manifestações de revolta nacionalista no norte de Angola, um dos primeiros objetivos do espontaneísmo levado a cabo pelos movimentos nacionalistas nessa zona foi o de atacar os postos comerciais isolados, na medida em que eles eram uma ponta de lança do próprio poder europeu colonial com que estavam se defrontando, e, dessa maneira, criar um vácuo, um vazio desse poder colonial nessas regiões. Essa era uma resposta radical às formas de exploração não só pela via comercial como também à exploração do trabalho africano consubstanciada no "contrato".

Se a visão e o conhecimento do outro, através das práticas da vida cotidiana dos comerciantes na segunda metade

do século passado e no começo deste, incorporavam o enfoque das sociedades locais como exóticas, mas ao mesmo tempo eram necessários à sobrevivência das relações de dominação, esse conhecimento é bastante alterado pelas condições econômicas impostas a partir da incorporação dessas formações sociais, sobretudo a partir da década de 30 em Angola, a um sistema capitalista cada vez mais abrangente. /r

Concordamos com a afirmação de Alf Schwarz de que é fundamental a coleta de fatos exóticos pacientemente feita pelos precursores da Antropologia colonial e por antropólogos amadores, na qual podemos incluir as recolhas dos fatos coletados pelos próprios colonos e que em determinado momento forneciam argumentos ao tão propalado mito do "fardo do homem branco" que impressionavam facilmente a opinião pública das metrópoles⁽¹⁵⁾. Um repositório desses conhecimentos sobre as sociedades indígenas em Angola nos é fornecido por Mário Antonio Fernandes de Oliveira nas colaborações angolanas para o "Almanaque de Lembranças" da segunda metade do século passado (em que determinados artigos, assinados não só por colaboradores já nascidos em Angola fazendo parte de uma pequena burguesia angolana mas também por portugueses ali estabelecidos), nos dão a conhecer diversas colaborações, tais como: "julgamentos de indígenas na África Ocidental", "o terror dos criminosos na África Ocidental", "cerimônias para a eleição de um soba", "enterro e eleição de um rei em Cabinda", "feitiços e costumes dos indígenas na África Ocidental", (*)



Os "Homens do Estado" ou
a Antropologia Aplicada

' leis gentílicas, "o soba e o poder dos soberanos", "cerimônias que precedem o seu sepultamento", "canibalismo, descrições de populações locais", "poemas vários", artigos referentes à culinária africana, etc., etc.

Queremos ainda ressaltar a questão da penetração comercial nas diversas extensões do território angolano que completam essa dimensão de contato dos comerciantes com as populações locais. Existe um recenseamento que nos dá o número de 1.370 povoações comerciais, que compo-
tam 2.000 casas comerciais em 1959 em todo o território angolano. Essa nova dimensão do problema parece nos aproximar de uma situação de contato muito mais precisa entre a população local e os elementos europeus no território angolano do que as estatísticas oficiais sugerem quando nos relacionam os elementos de grupos étnicos diferentes.

Os "Homens do Estado" ou a Antropologia Aplicada:

Aquilo que denominamos etnografia administrativa é todo conhecimento que procura apoiar-se num saber paracientífico ou científico dos grupos, visando utilizar as autoridades africanas como ponto de apoio do poder europeu.

Repare-se que a Antropologia administrativa precede largamente a Antropologia como disciplina, o que impõe uma leitura das condições em que funcionou a colonização portuguesa. Citaremos para isso um boletim oficial de 1906 em que um dos ministros das colônias dessa época pede aos governadores de distritos e chefes do Concelho do Distrito de Luanda em Angola que "para uma condição necessária a uma boa administração dos povos indígenas /de civilização muito inferior/ e diferente do nosso, deve-se procurar com bastantes minúcias e segurança os usos e costumes desses povos e suas idéias, crenças, tradições e tendências e sendo certo que, apesar de muito esforço individual, digno de louvor, e de alguns livros de verdadeiro merecimento, relativos a Angola, ainda hoje não se dispõe de todos os elementos necessários para bem avaliar a organização política, civil e social de muitas das populações indígenas que habitam a província, julguei do meu dever proceder a um inquérito administrativo sobre o assunto, formulando o seguinte questionário precedido dessas prévias e concisas explicações" (16). E deste modo Eduardo Augusto Ferreira da Costa, governador geral de Angola, em 23 de julho de 1906 manda publicar o questionário acerca dos usos e costumes de gentílicos da província de Angola com os seguintes temas:

- 1º dos povos em geral;
- 2º do governo político;
- 3º da organização guerreira;

- 4º dos direitos civis;
- 5º do julgamento de crimes e delitos;
- 6º dos recursos econômicos;
- 7º das principais cerimônias;
- 8º das crenças e superstições;
- 9º de diversos usos;
- 10º da linguagem.

Esses temas comportavam o total de oitenta itens de que era composto esse questionário, que deveria ser preenchido pelos chefes de concelhos, residentes, capitães-mor, etc., com uma circular aplicada aos habitantes, interrogando-os, quer fossem os "assimilados" ou os chefes indígenas que estivessem próximos das circunscritções administrativas. Este inquerito, ao partir do postulado de que havia necessidade de coletar dados de uma "civilização inferior", leva-nos de imediato a uma afirmação enunciada no início desse capítulo a respeito da dimensão do discurso etnográfico colonial, caracterizando-se pela inclusão do conhecimento do outro e a sua exclusão ideológica. É importante ressaltar que a Escola Superior Colonial foi criada na mesma data do decreto enunciado anteriormente, isto é, em 1906, pelo ministro da Marinha e do Trabalho. Esta escola funcionava nas dependências da Sociedade de Geografia, tendo por finalidade a formação de funcionários coloniais. O currículo desta escola foi reformado em 1919, merecendo

realce a reorganização da cadeira de Etnologia Colonial, que passou a fazer parte do programa de ensino. Os fins a que se destinava a Escola Colonial são definidos, por um decreto de 1926, como os seguintes:

- "a) preparar o pessoal, civil ou militar, que se destina à carreira do funcionalismo colonial;
- b) ministrar, a colonos ou empregados comerciais que às colônias se destinem, o ensino dos conhecimentos úteis à melhor eficiência da sua ação;
- c) promover a divulgação, pela conferência ou pela brochura de propaganda, de recursos ou possibilidades agrícolas, comerciais e industriais das colônias portuguesas;
- d) auxiliar a propugnação, a dentro e afora fronteiras, dos interesses coloniais portugueses;
- e) publicar regularmente um anuário da Escola onde, além da colaboração dos professores da Escola, sejam também acolhidos trabalhos dos alunos que tenham valor ou ofereçam interesse onde sejam eventualmente arquivados aqueles relatórios dos Governadores Coloniais que, não contendo matéria confidencial, seja proveito so tornar do domínio publico" (17).

Segundo Mário Moutinho, esse mesmo decreto reorganizava a cadeira de Etnologia e Etnografia Colonial, e introdu-

zia uma outra intimamente ligada à etnologia que era denominada Política Indígena. No Primeiro Congresso Nacional de Antropologia Colonial, vários pareceres foram emitidos defendendo o ensino da Antropologia como obrigatório na Escola Superior Colonial e a inclusão deste mesmo ensino na preparação científica dos missionários, assim como a criação nas capitais das províncias ultramarinas (Angola, Moçambique e Índia) de institutos de investigações antropológicas para estudos de Antropometria e Hematologia, bem como de Antropologia Criminal e de Aclimação. Propunha-se também que nas capitais das restantes províncias ultramarinas se fossem criados gabinetes de investigações antropológicas limitadas ao estudo da Antropologia normal, e que no orçamento do Ministério das Colónias fossem inscritas as verbas necessárias para a organização de missões científicas respeitando ao estudo da Antropologia em todas as províncias ultramarinas, e, também que "se criasse uma entidade com fundos especiais a fim de promover a publicação de uma literatura colonial (gramática, vocabulários e livros de usos e costumes) sistemática e devidamente organizadas para facilitar aos colonos, funcionários, cientistas e missionários o conhecimento dos indígenas das regiões onde devam atuar. Que se comunique ao governo o desejo de que se concedam às entidades administrativas, comerciais, militares, científicas e religiosas portuguesas, sem exceção alguma, todas as facilidades possíveis para dirigir inquéritos, estudar in loco e trabalhar

livremente em todos os nossos domínios, pelo engrandecimento e a glória do nosso império colonial. Que se consiga dos atuais missionários portugueses que, como fazem os missionários estrangeiros, publiquem revistas e boletins missionários dos respectivos grupos ou comuniquem à Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnografia do Porto, ou às suas congêneres do país, os estudos e observações que fizeram no campo da Antropologia, da Etnologia e da Etnografia, nela incluída a Linguística, de maneira a que esses estudos possam aproveitar a quantos se dedicam a esse ramo do saber. Que das missões científicas das colônias façam parte não só naturalistas como etnógrafos, linguistas e arqueólogos" (citado por Moutinho, 1982:422-423).

As resoluções tiradas nesse I Congresso Nacional de Antropologia Colonial permite-nos concluir que havia uma tendência, um engajamento total com a própria política colonial exercida pelo governo. No entanto, essas resoluções cobriam, de uma forma um tanto ambiciosa, uma série de medidas que não parecem ter sido cumpridas nas décadas seguintes, mas sobretudo a proposta de realização de inquéritos a serem feitos pelos comissários administrativos nas colônias com a missão de recolher informações diretamente das populações indígenas parecer ter sido cumprida em parte, e a maioria desses materiais tenha sido utilizada pelas autoridades coloniais. A maior parte desses relatórios dá ênfase aos aspectos econômicos da região, na medida em que era esse o interesse imediato das autoridades. José Maianga observa que a "Administração Colonial procurou esclarecer dúvidas das instituições da sociedade sobre sua jurisdição, ensaiando por isso uma antropologia dirigida pelos seus funcionários. Respeitavam apenas as práticas de instituições africanas que não colidissem com os modelos da civilização ocidental e, portanto, não impeditivas de se aplicar os níveis civilizacionais que tinham atingido as nações coloniais, únicas a possuir nas suas mãos a verdade histórica". (Maianga, 1979:55).

Entre os poucos artigos referentes à etnografia dirigida a Angola e às demais colônias portuguesas, os arti -

gos de maior relevo encontram-se sobretudo em revistas como: "Mensário Administrativo", "Revista Garcia de Orta", "Revista do Instituto de Investigação Científica de Angola", etc.

No entanto, na medida em que a política de colonização portuguesa, especialmente no que tange a Angola, intencionalmente tinha como perspectiva uma colonização por povoamento, a ênfase era dada não só aos aspectos econômicos visados pelo inquérito, abrangendo o potencial econômico de determinadas regiões para fixação de colonos, como também as condições ecológicas características dessas regiões. Desde o Congresso de Antropologia Colonial, a que já nos referimos mais acima, alguns testemunhos de antropólogos participantes desse Congresso afirmavam a proposição de uma colonização dirigida em que esses aspectos, e mesmo os de Antropologia Biológica, eram bem especificados. Eusébio Tamagnini, que participou desse Congresso, refere-se da seguinte forma à escolha dos indivíduos que deveriam ser relacionados como colonos para essa "missão civilizadora". Diz-nos esse antropólogo que "muitas vezes se apresenta como prova evidente da alta capacidade colonizadora dos portugueses a pequena repugnância que manifestam nas aproximações sexuais com elementos de outras origens étnicas. É indispensável mudar radicalmente seme

lhante atitude, se é que ela existe como característica étnica própria. Quando dois povos, ou duas raças, atingem níveis diversos, as consequências da mestiçagem são necessariamente desastrosas. Esta visão racista foi substituída posteriormente por uma política de miscigenação, isto é, por uma ideologia "luso-tropicalista", mas mesmo assim a idéia de uma colonização dirigida e intensa parece ter sido privilegiada até os anos 60. Um dos antropólogos portugueses mais renomados, Jorge Dias, num dos seus ensaios, denominado "Contactos de Cultura", preconiza que "deve se ativar um processo de desenvolvimento econômico, pelo aperfeiçoamento das técnicas agrícolas, pela industrialização, canalizando para a província um caudal abundante de imigrantes" (Essa província era Moçambique) (18). A polémica sobre se há ou não uma Antropologia Colonial portuguesa tem sido levada a cabo sobretudo nos anos após as independências.

Donato Gallo, antropólogo italiano, num trabalho recente, tenta inventariar as principais linhas colocadas por esta problemática e nos afirma que, se em Portugal não há o produto de uma teoria antropológica, alguns elementos levam a supor a existência de uma antropologia aplicada, apesar dela ser ou estar subalterna a teorias provenientes de âmbitos culturais externos ao país. Na verdade, a maior parte das produções antropológicas pro

venientes do exercício do poder colonial, como dissemos, está circunscrita sobretudo a relatórios dos funcionários administrativos. As bibliografias existentes comprovam que a produção antropológica é na verdade relativamente escassa e, como muito bem diz René Pélissier, a maior parte dessas produções está "abaixo do limiar científico mínimo" (René Pélissier, 1980).

Assim, a Antropologia só intervém de maneira secundária, como afirma Alfredo Margarido, mais como um álibi cultural do que como um discurso destinado a ser utilizado pe la administração colonial. E isso acontece mesmo quando se verifica a modificação do paradigma colonial. Mas logo que se volta à prática normal, logo que são afastadas as ameaças internas, e sobretudo externas, a antropologia deixa de ser consultada e recusa-se aos antropólogos até a possibilidade de trabalhar livremente para fornecer informações e conceitos. Não é de admirar, desse modo, que a maior parte dos trabalhos realizados nas últimas décadas antes da independência seja mais de teor etnográfico do que propriamente etnológico. Se fizermos rapidamente um inventário recorrendo às bibliografias produzidas a esse respeito, poderemos captar as tendências as-sumidas por esses trabalhos. J. J. Gonçalves, professor do Instituto de Estudos Ultramarinos na década de 60, fornece-nos a partir de dezoito fontes bibliográficas a sua "Bibliografia Antropológica do Ultramar Português",

editada em 1960, em que catalogou 424 obras, algumas das quais não produzidas por autores portugueses. Um grande número delas são obras de Antropologia Física, o que, como afirma o autor dessa bibliografia, dá a importância da relação desta com a Antropologia Cultural, em que muitos aspectos comuns se interseccionam, completando-se. Devemos reter aqui que a maior parte dos trabalhos de Antropologia Física referiam-se sobretudo à Antropometria. Uma bibliografia referente unicamente a Angola, publicada pelo Centro de Documentação Científica Ultramarina em Lisboa, partiu de dezoito bibliografias consultadas, perfazendo um total de 717 títulos. Interessam à Etnografia e à Antropologia Cultural 63 desses títulos, dos quais quinze se referem à etnia Nganguela, 33 são sobre ritos de circuncisão relativos a diversos povos de Angola e uma única obra trata das lendas, das canções e dos contos angolanos.

Gerald Bender já havia sublinhado que a maior parte desses trabalhos referiam-se a descrições de ritos, vestuários, descrições de tatuagens, religião, aspectos esotéricos, cerimônias rituais africanas, imbuídos muitas vezes de uma linguagem exótica, de um tom moralizante e paternalista que conferia à qualidade dessas obras um baixo nível científico⁽¹⁹⁾.

Estamos, de certo modo, de acordo com Alfredo Margarido

que, quando nos dimensiona esse aspecto político, justifica a fraca produção antropológica. Isto, quando pensamos que o projeto essencial da colonização passa pela substituição gradual mas intensiva das populações autóctones por populações vindas do exterior, os colonos, e, deste modo, pela substituição de seus valores culturais, políticos e econômicos por valores externos. Dessa maneira, às populações autóctones é reservada unicamente a função de puro reservatório de força de trabalho a serviço dos status colonial. A produção e a análise antropológicas : servem sobretudo nos momentos de crise, como exemplificaremos mais adiante, após o desencadeamento da luta de libertação nacional, o que fica evidente nos relatórios confidenciais, principalmente aqueles preparados para as Forças Armadas coloniais e nos simpósios realizados visando a "contra-subversão;" denominação dada pelas Forças Armadas.»

Mário Moutinho, num artigo interessante, nos revela o engajamento de uma certa produção antropológica com o Estado Novo implantado em Portugal pelo salazarismo, ao analisar os diversos discursos de vários antropólogos e dos diversos políticos responsáveis pela política colonial portuguesa posta em prática pelo Ministério das Colônias, mais tarde denominado Ministério do Ultramar. Apesar disso, houve casos como o de Mesquita Lima, um antropólogo que durante algum tempo esteve vinculado à adminis-

tração colonial em Angola, segundo o seu parecer, "no caso português havia o político que até certo ponto condicionava o aparecimento de uma antropologia voltada para o domínio efetivo", mas, por outro lado, o problema tem suas raízes e explicações, segundo ele, mais no campo sócio-cultural e nunca nos paradigmas culturais lusos de planificar a longo prazo com o objetivo do lucro, como aconteceu com outros tipos de colonização (Lima, 1984:19-38). Continuando, o mesmo autor diz-nos que o conhecimento da realidade sócio-cultural das antigas áreas de colonização portuguesa era de caráter empírico-intuitivo e possuía muita coisa baseada em estereótipos, em conhecimento do tipo familiar, repassado de emotividade, de fantasmas, de aparências, de idéias feitas. Ainda afirma o autor que esse tipo de antropologia, se é certo tenha servido em determinadas situações, o fato é que nunca poderia servir para uma política a longo prazo porque mesmo que se pensasse no caso do afastamento de Portugal da colonização, como vai se verificar, Portugal tenha saído dessa forma tão pobre em todos os sentidos: cultural, econômico e político.

Percebe-se a fragilidade dessa argumentação sobretudo ao tentar-se analisar a relação de Portugal com as demais culturas através de um elo exclusivamente lusitano, tal como já o teria feito Jorge Dias, e perdendo a dimensão política e econômica de que Portugal faz parte, no

interior de um sistema maior de dominação no contexto ocidental e em que aspectos não só ideológicos como de interesses econômicos se sobrepõem às vontades e aos valores intrínsecos a Portugal. Aliás, esta é uma das conclusões tiradas por Eduardo Lourenço em seu interessante ensaio "Psicanálise Mítica do Destino Português", em que nos afirma que a conjunção de um complexo de inferioridade e superioridade nunca foi despoletada como conferia ao longo da história portuguesa e que por isso misteriosamente corrói como raiz que é essa relação irrealista que os portugueses mantêm com eles mesmos. Segundo as contingências da situação internacional ou mundial, um ou outro desses complexos se faz presente mas, com mais constância os dois ao mesmo tempo; imagem inversa um do outro. Mais adiante acrescenta que é por demais claro que ambos cumprem uma única função: a de esconder de si mesmo a sua autêntica situação de ser histórico em Estado de intrínseca fragilidade: "Nós fomos, nós somos uma pequena nação que desde a aurora do nascimento se recusou a sê-lo sem jamais se poder convencer que se transformara em uma grande nação. Acontece, todavia, que mesmo na hora solar de nossa afirmação histórica, essa grandeza era, concretamente, uma ficção" (Lourenço, 1978:21).

Os "Homens da Guerra" ou
a Antropologia Militar



OS "HOMENS DA GUERRA" OU ANTROPOLOGIA MILITAR

Esse tipo de Antropologia inicia-se sobretudo com o início da Guerra de Libertação Nacional em Angola, em 1961, a partir do esforço dos militares para reunir informações autônomas que dessem respaldo às suas atividades naquilo que denominavam de "uma guerra de contra-subversão". No entanto, a disposição dos dados existentes era de origem administrativa. Desde modo, uma colaboração estreita entre os administradores locais e os comandos militares em Angola realizou uma vasta troca de informações, visando uma colaboração mais coesa que tinha por fim o combate ao que se denominava de guerra subversiva.

Essa colaboração já é patente no ano de 1962, quando no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina em Lisboa três militares proferiram uma série de conferências para os alunos daquela escola, sob o tema "subversão e contra-subversão". Essas palestras se referiam ao trabalho realizado pelos militares na Guerra de Angola e tinham como objetivo o de tentar evitar o alastramento das idéias ditas "subversivas" que, naquele momento, se instalavam na colônia. Estes oficiais tinham passado por um treinamento com os militares franceses que se envolveram no conflito da Argélia. Essas

três palestras foram publicadas num livro da Junta de Investigaçãoes do Ultramar (Lisboa, 1964), denominado "Subversão e Contra-subversão". É interessante frisar que este livro desapareceu dos inventários, das publicaçãoes da Junta, a partir do ano de 1975. Essas atividades tornaram-se confidenciais e faziam parte do segredo do Estado-Maior em Angola, que criou um Conselho de Contra-Subversão para informaçãoes a respeito não só dos movimentos nacionalistas em confronto com os militares portugueses, mas também das populações locais através dos dados recolhidos pelos diversos destacamentos militares em diversas regiões, assim como pelos administradores locais. Em 1968, a partir de um maior desenvolvimento da luta armada em Angola, com a abertura da Frente Leste, os militares portugueses viram a necessidade de organizar um simpósio sobre a "contra-subversão", que vem a se realizar de novembro de 1968 a março de 1969 e nele trinta e oito textos foram discutidos entre os participantes. Apesar desses documentos terem um teor secreto, confidencial e reservado apenas aos oficiais militares que deles participaram, chegaram a ser publicados mais tarde, em 1974, no exterior, pelo IDOC, um organismo de denúncia dos crimes cometidos nas colônias portuguesas, e que publicou em Roma um pequeno livro denominado "Angola: Documentos Secretos do Governo sobre a Contra-Subversão". A maioria dos participantes desse simpósio eram oficiais que estavam ligados ao Conselho Geral da Contra-Subver -

são, administradores vários do aparelho administrativo colonial, um antropólogo que naquele momento estava mobilizado como militar durante a guerra, um agente da Polícia Internacional de Defesa do Estado, a célebre PIDE, o prefeito da cidade de São da Bandeira, hoje denominada Lubango, um comandante da Polícia de Segurança Pública de Angola e um sociólogo dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, SCCIA, órgão de informação e assessoria ao Governo Geral de Angola. Para fazer-ser uma idéia desses textos, discutidos durante o simpósio, vamos enumerar alguns, de acordo com os painéis em que foram discutidos. O primeiro painel era um plano geral de contra-subversão. O painel dois era sobre a organização da contra-subversão, da crítica a aspectos que necessitavam de revisão ou ajustamentos e subsídios para uma possível alteração a introduzir na atual estrutura hierárquica da contra-subversão. O painel três era sobre o reagrupamento das populações, o controle das populações nos reagrupamentos, a necessidade de enquadramento das populações rurais com os elementos evoluidos, o reagrupamento de populações e promoção social, a constituição de localidades só com população africana, alimentação dos agregados africanos do Distrito de Malange, regulamentos no reagrupamento de populações africanas em vilas. O quarto painel discutia a defesa civil ou as milícias na autodefesa, através dos textos: "O estudo sobre a autodefesa de pontos sensíveis", "Estudo sobre as milícias e autodefese

sa", "Aspectos relacionados com a defesa civil para apreciação do Plenário da Contra-Revolução". O quinto painel versava sobre a ação psicossocial. Do relatório e conclusões da comissão de estudos do quinto painel constam: ação psicológica; atividades de caráter primitivo; informação, publicação e ação psicológica. O sexto painel era sobre promoção social e reordenamento rural: a mentalização desviacionista das massas nativas; promoção social das populações; a promoção sócio-econômica das populações na base dos problemas da contra-subversão; uma política de reordenamento da população de Angola com base na expansão dos quimbundos.

Apesar dos esforços dos militares em tentar compreender o nível de mobilização das massas nacionalistas em Angola, o efeito foi relativamente sem importância na medida em que essas populações estavam já mobilizadas pelas forças nacionalistas e toda ação que tentava controlar ou "recuperar" psicologicamente esses habitantes também abortou, por ser contraditória com a violência da luta, em que a maior parte das ações militares exercidas pela tropa portuguesa consistia em destruir os aldeamentos e desestruturar as formas de organização tradicional das populações locais para poder exercer um controle eficaz por meio de um reagrupamento em aldeias estratégicas. A pressão de alguns chefes tradicionais e a tentativa de mobilizar esses angolanos para uma ação contra-revolucio

nária também não surtiram efeito, na medida em que as próprias populações rejeitavam esse tipo de ação.

Um outro trabalho, também reservado e confidencial, que chegou às nossas mãos, denominado "Populações de Angola", pertencia ao Comando Chefe das Forças Armadas de Angola, 5a. Repartição, elaborado em julho de 1973. Distribuído a oficiais a fim de contribuir para uma acumulação ordenada de elementos e uma atualização de conhecimentos maiores sobre as populações de Angola, dá-nos a perceber já no preâmbulo que, na verdade, se de um lado há uma descrição sucinta das populações e das suas formas de organização do ponto de vista etnográfico bastante elaborado (mas que compreende uma resenha de trabalhos já desenvolvidos, pelo menos a julgar pela bibliografia existente), por outro lado apresenta afirmações de caráter mais pessoal de quem o elaborou e no qual se apresentam características gerais das populações existentes. Aqui o autor aponta características gerais do preto de massa, em que os juízos de valor e os estereótipos usados são de tão baixo nível científico que nos recusamos a fazer menção aos diversos itens desse capítulo.

O combate psicológico foi um fracasso devido às condições irreversíveis da luta que se travou em Angola, em que não foram as vitórias militares às vezes alcançadas

pelas tropas portuguesas o aspecto relevante, mas sim o esforço de guerra que impossibilitava a desmobilização de uma parte do Exército Português, e que iria trazer prejuízos e, de certa maneira havia uma situação insustentável não só em termos econômicos, mas também demográficos e ideológicos. A guerra colonial a longo termo teve um efeito inverso que foi o de conduzir não só os soldados como os próprios oficiais a tomar consciência de que esta luta na verdade não tinha possibilidade de uma vitória militar definitiva. E me parece até interessante que se faça uma etnografia dos oficiais militares portugueses que levaram a cabo o golpe de 25 de Abril e que estiveram mobilizados durante algum tempo nessa guerra colonial. Militares esses que, pelo menos por alguns dos nomes mais evidentes da "Revolução dos Cravos", parecem ter participado sobretudo daquilo que se denominou anteriormente "Contra-Subversão". Lamentavelmente este parece ter sido o momento em que o conhecimento do outro se fez necessário para a sua eliminação seja política, seja física. Podia-se, deste modo, chegar à conclusão de que estávamos perante uma antropologia da morte, que já teria talvez sido iniciada nas chamadas campanhas de "pacificação" no fim do século passado e começo deste século em Angola, quando os contingentes militares chamados à colônia para debelar as "rebeliões" existentes, sobretudo no sul de Angola, foram levados a tentar identificar, na maior parte



GAI
RICA

Os "Homens de Deus" ou
a Antropologia Missionaria

REVISTA DE CULTURA MISSIONÁRIA

das vezes, quer os chefes quer os indivíduos contestadores, ou, melhor dito, resistentes, para melhor combatê-los ou eliminá-los.

Não nos deteremos mais sobre este item na medida em que esse tipo de conhecimento é elaborado de forma circunstancial e é baseado principalmente em dados secundários coletados por administradores ou militares, sem importância maior no conhecimento elaborado sobre as populações locais.

Os "Homens de Deus" ou a etnografia missionária:

Devem-se acrescentar outras variantes ao trabalho antropológico, como o discurso dos missionários, um dos elementos mais importantes e que tem um lugar específico: desde os documentos dos missionários respeitantes à Angola seiscentista, até trabalhos etnográficos que ainda hoje são consultados, documentos a serem tratados do ponto de vista do conhecimento antropológico atual, para a elaboração de uma etno-historia de Angola. Os trabalhos atuais desse mesmo discurso missionário, marcados por um certo empirismo e de um caráter individual de observação no campo, sobre sociedades em pequena escala, trouxeram detalhes e descrições etnográficas a serem consultadas apesar dos muitos estereótipos e de imagens com julgamento de valor do ponto de vista religioso.

A Igreja Católica esteve associada desde o início à presença dos portugueses em Angola e pode-se dizer que constituiu uma das armas essenciais na sua expansão colonial. O rei do Congo, por exemplo, fez-se batizar em 1491. Uma primeira igreja foi construída em Mbanza Kongo nesse mesmo ano. O esforço de evangelização, conduzido pela Igreja Católica levou à presença de missionários que se fixaram um pouco por todo o país. Uma moderna fase da Igreja Católica começa com a chegada dos padres do Espírito Santo a Angola em 1866. A maioria desses padres era de origem francesa e alsaciana. A Igreja Católica recebe um estatuto especial, um estatuto de missionários, segundo um acordo nos termos de Concordata assinada entre Portugal e o Vaticano, privilegiando assim a ação dos missionários e a sua jurisdição nas colónias portuguesas. Por sua vez, os missionários protestantes que têm origem em missões vindas da Inglaterra, EUA, Canadá, Suíça e Alemanha dividem suas áreas de interesse no território angolano segundo as suas origens. A Sociedade Batista Missionária, de origem inglesa, chega ao Congo em 1878 e trabalha também no nordeste de Angola. A Igreja Metodista se estabelece em Luanda em 1885 e desenvolve a sua atividade sobretudo na área quimbundo. A Junta Americana e Canadense para as Missões no Exterior se estabelece na região do Ovimbundu desde 1880. O dr. Héli Chatelain, suíço, que trabalhou na Missão Metodista na região de

Luanda, vem a fundar mais tarde a Liça Filafricana e instala-se na região do Ovimbundu. Desde 1962 a Missão Filafricana de Angola passa a denominar-se Igreja Evangélica do Sudeste de Angola. Os adventistas instalaram-se também na região Ovimbundu, na província de Huambo, construindo um hospital, em que atua o célebre cirurgião dr. Parsons, em 1922.

A origem não portuguesa da maioria dos missionários protestantes leva-nos a crer que dirigiam uma ação missionária de evangelização e de educação dos povos com que estavam em contato, bem como um estudo mais detalhado das formas de organização social desses povos pelo fato de não estarem identificados com a política de ação do Estado Colonial. Em parte, o mesmo é válido para os missionários católicos de origem francesa/alsaciana e holandeses que pertenciam à Congregação do Espírito Santo. A ação educativa tanto dos protestantes quanto de uma ala progressista católica possível, sobretudo na Igreja Católica posconciliar, conduzem à possibilidade de surgirem determinados nacionalistas educados nas missões protestantes ou em seminários católicos que aderiram desde o início à Luta de Libertação Nacional. Parece-nos que uma certa lealdade religiosa no que se refere às três principais correntes protestantes em Angola contribuíram para uma divisão tripartida entre os três movimentos nacionalistas durante a Luta de Libertação Nacional. A Igreja Batista, sobretu

do no norte de Angola, a Igreja Metodista na capital e as associações congregacionistas no centro-sul de Angola. Os trabalhos dos missionários que, inicialmente, se restringiam à elaboração de gramáticas e catecismos nas línguas locais, assim como à tradução de partes da Bíblia, posteriormente se ampliaram e se objetivaram em um estudo mais detalhado das populações autóctones. Temos aqui de reconhecer a relevância do ponto de vista etnográfico, sobretudo dos trabalhos de pastores protestantes na região do planalto central de Angola, voltados para o grupo étnico-linguístico denominado Ovimbundu. Temos a realçar os trabalhos seguintes:

D.A. Hastings - Ovimbundu beliefs and practices. Hastford, Kennedy School of Missions, 1933 (PhD's thesis).

M. Mc Cullock - The Ovimbundu in the ethnographic survey of Africa. Part. II. (London, 1952).

Duane Victor Walu - The economic life of the Ovimbundu (M.A. thesis, Hastford, Ken. Sch. Mis., 1941).

Edwards, Adrian C. - The Ovimbundu under two sovereignties (Oxford, 1962).

Hambly, W. D. - The Ovimbundu of Angola (Chicago, 1934).

Childs, G. M. - Umbundu, kinship and character (Oxford Univ. Press, 1949).

Por outro lado os padres católicos, principalmente aqueles da Congregação do Espírito Santo, deixam-nos sobretudo no sudeste de Angola, o trabalho pioneiro e profundo

do padre Carlos Esterman sobre a etnografia da região. Já no norte de Angola os padres Manoel Vaz e Joaquim Martins nos dão várias etnografias dos povos do Enclave de Cabinda. Temos ainda a constatar algumas gramáticas e dicionários feitos na região Kicongo, Kimbundu e Ovimbundu, realizados por outros padres da Congregação do Espírito Santo e dos capuchinhos.

Neste inventário breve sobre os trabalhos etnográficos dos missionários protestantes e católicos podemos constatar um nível bem mais profundo e uma produção bem maior dos missionários protestantes em razão primeiramente do nível dos cursos superiores desses missionários, formados em sua maioria em universidades, em cursos de Teologia de cujo currículo constavam cadeiras de Antropologia. Entre esses trabalhos pode ser citado como exemplo aquele mais conhecido e que se pode considerar um clássico: o trabalho de G. M. Childs, que é uma tese de doutoramento sobre a orientação da antropóloga americana Ruth Benedict.

Temos ainda a constatar uma geografia dessa produção em que os trabalhos dos missionários protestantes, como já realçamos, concentram-se sobretudo no planalto central, região do grupo Ovimbundu. Os trabalhos dos missionários católicos estão concentrados mais nas regiões norte e sudoeste de Angola. No mapa que incluímos em nos-

so trabalho podemos observar a distribuição das missões protestantes e católicas, o que permite visualizar essa geografia da produção etnográfica dos missionários que relacionamos.

Essas missões tinham uma plurifuncionalidade, sobretudo as protestantes, pois sua função não era apenas a evangelização mas muitas vezes também a promoção social, isto é, proporcionar uma educação profissionalizante e também uma assistência médica às populações locais. Por outro lado, as missões católicas baseadas no estatuto missionário promulgado pelo governo português a 5 de abril de 1941 e que estava de acordo com a Concordata assinada com o Vaticano tinham entre seus objetivos sobretudo operar com a "missão civilizadora de Portugal".

Mas essa não era a posição do clero autóctone de Angola, que esposava uma posição crítica em relação à própria Igreja Católica e à sua ação específica em relação à situação em Angola. É de se notar que um grande número de padres naturais de Angola teve, após 1961, residência fixada em Portugal devido à sua militância política. Assim, o reverendo padre Joaquim Pinto de Andrade (que mais tarde abandonou a batina) foi eleito o primeiro presidente de honra do Movimento Popular de Libertação de Angola. Poderíamos ainda citar o cônego Manuel Alves das Neves, um dos nacionalistas angolanos presos

após o desencadeamento da luta armada em 1961.

O grupo de intelectuais dos países sob dominação portuguesa apresenta uma mensagem ao Congresso Mundial de Escritores e Artistas Negros realizado em Roma em março e abril de 1969, ocasião em que se insurgem contra o ensino ministrado aos indígenas pelas missões católicas: "A este propósito, é interessante reter um despacho datado de março de 1958 pelo secretário geral do governo da colônia de Angola que nos diz: 'quem se relacionar com indígena educado sob a influência das missões protestantes notará uma diferença surpreendente com aqueles que o são pelas missões católicas — aqueles são mais sociáveis, tem outros hábitos de trabalho, são mais bem cultivados do ponto de vista cultural e profissional, são mais bem preparados para a vida prática; estes são mais místicos, mais preocupados, mais pobres, incontavelmente mais portugueses. É que nesses existe uma unidade religiosa, a preocupação de se tornar antes de tudo bons cristãos. Se esta preocupação dominar, coloca de lado certos problemas de ordem prática, incongruentes, mas por outro lado têm a vantagem de uniformizar no mesmo estágio cultural, todos os indígenas de Angola e de moldá -los mais à nossa maneira de ser'.

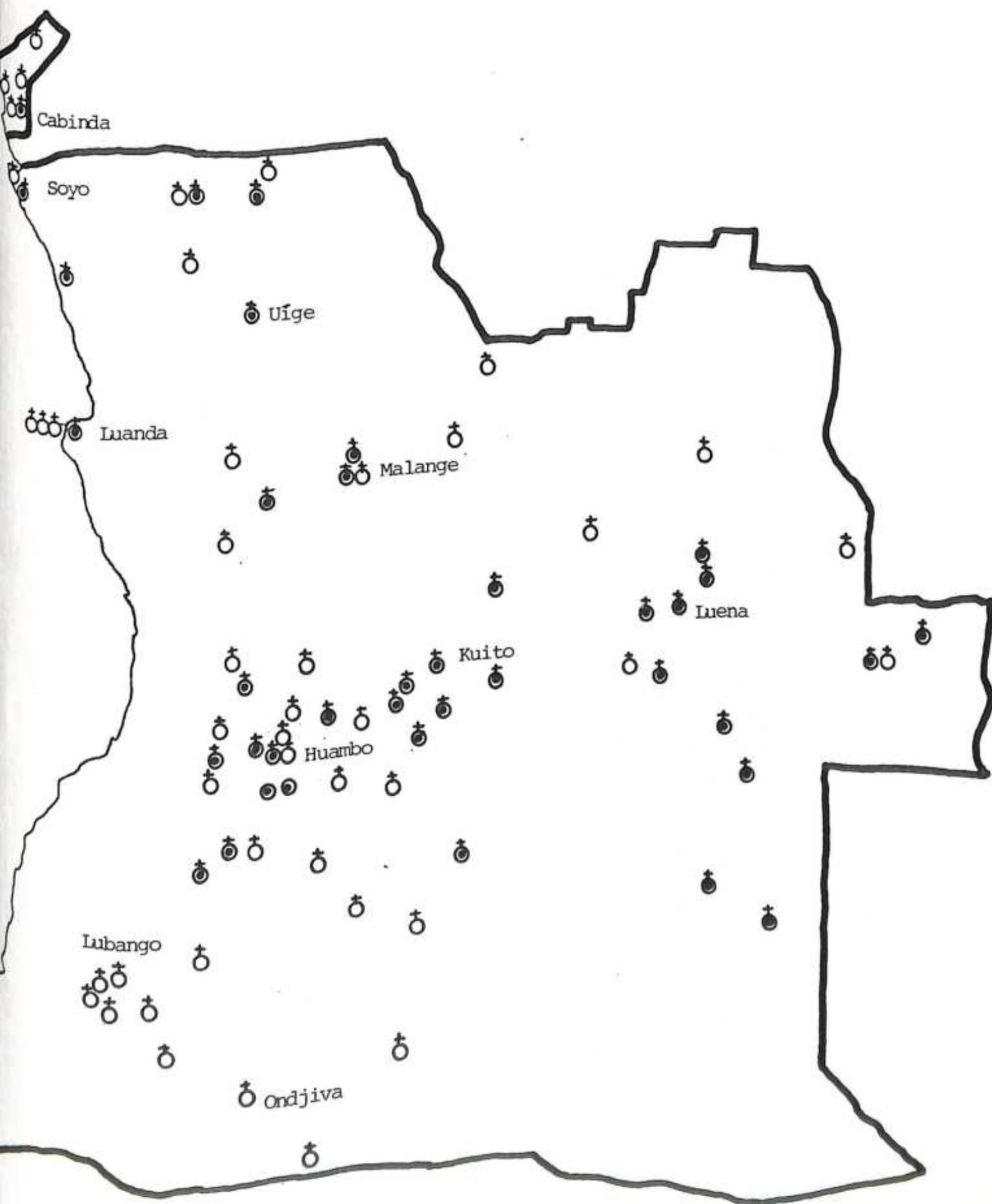
Nós queremos crer contudo que a Igreja Católica, nas colônias portuguesas, tenha sido abusivamente utilizada pelos colonizadores portugueses na sua obra sinistra de li

quidação das culturas indígenas, sufocando as línguas africanas, levando à despersonalização do homem africano e de sua preparação para as funções servis nas colônias" (20).

Se é verdade que os processos educacionais conduzidos pelos missionários quer sejam católicos quer protestantes tiveram uma importância bastante grande para a compreensão dos valores, das ideologias a eles inerentes no processo de transferência de cultura, por outro lado parece-nos de maior relevância as respostas dadas pelos africanos ou pelo clero africano a esse processo de socialização de valores exógenos, ou ainda uma interpretação que puderam dar, lançando mão de seus próprios sistemas de valores. Há também para ressaltar trabalhos importantes como o de T. Samuels (1970) sobre a educação em Angola e os trabalhos em curso conduzidos pelo professor Douglas Wheeler, que tentam recuperar os depoimentos de cerca de trezentos ex-missionários radicados nos Estados Unidos e no Canadá para uma análise mais profunda do momento histórico que antecede a independência de Angola. Trabalho idêntico poderia ser feito com a emergente Igreja africana, seja católica ou protestante, enfocando a sua participação durante a Luta de Libertação Nacional, naquilo que denominamos em nosso trabalho de "a recuperação do discurso autônomo".

Em relação à Antropologia temos uma concepção análoga à de Roger Bastide, quando diz que os antropólogos, ao estudar os processos de aculturação, as suas finalidades e seu desenvolvimento, dependem não somente de estudos empíricos que eles possam produzir, mas das situações aculturativas nas quais eles trabalham estas situações aculturativas. Por outro lado, são herança das concepções étnicas de seus predecessores. Assim, uma etnologia angolana só pode nascer, aceitando aquilo que Bastide preconiza a partir da elaboração de uma etnologia do conhecimento, isto é, uma etnologia que deve refletir primeiramente sobre os efeitos dos valores, dos ideais, dos hábitos ou das atitudes culturais que se impõem ao pesquisador, pertencendo ele a determinada etnia. Assim, a recuperação do discurso autônomo deve passar por uma crítica ao conhecimento herdado da época colonial sobre si próprio.

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO CATÓLICOS E PROTESTANTES



☉ MISSÕES CATÓLICAS
 ☉ MISSÕES PROTESTANTES



CAPITULO 3
Os "Homens da Terra"
e as suas Fronteiras

TERRA" E AS FRONTEIRAS

povos que habitaram Angola teriam sido os provavelmente, também os pigmeus ao norte e pelas migrações bantus, teriam se refugiado nesta equatorial que coincide hoje com a

Gabão. Os khoisan compreendem os subgrupos e bosquímanos, os quais existem ainda em Angola e que constituem no seu conjunto caçadores-coletores, que habita uma estreita faixa no deserto do Moçamedes. Os povos que viveram em Angola nunca constituíram formas hierarquizadas. A quase totalidade da população angolana é constituída por povos de origem

bantu, que foi criada por Black em 1862, pertencendo a grande família linguística africana. A raiz ntu para designar as pessoas. Assim o prefixo do plural ba, é que leva à formação do vocabulo bantu (ba-ntu).

Os fluxos migratórios dos grupos bantus, que vieram para Angola em vagas sucessivas vieram, uns do norte e outros do leste ou, ainda, do sul do continente africano. Destas diferentes correntes migratórias resultaram, devido à sua adaptação às condições ambientais resultantes em diferentes formações sociais, com vocações distintas. Os que vieram do norte e do leste, principalmente, apresentam especialização agrí-

cola; os que desceram pelo leste e emigraram pelo sul, além da agricultura, apresentam também habilidade para o pastoreio. Aos primeiros pertence o grupo etnolinguístico kicongo e, aos segundos, os grupos herero, nyaneka-bumdi, ambõ e kindonga. Do encontro entre eles originaram-se, provavelmente, os grupos kimbundu, ñgañguela e umbundu. Foi no século XIII que o grupo kicongo atravessou o rio Zaire e se instalou na sua margem esquerda, na região que constitui atualmente o noroeste de Angola, bem como no espaço compreendendo a margem direita do território e que constitui hoje o Enclave de Cabinda.

Durante o século XV, ou possivelmente antes, entrou pelo sul de Angola o grupo nyaneka-humbi que, depois de atravessar o Kunene, se instalou na região do planalto central. Nesse mesmo século um outro grupo, o herero, teria abandonado a região dos Grandes Lagos. Os herero entraram pelo extremo leste de Angola, atravessaram o Planalto de Bié e acabaram por se instalar no sudoeste de Angola na faixa que separa o deserto de Moçamedes e o Planalto da Huíla.

Ainda no final do século XVI entrou um novo grupo pelo norte denominado jagas que, tendo sido derrotado pelos kikongo, vieram a se instalar mais para o sul, onde se juntaram a outros grupos de jagas vindos da Lunda (imbasgalas). Apesar da polémica existente a respeito da origem dos jagas (muito bem estudado por Joseph Miller), parece-nos importante essa migração na medida em que es

te grupo guerreiro faz assimilar, pelos outros, uma série de estruturas sociais peculiares voltadas para a guerra, as quais serão aproveitadas nas primeiras resistências armadas ao colonialismo português. Estou me referindo sobretudo à instituição político-militar do "quilombo" como verdadeira máquina de guerra dos guerreiros jagas. No século XVIII outro grupo, o nganguela, entrou pelo oeste atravessou o Alto-Zambese e chegou até o Kunene. Nesse mesmo século entraram também em Angola os ambôs que, vindos do Baixo-Cubango, se instalaram entre o rio Cubango e o Kunene. Ainda nesse século, os quiocos abandonaram a região de Katanga atravessando o rio Kasai. Instalaram-se na região da Lunda, no nordeste de Angola, de onde mais tarde voltaram a emigrar, principalmente para o sul, abrindo uma fenda entre o grupo denominado nganguela.

Finalmente, no século XIX, instalou-se em Angola o último grupo vindo do exterior, os xindonga, que, saídos da África do Sul em meados do século XIX, se instalaram inicialmente no Alto-Zambese, tendo acabado alguns deles por se estabelecer no extremo sudoeste de Angola, entre os rios Cuando e Cubango. Os ovambo, vindos do sul, se fixaram nas zonas a leste do rio Kunene, região atualmente de fronteira com a Namíbia.

Estes são os principais exemplos de migrações bantus

que se fixaram em Angola entre os séculos XIII e XIX. Todo o conjunto cultural étnico da Angola atual é expressão do posterior desenvolvimento da riqueza cultural criada pelos bantus em regiões específicas. A margem das diferenças de origem histórica e diversidade dialetal que constitui o motivo das distinções entre os diversos corpos étnicos, é a língua bantu que forma o fundo linguístico dos povos angolanos, com exceção, em especial, dos núcleos hotentotes e bosquímanos, por isso designados não-bantus.

É preciso mencionar, ainda, os grupos de origem europeia que, devido à colonização, descendem sobretudo de portugueses de várias gerações e constituem uma população mais ou menos dispersa em toda Angola mas concentrando-se sobretudo nos centros urbanos. Pensa-mos que devemos reter aqui que as grandes etnias dentro das fronteiras nacionais de Angola são as pertencentes aos grupos kimbundu e ovimbundu bem como ao pe-
queno grupo nyaneka. Os demais grupos étnicos estão divididos ao longo da fronteira de Angola com os demais países vizinhos. Este dado é de significativa importância, sobretudo no contexto da Libertação Nacional, já que as lealdades étnicas com os grupos dos países vizinhos se fizeram necessárias quando das migrações temporárias de exílio provocadas pela guerra colonial. E é sobretudo entre esses grupos de exílio

que são recrutados numa primeira fase da Luta de Libertação Nacional os guerrilheiros dos movimentos nacionalistas.

A demarcação das fronteiras coloniais no fim do século XIX marca um momento histórico decisivo e a emergência do Estado-Nação angolano. O professor Ilídio do Amaral, em recente estudo sobre a fronteira sul de Angola, conceitua a fronteira política "como o limite da área na qual se exercem as funções de Estado, do corpo político que contacta com outros ~~grupos~~ corpos idênticos" (20A), explicitando ainda as dificuldades que materializam a demarcação das linhas dessa mesma fronteira. Podemos constatar que os sistemas de limites e de fronteiras, sejam eles materializados ou não, horizontais ou verticais, constituem invariavelmente uma necessidade para o exercício do poder do Estado. A delimitação territorial informa, por um lado, sobre o poder de que é investido o Estado, nesse caso o Estado colonial, e, por outro, das intenções desse mesmo poder: o controle sobre o território e sobre as populações que nele habitam. Mesmo convencidos da operacionalidade do conceito de fronteira do ponto de vista político acima enunciado, no entanto, se quisermos recuar historicamente na análise de eventos que marcaram a delimitação dessas fronteiras, devemos recorrer provisoriamente a um conceito mais dinâmico, utilizado por um historiador

/y

/t

- (r

da África Central, Jean-Luc Vellut, que leva em conta a fluidez das relações entre regiões autônomas locais ou entre zonas econômicas estrangeiras em expansão, o que caracteriza o aspecto dinâmico das fronteiras luso-africanas de Angola: "À fronteira de comerciantes primeiramente, a fronteira de conquistadores depois". (x)

As atividades econômicas tradicionais africanas, baseadas na complementaridade das economias através do comércio a longa distância, estabeleciam redes que permitiam "a circulação de homens, de suas idéias e de seus bens para além das fronteiras políticas ou étnicas". (x)

Vellut dá ainda conta da especificidade desse problema ao afirmar: "A etnia é ela mesma uma rede cultural cujas fronteiras, tanto quanto as do Estado (tradicional africano), não podem geralmente ser definidas com precisão nem no mapa nem no tempo. As sociedades africanas antigas são pluralistas, não na forma de mosaico de unidades justapostas, mas na forma de redes sociais múltiplas, que coexistem sem se excluírem" (21).

Baseados no conhecimento positivo dessa realidade, os agentes sociais envolvidos em empreendimentos comerciais vão articular as relações entre aquelas formações sociais e o capitalismo periférico em expansão. Os comerciantes brancos e mestiços conhecidos como funantes, assim como os milhares de carregadores escravos mobilizados nesse empreendimento, serão os prin

cipais agentes de mudança das estruturas locais pelos bens e idéias que introduzem nas sociedades tradicionais, tal como tão bem expressa Alfredo Margarido ^(2AA). Desse modo a ocupação especial de Angola está ligada a uma conjuntura mundial, à demanda crescente de produtos africanos, sendo a fronteira uma zona dos confins da economia atlântica. O ciclo das mercadorias substitui gradualmente o ciclo dos escravos. /

Enquanto esses comerciantes respeitaram as autoridades tradicionais, pagando os seus tributos, tiveram uma circulação livre na maior parte do território angolano. A competição estabelecida entre grande parte das potências coloniais européias no continente africano pela posse e exploração de seu comércio conduziu a uma corrida no fim do século XIX denominada "Scramble of Africa", que culminou com a necessidade de uma conferência denominada Conferência de Berlim (1884-1885), em que se definiram as atuais fronteiras dos países africanos.

As pretensões portuguesas ao território angolano abarcaram a zona que ia do litoral, desde o paralelo 5° 2', até o paralelo 18° de latitude sul. Na Conferência de Berlim foi entregue à administração portuguesa a parte da margem esquerda do rio Congo e o Enclave de Cabinda. Em conformidade com os acordos de 1885, 1886, 1891 e 1894, as fronteiras de Angola foram estabeleci-

das dentro dos paralelos 5° e 17°25' de latitude sul. No período compreendido entre 1885 e 1926 as fronteiras de Angola foram fixadas com precisão nos acordos havidos com a Inglaterra, a França, a Alemanha, a Bélgica e, mais tarde, também com a União Sul-Africana. Em 1905, tendo o rei da Itália por mediador, Portugal e a Inglaterra regularizavam os seus problemas de fronteiras controversas, que diziam respeito à demarcação dos limites de fronteira entre a colônia portuguesa e a Rodésia do Norte (hoje República de Zambia). O último problema de fronteiras constituía a fixação dos limites entre o território sob o mandato da União Sul-Africana, o Sudoeste Africano (hoje a Namíbia) e Angola. Os litígios e os incidentes conduziram à demarcação da fronteira no sul de Angola, primeiro com a Alemanha em 1914 e, mais tarde, em uma continuação de negociação com os ingleses e sul-africanos. Em 1915 foi designada uma zona neutra definida por uma área com 400 km de comprimento, entre o rio Kunene e o Cubango, com 1 km de largura, abrangendo uma série de rápidos e de cataratas do rio Kunene. Segundo o professor Ilídio do Amaral, "observadores políticos da época tinham a zona neutra como desfavorável aos interesses portugueses, pois os sul-afri-
canos conseguiram assim uma área pela qual fariam passar os ^{va}cuangos e os cuanhamas (etnia ovambo), populações sobre as quais os portugueses perderiam capacidade de /m

qualquer ingerência" (22). Essas e outras incidências de ordem étnica, econômica e estratégia persistiram nas negociações posteriores. //

Em 22 de junho de 1926, na Cidade do Cabo, foi finalmente assinado o acordo entre o governo português e o governo da União Sul-Africana, que estabeleceu as linhas definitivas da fronteira sul de Angola, marcada pelo paralelo que passa pela grande catarata Ruacanã. Mas o ponto que nos parece mais importante reside no acordo assinado simultaneamente, destinado a regularizar o uso da água do rio Kunene, para produzir energia hidrelétrica, inundar e irrigar o território do Sudoeste africano. Esse acordo tinha como objetivo tanto o desenvolvimento econômico da região quanto a fixação definitiva das populações ovambo, que, tradicionalmente, pastoris, dispunham de uma grande mobilidade, através da fronteira agora demarcada, em busca de água e de novas pastagens, conforme suas necessidades. Durante longo tempo não foram, contudo, realizadas grandes obras, como previsto no acordo. As negociações nesse sentido somente foram retomadas em 1962.

O desencadear da Luta de Libertação Nacional em Angola, em 1961, bem como a criação da República da África do Sul e sua conseqüente saída do Commonwealth, levaram os governos portugueses e sul-africanos a procurar uma integração acelerada da economia naquela região. Vá -

rios estudos elaborados em Angola na década de 60 revelam a importância que as autoridades coloniais portuguesas atribuíram à fixação de populações naquela região, e nas regiões próximas. Visava a criação de colonatos indígenas e europeus para uma efetiva ocupação do espaço. Paralelamente as autoridades portuguesas e sul-africanas assinavam um ante-contrato em 1964, referente a um plano de desenvolvimento conjunto do Kunene, e, em 1966, assinavam o contrato definitivo para a primeira fase da construção da grande barragem hidrelétrica de Kunene. Coincidentemente, nesse ano a República da África do Sul criou a primeira nação separada, ou "Bantustão", denominada Ovambolândia, de população ovambo, que corresponde ao maior grupo étnico da Namíbia.

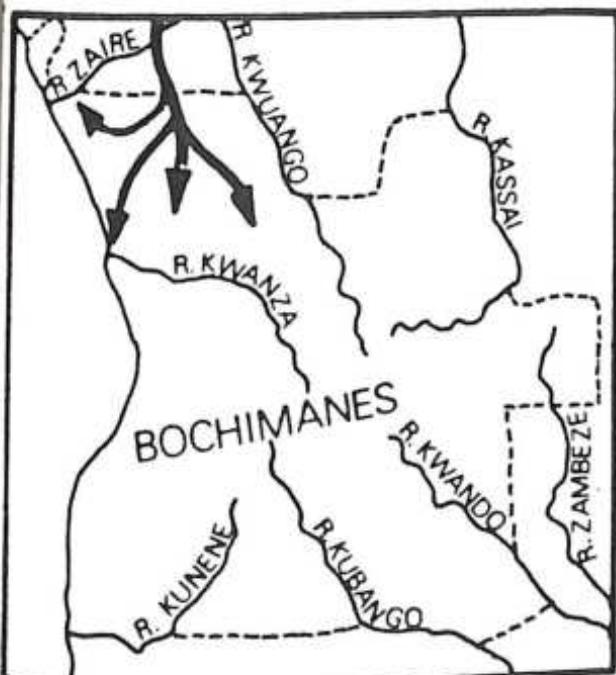
A independência de Angola e a instalação do governo do Movimento Popular de Libertação de Angola paralisaram as obras da barragem de Ruacanã. A ocupação da estratégica barragem de Calaqueque pelas tropas angolanas e cubanas fizeram malograr os planos dos sul-africanos de irrigação da Ovambolândia e de outros territórios vizinhos.

Também o recrudescimento das ações da SWAPO (South West Africa Peoples Organization), que luta pela libertação da Namíbia, agora apoiada estrategicamente pela República Popular de Angola, levou os sul-africanos

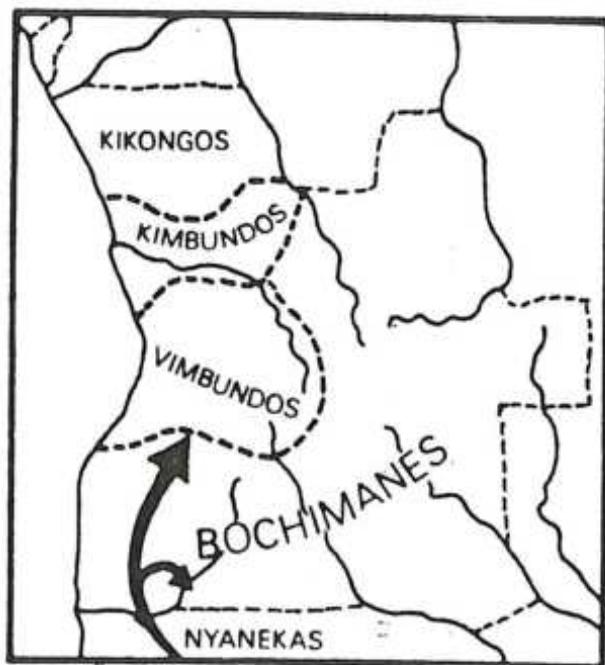
a uma política de agressão ao território angolano, desrespeitando as fronteiras demarcadas. Em fevereiro de 1976 o Parlamento sul-africano votou uma lei com a finalidade de redefinir a noção jurídica da África do Sul. Se o "Defense Act" de 1911 não previa a ação militar além das fronteiras da União, a nova lei elimina todo e qualquer limite geográfico. O termo sul significa, por consequência, para o atual "Defense Act", toda a parte do continente africano ao sul do equador. A opressão PROTON em 1981, o apoio logístico à guerrilha antigovernamental de Angola levam a África do Sul ao reforço da política de desestabilização de Angola. A precariedade dos limites ao sul de Angola revela a importância das conjunturas regionais no continente, onde as fronteiras políticas, mesmo se arbitrariamente traçadas no século XIX, definem o campo de ação tanto dos Estados como das populações, ao mesmo tempo que põe a nu a violência dos Estados que não respeitam as fronteiras resultantes das negociações internacionais e admitidas pela comunidade internacional, seja na África, seja alhures.

Agora que conhecemos os Homens e as suas fronteiras, vamos conhecer suas lutas pela sua palavra.

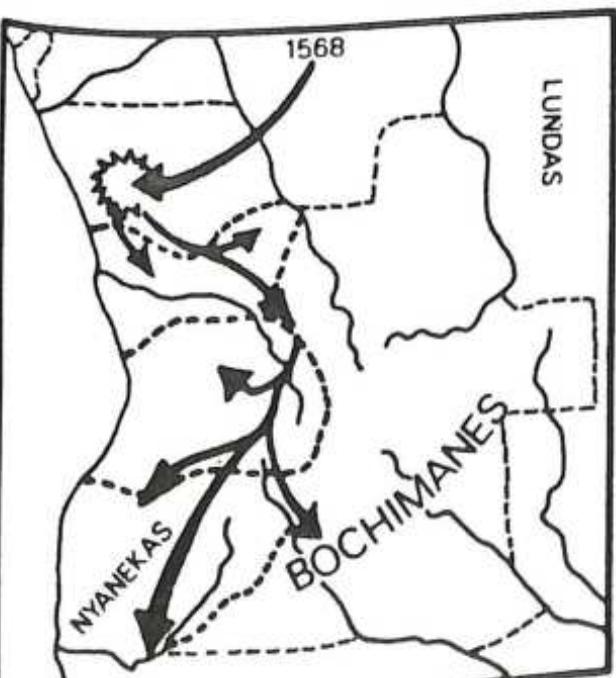
MIGRAÇÕES DOS POVOS ANGOLANOS



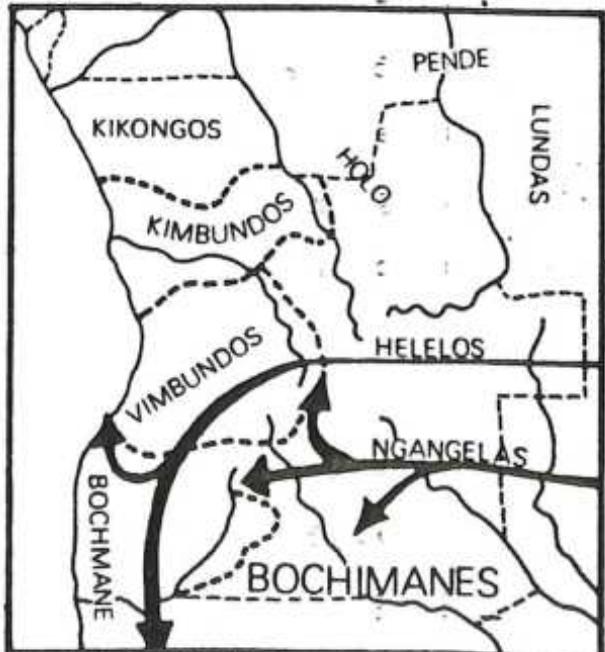
KIKONGOS SÉC XIII



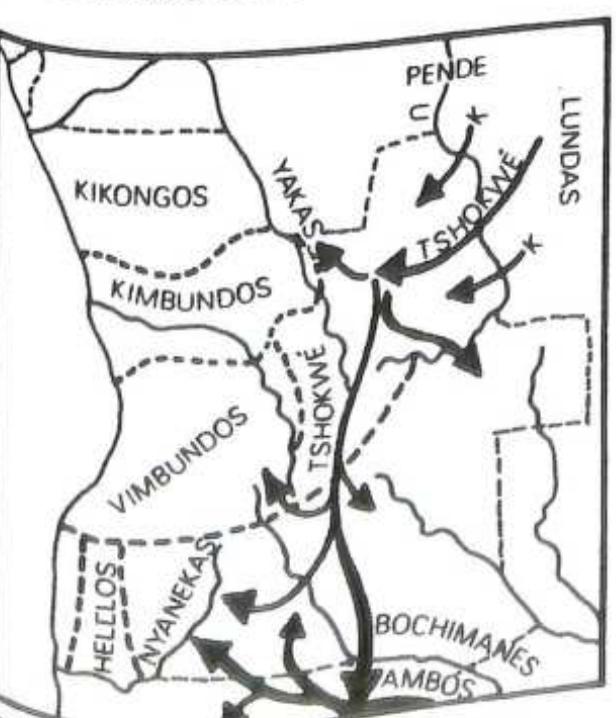
NYANEKAS SÉC XV ou XVI



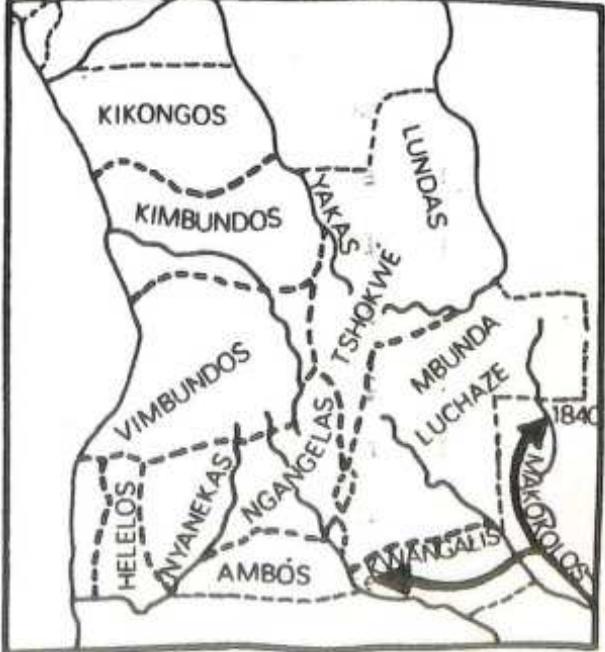
JAGAS SÉC XVI



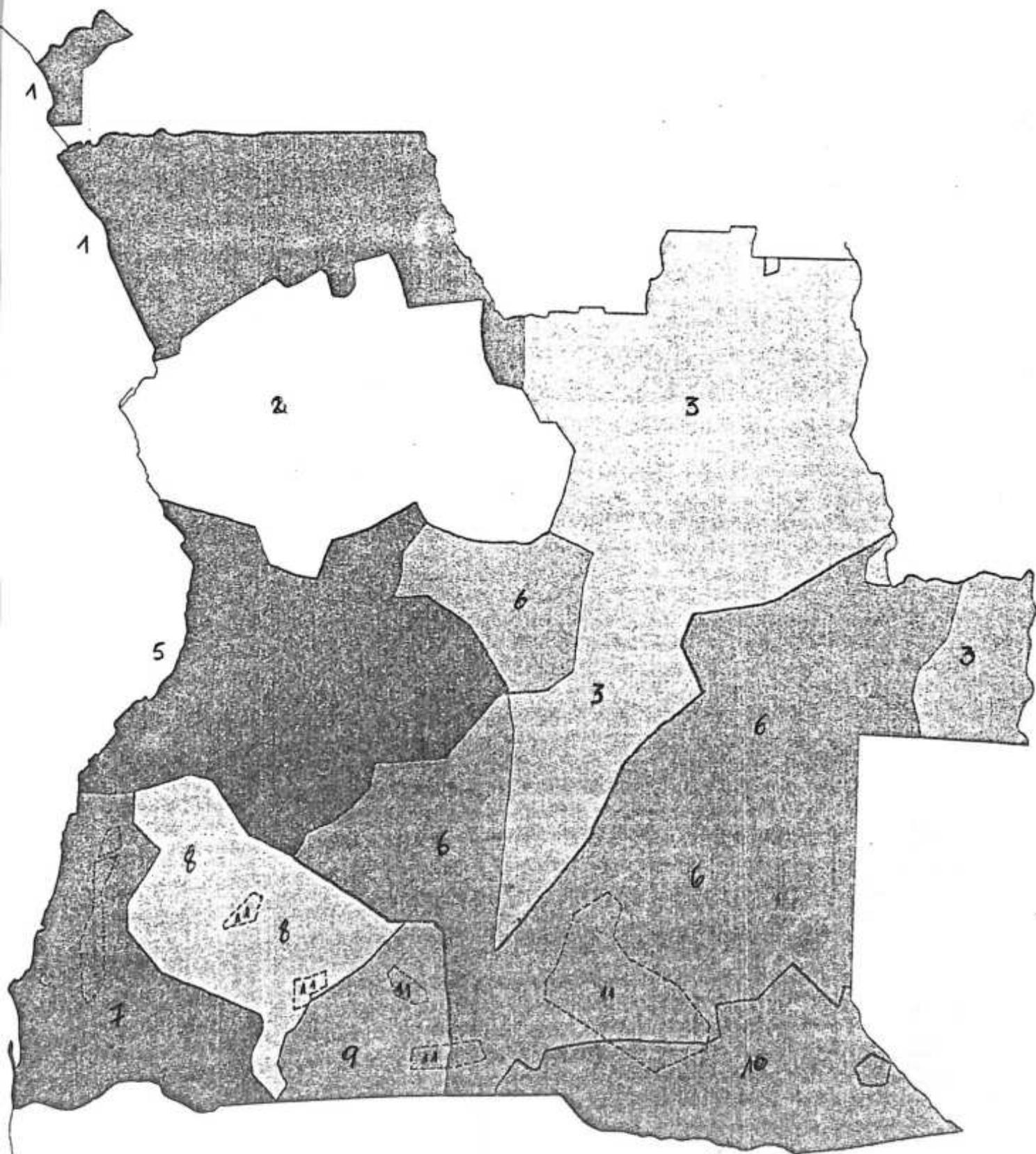
HELELOS SÉC XVI
NGANGELAS SÉC XVII



TSHOKWÉ SÉC XVIII
AMBÓS SÉC XVIII



MAKOKOLOS SÉC XIX
KWANGALIS SÉC XIX



- | | | | | | |
|---|---|-----------------------|----|--|----------------------|
| 1 |  | BAKONGO-KIKONGO | 8 |  | NYANYEKA-OLUNYANYEKA |
| 2 |  | AMBUNDU-KIMBUNDU | 9 |  | AMBO-TCHIKWANYAMA |
| 3 |  | LUNDA-TCHOKWE | 10 |  | XINDONGA |
| 4 |  | BALUBA-TCHILUBA | 11 |  | POVOS NAO-BANTOS |
| 5 |  | OVIMBUNDU-UMBUNDU | | | |
| 6 |  | NGANGELA-TCHINGANGELA | | | |
| 7 |  | HELELO-TCHICHELELO | | | |

POPULAÇÃO AUTÓCTONE DE ANGOLA

RECENSEAMENTO DE 1960

	GRUPO ETNOLINGUÍSTICO	RECENSEADOS	%
BANTOS	Quicongo	479 818	12,0
	Quimbundo	1 083 321	27,2
	Lunda-Quioco	357 693	9,0
	Umbundo	1 443 742	36,2
	Ganguela	328 277	8,0
	Nhaneca-Humbe	191 861	5,0
	Herero	25 184	0,6
	Ambó	62 141	1,6
	Xindonga	4 505	0,1
NÃO-BANTOS	Koisan	7 049	0,2
PRÉ-BANTOS	Vátua	5 895	0,1
TOTAL		3 989 486	100,0

POPULAÇÃO TOTAL DA PROVÍNCIA - 4 830 449
 PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO AUTÓCTONE - 86,6

Fontes: ANUÁRIO ESTATÍSTICO e "DISTRIBUIÇÃO ÉTNICA DA PROVÍNCIA DE ANGOLA"

A LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL NA
ÁFRICA DE LÍNGUA PORTUGUESA

A história da libertação dos povos africanos das colônias portuguesas tem raízes mais profundas do que aquelas que são manifestas na sua fase contemporânea: a da luta armada, que conduziu à conquista das independências. Ela aparece em suas diversas formas de resistência como a produção literária de protesto e denúncia escrita por intelectuais autóctones, diversos movimentos nativistas, movimentos proféticos, messiânicos, greves, desobediência civil.

Os quatrocentos anos de presença colonial de Portugal em África são marcados pela luta permanente dos povos africanos. As campanhas de "pacificação", assim denominadas pela história colonial, dos povos africanos, são apenas algumas batalhas na prolongada guerra de resistência. Mas, se as diversas formações sociais antigas se opuseram heroicamente ao colonialismo, mesmo que de forma dispersa devido à diversidade étnica e cultural dos povos africanos, novas formas de luta vão permitir forjar a unidade desses povos dentro das novas fronteiras impostas pelo colonialismo. Primei-

ramente sob a forma de movimentos culturais, em que jovens intelectuais começam a conscientizar parte da população dentro das mínimas possibilidades legais existentes, para mais tarde nascerem dentro da clandestinidade, sob uma repressão crescente, os partidos políticos que iriam conduzir a luta pela independência. Neste período, décadas de 40 e 50, um debate no seio das novas gerações que participavam das associações culturais legais — Liga Nacional Africana, em Angola, e Centro dos Negros, em Moçambique — visa denunciar todas as formas de discriminação racial e social, entre os indígenas e "assimilados", contidas nas leis coloniais, impossibilitando-os de participar na vida civil. Paralelamente a essa luta política de características locais, tanto em Angola quanto em Moçambique, grupos de estudantes das diversas colônias, que tinham emigrado para Portugal com o fim de realizar os seus estudos universitários, dada a ausência de universidades em seus países de origem, também se organizam em torno de associações culturais legais. Uma dessas organizações, denominada Liga Africana e criada em 1919, teve um papel importante ao acolhere, em 1923, a 2.^a Sessão da III Conferência Pan-Africana, onde estiveram presentes, por sinal, alguns dos nomes significativos do movimento panafricano, como W.E.B. du Bois e George Padmore. George Padmore descreve muito bem essa sessão da III Conferência Pan-Africana em Lisboa ao colocar o seguinte:

Moçambique

"Os representantes de onze países assistiram à sessão de Lisboa. Os preparativos foram conduzidos eficazmente pela Liga Africana, descrita no relatório do Congresso como 'uma verdadeira federação de todas as associações indígenas espalhadas através das cinco províncias da África Portuguesa e representando vários milhões de indivíduos'. Essa Liga Africana que funcionava em Lisboa, no coração de Portugal, por assim dizer, recebeu mandato de todas as outras organizações indígenas e soube exprimir ao governo em termos não equívocos, mas muito dignamente, tudo o que deve ser dito para evitar injustiça e fazer abrandar as leis austeras. Eis aqui por que a Liga Africana de Lisboa é o dirigente do movimento dos negros da África Portuguesa mas apenas no bom sentido da palavra, sem contudo fazer algum apelo à violência e sem se afastar dos limites da Constituição"⁽²³⁾.

Se o espírito da sessão da III Conferência Pan-Africana, em 1923, em Lisboa era a luta dentro dos limites da legalidade contra as injustiças sociais. Esse conceito dinamizou-se e desenvolveu-se na consciência dos seus líderes, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, mas também já durante a Segunda Guerra Mundial, no sentido de não se ater unicamente a esses limites da legalidade e se manifestar por um direito de liberação total das colônias, como fica manifesto na declaração do 5º Congresso Pan-Africano de Manchester, em 1945:

"Queremos a liberdade e o direito de todos os povos a governar-se por si mesmos. Afirmamos os direitos de todos os povos coloniais a controlar o seu próprio destino. Todas as colônias devem libertar-se do imperialismo estrangeiro, seja ele político ou econômico. Os povos das colônias devem ter o direito a eleger seus governantes, a eleger um governo, sem restrições impostas por poder estrangeiro"⁽²⁴⁾.

A consciência política e nacionalista dos povos das colônias portuguesas atinge também, após a 2a. Guerra Mundial, o mesmo nível e se faz explicitar ainda por associações legais, mas nesse momento mais agressiva nos seus objetivos. Em 1951 surge em Lisboa o Centro de Estudos Africanos, que conta entre os fundadores jovens estudantes que se tornariam alguns dos mais expressivos líderes dos movimentos de libertação nacional. São eles: Amílcar Cabral (Guiné-Bissau), Agostinho Neto (Angola), Francisco Tenreiro (um poeta natural de São Tomé e Príncipe, falecido em Portugal em 1963) e Mário Pinto de Andrade (Angola). Este último assim expressa os objetivos daquele Centro:

"Racionalizar os sentimentos de se pertencer ao mundo de opressão e despertar a consciência nacional através de uma análise dos fundamentos culturais do continente"⁽²⁵⁾.

As autoridades fascistas puseram fim às atividades desse Centro, mas não daqueles estudantes, como de outros que deram continuidade à luta política anticolonial na Casa do Estudante do Império através de uma intensa atividade cultural de reabilitação do patrimônio histórico e cultural dos seus povos. É criada uma nova revista, "Mensagem" (outra anterior havia sido proibida em Angola), e uma coleção de autores ultramarinos, que iniciam o processo de autonominação intelectual em relação à assimilação cultural preconizada pela política colonial vigente.

Com o início da luta armada nas diversas colônias, a prisão de militantes nacionalistas, a fuga de outros para o exterior e o fechamento, em 1964, da Casa do Estudante do Império, os intelectuais dedicam-se sobretudo às atividades político-militares dos seus partidos na luta pelas independências. Se o colonialismo português em África teve formas diferentes conforme o espaço ocupado no confronto com as populações locais, as respostas surgidas nas lutas pelas independências das diversas colônias foram igualmente diferentes. As diversas formações sociais africanas, que habitam o território de Angola e convivem dentro das fronteiras impostas pela Conferência de Berlim em 15/11/1884, tiveram da mesma forma uma diversidade na resistência à ocupação colonial e a expansão da dominação portuguesa.

É difícil para nós estabelecer um inventário completo dessa resistência armada ao colonialismo português em Angola desde os primórdios da colonização. Além do mais, esse inventário já foi feito por alguns historiadores, notadamente René Pélissier, nos seus livros "As guerras cinzentas" e a "Colônia do Minotauro".

Assim sendo, vamos nos referir sobretudo aos aspectos históricos do passado e do futuro que podem nos dar a compreender a etapa contemporânea que conduz ao estabelecimento de uma consciência nacional em Angola. É sobretudo a partir da Abolição da Escravatura em Angola, em 1858, com uma fase de transição de vinte anos e após a Conferência de Berlim, em 1884, ou seja, a partir de um esforço de ocupação efetiva dos territórios, em especial do território angolano, que até aquele momento se cingia unicamente ao litoral, que começa a surgir uma resistência generalizada, resistência essa que nós podemos definir como a manifestação de diferentes respostas que os diversos grupos, isoladamente ou em alianças mais ou menos temporárias deram a essas tentativas de ocupação territorial e de expansão imperialista européia. A necessidade da ocupação administrativa de Angola pelos portugueses e a incorporação dessas formações sociais africanas correspondentes a determinados modos de produção não capitalistas provocam a necessidade, a partir do país dominante, de criar uma legislação adequada que conduza a uma participação efetiva do trabalho dessas populações no merca

do capitalista mundial. É desse modo que decretos tais como o de 1899, o de 1903, o de 1909 e o de 1911 criam e regulamentam diversas formas de trabalho obrigatório entre essas populações. Citamos o "Boletim Oficial" de Angola de número 42, de 20 de outubro de 1906, que nos dá um exemplo de legislação adequada à conveniêcia dos colonizadores, estabelecendo um imposto sobre as populações locais e que demonstram não só essa tentativa de inserção do trabalho africano no mercado colonial como também os aspectos ideológicos que essa política comportava. Diz-nos essa portaria que o ministro das Colônias atendeu à representação que lhe foi dirigida pelo governador geral da Província de Angola, sobre a conveniência financeira e política de estabelecer o Imposto Indígena de Cubata, na mesma província, considerando que o Imposto Indígena, quer sob a forma de contribuuição predial, quer sob a forma de imposto de captação, é hoje generalizado em quase todas as colônias inglesas e francesas da África e no Estado independente do Congo. Mais adiante diz que:

"O Imposto Industrial, desde que seja lançado equitativamente e cobrado com suavidade, não somente se justifica como contribuição direta destinada a cobrir ou diminuir os encargos do Estado resultantes das necessidades do policiamento e desenvolvimento das

regiões já ocupadas mas é também perfeitamente legítimo como tributo significativo da verdadeira e efetiva submissão das tribos indígenas à nossa soberania e como taxa de civilização, por obrigar o indígena ao trabalho para obter recursos necessários ao seu pagamento" (26).

Este Imposto Industrial sobre cubata, que também veio a ser denominado Imposto de Soberania, era pago tanto em dinheiro como em gêneros produzidos pelas populações africanas, para obrigá-los, dessa maneira, a integrar-se num mercado mais amplo, num mercado capitalista colonial.

As respostas evidentes não são de resistência mas de revolta levam as diversas populações em diferentes momentos a se revoltar sucessivamente contra essas condições. Entretanto, é justamente nos centros urbanos que surgem, através de um jornalismo nativista incipiente mas na maior parte das vezes em mãos de intelectuais africanos, as primeiras denúncias dessa pilhagem colonial e da forma brutal com que se impõe a dominação colonial. Temos portanto dois elementos a serem considerados: os intelectuais num contexto urbano e as condições também urbanas que possibilitam a formação de algumas associações que nessa fase ainda têm uma existência legal e

procuram não só denunciar mas apresentar certas reivindicações da população africana, que todavia não encontram respostas da parte das autoridades coloniais. Duas associações formadas a partir de 1929, primeiramente a Liga Nacional Africana, que resulta da fusão de certo número de organizações, e em seguida o Grêmio Africano, que mais tarde passa a denominar-se Associação Regional dos Naturais de Angola (Anangola), tomam essa posição de defesa dos interesses das populações, principalmente num contexto urbano

Instaura-se depois, no decurso da 2a. Guerra Mundial, uma crise no seio dessas associações em que uma minoria de africanos continua pleiteando para que se mantenham dentro da lei as reivindicações junto às autoridades coloniais, deste modo se conformando com o jugo legal, e uma parte maior de membros que tinham perdido essas ilusões e tentavam ultrapassar os métodos reformistas utilizados até então. Com a chegada de Salazar ao poder em 1928, e dentro do contexto colonial de uma repressão ativa a todas as manifestações de um nacionalismo emergente, surgem condições para aqueles indivíduos surgidos desse confronto e que lutavam dentro das associações legais e que procuravam de uma forma clandestina estabelecer linhas de ação que pudessem conduzir à formação de uma consciência nacional, mais uma vez tentaram se organizar na clandestinidade dentro de movimentos de caráter regional.

O intelectual angolano Mário Pinto de Andrade ²⁶⁴ (¹) caracteriza o nacionalismo angolano dessa época como: primeiro, é um nacionalismo sufocado, ou seja, um nacionalismo desenvolvido dentro do clima de clandestinidade particular em que as lideranças nacionalistas procuravam estruturar uma organização ao nível das massas urbanas e rurais. Por outro lado, nasce junto com movimentos de desobediência civil mais ou menos espontâneos, tal como o movimento messiânico de Simão Toco, que em determinados momentos trouxeram uma radicalização. Foi o que ocorreu também nas revoltas rurais caracterizadas como "jacqueries", das quais temos um exemplo no caso da Baixa do Casange. Uma característica ainda desses movimentos é que tendiam a se tornar autônomos em relação às organizações políticas das metrópoles mesmo se constituídos por elementos progressistas. Como última característica é preciso ressaltar a diversidade das correntes manifestas dentro do nacionalismo angolano, isto é, havia uma corrente no interior do país, uma corrente que se poderia chamar de um "prolongamento limítrofe" com as Repúblicas do Congo e do Zaire e uma corrente exterior fixada em Portugal e nos países da Europa, constituída pelos intelectuais no exílio. No entanto, entre jovens intelectuais urbanizados e principalmente no contexto da capital, Luanda, surgem os primeiros que, de uma forma legal e através de um movimento literário, em 1948 tentam expressar pela literatura a denúncia e a reivindicação dos valores culturais negados pelo colonialismo.

Viriato da Cruz, numa das suas comunicações sobre a responsabilidade do intelectual negro em 1959, diz-nos: "Os colonizadores portugueses não negam a existência de uma cultura negra; o que eles negam somente, por meio de uma argumentação que se intitula 'científica' e 'definitiva' e — o que é mais importante — pelos atos, é que essas culturas possam servir de base — a verdadeiras e novas civilizações". Logo esses jovens intelectuais de origem pequeno-burguesa se reúnem num movimento cultural, cujo postulado era "vamos descobrir Angola", que comprovava a necessidade de descobrir o seu povo, os valores intrínsecos desse povo.

Podemos destacar o reconhecimento político e a tomada de posição política implícita nessa postura como uma tomada de consciência verdadeiramente nacional em relação à sua angolanidade, tal como nos dá a conhecer o poeta Antonio Jacinto, que fez parte desse movimento. A tomada de posição dos jovens que participam desse movimento tem expressão na revista "Mensagem" e na revista "Cultura", editadas pela Associação dos Naturais de Angola (Anangola), no período imediatamente posterior à Guerra de 1939-45 (27).

Um dos mentores do movimento Vamos Descobrir Angola, o poeta Viriato da Cruz, tem o mérito da formulação

teórica e estética, e assim expressa o âmbito dessa palavra de ordem: "O movimento", escreveu ele mais tarde, "deveria retomar mas sobretudo com outros métodos, o espírito combativo dos escritores africanos dos fins do século XIX e dos princípios do atual. Esse movimento combatia o respeito exagerado pelos valores culturais do Ocidente (muitos dos quais caducos); incitava os jovens a redescobrir Angola em todos os seus aspectos através de um trabalho coletivo e organizado; exortava a produzir para o povo; solicitava o estudo das modernas correntes culturais estrangeiras, mas com o fim de repensar e nacionalizar as suas criações tidas como positivas e válidas; exigia a expressão dos interesses populares e da autêntica natureza africana, mas sem que se fizesse nenhuma concessão à sede de exotismo colonialista. Tudo deveria basear-se na inteligência, na vontade, na razão e no senso estético africano"⁽¹⁸⁾. A juventude angolana, dessa maneira, tentava uma nova mensagem que era consubstanciada sobretudo num sentimento nacional, numa consciência política nacionalista através dos jornais culturais, das formas literárias que eram possíveis naquele momento histórico.

A administração colonial não tardou a pôr um fim a essa agitação da juventude angolana que se dava num combate legal e com uma das únicas armas de resistência possível num contexto urbano e numa situação de acentuada re

pressão. Deste modo a única forma de luta possível era a organização da clandestinidade política, mas as formas repressivas do sistema levam muitos desses jovens que participaram na formação dos primeiros partidos políticos a ser presos ou a escolher o exílio como forma de continuidade da sua luta.

Um dos primeiros partidos é o Partido da Luta Unida, PLUA, criado em 1953. Em dezembro de 1956 os dirigentes do PLUA e de outras organizações menores lançaram um manifesto que proclamava a formação de um vasto movimento popular para a libertação de Angola. E esse movimento afirma em seus últimos parágrafos:

"O campesinato, que constitui mais de 2/3 dos homens válidos de Angola, é angariado para o trabalho forçado pelo infame contrato. Os camponeses, que usam instrumentos agrícolas rudimentares, trabalham as terras que não são reconhecidas como propriedade sua. As camadas médias vivem mal. O seu rendimento de funcionários públicos, de empregados do comércio ou de escritórios não acompanha o aumento constante do custo de vida. Os que desejam instruir-se ou consagrar-se à cultura, às artes, à literatura, à ciência, à técnica não encontram em Angola meios para o fazer. Os pequenos comerciantes e indus-

triais, na maioria colonos, cortara pela raiz qualquer iniciativa dos indígenas, que encontram agora dificuldades cada vez maiores provocadas pela falta de crédito, fraco poder de compra pelas massas trabalhadoras, pelos impostos pesados, a subida de preços das matérias-primas, pela exploração dos grandes proprietários dos armazéns. Assim, o colonialismo inoculou no corpo social de Angola o micróbio da ruína, do ódio, do atraso, da miséria, do obscurantismo, da resistência. É a necessidade absoluta para o povo angolano impedir o desaparecimento da população negra de Angola, não permitir que seu destino seja análogo ao das populações indígenas da América, para que viva em seu lugar população de origem européia. Isso exige a mobilização e a luta, em todas as frentes e em todas as condições, do povo angolano para aniquilar o imperialismo, o colonialismo português, para fazer de Angola um país independente, para instaurar um governo angolano democrático e popular que agrupará todas as forças que tenham lutado desde o princípio, de maneira implacável e intransigente, contra o colonialismo português. À cabeça desse governo de todas as forças anti-imperialista encontrar-se-á a classe dos trabalhadores. Contudo, o colonialismo português não cairá sem luta. É por isso que

o povo angolano não poderá libertar-se senão pela luta revolucionária. . Esta sairá vitoriosa somente pela realização de uma frente unida de todas as forças anti-imperialistas de Angola, sem distinção de cor, de situação social, de crenças religiosas e de tendências dos indivíduos; ela sairá vitoriosa, graças à formação de um vasto movimento popular de libertação de Angola".

Num outro parágrafo desse manifesto, afirma-se ainda que:

"Este movimento não será todavia, o resultado de pertencimento de todos patriotas angolanos a uma só organização ou associação. O movimento constituirá a soma das atividades das organizações angolanas"

(Ver Manifesto anexo).

Neste último parágrafo está claramente formulado o problema da diversidade existente, naquele momento histórico, das tendências de construir um movimento unitário a partir dessas mesmas diferenças.

Duas idéias-chaves contidas no manifesto de 1956, a luta revolucionária e a unidade nacional, iriam ser os guias de todas as ações futuras do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola). Desde o final de 1956, o MPLA se consagra a um intenso trabalho de propagação das idéias contidas no seu manifesto, de mobilização do povo e de organização clandestina nas cidades e no campo. Todavia, em 1959, o colonialismo português reagiu alarmado às atividades dos militantes do MPLA. Uma vaga de repressões surge em Luanda e mais de uma centena de patriotas, entre os quais alguns dirigentes do MPLA, são presos, julgados e, depois, deportados para as ilhas de Cabo Verde. Com as prisões de 1959 e o julgamento público dos militantes angolanos em 1960, o MPLA ganhava a sua primeira batalha política: o reconhecimento implícito de sua existência pelo colonialismo português. Na verdade, até aquele momento o colonialismo português fazia crer que não existia nenhuma reivindicação nacionalista da parte das massas angolanas. Os processos de 1960, a propósito, provaram o contrário.

Providencialmente alguns líderes do MPLA já se tinham transferido para o exterior, como foi o caso de Mário Pinto de Andrade, membro fundador e primeiro presidente do movimento, que se exila em Paris, em 1954. Também um outro intelectual, membro fundador e secretário geral do MPLA, Viriato da Cruz, um dos autores do manifesto de 1956, se refugia na Europa em 1957, mas a organiza -

ção do movimento no interior do país resiste à vaga re -
pressão e continua se desenvolvendo na clandestinidade.
O desencadeamento da nova fase de luta do povo angolano
se dá a partir de 4 de fevereiro de 1961, quando uma série
de ações simultâneas é desencadeada na capital, Luanda:
o assalto à prisão militar onde se encontravam os pri-
sioneiros políticos dos processos de 59 e 60, o ataque
a distritos policiais e a prisão política da Pide (Polí-
cia Internacional de Defesa do Estado). Estas ações en-
tusiasmaram o povo e destruíram o moral das autoridades
coloniais: as prisões expressavam, para os colonizados,
a imagem do poder colonial, assim como para o povo de
Angola eram o símbolo desta opressão. Os acontecimentos
que se seguiram foram bastante divulgados pela imprensa
internacional, que naquele momento se encontrava em An-
gola para esperar a chegada eventual do transatlântico
Santa Maria, "sequestrado" por um comando antifascista
português que depois desviou a sua rota e procurou asi-
lo no Brasil, durante o governo de Jânio Quadros. A re-
pressão foi feroz: do dia 5 ao dia 12 de fevereiro da -
quele ano, 3 mil pessoas foram mortas pelas forças colo-
niais. A direção do MPLA tomou providências imediatas
em face da situação criada, e deste modo retirou de
Luanda grande número de seus militantes. Eles se deslo-
cam para locais ao norte de Luanda, onde um mês mais
tarde se desencadearia a Guerra Popular, e onde se consti-
tuiria a Primeira Região político-militar do MPLA. Desde
esse momento a Guerra Popular de Libertação Nacional do

Povo Angolano não parou de se ampliar, apesar de todas as tentativas do colonialismo para destruir o movimento.'

Em 1963 a guerra se estende a Cabinda, província ao norte de Angola (2a. Região político-militar), e depois ao leste de Angola, em 1966 a Moxico e a Cuando Cubango (3a. Região político-militar), para ganhar o nordeste em 1968; depois Luanda (4a. Região político-militar) e em 1969 Bié (5a. Região político-militar), no centro do país.

Paralelamente ao desenvolvimento da luta anticolonial conduzida pelo Movimento Popular de Libertação de Angola, outro movimento nacional, a Frente Nacional pela Libertação de Angola, pró-Occidente e sobretudo identificado etnicamente com a população bacongo do norte de Angola e a sua diáspora na República do Zaire, introduziu-se em março de 1961. É esta luta armada que deverá, diga-se de passagem, se localizar durante os anos seguintes nessa região e se constituirá também como um inimigo do MPLA, apesar de todas as tentativas desse movimento e de vários países africanos, assim como da Organização da Unidade Africana, para se constituir uma frente unida. Em 1966 alguns dissidentes da Frente Na-

cional pela Libertação de Angola (FLNA), encabeçados por Jonas Savimbi, originário do sul de Angola, encarregado das relações exteriores dessa Frente, forma um novo movimento, a União Nacional para Independência Total de Angola - UNITA -, que, tal como a FNLA, se constituirá na Frente Leste como um importante inimigo do MPLA. Em 1974 a imprensa internacional denuncia a aliança da União com as tropas colonialistas para obstruir o avanço do MPLA na província de Moxico, a leste de Angola. As suas ações contra-revolucionárias persistirão após a independência com o auxílio do Exército da República da África do Sul. Apesar das vicissitudes decorrentes de uma guerra prolongada - 14 anos - o MPLA e as suas lideranças conseguiram se impor como movimento de mobilização do povo angolano não obstante diferenças étnicas, raciais, de sexo, de categoria social, de nível cultural, de profissão, de crença religiosa ou convicção filosófica, tal como consta em sua carta programática. Podemos acrescentar ainda, tal como afirmamos anteriormente, que de uma maneira diferente e em momentos diferentes, a luta de libertação nacional vai trazer ao seu seio diferentes grupos étnicos dentro do espaço, dentro do território angolano na luta contra um inimigo comum: o colonialismo português. Deste modo, começa-se a forjar uma unidade nacional para além dos diferentes agrupamentos étnicos e lançando mão de recrutamento dos combatentes nos diversos espaços em que a luta é conduzida. Essa mobilização dos indivíduos combatentes dentro do território nacional, bem como a luta comum

travada num período prolongado, constituirá um dos pon
tos fundamentais na construção da identidade nacional
angolana.



CAPITULO 5

O Discurso Autonomo Angolano
ou a Recuperação da Palavra

*Letura atenta, mas não
fazer nada*

O DISCURSO AUTÔNOMO ANGOLANO - A RECUPERAÇÃO DA PALAVRA

Em 1948 o movimento literário "Vamos Descobrir Angola" constituiu-se num postulado e mesmo numa posição política de jovens intelectuais da época em relação à negação sistemática dos valores do povo angolano ou das nações angolanas pelo colonialismo. O poeta Antonio Jacinto (um dos integrantes desse grupo junto com o intelectual Viriato da Cruz), diz-nos que esse trabalho possuía raízes políticas porque o fato do reconhecimento em si já implicava uma tomada de posição política⁽²⁹⁾. Sem dúvida havia uma tomada de consciência por esse pequeno grupo de intelectuais em relação à cultura hegemônica do poder colonial; todavia, não existia um programa político definido e sólido, apesar de, paralelamente, existirem pequenos grupos políticos em formação, tal como o Partido Comunista Angolano, onde se tentava forjar a consciência do referido grupo de intelectuais, mas não uma mobilização coletiva da maioria do povo e justamente por isso se apresentavam mais como grupos de reivindicação do que como uma mobilização revolucionária da consciência nacional. No entanto, a reflexão desse grupo de intelectuais em relação à situação do povo angolano dá-nos a compreender uma nova concepção e novas representações simbólicas e autônomas em relação ao projeto orgânico e formal do Estado colo-

nial. Estas representações nos parecem ainda fragmentadas na medida em que não existe um projeto revolucionário e radical que proporcione a concepção de uma totalidade capaz de substituir o antigo sistema. Assim, uma mutação da consciência do colonizado antecipa e inicia o processo da "descolonização". E aqui nos parece necessário incorporar um conceito-chave proposto por Balandier, que é o de "retomada da iniciativa". Segundo este autor, a retomada da iniciativa não é uma simples volta aos valores pré-coloniais ou a uma ideologia tradicional que se oponha à ideologia orgânica do período colonial. Também não é uma improvisação sobre algo que não existe mais, sobre uma página branca legada pela colonização, como pretende Sartre. A retomada da iniciativa é uma transformação e uma transformação da consciência pela sua ação sobre ela mesma no decurso do movimento revolucionário, isto é, uma transformação da consciência que produz efeitos práticos que não são da mesma ordem que o sistema pré-colonial, nem de uma nova ordem arbitraria. É, porém, um movimento interno na consciência coletiva, que faz passar de uma ordem antiga a uma ordem de devir. É a revolução da ação do interior das consciências dos ex-colonizados.⁽³⁰⁾ O movimento "Vamos Descobrir Angola" representa na realidade uma retomada da iniciativa, uma recuperação da palavra dentro de um discurso angolano autêntico mas, repetimos, ela ainda aparece de uma forma fragmentada, o que nos é dado perceber pela

antologia temática de poesia de Mário Pinto de Andrade, em que a repetição dos mesmos temas entre os diversos intelectuais que compunham esse movimento demonstra a fragmentação do todo na tomada de consciência dos problemas que mais sensibilizaram o movimento(3/).

Infelizmente não tivemos acesso ao manifesto do Partido Comunista Angolano redigido por Viriato da Cruz, mas parece-nos que alguns dos itens do discurso contido nesse manifesto foram incorporados mais tarde no manifesto do Movimento Popular de Libertação de Angola, manifesto esse que analisaremos no devido momento como tendo sido possivelmente o primeiro projeto revolucionário a existir em Angola. Essas propostas vão ser retomadas na luta de libertação e vão definir não só um programa maior do movimento quanto uma práxis coletiva levada a cabo pelo partido. Como se sabe, o próprio Marx já nos tinha dado a conhecer na "Ideologia Alemã", que toda sociedade não se pode referir a ela mesma se não forjar para si uma representação da sua unidade. Mesmo nas sociedades em que as divisões sociais ainda não estão cristalizadas como divisões de classe, a existência de relações sociais implica uma projeção de uma comunidade imaginária, uma representação que pode ser feita ou disfarçada seja pela existência de um déspota, seja de uma forma sacralizada.

Toda sociedade como totalidade sô pode, portanto, ser compreendida quer através dos discursos que explicitam essa representação quer através dos atos que podem conduzir a essa mesma representação. Tomaremos aqui não sô o projeto revolucionário em sua dinâmica, mas também a práxis revolucionária, isto é, a revolução em si mesma como "fenômeno social total", tal como descrito por Marcel Mauss:

"Considerando o conjunto, percebe-se o essencial, o movimento do todo, o aspecto vivo, o instante fugidío..., onde os homens tomam consciência sentimental de si mesmos e de sua situação em relação ao outro" ("Ensaio sobre o Dom") (32).

Entendendo o desdobramento desses discursos e do seu caráter autônomo, parece-nos imprescindível definir melhor alguns dos conceitos que vamos utilizar. Castoriadis afirma que a política revolucionária é uma práxis que se dá como objeto a organização e a orientação da sociedade para permitir a autonomia de todos, reconhecendo que esta práxis pressupõe uma transformação radical da sociedade. Isso se processa com o conteúdo do projeto revolucionário, que é pre-

cisamente a reorganização e a reorientação da sociedade pela ação autônoma dos homens. O projeto é o elemento da práxis e de toda a atividade. Todavia, é preciso não confundir projeto e plano. O plano corresponde ao momento técnico de uma atividade, quando condições e objetivos podem ser e são "exatamente" determinados, e quando a transformação recíproca dos meios e dos fins apóia-se em um saber suficiente do domínio em questão. Quanto se trata de política, ou seja, a representação da transformação visada, a definição dos objetivos pode assumir, sob certas condições, a forma do programa. O programa é uma concretização provisória dos objetivos do projeto quanto a pontos considerados essenciais nas circunstâncias dadas na medida em que sua realização provocaria e realizaria, pela sua própria dinâmica, a realização do conjunto. O programa é apenas uma figura fragmentária e provisória do projeto. Os programas passam, o projeto permanece. Por outro lado, o projeto revolucionário não está fora da história porque ele é, em última análise, a conquista da história. Melhor ainda, ele é o processo de interiorização coletiva da história, a tomada de consciência coletiva como sujeito. A participação dos diversos grupos étnicos nesse processo é diferenciada não só na resistência ao colonialismo como também nos diversos momentos históricos em que esse confronto se realiza (diferentes momentos do ponto de vista cronológico). Assim, a tomada de consciência se processa diferenciadamente.

O projeto revolucionário comum nem sempre é o programa estabelecido pelo partido mas sim a reatualização constante de uma representação idealizada pela coletividade que a mobiliza e dá um sentido ao seu devir como sujeito. Dessa maneira, o imaginário social torna-se inteligível e comunicável pela produção dos "discursos", os quais e pelos quais se efetua a reunião de representações coletivas numa dada linguagem. Teóricamente, nem sempre as "maiorias" participam de forma teórica ou prática na elaboração das estratégias "nacionais", mas isto não significa que elas não se identifiquem com essas mesmas estratégias. O discurso nacional terá que reuni-las e conduzi-las na luta pela defesa da sua identidade⁽³³⁾. Não somente a revolução funda uma sociedade por meio de uma linguagem nacional, mas esta nação tanto dinamicamente quanto como linguagem (representações) é a obra de todos nos diversos momentos da história. Desse modo, aqueles indivíduos que manifestam determinadas representações de conquista da dignidade, de denúncias de injustiças mesmo que de forma pacifista, não violenta, até aqueles que representam uma vontade individualizada e messiânica, não coincidente com o espontaneísmo das massas que através da violência tornam explícita a sua luta, têm necessidade, num dado momento, de conjugar as suas forças, superando essa defasagem entre as expressões de grupos minoritários e a vontade dinâmica da maioria. Evocando Sartre, não se deve confundir o projeto polí

tico com a vontade, que é uma entidade abstrata, ainda que ele possa revestir-se de uma forma voluntária em certas circunstâncias.

O nacionalismo implica muitas vezes uma exaltação, uma forma exacerbada de, por meio de comparações com os ou tros, considerá-los inferiores e, dessa forma, a dimensão racial em relação ao outro, o racismo, aparece então como uma das expressões desse nacionalismo exacerbado, sobretudo na sociedade colonial dominante. O efeito-reflexo, ou seja, o racismo do colonizado, surge como uma resposta imediata e espontânea a essas con dições de dominação. Da mesma maneira, a pobreza generalizada das massas e a exploração colonial que conduzem a essa situação de miséria podem traduzir-se, princi palmente nas massas camponesas, numa situação análoga de produção da violência e de recusa da dominação nesta situação. Em ambos os casos, isto é, situações determinadas tanto pelo racismo exacerbado quanto pela miséria total e generalizada das massas camponesas, a consciência do grupo é fragmentada, difusa.

Oscar Lewis, cuja teoria sobre a "cultura da pobreza" é bem conhecida, afirma-nos que a "gente dotada de uma cultura de pobreza está orientada para a província ou para a localidade, só conhece os seus próprios proble-

mas, a sua situação local e seus vizinhos. No geral carece de conhecimentos e de uma visão ou de uma ideologia que permita perceber a semelhança entre os seus problemas e os dos seus equivalentes de outros lugares, isto é, não têm consciência de classe" (tal como já afirmava Marx, diga-se de passagem, em relação à classe camponesa) ⁽³⁴⁾. Para Franz Fanon, a propósito, as massas só encontram a sua consciência plena — o que Fanon denomina "consciência política e social" — quando existe uma superação da consciência nacional (nacionalismo), quando estas encontram um elemento de direção consciente e revolucionária, papel privilegiado que deve ser assumido por intelectuais.

Viriato da Cruz, por outro lado, numa entrevista a um jornal brasileiro em março de 1961, respondendo a uma pergunta sobre a posição do MPLA em face do racismo das massas africanas, que surge como reação ao racismo europeu, afirma: "O racismo das massas é o elemento mais dinâmico do nacionalismo africano. Não fomos nós que o criamos. Ele existe em virtude da opressão que os africanos têm sofrido durante séculos em contato com os colonialistas europeus. Rejeitar esse elemento como fator de luta seria politicamente errado. O racismo só se exacerba na medida em que o povo colonizador se opõe às aspirações de independência de um povo colonizado. De resto, os líderes africanos não são racistas. Alguns deles, mesmo, são casados com mulheres européias — e contam muitos amigos entre os

brancos. Mas o fascismo português, com sua política de opressão e violência, corta todos os nossos movimentos e impede-nos de esclarecê-las /as massas/. Nessas condições, qualquer atitude da parte dos chefes, que possa parecer uma transigência ou traição, só poderia comprometer a nossa posição e prejudicar o elã do movimento." (35)

Notamos que esta afirmação de Viriato da Cruz se aproxima muito da idéia de Fanon sobre a espontaneidade, a exaltação dessa impetuosidade voluntarista das massas e das impossibilidades e dos limites encontrados por uma direção ao tentar dirigir esta forma de consciência para uma etapa mais elevada do processo. Entretanto, isto não impede que o esforço de mediação que o partido ou a direção do partido faça entre essa espontaneidade das massas e o seu projeto revolucionário se realize com dificuldade. Temos o exemplo de um jovem comandante guerrilheiro de nome Anselmo João (morto durante a luta de libertação nacional), entrevistado por nós em Argel em 1964, nos demonstrando que as primeiras formas de conscientização política praticadas na luta teriam sido realizadas por este líder angolano, Viriato da Cruz, nas zonas fronteiriças de Angola num curto espaço de tempo em que o MPLA conseguiu sobreviver às pressões do governo da República do Congo-Leopoldville. Não era isso que acontecia com a UPA (União dos Povos de Angola) que, prote-

gida por esse mesmo governo, deixou as massas camponesas entregues ao espontaneísmo apesar de ter condições de mobilizá-las para uma etapa superior de luta. Robert Davies, numa entrevista ao presidente da UPA, Holden Roberto, perguntou-lhe qual a formação política que a UPA dava aos seus militares e, particularmente aos combatentes, Holden Roberto respondeu:

"Eu insisti sobre a formação política do nosso povo, mas temos que fazer a nossa própria experiência levando em conta as dificuldades, as necessidades que nós encontramos no terreno. Nós não encontramos ainda nenhuma fórmula. Compreendemos o conteúdo da luta em Angola e pensamos que ele é justo, mas toda a campanha sobre a formação política deve ser deixada para mais tarde pela iniciativa do nosso próprio povo. Em África, no geral, o povo espera muito de seus dirigentes e estes estão impossibilitados de lhe dar aquilo que lhe prometeram. Daí o descontentamento que se pode observar um pouco de todo lado. É preciso que o povo faça a sua própria experiência, ele próprio, que Angola seja liberta, que ele possa escolher seus próprios dirigentes, que tome consciência das dificuldades e que invente ele mesmo as suas soluções. No caso de erro ele será responsável por este erro e não mais um tal" (36).

À mesma pergunta feita por Robert Davies a um membro de direção do MPLA, Lúcio Lara, este responde:

"Hoje nós já temos assistido à independência da grande maioria dos Estados africanos, e nós podemos constatar que há uma falta de quadros políticos, criando nos países libertos problemas delicados, cuja maior parte permanece sem solução. Precisamos notar que os países antigamente dominados pela França ou pela Inglaterra tinham, apesar de tudo, o benefício de uma certa liberdade política que se traduzia pela existência de organizações políticas, sindicais, e que estiveram na base da sua luta de libertação. Nas colônias portuguesas nós não gozávamos da mesma liberdade e fomos obrigados a preparar o futuro insistindo desde o começo na necessidade de formação política dos nossos militantes. Nós temos sido obrigados a expressar, por meio da luta armada, nosso desejo de independência. Ao mesmo tempo nós não perdemos de vista as riquezas de Angola, que exigiriam de nossos futuros dirigentes uma compreensão clara dos problemas que se põem a eles no futuro da independência. É assim que no nossos cursos de formação política insistimos não somente sobre a existência dessas riquezas, mas também sobre os métodos políticos e econômicos próprios para salvaguardá-las. Por outro lado, os nossos militantes tomam contato com as experiências da luta dos povos que realizaram as suas

revoluções, como na China, Vietnã do Norte, Cuba e Argélia" (37).

Neste discurso de Lúcio Lara objetivam-se dois pontos fundamentais no que se refere à formação política dos militantes: o desejo de independência manifestado pela luta armada e o controle soberano das riquezas em Angola.. Isto pressupõe o devir e, por último, os métodos políticos e econômicos adequados, isto é, a via a ser escolhida para a gestão não só das riquezas como das relações futuras estabelecidas entre os próprios angolanos. Ainda não está explicitado nesse discurso que a luta de libertação nacional seja um processo totalizador na transformação dos homens e na transformação que resulta numa nova sociedade, com novos valores, tal como veremos mais à frente em uma entrevista dada pelo presidente Agostinho Neto, em que essas idéias se expressam de forma mais explícita. De qualquer maneira, esse é um avanço em relação ao discurso nacionalista do MPLA, formulado pelo comitê diretor sediado em Conacri, Guiné, em junho de 1960, de que faziam parte Viriato da Cruz, Mário de Andrade e o próprio Lúcio Lara. Numa declaração do MPLA ao governo português datada de 3/6/60, o MPLA ainda se expressa da seguinte maneira:

"O MPLA, encarnação da vontade do povo angolano, quer a liquidação urgente da dominação colonial portuguesa em Angola por meios pacíficos e democráticos. É todavia evidente que a solução pacífica do problema colonial em Angola, de que o governo português é o único responsável pelo agravamento constante, depende das ações concretas que esse governo adote a respeito" (38).

O discurso meramente reivindicatório do MPLA conduz à crítica de parte de parte de pensadores políticos da época como Franz Fanon que, citado por B. Davidson, nos diz:

"Eu sei quanto valem os homens do MPLA, mas Holden Roberto está pronto para começar e os outros não. Eu estou convencido de que isto é necessário. É começar e então o movimento revolucionário angolano se formará na luta que se seguirá" (39).

Não cabe a nós neste trabalho criticar as táticas ou estratégias empregadas para desencadear a luta de libertação em Angola. Contudo, é necessário explicitar o desenvolvimento do discurso nacionalista em seus

primeiros momentos, que se desdobra rapidamente na medida em que a própria direção do partido tem necessidade de acompanhar os acontecimentos que expressam a agitação e a insatisfação das massas populares dentro do país. (ver acontecimentos da Baixa do Cassange, as prisões maciças em Luanda). O desencadear da luta armada expresso no Assalto de 4 de Fevereiro, 1961, às cadeias de Luanda para soltar os presos políticos nacionalistas, marca uma mudança qualitativa não só no processo de luta de libertação mas também no próprio discurso e nos projetos revolucionários expressos pelo MPLA. Essa nova etapa manifesta a necessidade urgente de forjar a unidade dentro da luta e de acabar com antigas estruturas. O discurso correspondente a esse novo estágio fica bem patente num editorial do jornal "Unidade Angolana", de dezembro de 1961, em que o MPLA dá conta de que:

"Apesar de a luta do povo angolano comportar um aspecto destrutivo (a necessidade de destruir as estruturas coloniais de Angola) não há dúvida de que a razão inicial e o objetivo dessa luta exigem desta, principalmente, um enorme trabalho construtivo que satisfaça plena e honestamente as legítimas aspirações do povo" (40A) ..

E, mais adiante:

"Uma política honesta que pretenda o apoio das massas em todo o território nacional não deve consistir apenas da prática de 'astúcias', do lançamento de palavras de ordem que incitem ressentimentos compreensíveis, e de um individualismo partidário. Os sagrados interesses de Angola e do povo exigem dos partidos nacionais e de seus filhos de todas as regiões, de todas as origens tribais e de todas as religiões, um grande senso de responsabilidade, maturidade e consciência política nacionalista"⁽⁴⁰⁾.

Vemos que uma das grandes preocupações do discurso nacionalista nesse momento histórico é a da unidade e das tarefas que comportam a construção dessa unidade. Apesar dos problemas e obstáculos surgidos durante esse processo de luta de libertação, um ponto fundamental, que é o de forjar uma nova consciência unitária, pressupõe um novo elemento, um novo homem com valores intrínsecos e uma nova totalidade, que não é mais uma totalidade abstrata construída pelos intelectuais, mas forjada na luta, na ação dos guerrilheiros em sua relação com o todo. Surge agora essa nova dimensão em que o projeto revolucionário não repousa mais no domínio dos sonhos mas sim em imagens concretas; não é mais

da ordem da utopia mas sim da realidade. A revolução como um todo, bem lembra Marx, produzirá por si mesma uma mudança das condições e das relações humanas, uma transformação radical na personalidade dos homens. O revolucionário ou o combatente pela liberdade conhece todas as dimensões que comportam essa luta, uma luta de vida, pela conquista de uma nova vida, ou de sua morte. Esse sentimento trágico é uma dimensão interiorizada pelo projeto revolucionário. Essa dimensão quase fatalista está inserida na própria imagem e nas palavras de ordem que animam a luta. Veja-se, a propósito, os slogans que terminam os comunicados de guerra do movimento: "VITÓRIA OU MORTE". Completada pela certitude dos objetivos: "A VITÓRIA É CERTA".

Uma dupla dimensão simbólica da morte surge nesse processo para os revolucionários. Por um lado, uma morte iniciática, com a ruptura da ordem antiga transformando o revolucionário num novo homem, projetado para o devir; por outro lado, a morte que se coloca como uma condição sine qua non na luta contra essa ordem antiga. A morte de alguns no processo revolucionário significa simbolicamente a redenção de todos, da Pátria que nasce como vontade e aspiração totalizadora.



CAPITULO 6

A Palavra das Armas

A PALAVRA DAS ARMAS

B. Ceitua

Para abordar a criação da identidade nacional angolana nós poderíamos ter várias vias, sobretudo se quisermos fazer a análise tendo em vista o processo histórico. No primeiro momento é a consequência direta da intervenção sempre brutal e pouco hábil do colonizador. E dessa maneira, a pessoa torna-se angolana para melhor organizar a oposição ao colonizador, ainda que nessa primeira fase as lutas se realizem de forma um tanto fragmentada. No segundo momento pode-se considerar que praticamente a integração se deu, em relação ao primeiro: as diferentes "nacionalidades" reconhecem-se na dominação sob um denominador comum e unem-se para o protesto, para as diferentes formas de resistência. Então, os indivíduos de um grupo, como os quicocos ou os quarianas são angolanos, mas ainda têm a sua especificidade de origem enquanto grupo étnico. Para a colonização, no entanto, o grupo étnico é fragmentado e é dessa maneira que se constitui a própria base da colônia angolana, base que começa a ser substituída dentro das fronteiras que constituem o Estado colonial angolano, numa relação interna e constante dos diferentes grupos que transitam pouco a pouco neste espaço já angolano. Impossível estabelecer cronologicamente o momento em que essa mobilidade e as relações interétnicas entre os diversos grupos

criam ou começam a criar uma consciência precisa em relação ao dominador comum. Pelo menos nos finais do século XIX, quando a relação com o Brasil permite tentativas nativistas provocadas por intelectuais nativistas impregnados de interesses e valores vindos do Brasil.

A segunda fase desse processo é da racionalização da identidade cultural a que estamos nos referindo e que procede da intelligentzia urbana. São eles angolanos, não só por rejeição ao modelo português o que, embora importante, ainda é limitado, mas pelo conhecimento da própria autonomia, autonomia essa que se dá em termos do discurso e do reconhecimento dos seus próprios valores: as línguas, a geografia, as condições existenciais; enfim, começa a formar-se um tecido em que se afirma historicamente a existência e a idéia de uma autonomia angolana.

No discurso da intelligentzia, mas também abertamente a partir de 1945/48, não há diferenças entre os angolanos: todas as formas, todas as línguas, todas as estruturas contribuem para a formação de um tecido nacional e não pode por isso haver diferenças entre elas. Queremos aqui deixar enfatizada a idéia de que este é um pensamento e um discurso nativista por excelência. Não é a idéia evidentemente que se faz dos angolanos através do discurso do colonizador. Já dissemos que essa ação do

intelectual, que só podia ser urbano, tinha imposto uma dissolução ainda que limitada das concepções apertadas das diversas nações. E nesse caso em Luanda, a capital, e em Benguela existia já um embrião de pequena burguesia separada, pelo menos em parte, das origens regionais. A importância dessa pequena burguesia é fundamental porque ela foi historicamente obrigada a assumir a responsabilidade da criação dessa fase de consciência nacional.

Então aparece o panteão dos heróis angolanos, que passam a ser reabilitados pelos escritores e pelos poetas, como por exemplo a rainha Nzinga (Ginga), entre outros. Esses heróis começam a substituir o "écran ideológico da história" criado pelos portugueses. É feita uma recuperação da história nacional, com a mobilização dos heróis próprios e, esses, são frequentemente, como no caso da rainha Nzinga, os heróis da resistência contra os portugueses.

Numa fase anterior, essa tomada de consciência embrionária permitira lançar as operações da guerra de guerrilha. E nesse campo ainda convém distinguir o que já é clássico: os militantes que procuram apenas servir ao seu grupo — o tal "tribalismo" tão preciosamente analisado por Pepetela no seu livro "Maypmbe" — e os não

"tribalistas". A UPA, e mais tarde o GRAE, é a melhor representante desse espírito nacional, que hoje se chama tribal, na medida em que o grupo pretendia alcançar uma independência reduzida às fronteiras geográficas e étnicas do seu grupo. A política voltada para o "tribalismo" parece ter sido inteiramente eliminada em Angola, se bem que a independência, tendo suprimido o colonizador, coloca os angolanos perante a própria responsabilidade histórica. O MPLA seria então o único autêntico partido transétnico, tendo em vista a criação do Estado multinacional e centralizado, tal como ele foi pensado e posto em prática modernamente na Revolução Francesa.

O discurso do colonizador, do ponto de vista seja administrativo seja da antropologia colonial, seja mesmo da etnografia e, levando em conta a sua utilização pelos comerciantes, na sua necessidade de sobreviver e submeter as populações locais, era explicitado na inclusão do conhecimento sobre o outro e a "sua exclusão ideológica". Já o movimento de libertação nacional, nos seus elementos mais progressistas, tenta inverter essa dicotomia e estabelecer, dentro de certos princípios, a premissa do conhecimento sobre o outro, sobretudo quando pensamos que esse processo é conduzido por elementos urbanos e por assimilados em posse de instrumentos do próprio colonizador, e também sobre, como

não podia deixar de ser, a sua inclusão ideológica, ou seja, através da tomada de consciência histórica comum. Estabelecendo deste modo uma unidade partindo da diversidade existente no terreno social que é a realidade angolana pretendemos, com a análise de diversos discursos do colonizado, ver como se processava o estabelecimento dessa unidade. Novamente recorreremos a Amílcar Cabral, líder de Guiné-Bissau, para examinar o modo com que ele encarava "o delicado problema da etnicidade", como o denominava Carlos Lopes:

"não é a existência de uma raça ou de um grupo étnico, ou seja o que for, que define ou condiciona o comportamento de um agregado humano. Não. São, sim, o meio social, os problemas resultantes da reação desse meio e das reações dos próprios homens em questão. Tudo isso define o seu comportamento. Por outras palavras: um grupo de homens — seres humanos — constituirá uma 'raça', um 'grupo étnico' ou outra coisa na medida em que enfrente problemas comuns e lute pelas mesmas aspirações" (41).

Nesta definição de nação, pelo menos na aspiração dos líderes políticos progressistas africanos de língua portuguesa, está implícita a idéia da construção da unidade dentro da diversidade.

O colonizado está submerso, pelo menos até os anos 40, num mar de informações destinadas a assegurar a sua alienação. Não só ele fala português para ser um cidadão pleno, isto é, para poder considerar-se português, ou seja, ter a identidade prescrita pelo elemento dominador, mas antes de tudo deve renunciar a toda e qual quer veleidade de ter uma história nacional própria. Os manuais escolares mostram precisamente essa lição, confirmada por um estatuto e reafirmada pelos heróis míticos, em que são homenageados exclusivamente os heróis portugueses. Se a capital Luanda dispõe de monumentos, na época colonial, todos eles são dedicados aos heróis míticos da história portuguesa, isto é, do Afonso Henriques, Paulo Dias Novaes, Luís de Camões e muitos mais. Não há nenhum monumento consagrado a heróis africanos. Isto seria de resto um contra-senso: o africano resistente é a negação daqueles heróis.

Se é verdade que o nativismo procurava corrigir esse estado de coisas, fôra ele duramente atingido pela repressão, sobretudo nos anos 20, quando a revolta de Casengo foi sufocada pelo então alto-comissário Norton de Matos. E foi somente a partir de 1945 que os angolanos começaram a reorganizar-se, tendo em vista a recuperação de uma palavra autônoma; que sendo cultural, já era política. A aquisição do jornal "O Farolim", em 1945, por um grupo em que um antigo nativista como Ilídio Machado e um jovem intelectual como Domingos Van Dunem, põe em marcha a máquina de recuperação nati

vista de uma identidade nacional. Ainda que, talvez, a fórmula não seja a mais indicada, a consciência nacional não desapacere nunca e, além disso, começa a emergir, sobretudo nos centros urbanos, embora nas cidades durante muito tempo esteja condenada a fragmentar-se sob a pressão do colonizador que procura opor entre si os elementos dos diversos grupos étnicos (42).

Isso quer dizer que a reivindicação nacional se processa fora dos "quadros étnicos": ela começa por ser fundamentalmente urbana, como nós dissemos atrás, e mobiliza valores urbanos. Parece indispensável sublinhar até que ponto a recuperação da idéia da nacionalidade angolana é um fato essencialmente urbano na sua primeira fase e, possivelmente, ainda nos dias de hoje. A idéia parece então partir da cidade para o campo. No entanto, não devemos nos deter nessa dicotomia, na medida em que toda a problemática da Guerra de Libertação Nacional tem diversas dimensões e alguns dos indivíduos das lideranças, mesmo os que participaram da luta na sua fase contemporânea, têm origem, na maior parte das vezes, no campo. Uma das lideranças do MPLA, o comandante Jika, no seu pequeno livro "Reflexões sobre a Luta de Libertação Nacional", diz-nos que:

"Um dos setores da pequena burguesia rural constituído de alguns proprietários agrícolas que, integrados ou não nas estruturas tradicionais, conseguem abastecer os mercados locais são um desses segmentos, e é possível integrar nesse grupo, ainda de pequena burguesia rural, elementos originários das chamadas 'burocracias tribais' e ainda outros inseridos nas estruturas econômicas sociais e políticas, administrativas e mesmo religiosas que ligam o setor capitalista ao setor tradicional no campo" (43).

Depois Jika ainda nos afirma o seguinte:

"Quando se fala de burguesia rural não se quer fazer significar que vive estritamente confinada à problemática econômica e social do campo. Na sua maioria, os elementos frequentaram as cidades e gozaram mesmo de privilégios de educação e cultura urbanas. Inseridos porém nas correntes de transmissão que ligam a economia urbana à rural, eles têm no campo uma vivência mais física. Essa diferença permite compreender a diversidade do itinerário entre as duas pequenas burguesias. Enquanto a rural atinge a consciência contestária, anticolonialista e revolucionária através sobretudo de uma demarche emocional e física, a urbana segue uma demarche racionaliza

da através da frequência das construções teóricas e da manipulação dos conceitos" (44).

As lideranças, como já dissemos, do MPLA, tais como, por exemplo, o intelectual Mário Pinto de Andrade, nos dão conta disso. Andrade, em entrevista ao jornalista inglês Basil Davidson, relata que ele mesmo faria parte de uma família de várias gerações de "homens calçados", isto é, indivíduos já de certa maneira "assimilados" mas que têm a sua origem no campo, mesmo que essas gerações tenham passado pela cidade e se considerem urbanas. Durante a Luta de Libertação Nacional essa pequena burguesia rural mostrou-se também como uma das lideranças mais autênticas dentro do movimento, ao contrário da urbana. Sua situação física de contato com o meio rural se constituiu num privilégio e a sua vivência dos problemas das massas camponesas tornam-na até certo ponto uma representante "natural" do próprio povo, isto é, nas próprias palavras do comandante Jika, esse segmento considera-se mais "nacionalista que todas as outras camadas, a depositária da cultura, da tradição e a da autenticidade verdadeiramente nacionais." A idéia voluntarista que está aí implícita, mas ocorrendo sobretudo no pensamento de Franz Fanon, é a de que o campesinato seria responsável pela reabilitação do sensível, isto é, pela reabilitação da possibilidade da análise interna na busca de um novo su -

jeito histórico ou de uma nova identificação. O movimento historizante da descolonização, tal como coloca Fanon em sua teoria da violência, trazia a idéia implícita de que o segmento camponês africano seria o elemento e o motor por meio do seu espontaneísmo, na medida em que física e sensivelmente é o depositário de uma práxis de luta contra o colonizador e, deste modo, uma força revolucionária que, de certa maneira, consegue ultrapassar o nacionalismo sem conteúdo. Já o intelectual urbano colonizado seria um sujeito histórico por conhecer. O intelectual colonizado, para Fanon, só encontra a sua libertação depois de ter superado a busca apaixonada mas sempre solitária de um passado, ainda que seja o "passado do seu povo", através prioritariamente do movimento da negritude. Ele, quando adere ao movimento de rebelião espontânea das massas, transforma-se, alcança o reconhecimento de si e se converte então também num sujeito histórico. Mais ainda, o intelectual colonizado, escreve Fanon, dar-se-á conta, sem dúvida, tarde ou cedo, de que não se demonstra a existência da nação a partir da cultura senão quando se põe manifesta a luta que o povo realiza contra as forças de ocupação. Mas esse foi um problema que, apesar de tudo, no decorrer da Luta de Libertação Nacional, parece ter sido superado, através da construção das formas de mobilização que se traduz na construção de uma consciência histórica e nacional por intermédio dos movimentos de libertação nacional mais progressistas, sobretudo o MPLA.

Um cientista político, Grundy (1973), dá-nos a conhecer que, na verdade, designações como rural e urbano empregadas por muitos estudiosos, distorcem a realidade social da África. As normas que a maioria dos líderes da guerrilha africana fixaram podem ser vistas como "modernas" e são frequentemente partilhadas com aquelas que têm sido conduzidas para as cidades. Um fator, diz-nos ainda K. Grundy, que contribui para o sucesso de alguns movimentos da guerrilha não africana é um difundido senso de identidade nacional. A presença identificada de focos estranhos que provocam descontentamento entre as populações locais é um dos elementos iniciais propiciadores de rebelião. Na África, não obstante outras motivações, a presença estrangeira é uma significativa força de guerrilha. Deste modo a designação "estrangeira" frequentemente provoca a associação oposta com "paroquial", isto é, local. Assim, as lealdades horizontais, isto é, entre os elementos do mesmo grupo étnico, são mais estreitas. As lideranças da guerrilha podem tentar ampliá-la e em alguma instância tem sido feito dessa maneira. Nos outros casos, os próprios líderes têm uma visão estreita e não conseguem ultrapassar os limites do seu próprio grupo. A fim de encontrar um elemento catalisador capaz de causar a irrupção inicial, eles podem explorar as injustiças locais e aguçar as tradicionais animosidades contra os elementos estrangeiros, mas existem limites e obstáculos que na maior parte das vezes não se consegue ultrapassar. Grundy (47).

afirma que a confiança da guerrilha africana nas populações rurais provém de exigências das suas respectivas situações em vez de ser fruto da tendência intelectualizada para a construção teórica. Aqui o autor, penso eu, está se referindo sobretudo aos movimentos, tal como a FNLA, em Angola, que nunca conseguiram superar os limites étnicos da luta. O que é claro, todavia, é que os líderes revolucionários do sul de África, como nos diz Grundy, especialmente nos territórios portugueses, tornam-se progressivamente cientes do potencial revolucionário, mas limitados sobretudo pelo atraso político e do território a que estão circunscritos (o livro deste autor foi escrito em 1973). O conflito real das atitudes vem das contradições político-militares que inevitavelmente surgem em cada movimento, trazidas pelos elementos que mantêm a luta dentro dos princípios enunciados. Um dos elementos principais que explicam a eficácia da luta do MPLA está primeiramente no seu projeto político, implícito não só no manifesto de 1956, como no programa mínimo estabelecido pela primeira conferência deste movimento em Brazzaville. Não só este elemento mas também a dedicação das próprias lideranças à criação de centros de instrução revolucionária, úteis desde o início da luta armada nas fronteiras do país para formação de militantes que iam lutar na guerrilha, é o que podemos citar como antítese daquela situação que leva à ineficácia do movimento à sua limitação operacional pela identificação étnica, como é o caso da FNLA. Em seu conhecido livro

FNLA

denominado "Pour une guerre oubliée", o jornalista francês Pierre Pascal Rossi, entrevistando o presidente desse movimento, Holden Roberto, coloca a seguinte pergunta:

"Qual é o programa político do GRAE, senhor presidente?"

E obtém esta resposta:

"Nós não temos nenhum e não há por que nos criticar por isso. Nós pensamos que não é possível prever desde agora um programa político preciso, porque o que conta antes de tudo, neste instante, é a independência. Depois, evidentemente, nós procederemos às reformas necessárias e deixaremos ao povo a liberdade de escolher e de fazer as suas próprias experiências" (45).

Essa entrevista foi realizada em 1968 em Kinshasa, no Zaire, e demonstra, depois de sete anos de luta, a idéia ainda implícita do espontaneísmo das massas, que está ligado ao princípio de mobilização e às palavras de ordem emitidas por esse movimento a partir do círculo em que se fechou para o êxito em relação às massas. A estas afirmações anteriores nos colocamos uma pergunta e uma resposta aparecidas em um outro livro sobre a Guerra de Angola, de Robert Davies, que foi editado em

1968.

1958. O autor pergunta ao presidente do MPLA, dr. Agostinho Neto, o seguinte:

"A impressão mais viva que dá o vosso movimento é a do rigor: rigor pela linha política definida, rigor na preparação militar, rigor na integração procurada entre camponeses e intelectuais revolucionários, na integração também de todos os angolanos patriotas na revolução, rigor nas alianças. Esse rigor não criaria dificuldades ao Movimento Popular de Libertação de Angola, será possível sobrepor-se a essas dificuldades?"

Ao que Agostinho Neto responde:

"O nosso movimento é um órgão de direção e orientação da Luta de Libertação Nacional. Continuará a sê-lo depois da independência, na fase de organização democrática do país e da reconstrução nacional.

O MPLA tem por objetivo não somente a independência política do país mas também e essencialmente a transformação dos homens e é necessário que o homem angolano possa se integrar de maneira dinâmica no mundo moderno, depois que as relações entre ele mesmo e o mundo exterior estejam transformadas. O homem angolano deve tender a ser digno, moralmente sã, economicamente livre.

Como organismo de orientação, o MPLA deve colocar cada um dos seus membros sobre caminhos de ação justa, a cada momento da

vida do país. E, se bem que a nossa organização seja um movimento, no qual não se encontra o rigor de uma estrutura de partido, no qual a ideologia, a crença religiosa, a tendência política não contam como fatores principais, ela exige que os seus membros e militantes sejam patriotas sinceros, devotados à luta de libertação do país (que é o papel principal na presente fase). O membro do movimento deve ser honesto e disposto aos sacrifícios que a luta exige.

Fazer a transformação do homem traz em si uma transformação política, que é a de fazer precisamente com que ele reconheça os interesses verdadeiros do país e consagre a sua vida a defendê-los, para que ele se torne um homem livre, digno e responsável, e isto exige que o organismo de orientação da luta seja consciente do seu papel. É preciso que cada militante seja consciente da importância da luta para o futuro do país" (46).

Parte da conscientização é feita nos CIR — Centro de Instrução Revolucionária —, do Movimento Popular de Libertação de Angola, desde os primeiros anos de luta. A tomada de consciência através da guerra, prolongada por quatorze anos, traduz-se num amadurecimento dos seus combatentes. No tempo de maturação das gerações que são integradas ao Movimento de Libertação Nacional, num espaço sociologicamente determinado que é o espaço nacional, surge a possibilidade de um contacto cada vez maior entre os indivíduos dos diversos grupos étnicos que se relacionam durante a luta.



CAPITULO 7

Mobilização e Recrutamento

MOBILIZAÇÃO E RECRUTAMENTO

no âmbito da

No plano do combate, deve-se considerar a maneira como se processou o comportamento dos combatentes. Sabemos já, graças a Amílcar Cabral, que na Guiné as técnicas de recrutamento tiveram que considerar as diferenças das organizações políticas, dos diversos grupos nacionais. Nos casos em que existia o poder centralizado, fosse ele individual ou coletivo, os guerrilheiros utilizaram a hierarquia do poder para conseguir recrutar. Em Guiné-Bissau, Cabral constata que se tratava de uma condição sine qua non.

Como se processou este recrutamento em Angola? Na I Conferência Nacional do Movimento Popular de Libertação de Angola, realizada em Leopoldville, na antiga República Democrática do Congo, através dos comunicados dessa Conferência, podemos constatar a presença, nessa Conferência, de diversos chefes tradicionais, denominados sobas. Vê-se desse modo que existia desde o início da luta armada um consenso de mobilização que permitia articular o poder emanado do Movimento Popular de Libertação de Angola com as autoridades tradicionais na medida em que elas podiam ser elementos catalizadores para o

recrutamento dos jovens militantes. A presença de um grande número de indivíduos nas fronteiras de Angola, nos espaços fronteiriços e entre os refugiados que tinham procurado abrigo em territórios recentemente independentes, como a República do Congo Brazzaville, a República do Congo Leopoldville e Zâmbia, fugindo das injustiças sociais e da repressão das autoridades coloniais, cria condições de recrutamento de angolanos das diversas etnias espalhadas ao longo dessa enorme fronteira.

Recorremos aqui novamente ao cientista político Kenneth Grundy, que define o conceito de "grupos de união" (47) (linkage groups), que pode ser útil na explicação do complexo de emergência de relações interétnicas. Usando este conceito, que foi emitido pelo cientista político Karl Deutsch, vemos os grupos de união como pontos críticos nos quais se estabelece o fluxo de comunicações entre o sistema político e o meio. Eles funcionam como conexão entre um sistema externo e um sistema interno. Em muitos aspectos os grupos de refugiados e exilados políticos podem ser vistos como grupos de união. John Marcum, um dos historiadores que melhor analisaram do processo de libertação em Angola, emprega também esse tipo de análise. Mas algumas modificações estruturais podem ser aplicadas no modelo de Deutsch. Embora eles (os refugiados) estejam espacialmente dentro de um mesmo

sistema político hospedeiro, na situação de asilo, eles não são realmente daquele sistema. O governo que dá asilo pode influenciar as atividades dos exilados e refugiados, como é obvio, mas os governos de asilo e os refugiados exilados mesmo que tenham ligações horizontais no sentido de semelhanças entre grupos étnicos que foram seccionados pelas fronteiras coloniais têm um relacionamento simbiótico temporário e necessário, que é explorado pelo proprio revolucionário como instrumento de recrutamento. No entanto, através da luta de independência nacional vão se cristalizar valores e vão se definir os limites desta relação. Um exemplo disso é o caso da República do Zaire, que teve uma grande influência junto à FNLA. No entanto, possivelmente essa influência também implicou um dos limites para a possibilidade desse movimento de tornar autenticamente angolano e conseguir pensar sua ação em dimensões nacionais, tal como se deu com o MPLA. A essa hipótese pode-se aventar a possibilidade de o presidente do Zaire, Mobutu, ter esperança de uma união espacial maior, isto é, alimentar ambições hegemônicas sobre o futuro território de Angola. Os "grupos de união" durante o período da guerra de libertação, quando indentificados como refugiados, são normalmente "bombardeados" com mensagens e pressões de diversas fontes, não só do governo de asilo mas também porque se dá uma competição dos movimentos nacionalistas para o recrutamento desses mesmos in-

divíduos. Nesses momentos coloca-se o problema das alianças e das identificações horizontais. Os movimentos mais progressistas têm então aí uma certa dificuldade, como no caso do MPLA, que não tinha acesso a determinadas fronteiras quando o governo de asilo estava em alianças com movimentos rivais.

Ainda em relação aos exilados, quando o governo de asilo está em aliança com eles e óbvio que, nesta situação, existe um relacionamento simbiótico temporário favorecendo o grupo de exilados ou refugiados que se identifica com os princípios ideológicos desse país. Desde modo, o grupo pode vir a servir de instrumento a uma politica estrangeira no país que visa a sua independência. Agostinho Neto, numa entrevista dada à revista "Revolução Africana" em junho de 1973, afirma que existe uma divisão do movimento nacionalista entre o MPLA e a FNLA, um fenômeno que é consequência de diferentes concepções de luta, e que a dificuldade para atingir a unidade do movimento nacional está relacionado sobretudo com os interesses existentes na identificação dos movimentos nacionalistas com a presença e a interferência dos países vizinhos. Diz ele:

"O problema é complexo porque não existem somente os angolanos que discutem este problema mas a causa é a presença de nosso vizinhos, os países africanos, que para além de qualquer ajuda influenciam bastante a marcha das negociações para esta colaboração" (48).

Grundy afirma-nos que cada "grupo de união" é bombardeado com mensagens e pressões de diversas origens: o governo de asilo, a meta do movimento revolucionário, a competição dos movimentos nacionalistas, e várias organizações internacionais de ajuda e organizações internacionais de refugiados. Há um fluxo enorme de modelos que afetam esses "grupos de união". As vitórias da guerrilha no campo estão condicionadas à adesão desses refugiados nacionais a movimentos nacionalistas que estariam na dependência do crescimento e desenvolvimento da luta para poder finalmente assumir a liderança durante a luta pela independência. O Movimento Popular de Libertação de Angola ficou condicionado à natureza desse recrutamento de seus militantes entre 1962 e 1964, quando a guerra realmente começou a ser desencadeada, sob a forma de guerrilha, sobretudo no enclave de Cabinda. Mas conseguiu ultrapassar essa fase, com seus limites e condicionamentos, em 1966, com a abertura da Frente Leste.

O jornalista B. Davidson da-nos, numa reportagem do "Le Monde Diplomatique" de setembro de 1970, a noção dessa nova escala da luta conduzida pelo Movimento Popular de Libertação de Angola e nos diz que esse movimento ascendeu a uma dimensão verdadeiramente angolana, depois de ter sido conduzido com uma preponderância inicial de quimbundos e mestiços, que mais tarde desapareceu, uma vez que eles diluíram-se entre representantes de todas as

grandes etnias, compreendendo mesmo uma fração dos bapungos e de grupos menos importantes. Diz-nos o autor:

"O carácter nacional verifica-se nas províncias orientais. Os guerrilheiros que eu interroguei eram, numa proporção superior a 9 sobre 10, dos mbundas, dos luchazi ou dos mingos, quer dizer, dos nativos da Província de Moxico, que eram denominados, até algum tempo atrás, de cangueiros enquanto no nordeste, em Lunda, os chokwês e outros formam a grande parte dos efetivos. Quanto à minha escolta, ela era compreendida por um mbunda, de Bié, um quimbundo, do comandante, um chokwe e um casabeli do extremo sudoeste, uma dezena de mbundas e dois mestiços (um médico e um outro artista)" (49).

A penetração no território e a sua fixação no mesmo possibilitou a esses grupos, dentro da maior mobilidade territorial que adquiriram, trazer a si a adesão de vários grupos étnicos diferentes, entre os quais passou-se a recrutar mais guerrilheiros para o Movimento Popular de Libertação de Angola. Nesse novo contexto os indivíduos refugiados nos países vizinhos, que tiveram durante algum tempo contacto com grupos étnicos com os quais tinham uma certa afinidade, ou mesmo grupos étnicos estranhos, necessitavam ou buscavam um novo relacionamento, que poderíamos denominar transétnico, e isso no decurso da luta iria abrir novas dimensões e uma nova

consciência necessária à luta comum para a libertação. A visão acima mencionada pode ser confirmada pela entrevista dada por um dos líderes da Frente Leste em Angola, Daniel Chipenda, a um jornalista canadense. Chipenda afirma:

"A experiência tem-nos ensinado como a luta se desenvolve. Nós aprendemos mais sobre os meios a prosseguir e avançar a luta. Por exemplo, em Cabinda, quando começamos, em 1964, nós começamos lutando à margem e então, mais tarde, movimentamo-nos para dentro do país. Mas aqui na 3a. Região não, nós aprendemos da experiência de nossas dificuldades em Cabinda, e fomos imediatamente para dentro do país. Além disso, no começo nos frequentemente dávamos mais ênfase ao lado militar que ao político da luta. Nós tínhamos que aprender que o trabalho político, a educação política é muito importante na mobilização do povo para participar e suportar a luta armada. Agora a sua pergunta. Nós temos que analisar cada região separadamente e onde estão as diferenças. Nós temos que empregar métodos e táticas especiais para trazer o povo para a luta. A estrutura social e o estilo de vida em Lunda e do povo de choque na 4a. Região, por exemplo, diferem muitas vezes das que nós encontramos entre os mbundas, luxasis, luenas, etc., na 3a. Região. O povo na 4a. Região tem uma atitude geralmente melhor para o trabalho. Eles gostam do trabalho, enquanto tradicionalmente o povo da

3a. Região não gosta do trabalho muito pesado. Então nós temos sido capazes, hábeis para organizar e mobilizar os povos da 4a. Região em plano mais alto do que até agora nós fomos capazes de realizar na 3a. Região".

Outra pergunta:

"A 5a. Região é estrategicamente muito importante, desde que ela contém a maioria da população de Angola. Você encontrou o povo ovimbundo pronto a participar da luta?"

Resposta de Chipenda:

"Eu próprio sou ovimbundo, eu sei como os ovimbundos foram lutadores no passado e corretos até agora. Houve vários chefes como Condimba e Mutunga Quevela, em 1902, que se tornaram famosos por conduzir o povo contra o colonialismo português".⁽⁵⁰⁾

Também na 1a. Região político-militar, região localizada na Província de Quanza Norte, num território ao norte da capital, Luanda, uma experiência análoga àquela citada por Daniel Chipenda é narrada por uma das lideranças locais durante o movimento de libertação naquela zona, em depoimento prestado à revista Novembro de 1984. O tenente-coronel Benigno Vieira Lopes (Ingo), refere-se exatamente à primazia do aspecto de mobilização e politização das massas, dizendo:

"Foi necessário efetuar um trabalho de profundidade para organizá-los militarmente (os camponeses), pois não existiam estruturas. Combatiam apenas por senzalas. Não se socorriam. Era então necessário incutir-lhes que a luta era comum e não isolada. Por exemplo, quando uma senzala era atacada, a vizinha mantinha-se quieta. Aqui estava a idéia tribal a dominar — o que não podia ser. Justificavam essa atitude dizendo que não podiam desperdiçar o que tinham, em prol dos vizinhos, pois quando também fossem atacados poderia fazer-lhes falta. A discriminação tribal verificada não passava de palavras de ordem da UPA. Como era de supor, a nossa tarefa não foi fácil nesse capítulo. Mas a convicção na vitória era tão grande que quando partimos de Brazza, vínhamos já com o comando da Região formado, o que espelhava a verdadeira unidade nacional. O 'Monstro Imortal', por exemplo, natural dos
era o comandante da Região. Por seu turno, o comissário político era natural de Caxito. O chefe de operações era do Ambriz — portanto, de expressão quicongo — e o chefe de reconhecimento e informações era de Naubuangongo.

Os portugueses inclusive admitiram que depois de algum tempo seriam esmigalhados pelos populares apenas pelo fato de ser mestiço. Mas nada disso sucedeu. Então os portugueses passaram a compreender o perigo que corriam com nossa presença" (5/).

A verdade é que tanto a FNLA quanto a Unita não conseguiram ultrapassar os limites do que poderíamos denominar um etnonacionalismo no interior das fronteiras étnicas dos grupos a que estavam ligadas: no norte a FNLA aos quicongos e no sul a Unita mais tarde, a partir de 1968, aos ovimbundos. Mesmo Jonas Savimbi, líder da Unita, ao se desligar da FNLA em 1966 e do cargo de ministro das Relações Exteriores, em documento à imprensa internacional, denuncia os limites e a forma "tribal" da União Popular de Angola. Ele fala-nos da ausência total de politização do exército, que era unicamente um instrumento de propaganda pessoal do sr. Holden Roberto. Citando um exemplo, ele diz-nos que dos 25 soldados enviados para treinamento na Tunísia em 1962, apenas cinco não eram bacongos, e somente dez tinham concluído o ensino primário. Os demais não sabiam ler. Por outro lado, inculcava-se o espírito mercenário nos soldados pagando-lhes um salário a cada vez que eles voltavam das suas incursões ao interior de Angola. Isto levava esses guerrilheiros nacionalistas a não penetrar muito no interior de Angola, já que temiam perder a oportunidade de receber o seu salário, formando-se desta maneira um exército de fronteira.

O Movimento Popular de Libertação de Angola evidentemente teria problemas se não conhecesse profundamente os povos locais e a estrutura política dos mesmos, pois havia necessidade de mobilizar não só individualmente os guerrilhei-

ros que poderiam incorporar-se ao exército de libertação nacional, como também a totalidade da população e as suas estruturas tradicionais. Deste modo a adesão dos chefes locais era imprescindível para a mobilização e a ação dos sobas locais, sobretudo na Frente Leste, possibilitaram o êxito desta política. Lê-se num jornal de campanha encontrado junto ao cadáver de um oficial do Exército Português na Frente Leste que, submetido a interrogatório um prisioneiro, este confessa que o soba Tongo, de um determinado quimbo (aldeia) tinha dado autorização ao "inimigo" (Movimento Popular de Libertação de Angola) para se instalar na sua região. E aqui foi importante o papel das Forças Populares de Libertação de Angola, não só ao mobilizar mas também ao estabelecer uma ligação com aquele poder que se apresentava sedimentado no território, tal como nos observamos nas palavras do comandante Benigno quando falava da defesa particular individualizada na luta isolada de cada uma das senzalas. Esse espírito prevaleceu nos primeiros momentos de luta. Um outro oficial deu-nos um pequeno livro denominado "A Guerra em Angola", de autoria de Mário Moutinho de Pádua, que nos narra os primeiros momentos da luta no norte de Angola e o episódio de um soba que se enforcou quando soube que tinham morrido os seus súditos no ataque a Dabma. A frustração desse chefe tradicional em não poder socorrer os seus subordinados no momento da guerra levou-o a tal ato desesperado. Isso só se pode compreender na medida em que esse indivíduo

no caso, não estava mobilizado dentro de um movimento mais amplo que capitalizasse, a sua responsabilidade em torno de um ideal maior.

Convém referir aqui o romance "Mayombe" (52), do autor angolano Pepetela, como um modelo de análise da organização do combate, que retrata a luta por meio de personagens que vivem a problemática dos valores e contradições do momento político em questão. Sendo narrado por diversos militantes, temos deste modo visões múltiplas e pessoais do tempo e do espaço por eles vivenciados. Este romance parece-nos altamente pedagógico pela forma com que nele se explicitam as contradições existentes dentro desse processo, relacionadas sobretudo à diversidade cultural e étnica dos elementos que compunham o Exército de Libertação Nacional.

O documento que melhor expressa o referido processo é um romance escrito a partir da organização do combate. É narrado por uma multiplicidade de pessoas, todas militantes do MPLA, que participaram da guerrilha em Mayombe, floresta tropical em Cabinda, constituindo a 2a. Região político-militar do MPLA. O partido está ausente mas ele se faz presente mediante a fala do delegado local. Os personagens que assumem a narrativa do romance fazem-no sempre na primeira pessoa, ou seja, cada personagem

desenvolve uma reflexão autônoma a respeito das suas mo tivações enquanto lutadores pela independência, motivações estas que são singulares na medida em que as ori gens de cada indivíduo se tornam e se apresentam diferentes. Assim, as relações das pessoas dentro da organiza ção ou são explicitadas através de atributos somáticos (isto é, as relações entre brancos e negros, negros e mestiços e a relação totalizadora de negros, mestiços e brancos), ou então, num outro plano, por meio das rela ções interétnicas (através dos grupos locais, da região, da língua e até mesmo da religião). Também o grau de instrução e o lugar ocupado na hierarquia explicitam rela ções específicas entre as pessoas. Num outro plano, ainda, atuam as relações afetivas que podem ser expli citadas por intermédio das formas iniciáticas: iniciação ao combate, iniciação ao amor e iniciação ao saber. Estas últimas podem assumir então formas ou relações de do mina ção conforme o acesso que a elas se tenha. No to ca nte as relações afetivas, podemos ainda tê-las expli cita das nas relações físicas, seja dentro de uma primeira ca te goria (homem-mulher), em que se confrontam os valores culturais da tradição africana, seja, por outro lado, com o liberalismo europeu. Nas relações afetivas podemos apreender problemas de com panheirismo, de solidariedade ou de conflitos e rivalidades individuais. Finalmente, no plano político, temos motivações peculiares que fazem desses angolanos pessoas entre si diferentes, e que con duzem a graus variados de consciência em relação a situa

ção de colonizados e, conseqüentemente, a respeito da luta que leve a ruptura dessa situação. Essas motivações podem ser afetivas (no plano familiar) ou podem ainda estar relacionadas com o próprio saber, com o conhecimento. As motivações podem ser igualmente encontradas na recusa à colonização, no protesto efetivado pelos expulsos da terra e na organização do combate, ou seja, nas relações internas do combate explicitadas pela fragmentação da guerrilha muitas vezes em grupos de interesses próprios, que podem ter interesses subjacentes de ordem étnica. Também no afrontamento ideológico dentro das próprias motivações de cada um dos indivíduos pode estar presente um certo messianismo, próprio aos grupos que compõem o aparelho do partido, evidenciado nas relações entre os combatentes. As diferentes formas de ver ou de se ver a si mesmo e de tomar consciência da própria luta em relação aos demais grupos que a compõem (dentro dessa dualidade já referida da cidade e do campo), são vivenciados pelos guerrilheiros no momento da mobilização nacional. E nesse momento que se procura transpor esses obstáculos a fim de se obter uma união que leve a luta maior de libertação do todo, momento em que um sentimento nacionalista os motiva ao combate frente a um inimigo comum. Parece-nos que "Mayombe", romance que se passa em Cabinda, uma das primeiras regiões de Angola onde se desencadeou a luta armada de uma forma estruturada dirigida pelo MPLA, constitui um exemplo, segundo até mesmo as palavras empregadas

das muitas vezes pelas lideranças angolanas, do primeiro "laboratório" onde se forjaram as formas de luta e também os primeiros processos de conscientização dos guerrilheiros, bem como das relações desses guerrilheiros com as populações locais. Essas foram experiências que serviram para transformar a qualidade de mobilização de luta, sobretudo na Frente Leste, onde não só o espaço ocupado pela guerrilha era bem maior, mas onde se fizeram necessários processos de mobilização mais intensos, utilizando formas as mais adequadas nas quais as experiências negativas anteriores tiveram que ser eliminadas definitivamente.

Referimo-nos anteriormente a uma certa articulação do movimento de libertação com as populações locais, especialmente com o poder tradicional local ilustrada por exemplos da mobilização de sobas e da aceitação por parte desses da presença dos guerrilheiros. Essa articulação fazia-se normalmente por intermédio das relações existentes entre os guerrilheiros e a população civil, sobretudo através de uma rede de comissões de aldeias onde o poder tradicional se fazia representar. Mesmo após a independência, esta parece ter sido uma diretriz do movimento que não foi abandonada. Tivemos o exemplo, algum tempo atrás, da mobilização popular para a retirada da rainha dos luanas da fronteira leste do país para Zâmbia,

pois o grupo contra-revolucionário Unita desejava a adesão dos luenas por meio, possivelmente, do sequestro dessa chefe tradicional do grupo luena. O governo central em Luanda fez chegar a Zâmbia um avião presidencial para trazer de volta a rainha, transportada para Luanda junto com os subalternos que a acompanhavam. Esta é, sem dúvida alguma, uma demonstração de apoio e de aliança presentes na articulação entre o poder moderno e o poder tradicional. A situação é bem diferente daquela encontrada nos primeiros momentos de desencadeamento da luta armada, seja pela FNLA no norte de Angola, seja pela Unita no centro do país, quando essas duas organizações utilizaram-se também de um conhecimento da situação local, só que de modo diverso, na medida em que a mobilização individual dos guerrilheiros recrutados nas aldeias se fazia por uma manipulação de aspectos místicos e religiosos. Segundo a narrativa do oficial português Mário Padua, por exemplo, os rebeldes avançavam para as tropas coloniais gritando "masa (água), esta terra é nossa" (53), o que significaria que as balas dos brancos eram como água para eles. Da mesma maneira, B. Davidson fala-nos das primeiras incursões da Unita na zona leste do país, sobretudo na Província de Moxico, onde as ações dirigidas contra os portugueses eram dispersas, muitas vezes infrutíferas e usavam como armas, segundo depoimentos de camponeses, flechas, bastões e encantos mágicos, atribuindo possivelmente ao seu uso um poder religioso acima do poder tradicional das chefias locais, quando elas não se

faziam valer em relação a essas populações. As próprias autoridades coloniais dão a conhecer essas formas de mobilização em relação tanto ao MPLA quanto a FNLA, num simpósio sobre contra-subversão realizado em Angola entre novembro de 1968 e março de 1969. O governador do distrito de Zaire revelou na ocasião, um relatório confidencial que resumia nos seguintes itens as táticas usadas pelo inimigo para subverter as populações nativas:

- 1º - os agentes subversivos recebem uma excelente formação e um treino psicológico para essa atividade;
- 2º - toda vez que uma missão está para ser realizada, ela é feita por agentes subversivos nascidos na área a ser destruída ou os agentes são acompanhados pelo povo daquela área;
- 3º - cada missão é realizada na companhia de pessoas nativas da tribo a ser minada e começa por um contato com os seus respectivos parentes;
- 4º - propostas atrativas são feitas para os mais velhos de cada aldeia, porque eles são os únicos que têm suficiente influência e que encontram audiência para permitir um acompanhamento bem-sucedido da missão;
- 5º - a superstição da população nativa é habitualmente explorada, o agente subversivo sempre recorre ao invencível medo do "mágico poder" (5/).

Podemos portanto afirmar que o conhecimento específico e profundo da organização tradicional das populações onde se desenvolve a luta era indispensável para a eficácia do combate. A manutenção dos padrões de organização tradicional dos povos ligados à agricultura é necessária para um eficaz recrutamento e mobilização da população por meio do movimento de libertação. O poder colonial deu-se conta dessa dimensão do problema e tentou por todos os meios concentrar a população civil em acampamentos estratégicos que impedissem o contato dessas populações com o movimento de libertação. Alguns dos comunicados de guerra do MPLA na Frente Leste em 1968 dão conta de ataques feitos às tropas dos contingentes militares que guardavam esses acampamentos estratégicos, cópias fiéis dos mesmos acampamentos feitos pelos franceses na Argélia e pelos americanos no Vietnã. Esses acampamentos estratégicos criados pelo poder colonial tentavam por uma ação denominada "psicossocial" recuperar não só os guerrilheiros prisioneiros mas também as populações que tinham estado em contato com o movimento de libertação. Mas a ineficácia desse processo induziu ao seu total abandono e as populações que conseguiram se ausentar desses acampamentos ou voltar aos seus quimbos prosseguiram num apoio total ao movimento. Ao dar-se conta da ineficácia dessa ação, os militares colonialistas começaram um novo processo que consistia na queima dos quimbos, isto é, as aldeias tradicionais

africanas no leste de Angola, como represália ao apoio que as populações davam aos guerrilheiros. Essa situação de instabilidade provoca um grande fluxo de refugiados para os países vizinhos de Angola.

Podemos assim resumir alguns dos pontos fundamentais ligados a mobilização e ao recrutamento dos militantes durante o período em que ocorre a luta de libertação nacional, enumerando agora alguns aspectos já analisados:

- 1º - a mobilização das populações de refugiados no exterior trouxe limites e obstáculos ao desenvolvimento da luta de libertação. Esses mesmos limites e obstáculos traduzem-se numa luta de longa duração marcada por uma concepção mercenária de mobilização desses elementos, implicando a longo termo uma militarização do exército de libertação, para usar o conceito de Ali Mazrui⁽⁵⁷⁾. Estou aqui me referindo sobretudo aos elementos recrutados pela União dos Povos de Angola (UPA);
- 2º - as técnicas de recrutamento e mobilização, como vimos, recorrem muitas vezes a um conhecimento bastante profundo da gestão tradicional dessas populações;
- 3º - as práticas no terreno do combate, principalmen-

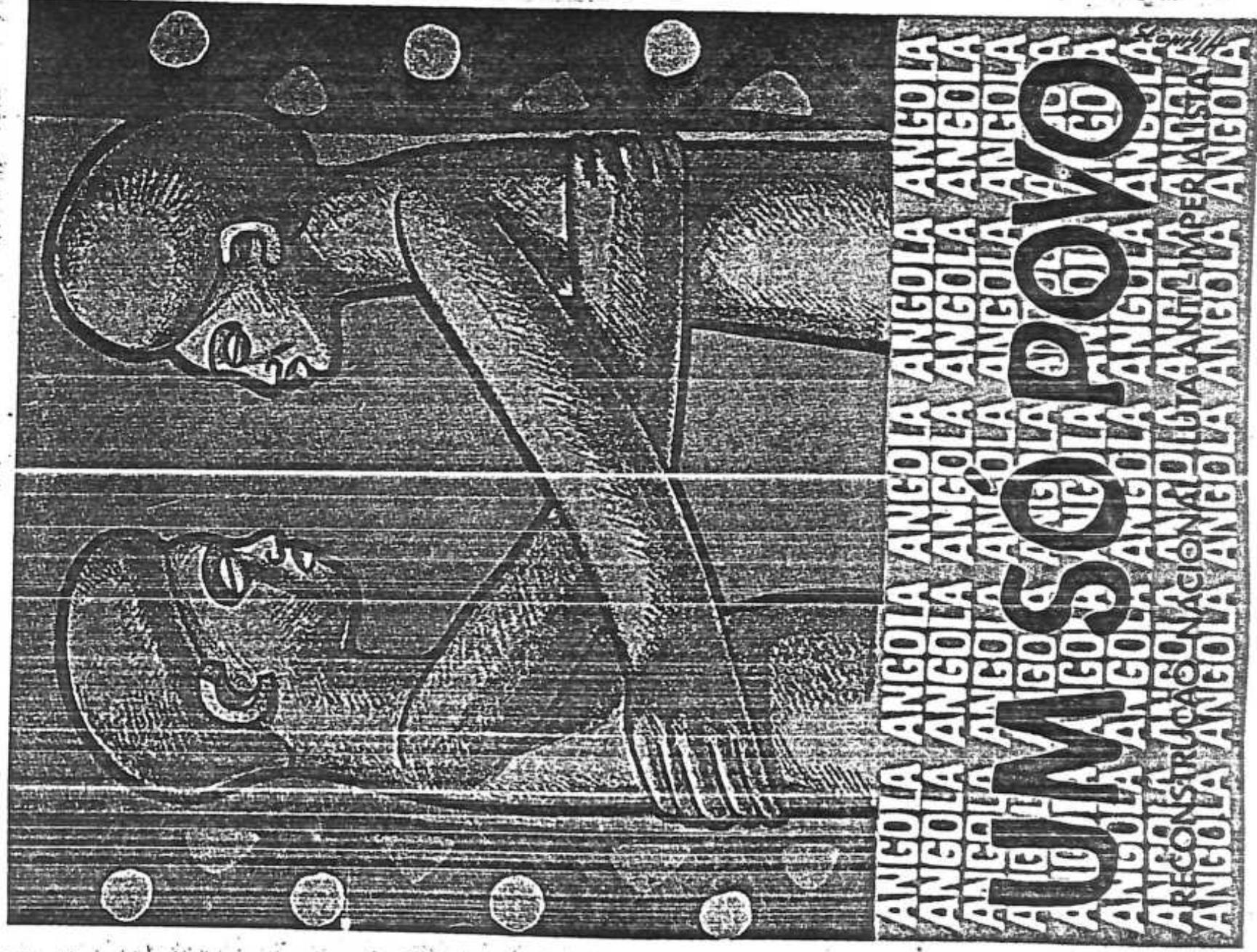
te a longo termo, parecem contrariar o ponto anterior. São os mais novos que se batem no terreno, adquirindo conhecimentos que não só os autonomizam em relação aos mais velhos, mas os põem à autoridade que inicialmente impunha a lei (autoridade tradicional), que pode ser repelida pelo exército do comando exercido pelos mais novos;

49 - como a mobilização dos combatentes só podia ser feita baseada no voluntariado, muitas vezes a sua entrada ou a sua participação no combate dependiam não só das circunstâncias da guerra mas da fidelidade ao seu grupo de origem. Assim podemos constatar que é possível ser mais tribalista quando o combatente se recusa a abandonar o seu território de origem. Esse laço étnico atenua-se ou desaparece quando o combatente aceita combater em territórios que não são os seus;

59 - ainda em relação à autoridade deve-se sublinhar que esta deve transitar dentro de certos limites: os mais novos adquirem autoridade técnica, ficando aos mais velhos a autoridade social. No entanto, há necessidade de uma articulação entre essas duas formas de autoridade. Assim, temos simultaneamente o respeito pela autoridade familiar e pelos mais velhos e o poder efetivo exercido pelos mais novos, que respeitam os mais velhos, lhes pedem

opiniões e conselhos com frequência.

Essa situação parece manter-se ainda após a Independência. As formas de mobilização e de recrutamento necessitam de uma tomada de consciência da população local e da explicitação de um projeto político que possa ser assumido pelo movimento. Este parece ser um dos pontos fundamentais a ser retomado neste trabalho.



CAPITULO 8

A Eliminação decisiva do discurso
 colonial ou a força da palavra
 independente

A ELIMINAÇÃO DECISIVA DO DISCURSO COLONIAL OU
A FORÇA DA PALAVRA INDEPENDENTE

Leitura rápida

A proclamação da independência de Angola a 11 de novembro de 1975 e a instalação de uma Constituição inspirada largamente nos projetos políticos consubstanciados no Manifesto do MPLA e nos programas do partido durante a Luta Revolucionária para a conquista da independência, marcam um ponto decisivo na eliminação dos vestígios de um discurso anterior preso às relações de dominação colonial e instauram um Estado soberano, independente e democrático, cujo poder da palavra é consubstanciado em conceitos que são da ordem da consciência teórica e não mais mera expressão de uma consciência mítica-utópica.

A Constituição é um elemento importante para a compreensão do funcionamento de um regime político; ela exprime a ideologia dominante e a relação entre as forças sociais, bem como os pontos fundamentais para a construção da unidade nacional num dado momento. E, sobretudo, este momento histórico é resultado de um processo de onde emergem idéias-força contidas no projeto revolucionário e que vão se projetar nos conceitos implícitos na Lei Constitucional.

O antropólogo Clifford Geertz afirma-nos que a história da descolonização pode ser dividida em quatro etapas: "aquela em que os movimentos nacionalistas foram formados e cristalizados; aquela em que emergiram vitoriosos; aquela em que se organizaram em Estados; e aquela (atual) em que se vêem obrigados a estabelecer as suas relações tanto com outros Estados como as sociedades irregulares de que surgiram" (56).

Geertz ainda observa que são a segunda e a terceira etapas que mais chamam a atenção dos analistas deste processo. É, no entanto, na primeira etapa de emergência dos movimentos nacionalistas, bem como na quarta etapa, em que fica patente a dificuldade de convencer as massas populares da necessidade de uma unificação nacional que supere as divisões étnicas regionais.

A partir deste corolário pensamos ser importante analisar sucintamente as idéias que estão presentes no processo que vai desde o jornalismo nativista do começo do século, com atitudes de denúncia e reivindicações, passando pelas formas legais de associação com propostas unitárias e de defesa de interesses mútuos, até as propostas mais radicais dos intelectuais da geração de 50 e que proporcionaram a emergência de movimentos nacionalistas modernos, dentro de condições adversas de não legalidade.

O movimento nativista angolano, por vezes, também denominado de protonacionalismo, faz-se expressar já em meados do século passado por meio de pequenos jornais de duração efêmera. Este nativismo permitia que se congregassem os elementos mais radicais da pequena burguesia urbana luandense no ataque ao colonizador para se procurar as vias graças às quais poder-se-ia chegar à eliminação ou a redução do poder colonizador. O primeiro jornal africano data de 1881 e era denominado "Echo de Angola", material impresso por intermédio do qual os nativos exprimiam a sua visão da sociedade angolana da época e davam ênfase, sobretudo, aos abusos do regime português. Serviam-se não só da língua portuguesa, mas também se expressavam por vezes em kimbundu, a língua da região luandense. Nos seus escritos pode-se notar a influência das idéias liberais da época, a partir de críticas sociais abordando a escravatura da qual se pretendia a abolição. O seu discurso visava implicitamente, por vezes, a separação da metrópole que se tornava impotente para resolver os problemas da colônia. José Fontes Pereira, um advogado, provisionário e um dos jornalistas mais importantes da época, em 1890, quando do ultimato inglês, defendera, em editorial do jornal "Arauto Africano", a idéia de aproximação entre o poder britânico e os "habitantes da África" e convidara Portugal a deixar o território angolano. Apesar desta atividade jornalística traduzir um significado político subversivo para a época, ela não tem uma expressão orgã-

nica que conduza a uma eficácia maior. Só com o advento da República em Portugal (5 de outubro de 1910), é que é permitida a criação das primeiras associações de africanos, tanto na "metrópole" quanto em Angola.

No editorial do jornal "O Negro" (1910), podemos constatar os primeiros prenúncios de uma leitura socialista utópica da situação colonial em África. Nele também se preconiza a formação de um "Partido Africano" que consiga fazer triunfar as reivindicações da raça escravizada. A Liga Angolana, fundada em 1912, e a Liga Africana, fundada em Lisboa em 1919 (Ver estatutos nos anexos.), propunha os seguintes fins: lutar pelos interesses gerais da província; desenvolver o ensino; defender os direitos dos associados; promover a revogação de todas as leis de exceção na África portuguesa; manter relações com as sociedades similares no estrangeiro, etc. Mesmo tendo estas propostas um significado menor, começa-se, a partir desse momento, a tomar corpo uma luta unitária presa não unicamente à revolta individualizada de intelectuais, mas procurando também congregar esforços para uma luta comum para lá das fronteiras nacionais. A elaboração de ideologias unitárias tais como o Panafricanismo e o Panegrismo terá uma influência ponderável sobre as idéias revolucionárias dos africanos a partir da I Guerra Mundial e irá favorecer as iniciativas de unificação dos povos colonizados.

Os nacionalistas angolanos, mesmo não se identificando com essas correntes, não deixam de se aproximar destas ideologias nos documentos já citados que compreendem organizações unitárias criadas a partir dos anos 20 e 30, nas capitais européias notadamente Paris e Lisboa. Mesmo depois da emergência de partidos políticos modernos trabalhando na clandestinidade em Angola a partir dos anos 50, dois princípios estão expressos nos seus programas: a luta contra o domínio estrangeiro, em princípio exercido por uma minoria racial, e a conquista da jurisdição territorial. Ali Mazrui diz-nos que "a razão pela qual os Estados e os movimentos africanos dão tanta importância aos princípios de soberania racial e de jurisdição territorial e continental, sobretudo desde os anos 50, deve-se à intenção de instaurar duas formas de solidariedade: o 'Panafricanismo de Libertação' e o de 'Integração'. No primeiro caso trata-se de reduzir as ingerências estrangeiras nos assuntos africanos e, no segundo, incitar os africanos a que formem federações ou grupos econômicos mais amplos" (57). Sabe-se que o Panafricanismo de Libertação obteve resultados muito mais satisfatórios que o "Panafricanismo de Integração". Os movimentos unitários das colônias portuguesas são um exemplo dessa eficácia na ação contra o colonialismo português. Os projetos revolucionários dos movimentos nacionalistas agindo nas diversas colônias portuguesas, apesar das

suas especificidades, têm diversos pontos comuns, sobretudo aqueles traduzidos em alguns aspectos organizacionais, na linha política e na ação comum contra o mesmo inimigo.

Enunciaremos agora alguns pontos relativos ao programa maior do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), no que se refere à unidade de ação em seu projeto político. Afirma-nos este Programa diversos itens relativos à unidade da nação após a independência completa. São eles:

"Primeiro, garantir a igualdade de todas as etnias de Angola e reforçar a união e a ajuda fraterna entre elas;

Segundo, interdição absoluta de todas as tentativas de divisão do povo angolano;

Terceiro, criação de condições para que regressem a Angola e tenham nela uma vida decente as centenas de milhares de angolanos que foram cruelmente obrigados pelo regime colonial a sair do país;

Quarto, poderão ser autônomas as regiões onde as minorias nacionais vivam em agrupamento denso e possuam caráter individualizado;

Quinto, cada nacionalidade ou etnia terá o direito de utilizar e desenvolver a sua língua, de criar escrita própria e de conservar ou renovar o seu patrimônio cultural;

Sexto, no interesse de toda nação Angolana, suscitar e desenvolver a solidariedade econômica e social, assim como as relações normais — nos planos econômico, social e cultural — entre todas as regiões autónomas e todas as nacionalidades e etnias de Angola;

Sétimo, liberdade de circulação de todos os cidadãos angolanos através do território nacional" (58).

Podemos observar que estes princípios unitários do projeto político do MPLA ainda nos anos 60, encerram em si uma perspectiva federativa da nação. Entretanto, com o decorrer da luta armada e o desenvolvimento dos etno-nacionalismos (sobretudo dos movimentos tipo UPA e UNITA), constata-se a supressão deste item, alterando a idéia da pluralidade da nação, agora identificada com a formação do próprio Estado. Assim, este item relacionado com a unidade da nação resume-se, assim, deste modo:

- 19) garantir a unidade de todos os angolanos, reforçar a união entre ajuda fraternal;
- 29) opor-se resolutamente à toda tentativa de divisão do povo angolano;
- 39) criar as condições que permitam o regresso ao país de todos os angolanos que foram obrigados a exilar-se por causa do regime colonial;

Sexto, no interesse de toda nação Angolana, suscitar e desenvolver a solidariedade econômica e social, assim como as relações normais — nos planos econômico, social e cultural — entre todas as regiões autónomas e todas as nacionalidades e etnias de Angola;

Sétimo, liberdade de circulação de todos os cidadãos angolanos através do território nacional" (38).

Podemos observar que estes princípios unitários do projeto político do MPLA ainda nos anos 60, encerram em si uma perspectiva federativa da nação. Entretanto, com o decorrer da luta armada e o desenvolvimento dos etno-nacionalismos (sobretudo dos movimentos tipo UPA e UNITA), constata-se a supressão deste item, alterando a idéia da pluralidade da nação, agora identificada com a formação do próprio Estado. Assim, este item relacionado com a unidade da nação resume-se, assim, deste modo:

- 19) garantir a unidade de todos os angolanos, reforçar a união entre ajuda fraternal;
- 29) opor-se resolutamente à toda tentativa de divisão do povo angolano;
- 39) criar as condições que permitam o regresso ao país de todos os angolanos que foram obrigados a exilar-se por causa do regime colonial;

- 49) cada etnia terá o direito de utilizar a sua língua, de criar uma escrita própria e de conservar ou renovar o seu patrimônio cultural;
- 59) no interesse de toda nação angolana, suscitar e desenvolver a solidariedade econômica, social e cultural entre todas as regiões de Angola;
- 69) garantir a liberdade de circulação de todos os cidadãos angolanos através do território nacional" (59).

Deste modo, podemos verificar que todas as formações denominadas etnias de Angola recebem uma nova denominação, a de "angolanos", como cidadãos do futuro Estado soberano de Angola. É abolido o item 49 do primeiro Programa de 1960, isto é, aquele que dava autonomia às regiões onde as minorias nacionais vivem em agrupamentos densos e possuíam um caráter individualizado.

Vejamos agora como a Lei Constitucional da República Popular de Angola, no título 19 - Princípios Fundamentais - trata destes mesmos itens:

"Artigo 19 - A República Popular de Angola é um Estado soberano independente e democrático cujo primeiro objetivo é a total libertação do povo angolano dos vestígios do colonialismo e da dominação e agressão do imperialismo e a construção de um país próspero e democrático com-

pletamente livre de qualquer forma de exploração do homem pelo homem, materializando as aspirações das mas sas populares;

Artigo 49 - A República Popular de Angola é um Estado unitário e indivisível, cujo território inviolável e inalienável, é o definido pelos atuais limites geográficos de Angola, sendo combatida energicamente qual quer tentativa separatista ou de desmembramento de seu território;

Artigo 59 - Será promovida e intensificada a solidariedade econômica, social e cultural entre todas as re giões da República Popular de Angola, no sentido de desenvolvimento comum de toda a Nação Angolana e da li quidação das sequelas do regionalismo e do tribalismo;

Artigo 189 - Todos os cidadãos são iguais perante a lei e gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção da sua cor, etnia, sexo, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, condição econômica ou social. A Lei punirá severamente todos os atos que visem prejudicar a harmonia social ou criar discriminações e privilégios com base nesses fatores" (60)

Dentro da Legislação Constitucional permitimo-nos ainda citar um pequeno parágrafo constante do preâmbulo

da Lei Eleitoral, que nos diz o seguinte:

"Esta luta secular conduziu à identificação de 'nos mesmos' como Nação, independente das diferenças de raça, tribo ou língua. Nacionalismo inicialmente incipiente, havia, no entanto, de alcançar novos instrumentos ideológicos com a formação do Movimento Popular de Libertação de Angola em 10 de dezembro de 1956" (61).

O Tempo da Revolução, os Projetos e o Programa Revolucionário se cristalizam no momento que constitui o Tempo da Independência, isto é, o tempo da consagração da luta libertária, do partido da vanguarda e de seus heróis maiores, para dar lugar, posteriormente, ao Tempo Institucional, ou seja, ao tempo do discurso e da revolução oficial conduzidos pelo Estado e pelo partido dirigente.

Mas será que a Nação se espelha no Estado ou com ele se identifica, ou ocorre justamente o inverso, o Partido e o Estado indo de encontro às aspirações revolucionárias emanantes do povo ou da Nação plural? E isto, no entanto, sem diluir o projeto revolucionário na construção de uma nação onde possa coexistir diferença. Não a diferença de privilégios, mas a diferença marcada pela diversidade cultural, fator positivo na edificação da nação, síntese do projeto unitário.

A etnicidade como dimensão política onde existe uma manipulação simbólica da cultura tradicional como mecanismo de articulação de alinhamentos políticos é repudiada pelos princípios integrativos da constituição e da fundação do Partido Único.

O problema da diversidade étnica é agora tratado como um processo de autonomias culturais, fundamento específico da Identidade Cultural do Povo Angolano. Veja-se o exemplo recente da aprovação, a título experimental, dos alfabetos de seis línguas nacionais pelo governo angolano. Assim, a par da língua veicular, o português, e em vista da preservação e da promoção das línguas nacionais, se inicia um projeto de alfabetização naquelas outras línguas.



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

Preço deste número — Kz 0.00

... e correspondência, quer oficial, quer particular, e anúncios e assinaturas do Diário da República, deve ser enviada, Caixa Postal 1306. — Eod. — Imprensa Nacional.

ASSINATURAS

	Ass	
As três séries	Kz	1350.00
A 1.ª série	Kz	700.00
A 2.ª série	Kz	700.00
A 3.ª série	Kz	650.00

O preço dos anúncios é de Kz 23.00 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação do depósito prévio e afectuar as Tesourarias da Imprensa Nacional — U. E. E.

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução n.º 3/87

de 23 de Maio

Considerando que as Línguas Nacionais, suporte e veículo das heranças culturais, exigem um tratamento privilegiado, pois que constituem um dos fundamentos importantes da Identidade Cultural do Povo Angolano;

Tomando-se necessário dar continuidade ao estudo científico das Línguas Nacionais, base para o seu desenvolvimento e garantia para a sua preservação e promoção;

Considerando a necessidade da uniformização da escrita em Línguas Nacionais;

Considerando que os alfabetos propostos pelo Instituto de Línguas Nacionais, resultantes de investigações efectuadas sobre os sistemas fonológicos das respectivas Línguas, assentando essencialmente sobre a equivalência: um símbolo gráfico para cada fonema, correspondem mais fielmente às realidades fonológicas das mesmas;

Considerando que pelas razões acima expostas, os referidos Alfabetos, possuindo um carácter prático, sem muitas regras de transcrição, possibilitarão aos falantes das Línguas em questão, um domínio mais rápido e eficaz das técnicas da escrita e leitura;

Considerando que o projecto experimental de Alfabetização em Línguas Nacionais está em vias de concretização;

Nos termos da alínea b) do artigo 58.º da Lei Constitucional e no uso da faculdade que me é conferida pela alínea d) do artigo 53.º da mesma lei, o Conselho de Ministros decreta e eu assino e faço publicar a seguinte:

Artigo 1.º — São aprovados a título experimental os Alfabetos das Línguas «Kikongo», «Kimbundú», «Cokwê», «Umbundú», «Mbunda», e «Ozkwanyama» e as respectivas Regras de Transcrição, em anexo que fazem parte do presente diploma.

Art. 2.º — As dúvidas suscitadas na interpretação e execução deste diploma, serão resolvidas por decreto executivo do Secretário de Estado da Cultura.

Vista e aprovada pelo Conselho de Ministros.

Publique-se.

Luanda, aos 9 de Maio de 1987.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS

SUMÁRIO

Conselho de Ministros

Resolução n.º 3/87

... aprova a título experimental, os Alfabetos de 6 Línguas Nacionais.

Conselho de Defesa e Segurança

Resolução n.º 2/87

... aprova o Estatuto Orgânico do Centro de Investigação Científica do Ministério das Pescas anexo ao presente decreto e dele fazendo parte integrante. — Revoga todo o que for contrário.

Estes e outros projetos de âmbito cultural são tomam corpo após a criação de uma Secretaria da Cultura que deve viabilizar ações que forneçam soluções aos problemas propostos nos programas de reconstrução nacional.

Assim, o governo angolano vê na necessidade de criar uma Secretaria da Cultura para viabilizar ações que forneçam soluções a estas preocupações. A propósito, o decreto governamental de 31 de outubro de 1980 diz: "Face às transformações da nossa sociedade, aos avanços na Reconstrução Nacional e à nova perspectiva que devemos incrementar à Cultura Nacional, como forma de melhor responder às exigências do momento, bem como melhor colaborar, no desenvolvimento de uma Cultura Nacional africana e científica de acordo com a linha de orientação emanada do I Congresso do MPLA/Partido do Trabalho, no âmbito da Cultura: do abrigo do artigo 42º da lei Constitucional, o Governo decreta a criação de uma Secretaria de Estado da Cultura" Esta decisão veio ao encontro das recomendações da Carta Cultural de África adotada pelos chefes de Estado e do Governo dos Estados membros da OUA - Organização da Unidade Africana reunidos na 13a. Sessão Ordinária em julho de 1976.

O simposio sobre Cultura Nacional realizado em Luanda em outubro de 1984 tinha como tema central "A Cultura como arma de combate; formas de consciencia nacionalista e revolucionaria. Deste modo, a dimensão politica ainda está implicita. A identidade cultural da Nação deve ser encarada como arma de combate, Sem essa afirmação de sua identidade própria e dinâmica que acompanhe e reflita as condições materiais em transformação e o conseqüente surgimento de uma nova consciência, os inimigos internos encontrarão mais facilmente terreno fértil para a sua propaganda caluniadora e tribalista e os inimigos externos para a subinsinuação da vantagem dos valores burgueses" (Discurso de abertura do Simpósio).

A identificação com a totalidade faz-se ainda em relação ao "outro", com elementos externos que podem constituir um perigo para a sua integração. A guerra contra a invasão sul-africana e contra a UNITA, apoiada por aqueles, tem, sem duvida alguma, este poder.

Os jovens angolanos hoje mobilizados para novas tarefas de reconstrução nacional relativizam cada vez mais suas raizes étnicas e se defrontam, assim nos apercebemos, com outro tipo de conflito próprio do momento histórico vivido.

Já fizemos referência à emergência de um problema: o conflito de gerações surgido durante a luta armada (ver capítulo "Mobilização e Recrutamento") e voltamos a abordá-lo agora num novo contexto, isto é, após a Independência.

Margaret Mead⁽⁶²⁾ foi uma das antropólogas que melhor traduziu, no plano cultural, a maneira pela qual modelos refletem os diferentes processos de criação, transmissão e manipulação dos conhecimentos por meio da articulação de diversos tempos: o passado, o presente e o futuro, gerando conflitos de gerações.

Primeiramente, a autora denomina de cultura "post-figurativa" aquela em que a continuidade depende do que se espera do antigo e dos empréstimos imperceptíveis que esta espera deixa no espírito dos mais jovens. Em segundo lugar, aparece a cultura "configurativa" onde o modelo social que prevalece é o comportamento dos contemporâneos. Nas culturas "configurativas", os mais velhos têm uma situação dominante no sentido em que eles fixam quais configurações podem se exprimir no comportamento dos mais jovens. Ainda na cultura configurativa, é a sanção dos mais velhos que conta e não a dos iguais. Em terceiro e último lugar, impõe-se a cultura "pré-figurativa". Caracteriza-se, esta última, por privilegiar o desconhecido e a ausência absoluta de modelos preestabelecidos que

orientem os comportamentos e atitudes dos indivíduos. Diz-nos a autora: "O desenvolvimento de culturas pré-figurativas dependerá da existencia de um dialogo continuo no qual os jovens, livres para agir por sua propria iniciativa, poderão conduzir os mais velhos por uma via desconhecida. Então a antiga geração terá acesso a um novo conhecimento experimental sem o qual nenhum plano digno de interesse poderá ser elaborado" (63).

Uma parcela dos jovens demonstra uma tendencia para potencialmente reivindicar uma postura do tipo pré-figurativo ao enunciar formulas tais como: A Revolução está no presente (ênfase ao discurso e se distanciando assim, da experiência passada ou do projeto futuro.

Alguns das jovens lideranças que detêm o aparelho administrativo, seja no governo central, seja ao nível regional, tendem a expressar um discurso que minimiza ou mesmo deprecia o valor das ações do processo histórico que se convencionou chamar de "primeira guerra de libertação nacional", privilegiando sobretudo o segundo período, aquele que se segue à independência, a chamada Segunda Guerra. É evidente que um grande numero de quadros aderiu ao movimento no momento da independência; outros, contudo, tiveram uma limitada participação (expressando muitas vezes apenas simpatia), em razão das dificuldades impostas pela repressão ou dos exíguos limites da legalidade (centros culturais e esportivos). Esses quadros

faziam parte do limitado numero de militantes do movimento do "interior" e isto quando o movimento dirigia a luta armada a partir do exterior do país ou de territórios libertos.

Estas posições tornam-se por vezes ambíguas, na medida em que estes grupos, apoiando-se em premissas discutíveis, tais como os primeiros escritos de Agostinho Neto (passagens da conferência de Agostinho Neto na Casa dos Estudantes do Imperio em 1960, citados no mural de militantes da Secretaria de Estado da Cultura em abril de 1986), transmitem uma ideia difusa de negritude como meio de afirmação de sua identidade entre os jovens estudantes e intelectuais "assimilados", naquele dado momento. Parece haver um desejo latente na manipulação de determinados conceitos voluntaristas para uma afirmação de maior autenticidade e/ou africanidade que pareciam já estar ultrapassadas. Pensamos que cabe a estes jovens intelectuais a produção e transmissão de uma parcela do saber indispensável à mobilização e à formação de novos agentes culturais, em suma, na transformação do presente em devir. Evidentemente que a situação dominante é a de uma cultura configurativa onde se tenta articular o passado e o futuro (como projeto). A mobilização e o recrutamento dos jovens no seio das diversas comunidades e sua formação como "intelectuais orgânicos" (no sentido de gramsciano) é uma das soluções possíveis para este problema.

Algo semelhante acontece por vezes nas articulações do poder tradicional com o poder do Partido. Numa das aldeias em que realizávamos uma pesquisa sobre a tradição oral local, (desdobramento de nossa dissertação de mestrado) encontramos a seguinte situação: o coordenador das ações do partido na "buala" (aldeia) é assessorado por um conselho de "homens mais velhos" (mukuruntos) do qual fazem parte seu pai e seu tio materno que legitimam assim o poder do coordenador (indicação do Partido) como executivo, depois de acatar os conselhos do poder tradicional dos mais velhos (consultivo).

Este processo de articulação pode também tomar outras formas em que um "mais velho" reúne simultaneamente estes dois poderes. É o caso, por exemplo, de alguns "sobas" que assumiram comissariados cumunais por indicação do Partido por terem participado ativamente da Luta de Libertação.

Vários caminhos são procurados para a solução de problemas que surgem na minimização dos conflitos que podem por em perigo a integração do todo. Estas soluções são muitas vezes encontradas mais no domínio do pragmatismo imposto pela realidade empírica do que no domínio do formalismo ideológico.

O episódio que iremos narrar ilustra bem esta afirmação e com ele pretendemos encerrar este trabalho, procurando mostrar que a construção da nação angolana é um processo em curso onde as soluções harmoniosas dependem, pelo menos em parte, de uma certa sensibilidade de seus dirigentes.

Este exemplo, que nos marcou agudamente, serve sobretudo como uma metáfora em relação ao todo, e é assim que o encaramos: No verão de 1986 encontrávamo-nos na aldeia de Ngoyo onde prosseguíamos nossas pesquisas sobre tradição oral e tentávamos nela estabelecer um sítio arqueológico no local onde tinham sido encontrados vários canhões dos séculos XVII e XVIII. Esta aldeia, situada na fronteira sul do Enclave de Cabinda, teria sido a capital (Mbanza Ngoyo) de um pequeno reino importante para o tráfico de escravos. Hoje ela é um dos pontos limites na fronteira com a República do Zaire. Durante alguns anos após a independência a aldeia ficou desabitada devido à situação delicada representada pela sua proximidade com aquela fronteira e, por conseguinte, alvo da ação de grupos armados da FNLA, então sediada na República do Zaire. A partir daquele ano vários habitantes começaram a retornar à sua aldeia e iniciaram a reconstrução de suas casas, bem como a de seus

santuários dedicados aos gênios protetores da terra, localizados entre a aldeia e um pequeno bosque próximo, lugar de seus ancestrais e vizinho ao local onde tinham sido encontrados os canhoes já referidos. Os canhões foram encontrados, por acaso, quando um cooperante (nova nomenclatura dos ex-colonos que ficaram) lavrava com seu trator uma vasta área de terra que havia sido cedida pelo governo provincial para exploração agrícola. Dois anos antes tínhamos aconselhado os responsáveis para que preservassem o local, visando à realização de futuras pesquisas arqueológicas, e qual não foi nosso espanto quando, em nosso regresso, vimos toda a área lavrada e os restos de cerâmica, que poderiam ter sido preservados, estavam espalhados por centenas e centenas de metros quadrados. O cooperante, querendo ser simpático dizia ter conseguido, com seu trator, encontrar mais dois ou três canhões. Achava que seu feito representava uma grande contribuição para a nossa pesquisa. Profundamente irritados, dessemos-lhe que sua lamentável atitude tinha sido altamente destrutiva, ainda mais dispende ele de tanto terreno para trabalhar. Apontáramos também que os mais velhos da aldeia estavam muito irritados pois que ele pretendia destruir os santuários. O cooperante reagiu dizendo que aquilo eram superstições e que os "homens do partido" estariam de acordo com ele. Dissemos que as coisas não eram bem assim, se é que eu conhecia o Comissário Provincial (governador da Província) que ali estaria em visita alguns dias depois.

Passados alguns dias o Comissário Provincial, junto com o seu secretário e outros convidados, chegou ao Ngoyo, conforme o combinado. Estavam também presentes pessoas das aldeias próximas, responsáveis do Partido, da delegação da Secretaria da Cultura que nos acompanhavam, além do dito cooperante. O Comissário ouviu todos com atenção, admirou a bela plantação do cooperante e, ao escutar as suas explicações a respeito de suas intenções em ampliar a plantação e nossas recriminações, bem como as queixas dos mais velhos, foi taxativo: o seu trabalho como produtor era importante, mas desde que não interferisse na vida e no patrimônio dos homens da aldeia. Deveria indenizar aqueles para que erigissem um novo santuário, pois um deles já tinha sido derrubado. Teria também que preservar as áreas que nós determinamos para nossas pesquisas porque constituíam igualmente patrimônio cultural do povo. Nesse dia houve festa na aldeia. O som dos atabaques convocaram os homens mascarados, os "Zindunga", que só surgem em cerimônias importantes. Os homens sentiram-se duplamente protegidos pelos "nkissi nsi" (gênios protetores da terra) e pelas autoridades. Os novos tempos finalmente estavam chegando.

Esta situação nos conduz ao título final do presente trabalho "Angola: nasce uma nação". A metáfora lembra-nos que todo neófito necessita de cuidados, sobretudo se encontra um ambiente não propício ao seu desenvolvimento.

A sabedoria tradicional do povo diz-nos:

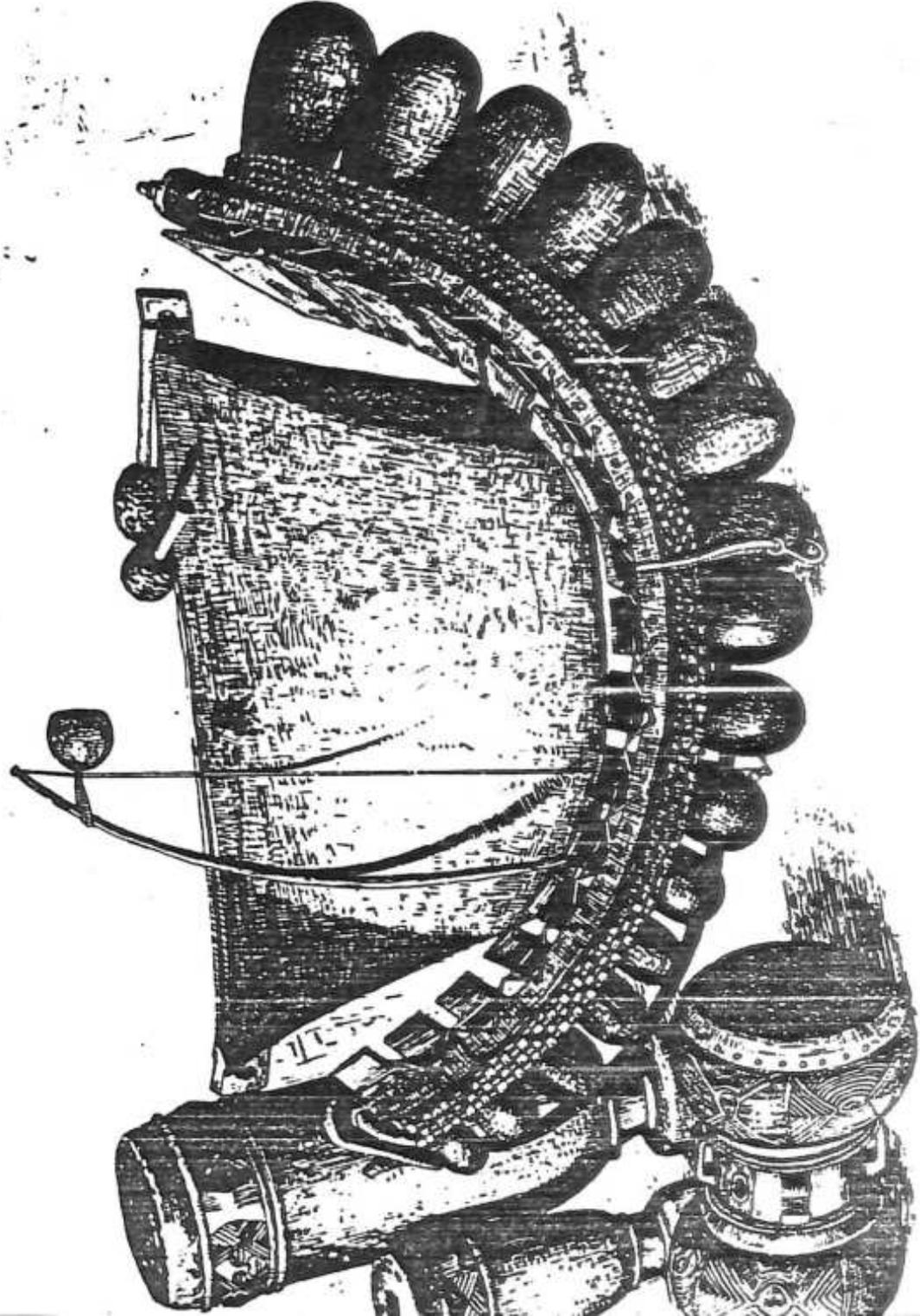
"Nsitu ke zisende
Nliata au keba"

"Na floresta que tem espinhos
Caminha com cuidado"

(provérbio tradicional Cabinda)

CONCLUSÕES

Não é possível
ver a cor a
partir do
pau



CONCLUSÕES

À guiza de conclusão, podemos enunciar assim os aspectos fundamentais abordados ao longo do presente trabalho:

- Os centros de produção científica de idéias e análises sobre o espaço africano de língua portuguesa são os pólos hegemônicos do poder político, da produção do saber dentro do contexto internacional.

Se uma grande parcela desses trabalhos contém uma postura política implícita fez-se necessário uma crítica radical à massa de informação existente.

A leitura dos trabalhos que se referem à etapa contemporânea, à história imediata deixam invariavelmente de fora o discurso autônomo dos atores sociais em questão: os angolanos.

- Nos diversos discursos antropológicos que se referem ao conhecimento do "outro" (a etnografia espontânea, a antropologia aplicada, a antropologia militar e a antropologia missionária) há um denominador comum

que se pode definir do seguinte modo: existe uma inclusão do conhecimento sobre o outro e simultaneamente uma exclusão ideológica desse mesmo outro.

Dentre todos os trabalhos é necessário, contudo, destacar os trabalhos etnográficos dos missionários católicos da Congregação do Espírito Santo e os trabalhos dos missionários protestantes. Todos eles de origem não-portuguesa.

A história da luta de libertação dos povos africanos das colônias portuguesas tem raízes mais profundas do que aquelas manifestas em sua fase contemporânea, a luta armada. Ela surge em suas diversas manifestações, como a resistência através da produção literária e jornalística de protesto e denúncia, diversos movimentos nativistas, movimentos proféticos, greves, desobediência civil.

O movimento de intelectuais angolanos da geração de 50 tem o mérito de, através do trabalho coletivo e organizado, compreender e expressar uma consciência política nacionalista através dos jornais culturais da época.

- . É esta geração de intelectuais que em dezembro de 1956 dão unidade a pequenas organizações políticas e proclamam a formação do Movimento Popular de Angola (MPLA) e lançam um manifesto que será o primeiro projeto político unitário dos angolanos.

- . A 4 de fevereiro de 1961 o MPLA desencadeia a luta armada que, com o seu desenvolvimento e abertura de várias frentes, mobiliza os angolanos no espaço nacional e fará desta luta prolongada um dos pontos fundamentais na construção da identidade nacional angolana.

- . Os restantes partidos nacionalistas como a UPA e a UNITA não conseguem ultrapassar suas fronteiras étnicas na Luta de Libertação.

- . As formas de mobilização e recrutamento da população durante a Luta de Libertação Nacional são um dos elementos essenciais na tomada de consciência nacional e na explicitação do projeto político assumido na luta.

- No discurso nacionalista, vemos que uma das grandes preocupações no momento da Luta Armada é a da unidade.

Este discurso evolui de um conceito abstrato construído pelos intelectuais para o da unidade forjada na luta dos guerrilheiros na sua relação com o todo.

- O discurso relativo à diversidade étnica e cultural também evolui e a perspectiva original do programa político que possuía em si a idéia de federação é abandonada tendo em vista o desenvolvimento de certos etnonacionalismos.

Também a Constituição da nova República Popular de Angola dá ênfase ao aspecto unitário do novo Estado. A diversidade étnica e cultural é tratada agora como um processo de autonomias culturais, fundamento específico da Identidade Cultural do Povo Angolano.

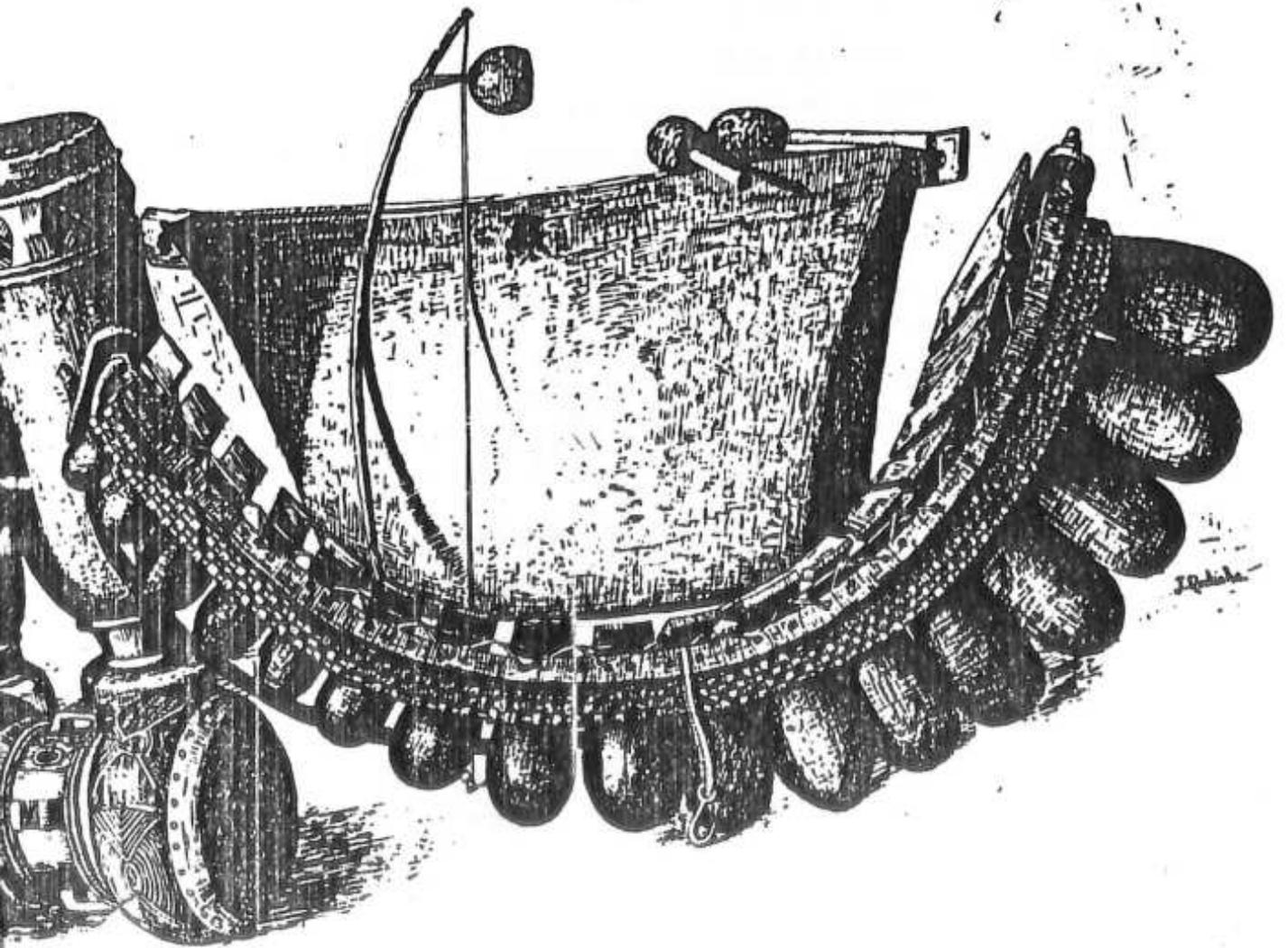
Os problemas daí surgidos são solucionados através do processo institucional dos organismos do Estado, no caso a Secretaria de Estado da Cultura.

- Os novos conflitos são de ordem generativa surgidos da manipulação dos conhecimentos e articulação dos

diversos tempos: o passado, o presente e o futuro
(como projeto).

- A construção da nação é um processo em curso onde as soluções harmoniosas dependem, em parte, da sensibilidade e eficácia de seus dirigentes.

ANEXOS: DOCUMENTOS



OS EDITORIAIS DO JORNAL "O NEGRO" (1911)

A NOSSA ORIENTAÇÃO

É simplesmente irrisório o argumento d'alguns philantropos de que, para o levantamento moral, político e económico das populações negras, indígenas d'Africa, bastariam, como preconisa Lucien Hubert no seu folheto "Le Devoir de l'Europe en Afrique", um systema completo de garantias jurídicas, servido por austeras instituições e especialmente a do trabalho livre e a sua remuneração, e alguns elementos d'instrucção.

E achamos simplesmente irrisório o argumento de taes philantropos, porque, a nosso ver, admitida a hypothese de que são sinceras as suas intenções, nem as normas de direito, podem modificar o estado social dum povo, nem a instrucção, por si só, pode levantar o nível moral e intelectual duma raça. O direito tem sido o arbitrio dos fortes e, tendo interrompido da consciencia collectiva das categorias sociaes dominantes, é um producto da idiosincracia social, modificando-se conforme esta se vae modificando, harmonicamente com as condições da estrutura económica. E assim, nunca poderá ser um factor modificador do que é apenas o resultado.

O factor instrucção, por si só, também não poderá realizar o desideratum de taes philantropos porque é insufficiente para minorar a essas populações a escravidão política e económica de que têm sido victimas há mais de cinco séculos.

Por maiores que sejam as mentirosas liberdades jurídico-políticas de que possam gosar, e os progressos da sua educação, como succede aos negros da America do Norte e aos povos das nações alcunhadas de cultas, a sua quasi totalidade despojada das suas terras, por uma minoria que domina em todas as partes do mundo e que quer dominar na Africa, servindo-se dos mesmos processos da escravidão, não pode-

rã jamais considerar-se emancipada e livre, enquanto tiver necessidade, para viver, de se vender aos seus carrascos e opressores.

Também será eternamente uma utopia, quanto à solução da magna lucta social, o pretender-se resolve-la instaurando um equitativo modos vivendi entre o capital e o trabalho.

A universalisação da instrucção é uma utopia sem a universalisação da propriedade; e portanto, nunca, pela instrucção, se conseguirá a emancipação integral d'um povo ou d'uma raça, qualquer que seja o presumido valor potencial das suas faculdades mentaes.

A acção d'esta é efficaz sob o ponto de vista revolucionário, porque os povos como os indivíduos, quanto mais instruidos mais conscientes são da sua situação d'escravos e d'explorados, e portanto mais promptos a rebellarem-se contra as opressões de que são victimas e martyres.

Mas, quanto à esperança de ser possível emancipar-se um povo diffundindo nelle apenas alguns elementos d'instrucção avariada, e promulgando contra os seus usos e costumes, e instituições politico-sociaes características, um systema de garantias juridicas que lhe seriam impostas pela força, não nutrimos dúbidas a respeito da sua innanidade.

Para modificar e engrandecer as ideias do homem é preciso, antes de tudo, as condições de toda a natureza do meio socialogico em que elle vive; e, para a modificação efficaz d'este, é necessário modificar as condições materiaes da sua existênciã. É que as ideias são a representação cerebral do ambiente cosmico e social que o cerca.

A unica transformação a conseguir é a transformação do modo da posse da propriedade pela expropriação dos que a conquistaram e a gosam, em detrimento dos seus legitimos

donos, qualquer que seja o ponto de vista sob que é encarado - moral, politico ou económico.

Queremos a Africa propriedade social dos africanos e não retalhada em proveito das nações que a conquistaram e dos individuos que a colonizam roubando e escravizando os seus indígenas.

*

* *

E, para realisarmos o nosso ideal, é necessário que a camada mais instruída e illustrada da raça negra enverede todos os seus esforços afim de constituir, com os menos cultos um forte "Partido Africano" que pouco a pouco, luctando e vencendo, consiga fazer triumphar as reivindicações da sua raça escravizada.

E é legitima a nossa fôrma de ver porque é um facto, a lucta das raças, como é um facto em cada raça, e principalmente nas civilizadas, a lucta das classes, de povos contra povos e de nacionalidades contra nacionalidades.

Não há ainda povos que se crêm aristocraticos e povos alcunhados de plebeus?

Não há ainda raças que se crêm eleitas para reinar e dominar, e não há raças malditas para as quaes todo o esforço tendente a fazê-las progredir equivalle desafiar a Vontade Suprema como disse cathedaticamente Carlos Carrol no seu interessante livro Le Nègre est une Bête?

Em nome da aristocracia do sangue austriaco a Austria não continua a perseguir os judeus com ferocidade e rancor?

Os russos ainda há pouco não nos tornaram a fallar do perigo amarello? Não continuam a exterminar os polacos, este punhado d'heroes, cuja vida de sacrificios e de heroicidades enche d'assombro o universo?

Os turcos não continuam a perseguir e trucidar os armenios?

A Europa na Africa e os americanos na America não continuam a lynchar os negros, confiantes na impunidade e na inferioridade mental e morphologica, fatal e irremediavel d'essa raça em cuja fronte da cor da noite elles conseguiram ler a maldição das sentenças inexoráveis?

Que significam o panlatinismo, o pangermanismo, o panamericanismo e todas as concentrações ethnicas que ávidamente buscam em detrimento de todas as outras, a supremacia baseada na mentira da unidade de sangue?

E que cada ramo ethnico crê-se de familia privilegiada, e a alma mater de tudo quanto é bello e grande no mundo - a arte, a sciencia e a philosophia. Pois bem, é necessário vencer todos esses erros e prejuizos.

Pois bem, é forçoso que cada raça trabalhe para emancipar-se, vencendo todos os obstaculos da realidade presente que as impedem de se confraternisarem, porque a emancipação de cada raça só pode e deve ser o resultado dos seus proprios esforços.

*

* *

Expressamos com lealdade, mas também com audacia, nas suas linhas geradas, as nossas convicções.

Não nos moveram nem odios, nem ressentimentos, absolutamente incompatíveis com a nossa mocidade e sobretudo com a nossa compreensão da solidariedade.

Embora pertencentes à raça, por excelência escravizada, ao iniciarmos a nossa publicação, sentimos nosso dever o de

saudar todas as raças do mundo, porque todas são irmãs, todas descendem da animalidade e ascendem à vasta fraternidade universal.

É que para nós a paz entre os povos e a vasta solidariedade humana, este sonho bom d'uma manhã distante, não poderão jamais triumphar sem se apoiarem na convicção geral e universal da egualdade organica e mental de todos os povos e na realisação e affectivação de bemestar para todos.

E tu, oh! raça negra, desperta do teu somno secular, durante o qual te inflingiram tantos vexames e te cobriram de tantos insultos, e trabalha, trabalha sempre envolta no im palpavel, luminoso ether da esperança para venceres integral de todos os direitos do individuo, a reconstituição organica de todas as aggremações humanas e a confederação de todas as raças.

Bênditas serão todas as torrentes de lagrimas, todas as ba gas de suor, e todas as gotas de sangue que verteres para a effectivação d'esse ideal que hã-de trazer um novo e mais fulgido lampejo à consciência humana.

Perdoa a todos os povos os insultos de que foste victima e as tyrannias de que foste martyr, para que elles te perdoem a lentidão da tua evolução progressiva para a perfeição.

A Redacção

* Número 1 - Ano I - Quinta-feira, 9 de março de 1911.

ESTATUTOS DA LIGA AFRICANA (EXTRACTOS)

ORGANIZAÇÃO GERAL

CAPÍTULO I

Denominação, Sêde e Fins

Artigo 19. - A LIGA AFRICANA é uma agremiação de caracter civil, com sêde em Lisboa, constituída por individuos de raça africana e agremiações aderentes.

Artigo 29. - Os fins d'esta sociedade são:

- 1) Promover o progresso moral e social da raça africana;
- 2) Defender os direitos e legítimos interesses dos indigenas da Africa Portuguesa;
- 3) Federar todas as agremiações de africanos existentes nas colonias portugêsas servindo de laço fraternal à união de todos os seus naturais;
- 4) Promover a revogação de todas as leis de excepção na Africa Portugêsa e a promulgação de outras leis tutelares dos direitos de propriedade dos indigenas, não só contra a sua propria imprevidencia, como também contra a avidez dos elementos colonisadores, nacionais e estrangeiros;
- 5) Conseguir que cada provincia envie a estudar na metróppo le um determinado número dos seus naturais, e que em todos sejam criadas e difundidas escolas de artes e officios, de commercio, de industria, de agricultura, de belas artes e nautica;
- 6) Manter relações com as sociedades similares do estrangeiro e com elas cooperar na realização dos fins comuns.

CAPITULO II

Meios de acção

Artigo 39. - Para conseguir estes fins, a Liga empregará todos os processos de propaganda e de acção legal que julgue adequados e oportunos, tais como:

Publicações, conferencias, congressos, inquêritos, representações aos poderes públicos, fundação de escolas, bibliotecas, cooperativas, etc., etc.

Artigo 49. - A área da Liga compreende todo o territorio que constitue a nação portugêsa e os pontos do estrangeiro onde hajam colônias de africanos portugêses.

Artigo 59. - A Liga compõem-se de um conselho geral, juntas regionais, juntas locais, associações aderentes, núcleos e secções no estrangeiro.

CAPITULO IV

Conselho Geral - Juntas regionais - Juntas locais -
Associações aderentes - Núcleos e Secções no estrangeiro

Artigo 69. - A acção da Liga exerce-se pelos seguintes corpos gerentes eleitos trienalmente:

- a) Um Conselho Director Central;
- b) Um Conselho Economico e Financeiro Geral;
- c) Um Conselho de Educação e Propaganda Permanente;
- d) Um Conselho Geral, formado pela reunião destes três corpos;
- e) Um Conselho Fiscal.

Conselho Director Central

Presidente - José Antonio de Magalhães - Medico e professor
 Vice-Presidente - Lourenço Alves Pires Amado - Medico e
 Agricultor

Tesoureiro - Luis Alberto de Pinho - Comerciante e Industrial
 Secretários - António Carlos Rebelo Cábral - Medico
 Lino de Sousa Bayão - Estudante

Vogaes - Augusto de Sousa Magalhães - Prof. de ed. fisica
 Joaquim Monteiro de Macedo - Engenheiro

Conselho Fiscal

Manuel Hermino Paquete - Engenheiro
 Salustiano da Graça Espirito Santo - Estudante
 Alfredo dos Santos Pinto - Proprietário
 Joaquim da Graça do Espirito Santo - Proprietário

Meza da Assembleia Geral

Presidente - Bartholomeu Gonçalves Pinto - Medico
 Vice-Pres. - Eduardo Crisando Xavier de Valez - Med. e prof.
 Sec. efect - Marcelo Francisco Veiga da Mata - Proprietário
 Pascoal Pires dos Santos - Estudante
 Sec. Subst - Justino Antonio dos Santos - Estudante
 Gentil José dos Santos - Estudante

Delegados

S. Tomé - Ayres de Menzes - Medico
 L. Marques - João Albasini - Jornalista
 Guine - Raymundo Leite Pontes - Proprietário

ESTATUTOS E PROGRAMA DO "PARTIDO NACIONAL AFRICANO"

(EXTRACTOS)

19 - O "Partido Nacional Africano" existe:

a) - Para organizar os indigenas das cinco provincias da Africa Portuguesa em instituções, não só de caracter civil, como a Liga dos Interesses Indígenas de S. Tomé e Príncipe, Liga Angolana, Gremio Africano de Lourenço Marques, etc.; ou de caracter economico, como a Caixa Economica de S. Tomé; de caracter social como a projectada Companhia de Trabalhadores Livres; mas também de caracter politico.

b) - para colaborar com os negros de todo o Mundo na sua organização também em bases económicas, politicas, sociais e civis.

- Pela organização e união assente, é claro, na maxima autonomia e respeito mutuos procura o Partido Nacional Africano desenvolver a capacidade de luta das organizações indigenas, adestrando-as na defesa constante dos direitos africanos.

- Pela colaboração com os organismos negros de todo o Mundo o Partido Nacional Africano alarga a esfera de influencia das forças organizadas dos africanos portugueses, que, desta sorte, ficam tendo um campo mais largo de acção e defesa das suas liberdades.

20 - O Partido Nacional Africano tem como objectivos absolutamente imediatos:

- revogação integral das leis de excepção;

- defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e dos funcionários indigenas;

- educação e cultura geral das populações africanas;
- conquista das corporações administrativas locais e concelhias, dos conselhos de governo, distritais, provinciais e do parlamento nacional.

Porque, só assim, podem fazer incidir, com vantagem, a acção dos indígenas da Africa Portuguesa sobre os seguintes problemas fundamentais para o progresso material e moral dos africanos:

- reforma dos impostos;
- reforma das pautas aduaneiras;
- reforma do regimen bancario;
- reforma do regimen de concessões de terras;
- reorganisação do ensino primario e criação do ensino secundario e superior tecnicos, científicos e literarios;
- instituição de órgãos legislativos, pelo menos, provinciais, com todas as características de parlamentos, eleitos pelo povo;
- respeito pelo povo e instituições das populações gentilicas.

39 - O Partido Nacional Africano é formado essencialmente pelos organismos seguintes:

- a) Juntas locais que federando-se se constituem em:
- b) Juntas paroquiais que federando-se se constituem em:
- c) Juntas municipais ou concelhias que, por sua vez se constituem em:
- d) Federações distritais e as federações distritais em:
- e) Federações provinciais cujos representantes formam, finalmente a:

- f) Junta Central, com sede em Lisboa.

49 - O Partido Nacional Africano é, por tudo isso, a expressão organica maxima dos indígenas organizados das cinco provincias da Africa Portuguesa, e das suas aspirações economicas, politicas e sociais.

Pela sua composição e pelos seus principios é absolutamente extranho aos partidos da metropole adverso a todos os organismos, que, dizendo-se embora africanos ou indigenas, pela sua conduta ou pela sua composição heterogenea não se integram no espirito da dolorosa tragédia historica da raça negra.

E porque o Partido Nacional Africano, interprete fiel da Raça Africana de Portugal, entende que a grande obra de emancipação material e moral dos africanos, tem de ser, só pode ser, na verdade, a sua propria obra.

Por isso consente o Partido Nacional Africano que no seio das organizações indigenas suas componentes se intrometam elementos extranhos à raça autochtone de Africa e tão pouco que esses elementos extranhos se sirvam da fraqueza moral de alguns africanos para influir na marcha vitoriosa do nosso movimento com o fim de a desviar dos seus destinos.

("O PROTESTO INDIGENA" - Nº 1 Segunda feira, 21 de Novembro de 1921)

EDITORIAIS DE "A VOZ D'ÁFRICA" (1929)

A NOSSA ORIENTAÇÃO

Tendo conseguido vencer os obstáculos e dificuldades que impediam que puzéssemos em prática regularmente esta ardente aspiração de nós todos — os africanos — reaparece hoje "A VOZ D'ÁFRICA", com a mesma fé e esperança nos destinos da Raça Africana.

Como sempre, vem disposta a todos os sacrifícios, empenhando-se na, por vezes, bem rude e penosa tarefa de defender os direitos de povos humilhados, sofredores, vítimas constantes, através dos séculos, da rapacidade e do prurido de domínio de certos governos e capitalistas, que os abafam e os não deixam expandir as suas inatas qualidades de progresso e de liberdade.

Podem, desde este momento, como em 1911, ano da sua fundação, como em 1913 e 1925, os africanos de todas as províncias, em que está retalhada a terra da nossa África contar com este jornal. A Voz d'África é a voz vibrante e indignada dos Povos Africanos de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, voz, às vezes estrangulada na garganta, voz angustiada e aflitiva, enfim, de povos oprimidos que aspiram pelo dia em que, ao lado dos outros povos, tratando-se e sendo por eles tratados fraternalmente, tenham feito desaparecer todos os preconceitos que até agora os separam — mas sempre voz da Justiça e da Verdade.

Os dezoito anos de luta e de sacrifício que decorreram são a garantia de que, ao reassumir o nosso posto na imprensa, saberemos cumprir sem desfalecimentos, nem transigências o nosso dever. A preocupação que nos traz a este campo de modo nenhum pôde confundir-se com a política dos partidos e governos de Portugal.

Com isso não temos nada.

A política de "A Voz d'Africa" é tão sômente a sã política da Causa Nacional Africana, bem característica e distinta, a política da união e entendimento fraternal dos Povos Africanos, que, pela sua comunhão através da História, por identicos sofrimentos suportados em comum e identicas aspirações de progresso e de liberdade, constituem um todo harmônico e solidário, uma unidade nacional, quer dizer, uma sô alma, com um sô corpo e um sô destino: e que, no dia em que se realizar tudo quanto vem sendo esboçado no seio da Sociedade das Nações, assumirão, sem plena dignidade, a sua personalidade jurídica.

Ao lado da Inglaterra e num pé de igualdade já hoje certas populações africanas têm o direito de se manifestar, como organismos distintos, na Sociedade de Genebra, emitindo o seu voto, defendendo os seus pontos de vista especiais, afirmando-se enfim.

Portugal nada teria a perder, como a Inglaterra não perdeu e, muito pelo contrário, no dia em que, ao seu lado, cooperando com elle, se poderem expandir, em toda a plenitude, os Povos de S. Tomé e Príncipe, Guiné, Angola, Cabo Verde e Moçambique, numa longa convivência de séculos, têm vivido aproximados pelo mesmo ideal e se sentem sincera e orgulhosamente irmãos pela raça, pela tradição e pela história.

Mas, dizendo que a nossa política, a política de defesa e de resgate dos direitos dos Povos Africanos à liberdade e à civilização, nenhuma afinidade tem com a política dos partidos e dos governos de Portugal, não queremos dizer que esta nos desinteresse absolutamente.

Sendo embora nós, antes de tudo e acima de tudo africanos, não nos é indiferente, como membros que somos do Estado Português, a sorte e o destino de Portugal e consequente - mente o espírito que em diversas épocas tem animado a política dos seus partidos e dos seus governos e, principalmen

te, os objectivos que estes têm em vista, em relação aos africanos, atingir.

Perante estes partidos e êsses govêrnos e perante o Mundo temos assim, pois, o direito de, livre e independentemente, proclamar, em nome da nossa Raça e da nossa Africa:

- Liberdade e igualdade para todos os homens sem distinção de classes;
- Liberdade e igualdade para todos os povos sem distinção de raças.

Pela força da nossa união e das nossas organizações vamos de dar plena realização àqueles reclamações.

E isto afirmamos, certos no futuro e orgulhosos da vitalidade invencível da Raça Africana, exactamente no momento mais grave do nosso martiriolôgio histórico, no momento mais cruciante e desesperado do nosso sofrimento incomparável.

A Voz d'Africa sentir-se-hã digna do seu nome, se, de algum modo poder contribuir, como elemento de propaganda e fraternização, para essa bela obra de levantamento de todas as energias morais, de todos os valores da Raça, fundindo todos os africanos no mesmo amor da justiça e da liberdade.

XVIII ano - 4a. Série - nº.12 - Segunda-feira, 8 de julho 1929

EDITORIAIS DO JORNAL "AFRICA" (1931)

SAIBAM QUANTOS

Saibam quantos este jornal lerem, que é fundado por africanos, escrito por africanos, para africanos, seus leais amigos e quantos verdadeiramente amam a Africa.

"AFRICA" é antes de tudo, o altisonante expressor de reivindicações legítimas de Nações, que querem o seu lugar de honra no quadro geral do Estado Português, o que o mesmo é dizer na Sociedade Universal das Nações, em nome do Direito das Gentes e dos basilares e humanistas princípios da Justiça e da Cooperação Internacional dos Povos.

É o reduto de paladinos conscientes dos Direitos das Nacionalidades e do Homem e seus Deveres sociais.

Não apresentam programa, conforme a velha usança jornalística.

Apóstolos da Verdade e da Ciencia compreendem bem, que não há programa que resista, na hora que passa, à velocidade das ondas ideologicas e à precipitação indomavel dos acontecimentos.

Todavia tem uma finalidade: o Nacionalismo Africano.

É o nacionalismo de perto de 30 milhões de portugueses, com um território de cerca de 3 milhões de quilometros quadrados, que encerra fontes inexgotaveis de riquezas fabulosas e cujas possibilidades economicas excedem, portanto, às das principais Nações do Mundo.

Não podem, pois defender aspirações sectarias de grupos ou

partidos, nem ambições estreitas de regiões ou classes, mas conjuntamente a Africa e Portugal, depois da Humanidade e da Civilização, por isso que confundem no mesmo acendrado Amor, a Patria dos seus nascimentos, do seu ideal e da sua exaltação nacionalista e a Patria dos guerreiros, dos poetas e dos navegadores, que foi o berço da sua Terra.

A Redacção.

Ano XXI - Série VIII - Nº 882 - 19 - 11 de Novembro de 1931.

MANIFESTO DO MPLA

O desenvolvimento das forças produtivas dos primeiros países capitalistas da Europa — desenvolvimento com base na assimilação do progresso técnico criado por todas as raças, através dos séculos — levou esses países europeus à procura de mercados para os seus produtos. Daí as viagens marítimas subsidiadas pelo comércio do Estado e pelas empresas particulares dos países capitalistas europeus, e daí a criação de feitorias (estabelecimentos comerciais) e capitania nas costas africanas.

O contínuo progresso das forças produtivas, a maior necessidade do mercado e a garantia da posse dos mercados, e o aumento da concorrência entre os países capitalistas europeus na procura de mercados, levaram esses países ao aniquilamento dos Estados africanos; à conquista dos territórios africanos e à subjugação dos povos africanos. Deste modo, os capitalistas europeus transformaram toda a África em colónias e em países dependentes.

Mais tarde, a exportação maciça de capitais para as colónias e países dependentes com o fim de maior exploração das fontes matérias primas, o alargamento da "esfera de influência" e dos domínios coloniais até abarcar todo o mundo, a transformação do capitalismo em imperialismo, isto é, a transformação do capitalismo num sistema mundial de opressão colonial e de escravidão financeira da imensa maioria da população do mundo por países imperialistas, estes factos, dividiram o mundo em dois campos: o pequeno campo dos poucos países imperialistas, exploradores e opressores, e o imenso campo das colónias e dos países dependentes que vêm obrigados a lutar para se libertarem do jugo imperialista. Diante dos países imperialistas — países esses que visam, por meio de acordos, tratados, pactos de defesa mútua e manobras conjuntas de toda a espécie, perpetuar a arte desta frente imperialista mundial, as co

lônias e os países dependentes viram-se obrigados a criar a frente mundial contra o imperialismo. Isto quer dizer que sô a luta solidária e unida de todas as colônias e países dependentes se pode derrubar o imperialismo em cada país oprimido e em todo o mundo. A luta solidária dos povos asiáticos, dos povos africanos do norte do nosso continente, e a histórica e frutuosa conferência afro-asiática de Bandoeng — eis algumas das realidades da frente mundial contra o imperialismo.

Em face das realidades incontestáveis e dos exemplos das lutas vitoriosas da frente mundial contra o imperialismo, impõe-se, pois, a união firme e inabalável e a luta unida, não só de todos os indivíduos africanos, mas também de todos os povos africanos. Nenhum africano deve ficar indiferente perante a luta contra o imperialismo que se trave em qualquer ponta do nosso continente por uma África para os africanos.

Angola é um país com imensos recursos. Há, nela, diamantes, petróleo, manganês, cobre, urânio, ferro, terras para o cultivo de muitos produtos agrícolas; campinas e climas favoráveis a uma pecuária próspera; variadas matérias primas para uma indústria poderosa; mares propícios a uma indústria piscatória florescente e adiantada. Não obstante isso, gerações e gerações do povo angolano vêm arrastando uma vida triste, na miséria, na ignorância, na perseguição, no trabalho forçado, na exploração desumana do seu trabalho, desagregando-lhes as famílias, morrendo prematuramente, sem assistência médica e farmacêutica. Nem país rico e com três habitantes por quilômetro quadrado, a população indígena cresce, segundo as suspeitas estatísticas oficiais, num ritmo lento, a natalidade infantil indígena é baixa e a mortalidade das crianças e dos trabalhadores indígenas é altíssima.

A causa dessa revolta injusta e dessa aniquiladora des-

graça está da dominação imperialista, ou particularizando melhor, na opressão colonialista portuguesa que pesa, há séculos, sobre o nosso povo.

As minas de Angola estão nas mãos de portugueses, de belgas, de americanos, de ingleses. O território angolano pertence ao Estado português, as terras férteis nas regiões de melhor clima são distribuídas aos colonos portugueses, milhões de indígenas não são considerados cidadãos pelo governo colonialista português, não têm direito à posse individual da terra angolana. Os criadores de gados são explorados e controlados directamente por organismos económicos portugueses. O comércio interno é dificultado ao indígena e facilitado ao colono português ou de outra nacionalidade estrangeira. O comércio externo é controlado pelo Estado colonialista português e exercido por colonos portugueses. Não há Bancos indígenas nem meios de transporte de indígenas.

O objectivo mínimo da exploração e da opressão do imperialismo sobre o povo angolano, tem sido, continua e continuará ser sempre a obtenção de lucros máximos. Parte destes lucros são exportados para fora de Angola e a parte restante é aplicada em Angola em obras que visam sempre, directa ou indirectamente, o benefício do colonialismo, o reforçamento do Estado colonialista, o desenvolvimento das empresas estrangeiras (portuguesas ou de outras nacionalidades).

Toda a administração de Angola está nas mãos do Estado Colonialista. Toda a vida social indígena foi desorganizada. A cultura indígena é desprezada, silenciada e aniquilada. Fazem silêncio sobre a história dos povos indígenas, ou a deturpam e difamam. Desconsideram as línguas indígenas e impedem o cultivo delas. Falsoam grosseiramente os factos referentes à tradição histórica e cultural dos africanos. Interpretam-nos mal, e fazem tudo por diminuir ao mínimo a estima do africano por si mesmo. Reduzem a zero a contribuição do homem para o desenvolvimento da cultura humana, esquecendo de propósito ter sido negra a primeira

grande civilização que se conhece, a civilização egípcia. A imprensa, a rádio, o cinema, a arte, a literatura, servem apenas e são obrigados a servir os interesses do colonialismo.

O colonialismo português domina inteiramente e de maneira cínica, desumana, cruel e brutal — a nossa vida económica, social, política, cultural e privada. Somos humilhados como indivíduo e como povo.

Sabe-se - pela demonstração incontestável dos factos e até por confissões de colonialistas portugueses — que a exploração desumana e brutal das nossas indígenas, a falta da necessária assistência médica e sanitária, a desorganização da família indígena, o encurtamento da duração da vida do homem indígena, a baixa natalidade e a altíssima mortalidade infantil, a relegação do indígena ao trabalho físico, a manutenção das nossas indígenas na egnorância, a política de aumentar, estimular e reforçar o parasitismo do colono sobre o esforço do indígena, tudo isso tem em vista liquidar a população indígena e fazer Angola uma terra de brancos. O cinismo colonialista afirma não pretender liquidar os negros com a rapidez e a violência com que foram eliminados, por exemplo, os peles vermelhas no continente americano. É verdade, porque o que os colonialistas portugueses vêm realizando e pretendem continuar a realizar é liquidar o negro angolano, obrigando-o a um trabalho aniquilador cuja execução diminua lentamente o número e as forças dos negros, um trabalho para dotar Angola de todas condições básicas indispensáveis à vida dos brancos em Angola. Não há dúvidas: é assim a maneira mais inteligente e proveitosa de assassinar povos. Essa não é ja, de facto, uma política de discriminação racial; é pior — é uma política de assassinato do povo negro de Angola.

Actualmente, a opressão colonialista portuguesa tem sido agravada pela entrada em Angola, pela mão dos colonialistas portugueses, da dominação do capital financeiro, dos monopólios e dos trustes europeus e norte-americanos. Portugal

assina acordos consentindo a penetração política e económica dos imperialistas e monopolistas norte-americanos em nossa terra, acordos e factos "cujas cláusulas são extensivas às colónias", acordos e factos que vêm comprometendo o nosso povo numa política de preparativos para a guerra, guerra em que os nossos filhos, irmãos, maridos ou novos morrerão para enriquecer os nossos opressores, para tentar subjugar povos livres ou para ajudar a manter subjugados povos oprimidos como o nosso, mas que lutam, justo e heróicamente, pela sua liberdade.

Actualmente, parte considerável de nossa renda é aplicada na militarização de Portugal e das colónias portuguesas, o que agrava a nossa já dura vida de povo colonial.

O nível de vida dos trabalhadores está abaixo da linha da miséria. Os salários são de fome. Baixa continuamente o poder de compra dos nossos trabalhadores. Estes não têm assistência médica e farmacêutica necessárias. Não têm direito a organizarem-se para a defesa dos seus interesses de classe. Habitam palhotas e cubatas mal construídas, em bairros infectos e desordenados, sem abastecimento de água, sem esgotos, sem luz, sem mercados, sem escolas, sem jardins, sem praças, sem sanitários, sem higiene. Os filhos dos trabalhadores, grande parte dos quais morre na infância, não têm direito à instrução primária e profissional e dificultam-lhes, por todos os meios, o acesso às escolas primárias e secundárias.

Os trabalhadores do campo, formando mais de um quinto dos homens válidos de Angola, obrigados pelo infame "contrato" ao trabalho forçado, vivem sem o gozo dos mais elementares direitos humanos. São duríssimamente explorados. Dispõem deles como se fosse gado. Impossibilitam-nos de constituir famílias, e quando o têm, obrigam-nos a viver longe dela durante anos. Mal alimentados; têm um tempo de vida útil muito pequeno, morrem novos.

Entre os trabalhadores abundam as doenças profissionais e

as doenças por má alimentação. No quadro geral dos trabalhadores, os trabalhadores indígenas são os mais explorados.

Os camponeses trabalham com instrumentos da lavoura rudimentares, em terras cuja posse individual não lhes é reconhecida. Obrigam-nos a cultivar os gêneros agrícolas que lhes indicam. São explorados pelos parasitas intermediários que lhes compram os gêneros. Vivem na miséria, longe de todos os recursos.

As camadas médias vivem mal. Os seus vencimentos como funcionários públicos, como empregados do comércio, dos escritórios, não acompanham o aumento constante da carestia vida. Os indivíduos desejosos de se instruírem e de se dedicarem à cultura, às artes, à literatura, às ciências, às técnicas, não encontram em Angola meios que lhes possibilitem os justos desejos.

O custo da instrução aumenta constantemente, não existe o ensino universitário, não há faculdades; o ensino máximo na colônia é o ensino secundário, mas do qual é afastada, por procenos indirectos ou desmacarados a população indígena. Não existem as liberdades de pensamento, de consciência, de opinião, de associação, de reunião, o que freia o desenvolvimento de toda actividade intelectual, criadora, profissional.

Os pequenos comerciantes e industriais, na maioria colonos (pois os naturais falham inexoravelmente), vivem em dificuldades crescentes provocadas pela falta de crédito, pelo fraco poder de compra das massas trabalhadoras, pelos impostos pesados, pela subida dos preços das matérias primas, pela exploração dos grandes armazenistas.

As leis do condicionamento industrial e as pautas aduaneiras favorecem os industriais de Portugal, freiando a actividade dos industriais de Angola. Existe, em controle absoluto em toda a industria e em todo o comércio de Ango

la, visando, fundamentalmente, manter Angola em situação de perpétua dependência económica em relação à Portugal e às potências imperialistas.

O colonialismo inoculou, pois, em todo o organismo Angolano, o micróbio da ruína, do ódio, do atraso, da miséria, do obscurantismo, da reação. O caminho em que nos vêm obrigados a seguir é, portanto, absolutamente contrário aos supremos interesses do povo angolano aos da nossa sobrevivência, da nossa liberdade, do rápido e livre progresso económico, da nossa felicidade, de pão, terra, paz e cultura para todos.

As mais elementares necessidades inadiáveis do nosso povo — como a necessidade sagrada e imperiosa do impedir que Angola se esvazie da sua população negra, como sucedeu, por exemplo, com a população negra do continente americano, para no lugar dela viverem numericamente grandes e poderosas populações de origem europeia, — exigem a mobilização e a luta — luta em todas as frentes e em todas as condições — do povo angolano para o aniquilamento do imperialismo, do colonialismo português, para tornar Angola um Estado independente, para a instauração de um governo angolano democrático e popular. Um governo de ampla coalisão de todas as forças que tenham lutado implacável e intransigentemente, até ao fim, contra o colonialismo português. Um governo de todas as forças anti-imperialistas e à frente do qual esteja a classe trabalhadora. Um governo que estabelecerá as indispensáveis relações do nosso povo com todos os povos, incluindo o povo português, mas na base do livre consentimento, de confiança mútua, da igualdade de direitos, de mútuos benefícios e da colaboração pacífica.

Porém, o colonialismo português não cairá sem luta. Deste modo, só há um caminho para o povo angolano se libertar: o de luta revolucionária. Esta luta, no entanto, só alcançará a vitória através de uma frente única de todas as forças anti-imperialistas de Angola, sem ligar às cores políticas, à situação social dos indivíduos, às crenças

religiosas e às tendências filosóficas dos indivíduos, através portanto do mais amplo MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA. Este movimento, porém, não se fará através da filiação de todos os patriotas angolanos a uma única organização ou associação. O Movimento será a soma das actividades de milhares e milhares de organizações. (de três, mais de três, dezenas ou centenas de membros cada uma), que se criarem em Angola. Enquanto a organização do povo se faz dessa maneira, a unificação das organizações faz-se através do esforço que cada uma das organizações dispender para realizar os princípios e os objectivos expressos neste Manifesto. A unificação das organizações faz-se, portanto, através de um certo número de idéias, de princípios e de objectivos comuns a todas as organizações, comuns a todos os indivíduos angolanos organizados.

O inimigo é o colonialismo; ou definindo concretamente, o inimigo são todos os organismos e todos os indivíduos interessados na manutenção do actual estado de coisas em Angola, e são todos quantos colaborarem de qualquer modo, consciente ou inconscientemente, clara ou veladamente, com os primeiros. São nossos aliados todos quantos lutem ao nosso lado, todos quantos nos dêem qualquer ajuda, temporária, ou duradoura, condicional ou incondicional — ou todos quantos mantenham pelo menos, uma atitude de mentalidade favorável à luta do povo angolano. Devemos, portanto, realizar uma política de conquistar todos os aliados possíveis, devemos tirar proveito de todos os conflitos, desinteligências ou discordâncias entre o colonialismo e qualquer grupo de interesses. Todos os grupos de interessados concordantes, de qualquer modo, com a libertação de Angola ou mesmo de África do jugo do imperialismo não devem ser mantidos isolados ou separados por motivo de idéias ou tendências que porventura os distinguem, mas deve-se sim estabelecer a união desses grupos na base do interesse ou dos interesses que os aproximem em que estejam de acordo. O que nos une e o que nos falta deve estar sempre acima daquilo que nos separa. O essencial, em toda

nossa luta, é isolar o inimigo, a tornar o mais pequeno possível a sua base de apoio, escretar o seu campo de acção, realizar as suas possibilidades, deixar o inimigo só, fraco, sem aliados. Com esta tática a nossa vitória será mais fácil.

O nosso Movimento irá desde as mais pequenas às mais amplas e profundas lutas. Desde a luta que cada indivíduo deve travar em si mesmo para tomar consciência do perigo de morte que vem correndo a existência da população negra, para combater o desespero e a descrência nas possibilidades de êxito da luta popular para combater o isolamento individual, para criar e desenvolver qualidades de vigilância, de auto-defesa, de disciplina e de organização, para despertar e elevar a consciência de todos os africanos honrados nas suas relações (no ambiente familiar, no local de trabalho, de recreios, na área de residência, etc.), para criar organizações, até as lutas de organizações particulares e distintas, às lutas unidas de duas ou mais organizações aliadas, às lutas unidas de todas as organizações de uma sanzala, de uma aldeia, vila ou região, às lutas unidas de todas organizações de Angola, às lutas unidas de solidariedade do nosso povo para ajudar a luta dos povos irmãos de África.

É essencial compreender que a luta só pode ter êxito através de participação nela das grandes massas populares, que se organizarão através de organizações de família, de bairro, de local de trabalho ou residência, de estudo, de cultura, de recreio, de desporto, etc. Nem a luta individual, nem mesmo a luta de apenas alguns homens decididos e corajosos alcançará os nossos objectivos.

Os indivíduos devem organizar-se, devem começar a organizar-se, em torno dos seus interesses mais sentidos, imediatos e do dia a dia. Todas as organizações devem esforçar-se por criar uma base material para a realização das suas tarefas, base essa formada por contribuições e cotizações periódicas, por donativos, etc.

É indispensável, portanto, lutar para organizar e organizar para lutar.

Devemos fazer tudo por lutar sempre organizados, ainda que se criem para isso organizações temporárias, de curta duração.

Apesar da situação miserável, aflitiva e desesperante em que tem sido obrigado a viver desde séculos, o nosso povo tem sabido, porém, manter uma notável dignidade e louvadez. Isto deve constituir motivo de orgulho e de honra para todo o Angolano, e constituir, sem dúvida, base sólida para a segurança das actividades organizativas de todo o Movimento Popular de Libertação de Angola. Em todo o caso, existiram e existem alguns traidores dos sagrados interesses. É absolutamente indispensável que cada angolano honrado e cada organização se defendam desses vis traidores a qual um dia o nosso povo fará justiça. Na nossa luta sem quartel, necessariamente ampla, de frente popular da qual participarão todas as forças, correntes e tendências contrárias ao imperialismo e na qual se realizarão todas as alianças possíveis contra o imperialismo, desde as alianças no seio de cada família até as que abarcarão todo o continente africano, será indispensável que cada africano dê garantir mínimas, e por factos, de que nunca usará da sua língua e da sua mão para denunciar ou maltratar qualquer outro africano honrado. É indispensável portanto, ter sempre presente, que bom africano é, pelo menos aquele cuja palavra e cuja mão nenhum outro africano honrado pode temer.

É indispensável que cada africano evite sempre, quer procurar os agentes de repressão e de investigações dos organismos colonialistas, quer de responder — por palavras ou por actos — às provocações desses mesmos agentes. Nunca se deve ceder à impaciência, ainda que ela seja legítima. É absolutamente indispensável criar uma indestrutível barreira de segredo e de vigilância entre todas as organizações patrióticas de um lado, e o inimigo e os seus agentes do outro lado. Mantenha-se sempre o mais sagrado e rigoroso segredo das actividades das nossas organiza

ções. Cada membro de qualquer organização sô deve saber, em matéria de luta patriótica, o que fôr estrictamente necessário ao cumprimento das suas tarefas. É indispensável estas sempre vigilante contra os espiões, contra os que tentem dividir-nos, contra os espalhadores de idéias derrotistas, contra os provocadores que tudo fazem para nos revelarem ao inimigo por palavras ou por actos inúteis e imprudentes. A vida e a actividade das nossas organizações devem interessar unicamente voltados para o nosso povo, e devem dedicar-se totalmente a dar consciência, despertar, mobilizar, organizar e levar à luta as massas populares angolanas. É preciso não manter a mínima ilusão de supor que os colonialistas estão dispostos a trocar o conhecimento das nossas actividades por quaisquer benefícios que favorecem o nosso objectivo essencial a independência da nossa pátria.

As possíveis reformas que o inimigo venha a fazer deverão sempre ser considerados como manobras para enfraquecer a nossa luta ou para nos dividir. Pelo contrário: devemos aproveitar sempre as reformas para reforçar a situação e as posições da nossa luta.

O colonialismo não deixará de oprimir o nosso povo sem ser obrigado a isso/sômente pela nossa luta; não poderemos lutar sem nos organizarmos; e nenhuma organização sobreviverá se ela fôr conhecida pelo inimigo. Eis três verdades evidentes. as quais não devemos vender por preço algum. Em todas as organizações deve reinar, portanto, a maior disciplina e as mais rigorosas normas de organização e trabalho. E como lutamos contra o inimigo cuja inclemência e crueldade sobejamente se provam pelos crimes e pelos maus tratamentos/que durante séculos — com medo da união do nosso povo e com medo que se transforme em acção "o profundo e nunca abafado ódio patriótico do nosso povo — vem causando ao nosso povo, é indispensável que nas nossas organizações se pratique a mais pronta solidariedade para com os patriotas ou a família dos patriotas, vítimas do inimigo pelas

suas actividades patrióticas. Já temos uma base sólida para a prática e o desenvolvimento dessa solidariedade: é a tradicional fraternidade africana.

Já se sabe que os colonialistas, através dos seus agentes e por todos os meios, procurarão espalhar idéias erradas e derrotistas no seio do nosso povo. Dirão, por exemplo, que não podemos criar um Estado independente e um governo angolano, sem quadros culturais e administrativos preparados, capazes de realizar a administração de Angola. Dirão que devemos, primeiro, criar esses quadros sob as condições actuais, e lutar então, depois, pela conquista do Estado independente. Essa idéia é falsa. Porque enquanto o imperialismo imperar em Angola nunca ele consentirá que se formem tais quadros, pois ele sabe que tais quadros o levarão à morte. Isso mesmo tem sido declarado pelos colonialistas em todas as suas reuniões internacionais e nacionais, nas quais eles combinam os seus sinistros planos; em todos os seus congressos e ainda recentemente no congresso de economistas realizado em Luanda. E os seus actos têm provado sobejamente as suas palavras. Não tenhamos ilusões: o colonialismo nunca se suicidará. Portanto, devemos, antes, lutar por tornar Angola um Estado independente. Conseguido isto, estarão automaticamente criadas as principais condições favoráveis ao desenvolvimento do nosso povo, e avançaremos, com passos de gigantes, livres de peias, com a ajuda fraternal de outros povos tècnicamente mais avançados, para a elevação do nível cultural de nosso povo e para a preparação de numerosos quadros dirigentes e administrativos extraídos do seio do povo angolano. Lutemos, primeiro, por uma Angola para os Angolanos.

As actividades de todas as nossas organizações devem procurar sempre tornar presentes e levantar os interesses justos dos seus membros, tanto os da sua vida particular e diária, como os da sua região, da sua raça, da sua pátria; devem procurar sempre fazer ressaltar a justiça de uma "África para os Africanos", como existe justamente uma Europa para os Europeus; devem procurar sempre levar os indi

vídus a conhecer, praticar e amar a cultura do nosso povo e as dos outros povos africanos (a história, as línguas, etc.), pois a Cultura de um povo constitui um dos alicerces da sua existência garantida sua sobrevivência. Portanto, é preciso sempre pela instrução, pela cultura, pelo desporto, por todos os justos interesses dos homens enfim, mas deve-se pôr, sempre, essas actividades ao serviço da nossa luta: Dará tudo um caracter político, ligar tudo aos interesses do nosso povo, à luta do nosso povo. Nunca se devem impôr a ninguém os princípios, os objectivos e as razões da nossa sagrada luta. As pessoas devem ser pacientemente convencidas. Deve-se partir sempre dos problemas que preocupam a vida (particularmente cada indivíduo. Não há dúvidas de que, na base dos problemas de cada um, está — como causa principal de fracasso, da dificuldade, da injustiça, de desgraça —) a opressão colonialista, a qual é responsável pelas más condições gerais que impedem uma vida melhor para toda gente. Só haverá resolução para os problemas de todos os indivíduos, se forem resolvidos os principais problemas da comunidade angolana. Façamos os possíveis por sermos compreendidos por todos os homens do povo, analfabetos ou analfabetizados. Unamos a simplicidade popular, falemos com clareza a sua linguagem.

É indispensável compreender a sua linguagem, que o nosso povo não tem taras. Existem, de facto, defeitos espalhados no seio do povo angolano. Mas tais defeitos não podem ser combatidos e eliminados através, unicamente, de uma actuação sobre os indivíduos. Tal combate contra os defeitos deve ser, sempre e antes de tudo, acompanhando pelo combate à opressão dos exploradores e dominadores sobre o povo. E no caso de Angola, os defeitos do povo são causados e alimentados pela opressão colonialista portuguesa. Liquidar, portanto, a opressão colonialista é arrancar as raízes de muito desses defeitos.

Com fé na profunda justeza das nossas razões e da nossa causa, com fé na vitória da luta das amplas massas populares de Angola, confiantes na poderosa e irreprimível força

da solidariedade de todos os povos africanos, contando com o apoio da invencível frente dos povos africanos e asiáticos contra o imperialismo, da qual participa mais de 80% da população do mundo, certos de que, no actual momento histórico da humanidade, é invencível todo o povo que luta, com unidade e coragem, pela sua liberdade e independência, marchemos para o caminho do trabalho para nos organizarmos e do combate pela libertação de Angola!

Os europeus residentes em África que queiram continuar a viver neste continente, vendo respeitados os seus direitos justos, terão de manter, pelo menos, uma atitude de neutralidade, favorável à luta dos povos africanos pela sua liberdade.

Os trabalhadores europeus residentes em África devem lembrar-se de que os opressores das colónias formam, nas metrópoles, as classes que os exploram. Devem lembrar-se que é com enormes lucros arrancados da exploração dos povos coloniais que os exploradores vêm tentando adiar e sustentar a sua luta contra eles. Com esses lucros enormes, as classes exploradoras metropolitanas não só criam e reforçam os meios de repressão e de investigação, como corrompem os dirigentes das massas, dividem as massas metropolitanas e fomentam o oportunismo entre os trabalhadores.

Os povos coloniais oprimidos e as massas trabalhadoras exploradas das metrópoles são aliadas naturais na luta comum contra os exploradores de ambos. Levante-se a bandeira da solidariedade internacional dos trabalhadores de todos os países! Seja vivificada e fortalecida a nossa justa e indestrutível frente mundial contra os exploradores das metrópoles e das colónias, nossos inimigos comuns. Lutemos pela coexistência e pela colaboração pacífica entre os povos!

Povo angolano! Luta tua sagrada liberdade!

Povo negro de Angola! Luta pela tua sobrevivência! Pela sobrevivência da raça negra que os colonialistas querem assassinar!

Homens, Mulheres e Jovens de Angola! Lutai pela vossa liberdade! Por um futuro livre, feliz e progressivo para todos!

Tudo pela criação, pelo fortalecimento e pela multiplicação por toda a Angola de organizações patrióticas!

Viva a luta unida e invencível dos povos da África e da Ásia contra a opressão colonial e racial!

Viva o invencível MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA!

Dezembro, 1956.

O MOMENTO AFLITO QUE ATRAVESSAMOS

(Panfleto distribuído em Luanda)

Há quase cinco séculos que a brutalidade do domínio europeu perdura neste nosso Continente. Este Continente é hoje considerado o mais atrasado do Mundo; os dominadores dizem que isto é devido à índole do seu povo, pouco apto a aprender e assimilar; isso não corresponde à verdade; como homens somos dotados de igual capacidade de aprendizagem. Além disso, se da nossa parte se nota uma certa dificuldade em assimilarmos as noções ensinadas nas escolas, é porque elas são ministradas numa língua muito diferente da nossa. Mas ainda assim é espantosa a adaptação rápida dos negros levados para as Américas, à civilização Ocidental, pois esses, em cerca de 500 anos herdam uma assimilação completa e perfeita dessa mesma civilização; isto é espantoso se considerarmos que os Germanos (povo europeu) que se pôs em contacto com a Civilização Greco-Romana (resultante da fusão entre a Civilização Grega e Romana) na segunda metade do século V só no século XVI manifestou os frutos desse contacto. Sabe-se também que o Egipto (Território Africano) foi o centro mais importante das Civilizações da Antiguidade e que influenciou as civilizações Grega e Romana que foram brilhantes. Cheik - Anta - Diop, erudito negro dum colónia francesa de Africa, provou que a civilização Egípcia foi genuinamente negra. Houve além dela muitas outras civilizações brilhantes no nosso Continente: a de Benin, a de Afra, a da Bacia do Congo e outras estavam a evoluir quando a Europa a afastou de caminho de um progresso independente; para satisfazer os seus interesses que hoje justificam a teimosia do europeu em

chamar e considerar seu um território que tem habitan -
tes indígenas. Todos sabem que a Africa é um Continen -
te Negro, a Europa, hoje mais do que nunca tem sobre
ela os seus olhos postos porque é de cá que lhe vêm as
matérias primas para as suas indústrias e é lá o
seu melhor mercado consumidor; mas isso nota-se com
mais clareza entre nós (Angola, Moçambique e Guiné) on -
de os colonialistas portugueses, como fizeram em todos
os territórios que eles dominam, mudaram o rótulo "Colo -
nia" substituindo-o por este "Pronvincia" por causa das
suas conveniências. Nenhum africano deve manter-se in -
diferente aos problemas que hoje muito nos afligem e
por causa dos quais seremos aniquilados se os não comba -
termos. "Nós levamos a vida mais indigna de um homem".

1) Culturalmente - somos bastante atrasados; só exis -
tem escolas onde a população branca justifica; para es -
sas escolas só entram os seus filhos e, como quem faz
um favor, os filhos dos "Assimilados", sendo interdita -
da a entrada dos filhos dos não assimilados, e no entan -
to esses são os que têm os salários mais baixos e pagam
os impostos mais elevados. As escolas particulares são
caras e os pais não as podem pagar e as escolas religio -
sas não recebem subsídio suficiente para o seu funciona -
mento e gastos. 2) Criaram os grupos de "Assimilados"
e "Indigenas" apenas para nos dividir e sermos mais fá -
cilmente dominados. Hoje o "assimilado" desconfia-se
do seu irmão não assimilado e este desconfia-se daque -
le. A divisão e o ódio entre os próprios africanos são
tão grandes que o cipaio mesmo quando o não mandam, já
sabe que tem de fazer rusgas, espancar nos seus irmãos,
e levar os únicos tostões que encontra na sua algibeira.
Qualquer de nós sabe com quanta dificuldade se obtem o
Bilhete de Identidade: mesmo depois disso, o que o pos -
sui pode ficar sem ele se o "Snr. Administrador" achar
que ele não deve ter. 3) Temos um salário incrivelmen -
te elevado. Basta saber que homens, pais de família,

que ganham apenas 500,00 escudos além dos encargos da casa, são obrigados a pagar um imposto de 250,00, isso sem contar com as multas de 275,00 que obrigam a pagar se fôr preso num Sabado ou Domingo; para podermos aplicar a tal multa, acusam-no de bêbado ainda que nunca tivesse sentido o paladar do vinho. 4) O morador da cidade não tem lugar fixo para habitar. Os tais bairros indígenas, nunca mais são construidos mas quando existem, são a miséria que todos conhecem, sem luz, sem água suficiente para as suas necessidades e sem rede conveniente de esgotos. Os que não moram nesses bairros são verdadeiros "vendedores ambulantes" que hoje estão num sitio e amanhã noutro. 5) No campo, sabemos bem que todos os dias perdemos um bocadinho de terreno para cultivarmos, estando por isso condenados a qualquer dia não termos terra para cultivar, lugar para a nossa casa, nem direito a nada, passando a viver como estrangeiros numa terra que é muito nossa ou, ainda, em reservas como tiveram os indios na América. Os lavradores esforçam-se mas o seu esforço nunca é compensado pela colheita. Tudo o que precisar tem de comprar ao comerciante branco que o explora de uma maneira inacreditável. Ele só tem um caminho - comprar, pois se não faz isso é considerado o "calcinha" da sanzala e passa a ser perseguido pelos comerciantes e pelas próprias autoridades. Se precisar de uma certa quantia, o único que lhe pode valer é o comerciante europeu, mas também já sabe que tem de pagar o dobro e muitas vezes o triplo; este dobro ou triplo não é recebido em dinheiro mas em gêneros transformando-se assim quadruplo, quintuplo ou mais. Leia, pense e procure ajudar a resolver esses problemas; a situação não deve continuar assim; não se esqueça que o seu dever é esclarecer os que não menos compreensíveis chegando a ser instrumentos da sua própria exploração. (ajudando, embora ignorem, e, contra

sua vontade, os brancos a explorá-los). Todo aquele que seja angolano não só de nome mas também de coração, não deve ficar indiferente, porque é seu dever procurar a ajudar a solucionar e a banir esses males. Custe o que custar.

"A BEM DO POVO ANGOLANO E DA RAÇA NEGRA"

Negros de Angola (pretos e mestiços)! Entramos no ano decisivo para a LIBERDADE. Vamos assentar a nossa união, os nossos esforços, a nossa luta para correremos com os colonizadores da nossa querida Angola! Seremos nós a mandar e a determinar os nossos destinos! O ano que vamos começar deverá ficar gravado na história da nossa Terra, da nossa Patria, como o ano da LIBERDADE! Redobremos os nossos esforços, coloquemos a ideia da luta pela LIBERDADE acima de tudo quanto desejamos, em todos os momentos dos nossos pensamentos, porque a libertação da nossa terra de TODOS ESSES ESTRANGEIROS QUE NOS DOMINAM, é a luta mais sagrada que podemos ter.

Já abrimos a batalha lá fóra, no campo internacional. Precisamos por isso de aumentar ainda mais a nossa luta dentro de Angola, em toda a Angola, para conseguirmos a SAGRADA LIBERDADE! Consolidemos a nossa Organização. NEGRO DE ANGOLA, forma o teu grupo com mais dois ou três amigos verdadeiros (nunca aceites grupos grandes); cada um de vós irá formar outro grupo com mais dois ou três assim por diante, até formares uma ligação completa, uma

união de todos os negros de Angola para a luta. Marquem uma quota mensal. Se os nossos recursos forem pequenos, pouco; se forem grandes, mais. Mas paguemos sempre, sem faltas, porque esse dinheiro é de muita importância para a nossa sagrada luta.

Devem evitar que os colonizadores vejam estes manifestos. Isto não é para eles. ISTO É SÓ PARA NÓS..

Intensifiquem a nossa luta SÓ TEMOS PARA PERDER AS CORRENTES DO COLONIALISMO E DA ESCRAVATURA, COM QUE ESTAMOS AMARRADOS E NADA MAIS.

Sigam o exemplo da nossa Mãe RAINHA N'JINGA.

Honremos a memoria do grande Rei N'GOLA KILUANGI.

E lutemos por LIBERDADE FRATERNIDADE PROSPERIDADE.

Cuidado com os traidores: Atenção, e discutir só entre amigos intimos e verdadeiros.

MANIFESTO AFRICANO

(Panfleto distribuído em Luanda)

A Campanha que acabou de desenvolver-se para as eleições do Presidente da República Portuguesa, veio, mais uma vez, demonstrar-nos a perfidia e a má fé que contra nós existe por parte dos governantes portugueses, e assim avivar a necessidade de intensificarmos a luta contra o colonialismo. Se não queremos ficar eternamente escravizados, se não queremos que os nossos filhos continuem padecendo como nós porque os nossos antepassados quise-ram viver comodamente de ilusões.

MANTENHAMO-NOS UNIDOS E ATENTOS

Tenhamos coragem de denunciar as vis manobras do colonialismo e façamos tudo, até à morte, para acabarmos com a escravatura a que nos votam. **NÃO HÁ RAÇAS INFERIORES.**

Como africano deve perguntar-se?

COMO OCUPAM ANGOLA OS PORTUGUESES? COMO PODE ANGOLA FAZER PARTE INTEGRANTE DE PORTUGAL? JÁ NOS CONULTARAM A NÓS FILHOS LEGÍTIMOS DE ANGOLA? SERÁ JUSTO ENTRAR ALGUÉM EM CASA DE OUTREM E, OFERECENDO-LHE AMIZADE E RELIGIÃO, VIR-SE DEPOIS A INTITULAR-SE DONO DA CASA, AFIRMANDO QUE "VEM PARA FICAR" E DE LÁ NÃO SAIRÁ?

E outras perguntas teriam de fazer a nossa consciência;

encontrando sempre a mesma resposta: TEMOS QUE LUTAR. Temos que reagir até porque esse é o exemplo que nos deu seu Cristo. Cristo que eles nos "apresentaram" mas cujos mandamentos nunca cumpriram.

BASTA. Já pagamos demasiado caro a miserável civilização que disseram trazer-nos. Já pagamos e continuamos a pagar com SANGUE, HONRA, CHACINA E SOLO PATRIO. Isto dura há 500 anos. Basta. Nem os próprios portugueses pagaram tão cara a civilização que têm.

Fartamo-nos de promessas. Tudo o que está feito na nossa terra foi com o nosso dinheiro e com o nosso trabalho. Que benefícios há para o Negro? Quem ficou rico? Quem vive bem? Infelizmente não é o africano!

A lenda dos colonos que são santos e heróis e "andaram a pé pelo mato para continuar Portugal" (sem nosso consentimento) mas na realidade não passam de assassinos (alguns "negociantes" do Uige estão agora na cadeia por tais crimes) e usurpadores, que fizeram casas e roças com o nosso suor. JÁ NÃO PODE CONTINUAR A SER-NOS CONTADA! OPÕE-NOS TODAS AS BARREIRAS!

Para corrigirmos OS NOSSOS FILHOS? PARA SERMOS CONSIDERADOS "CIVILIZADOS" DENTRO DO QUE CRIARAM — PARA MANTERMOS A NOSSA TRADIÇÃO — PARA OBTERMOS UM EMPREGO — PARA MANTERMOS AS NOSSAS PROFISSÕES — CONSTANTEMENTE AMEAÇADAS E USURPADAS; DESDE A ESTIVA DOS CAIS ATÉ AS QUINTADEIRAS. PARA MANTERMOS AS NOSSAS RESIDÊNCIAS HUMILDES; PERMANENTEMENTE CONDENADAS A DEMOLIÇÃO. PARA ENCONTRARMOS AMPARO NA VELHICE. PARA FALARMOS NOS NOSSOS ANSEIOS E RECLAMAÇÕES.

A ultima campanha eleitoral mostrou-nos que somos consi
derados como animais, porquanto, existindo nós como pro-
 blemas — HUMANOS — chegaram a afirmar que o "problema
 é das estradas (na nossa terra) para permitir a continua-
 ção da importação dos brancos colonizadores". A última
 campanha eleitoral mostrou-nos a existência dum malévolo
 acordo para não serem focados os nossos problemas "em
 virtude de não existir em Angola homogeneidade de raças
 e o mesmo nível de civilização". Não podemos esquecer
 tanta patifaria: TUDO ISTO e o que nos vem acontecendo
 há 500 anos é bastante para não acreditarmos nas menti-
 ras que nos impingem contra outros povos que estão PRON-
 TOS A AJUDAR-NOS NA LUTA CONTRA O COLONIALISMO. Lembreme
 nos dos nossos, feitos, na nossa terra, prisioneiros pe-
 la PIDE sem termos cometido crime: Se é verdade o que
 nos contaram da Hungria, devemos concordar que estamos
 ainda pior.

Unamo-nos pois e ESTEJAMOS ATENTOS. LUTEMOS PELA FELICI-
 DADE DOS NOSSOS FILHOS. LUTEMOS PELA NOSSA SAGRADA LIBER-
 DADE. LIBERDADE DE ACÇÃO; LIBERDADE DE PENSAMENTO; LIBER-
 DADE DE DISPORMOS DE NÓS PRÓPRIOS.

Estejamos sempre atentos aos traidores como Nascimento,
 ainda que como Torres aniquilemo-los para sempre. Siga-
 mos o EXEMPLO DA NOSSA MÃE RAINHA JINGA. LUTEMOS POR LI-
 BERDADE IGUALDADE FRANTERNIDADE.

A BEM DE ANGOLA.

1958

"REUNIÃO DE CONSULTA E ESTUDO PARA O DESENVOLVIMENTO DA LUTA CONTRA O COLONIALISMO PORTUGUÊS". Paris, 15 a 18 de Novembro de 1957.

PRINCÍPIOS

- 1) - As chamadas "provincias ultramarinas" portuguesas de Africa vivem sob o regime colonial. O colonialismo é o inimigo irreconciliável dos povos das colônias portuguesas de Africa.
- 2) - Os interesses vitais de cada africano e de cada um dos povos das colônias portuguesas de Africa vêm exigindo uma luta contra o colonialismo, até a sua completa e incondicional liquidação nas actuais colônias portuguesas de Africa.
- 3) - A luta contra o colonialismo é sagrada para todos os Africanos. Ela baseia-se no humano e justo sentimento patriótico. O conteúdo fundamental do sentimento patriótico dos povos das colônias portuguesas de Africa é: a certeza de que as terras em que vivem há séculos lhes pertencem unicamente e não aos colonizadores e invasores estrangeiros; o amor natural de cada povo à sua cultura; a dor e a revolta pelos seus sofrimentos e pelo seu atraso social - sofrimentos e atrasos esses próprios do regime colonial.
- 4) - É dever primário e sagrado de cada nativo das colônias portuguesas de Africa desenvolver, em todo o momento e em quaisquer circunstâncias da sua existência, o máximo de actividade para que o sentimento patriótico cresça e se fortaleça em cada um e em todos os seus irmãos compatriotas a-fim de que esse sentimento desencadeie

a acção capaz de vencer o odioso colonialismo e tornar os povos das colónias portuguesas de Africa donos dos seus países e únicos determinadores livres e dos seus destinos.

5) - A luta vital e sagrada contra o colonialismo não poderá atingir a vitória sem a activa participação nela das massas de milhões de jovens, homens e mulheres dos povos das colónias portuguesas de Africa.

6) - A exigência básica e mínima da luta patriótica dos povos das colónias portuguesas é a de todos os patriotas estarem ao lado das massas populares; assimilarem e tomarem na máxima consideração as necessidades, a experiência e a sabedoria das massas e lutarem ao lado delas até à vitória final.

7) - É traição aos povos das colónias portuguesas de Africa toda a luta projectada ou travada por nativos contra qualquer dos interesses vitais e supremos daqueles povos.

8) - A quase totalidade das populações nativas das colónias portuguesas de Africa não tem instrução e é analfabeta; mas ela - por factos vividos todos os dias e sentidos na própria carne - possui o conhecimento de que o colonialismo é um mal e deve ser liquidado sem demora. A liquidação do colonialismo é a única base em que os povos das colónias portuguesas de Africa podem assentar e consolidar a sua liberdade e trabalhar pacificamente para uma vida feliz.

9) - Na luta contra o colonialismo, os povos das colónias portuguesas de Africa devem utilizar todos os factos, mesmo os mais insignificantes, para prejudicarem os colonizadores, para conquistarem aliados e para fortalecerem as suas posições.

10) - A luta patriótica dos povos das colónias portuguesas

de Africa deve basear-se num trabalho científico, organizado e disciplinado.

- 11)- Nas condições actuais das colónias portuguesas de Africa, o principal trabalho na luta patriótica deve ser necessariamente clandestino; mas para reforçar o trabalho clandestino e completar dentro de cada colónia a luta patriótica, os africanos devem, indispensavelmente, aproveitar tudo quanto nas leis portuguesas possa ser utilizado em favor da luta patriótica.
- 12)- O trabalho clandestino na luta patriótica envolve perigos e exige, portanto, o cumprimento rigoroso de normas conspirativas.
- 13)- Votar ao abandono e ao isolamento qualquer africano honesto e animado de vontade combativa contra o colonialismo contribui para criar na sua consciência a descrença e o pessimismo no êxito da luta anti-colonialista e concorre para anular a sua vontade combativa, como a experiência tem demonstrado.
- 14)- A experiência tem demonstrado que, na luta patriótica, a não participação dos homens numa organização concorre para os desorientar; a organização anima, dá confiança e convicção e aumenta a vontade combativa dos homens. Todos os africanos honestos devem ser mobilizados para organizações patrióticas.
- 15)- A falta de actividade política dos homens concorre para que a sua imaginação exagere os reais e inegáveis perigos da luta patriótica e crie neles a covardia e a hesitação. Todos os africanos integrados em organizações de luta patriótica nunca devem deixar de ter tarefas onde empregar diariamente as suas energias.
- 16)- É impossível combater com êxito o inimigo sem conhecer as suas intenções, os seus planos e as suas armas. As organizações de luta anti-colonialista devem esti-

mular, fomentar e realizar o estudo minucioso de todos os aspectos da vida das colônias portuguesas de Africa, conhecer as intenções políticas, as palavras e os actos do colonizador.

17)- A unidade de todos os povos das colônias portuguesas de Africa é indispensável na luta contra o colonialismo português.

18)- A unidade de todos os povos africanos é indispensável na luta pela liberdade de Africa do jugo colonial e imperialista e para a consolidação da liberdade e da soberania das nações africanas. Os povos das colônias portuguesas de Africa devem realizar a sua libertação na unidade com os restantes povos africanos e visando a completa aniquilação do jugo imperialista em África.

19)- As exigências táticas da luta anti-colonialista dos povos das colônias portuguesas de Africa e a conquista total e permanente da sua independência nacional devem determinar as relações daqueles povos com os restantes povos do mundo. Essas relações deverão fundamentar-se na posição real de cada um dos restantes países do mundo em face da luta anti-colonialista, do direito de todos os povos à autodeterminação e do problema da Paz mundial.

20)- As classes trabalhadoras das colônias portuguesas de Africa são as mais revolucionárias. Cabe ao proletariado o papel de mobilização e organização das massas e de direcção da luta contra o colonialismo.

RESOLUÇÕES

- 1) - Envidar imediatamente todos os esforços no sentido da criação de organizações de luta contra o colonialismo português, quer nas colónias portuguesas de Africa, quer em todas as partes do mundo onde existam africanos naturais daquelas colónias, e contribuir para a consolidação e eficiência das organizações patrióticas já existentes.
- 2) - Criar, na Europa, a partir desta data, o "Movimento de Libertação Nacional dos Povos das Colónias Portuguesas" que se propõe contribuir para a liquidação do colonialismo português. No "Movimento de Libertação Nacional dos Povos das Colónias Portuguesas" devem integrar-se todos os naturais das colónias portuguesas residentes na Europa.
- 3) - Tomar medidas imediatas no sentido de uma participação de um ou mais africanos das colónias portuguesas na Conferência afro-asiática do Cairo, anunciada para Dezembro de 1957. Na impossibilidade de realizar esse objectivo, e só neste caso, envidar esforços para, nas melhores condições, conseguir que o facto colonial português e a vontade de luta dos povos das colónias portuguesas sejam expostos e tratados na referida Conferência.
- 4) - Nomear, nesta data, um "Comité Provisório de Direcção Colectiva" incumbido de iniciar imediatamente a execução das tarefas inerentes às resoluções desta Declaração. Os membros nomeados para fazerem parte desse Comité são solidariamente responsáveis pelas resoluções que tomarem colectivamente.

O "Comité Provisório de direcção colectiva" cessará as suas funções logo que o "Movimento de Libertação Nacional dos Povos das Colónias Portuguesas" esteja em condições de eleger o seu órgão directivo.

EUROPA, 1957.

O MANIFESTO DO MAC - MOVIMENTO ANTI-COLONIALISTA
(EXTRACTO)

IV. PROCLAMAÇÃO DO MOVIMENTO ANTI-COLONIALISTA

IRMÃOS, Africanos nativos de Cabo Verde, Guiné, Angola, São Tomé e Príncipe e Moçambique!

Homens, Mulheres e Jovens

Trabalhadores manuais e intelectuais

Camponeses, Operários, Estudantes e Soldados obrigados a servir o exército colonial

Proprietários, Comerciantes e Artesãos!

O MOVIMENTO ANTI-COLONIALISTA

Apoiado na luta que os nossos povos sempre travaram contra a dominação estrangeira e baseados nos sempre afirmados e indestrutíveis sentimentos de liberdade e de dignidade dos nossos povos;

Consciente do grandioso esforço libertador das organizações de luta anti-colonialista actualmente existentes nos nossos países;

Consciente das dificuldades que o colonialismo fascista português impõe às nossas organizações de luta no próprio aspecto de uma expressão internacional, o que faz com que seja quase nulo o apoio de uma opinião pública mundial;

Unicamente inspirado pelos princípios da Carta das Nações Unidas, pela Declaração dos Direitos do Homem, pelos prin

cípios de Bandung, pelas Resoluções da Conferência de Solidariedade Afro-asiática do Cairo, em fins de 1957, pelas Resoluções da Conferência dos Países Independentes Africanos e pelas Resoluções da Conferência dos Povos Africanos de Accra;

Activamente integrado no invencível e glorioso movimento geral dos povos Africanos pela liquidação completa do colonialismo e do imperialismo;

Considerando que só uma luta unida, verdadeiramente disciplinada e inteligentemente dirigida é capaz de liquidar o colonialismo português;

Considerando que a participação de todos os Africanos das colónias portuguesas nessa luta acelerará o processo de decomposição e liquidação total do colonialismo português:

1. - Proclama inequívocamente o direito dos nossos povos — os povos de Cabo Verde, Guiné, Angola, São Tomé e Príncipe e Moçambique — à autodeterminação e à independência imediata.
2. - Propõe-se colaborar activamente com todos os Movimentos dos nossos países verdadeiramente interessados na libertação nacional, e a utilizar todos os meios ao seu alcance para dar uma expressão internacional à nossa luta: denunciar os crimes dos colonialistas portugueses, exaltar as nossas vitórias e procurar conseguir um apoio eficaz dos outros povos, em especial dos povos anti-colonialistas.
3. - Propõe-se lutar pelo cumprimento de todas as convenções internacionais que tenham justamente tomado em consideração a situação dos nossos povos.

4. - Propõe-se contribuir, com todas as suas forças e em colaboração com os povos irmãos, para a liquidação total do colonialismo e do imperialismo no Continente Africano.
5. - Apoiará activamente todas as iniciativas das organizações políticas Africanas que visem o estabelecimento de frentes unidas de luta pela libertação de cada um dos nossos países, e propõe-se a coordenar a formação dessas frentes e a luta comum a desenvolver por todos os nossos povos contra o colonialismo português.
6. - Não poupará esforços para conseguir a adesão de todos os Africanos às organizações políticas Africanas, verdadeiras intérpretes dos interesses dos nossos povos na sua luta contra o colonialismo português.
7. - Apela e incita todas as organizações de luta de libertação nacional dos nossos países e todos os Africanos das colónias portuguesas para que, numa frente unida e invencível, prossigam sem desfalecimentos a luta contra o colonialismo português, na qual devemos usar, em escala cada vez maior e mais organizadamente, todos os meios pacíficos de destruição do colonialismo.
8. - Denuncia e condena a repressão brutal a que os patriotas Africanos estão sujeitos, assim como os preparativos a que Portugal está a proceder para a guerra colonial contra os nossos povos, e alerta todas as organizações patrióticas e todos os Africanos das colónias portuguesas, para que, numa frente unida e invencível, iniciem desde já a preparação, a estruturação e o desenvolvimento das bases e dos

meios que permitirão aos nossos povos responder com a violência a todas as violências do colonialismo português.

1 de Janeiro de 1960

O COMITÉ EXECUTIVO
DO
MOVIMENTO ANTI-COLONIALISTA
(M.A.C.)

NOTA:

Dificuldades próprias do regime de terror em que se vive em Portugal e nas colônias portuguesas, retardaram a impressão e a plena circulação deste MANIFESTO. No entanto, o seu texto já é conhecido por muitos Africanos e por algumas Organizações de luta de libertação nacional nos nossos países.

Depois da elaboração deste Manifesto, tiveram lugar alguns acontecimentos que, pelo seu significado e consequências, merecem ser referidos nesta Nota:

1. A criação, com base na estrutura e nos objectivos do M.A.C., de uma aliança de partidos políticos e organizações de massas das diversas colônias portuguesas de África - a FRENTE REVOLUCIONÁRIA AFRICANA PARA A INDEPENDÊNCIA NACIONAL DAS COLÔNIAS PORTUGUESAS (F.R.A.I.N.). O Comité da F.R.A.I.N., instalado em África, dá o seu pleno acordo a este Manifesto.
2. No campo das vitórias da luta pela liquidação do colonialismo em África: proclamação da independência dos Camarões; luta entre os colonialistas da Argélia, desorientados com a resistência e as vitórias do Povo Argelino; êxito internacional da II Conferência dos Povos Africanos (Tunis), na qual tomaram parte cinco Delegados das colônias portuguesas e cujas resoluções condenaram o colonialismo português e exigiram da política colonial nossos povos; profunda modificação da política colonial britânica, favorável à luta dos povos Africanos; marcação da data da proclamação da independência do Congo; intensificação dos movimentos de resistência e de protestos dos nossos povos, em especial em Angola e na Guiné.
3. Por outro lado, Portugal intensificou os seus preparativos para a repressão armada contra os nossos povos. Por isso, com todas as apreensões que nos causa a fatalidade do recurso à violência, temos de nos preparar cada vez mais e melhor para defender, mesmo com os maiores sacrifícios, até à vitória final contra o colonialismo português, os direitos fundamentais dos nossos povos.

CARTA DA FRENTE REVOLUCIONÁRIA AFRICANA PARA A INDEPENDÊNCIA NACIONAL DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS. (F.R.A.I.N.)

BASE I

A FRENTE REVOLUCIONÁRIA PARA A INDEPENDÊNCIA NACIONAL DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS ou FRENTE REVOLUCIONÁRIA PARA A INDEPENDÊNCIA NACIONAL (F.R.A.I.N.) é a aliança de partidos políticos e de organizações de massa de países africanos sob dominação colonial portuguesa, que lutam pela independência nacional dos respectivos países e pela liquidação do colonialismo português, e aspiram a uma promoção dos povos Africanos desses países.

A F.R.A.I.N. sucede, por evolução, ao MOVIMENTO ANTI-COLONIALISTA (M.A.C.) fundado em 1957 pelo Partido Africano da Independência da Guiné dita portuguesa (P.A.I.) e pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (M.P.L.A.) com a participação de Africanos das colónias portuguesas em tãõ residentes na Europa.

No presente a F.R.A.I.N. é formada, estruturalmente, pelo P.A.I. e pelo M.P.L.A., com a adesão de Africanos sem partido, nativos das colónias portuguesas e residentes no exterior dos seus países.

A F.R.A.I.N. está aberta a todas as organizações de massas e a todos os partidos políticos dos países africanos sob dominação portuguesa, que exprimam a vontade de fazer parte dela e que concordem pressamente com os princípios desta Carta.

A F.R.A.I.N. suscita, desenvolve e coordena a unidade de todos os Africanos na acção concreta contra o colonialismo português, e apoia-se em movimentos patrióticos formados por Africanos dos países em causa.

BASE II

O objectivo da F.R.A.I.N. é a conquista imediata da Independência Nacional dos países africanos sob dominação colonial portuguesa e a liquidação total do colonialismo português em Africa.

Para conquistar a Independência Nacional e realizar a libertação dos Povos das colónias portuguesas, a F.R.A.I.N. usará meios pacíficos de não-violência e de desobediência civil, mas fará recurso a represálias contra a violência, se a isso for obrigada pelo colonialismo português.

BASE III

Toda a organização membro da F.R.A.I.N. deve militar, no seu próprio País, pela realização prática do Programa e dos acordos da Frente, ajudar materialmente a sua manutenção e submeter-se aos princípios da presente Carta e aos Regulamentos da Frente.

A F.R.A.I.N. funciona de acordo com métodos democráticos. Regulamentos e Acordos especiais, elaborados por organismos e instâncias competentes e de acordo com os princípios desta Carta, regularão a vida da Frente.

BASE IV

Os organismos da F.R.A.I.N. são os seguintes:

1. O Comité Director, eleito pelo Secretariado Político, responsável pela actividade diária da Frente;
2. As Comissões Especiais, criadas pelo Secretariado Político;
3. Os Comitês de Acção, destinados a dar execução, em escala local e regional, às decisões do Comité Director.

BASE V

As instâncias superiores da F.R.A.I.N. são as seguintes:

1. O Congresso — constituído por representantes das organizações e dos partidos políticos que formam a Frente — que definem a linha política e o Programa da Frente e elege o Secretariado Político.
2. O Secretariado Político — reunião de representantes eleitos pelo Congresso — que estuda e define as normas de aplicação prática do Programa e da linha política da Frente.
3. A Assembleia — formada de representantes dos Comitês de Acção — que estuda os processos de execução, em escala local e regional, das decisões do Comité Director.

BASE VI

Os fundos da F.R.A.I.N. provêm de cotizações, donativos, subscrições e de rendimentos próprios.

BASE VII

A F.R.A.I.N. poderá ser dissolvida depois de ter realizado o seu objectivo.

Tunis, 28 de janeiro de 1960.

A CONFERÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES NACIONALISTAS DAS COLÓNIAS
PORTUGUESAS (C.O.N.C.P.) - CASABLANCA DE 18 A 20 DE
ABRIL DE 1961

DECLARATION GÉNÉRALE
UNITÉ - SOLIDARITÉ - COOPÉRATION

UNITÉ

LA CONFÉRENCE DES ORGANISATIONS NATIONALISTES DES COLO -
NIES PORTUGAIS réunie à Casablanca du 18 au 20 avril
1961, ayant groupé des représentants des Mouvements de Li -
bération Nationale du Cap-Vert, de la Guinée, de Saint-To -
mé et Principe, de l'Angola, du Mozambique et de Goa, a
procédé à un examen approfondi de la situation qui prévaut
dans les pays encore soumis à la domination coloniale du
Portugal.

La Conférence a constaté l'identité des formes d'oppres -
sion politique, économique, sociale et culturelle qui sé -
vissent dans ces pays.

CONSIDÉRANT que la politique du Gouvernement Portugais se
caractérise par la suppression des libertés fondamentales
dans les colonies;

CONSIDÉRANT que le Gouvernement Portugais refuse de re -
connaître le principe de la primauté des intérêts des ha -
bitants de ces pays et, contrairement au droit des peu -
ples à disposer d'eux-mêmes, s'obstine à entretenir le
mythe des "provinces d'outre-mer";

CONSIDÉRANT que le Gouvernement Portugais, au lieu d'envi -
sager une solution pacifique au conflit opposant les peu -
ples de ces pays à l'Administration Coloniale intensifie
les méthodes fascistes de répression contre les nationa -

listes par l'envoi de renforts militaires, par la pratique du génocide, par la création de foyers de guerre;

CONSIDÉRANT que cette attitude anachronique à l'encontre de la marche de l'histoire et du bon sens, a poussé les masses populaires à envisager les moyens efficaces pour leur auto-défense active;

CONSIDÉRANT que les peuples des colonies portugaises aspirent ardemment à l'autodétermination et à l'indépendance;

LA CONFÉRENCE:

SALUE tous les patriotes qui combattent pour le triomphe de la cause de l'indépendance, de la justice et de la liberté au Cap-Vert, en Guinée, à Saint-Tomé et Príncipe, en Angola, au Mozambique, à Goa et dans tous les autres territoires soumis à la domination coloniale portugaise.

LA CONFÉRENCE,

CONVAINGUE de la nécessité urgente de libérer les peuples colonisés par le Portugal:

PROCLAME L'UNITÉ D'ACTION DES ORGANISATIONS NATIONALISTES DANS LA LUTTE PAR TOUS LES MOYENS EN VUE DE LA LIQUIDATION IMMÉDIATE DU COLONIALISME PORTUGAIS ET DE LA LIBÉRATION DE TOUTE FORME D'OPPRESSION;

ENGAGE tous les patriotes des colonies portugaises à se mobiliser dans leurs organisations nationales et à accélérer le processus de liquidation du colonialisme portugais;

INVITE les divers mouvements nationalistes à grouper leurs

forces dans des Fronts de lutte unie autour d'un objectif immédiat: la liquidation du colonialisme Portugais.

LA CONFÉRENCE DES ORGANISATIONS NATIONALISTES DES COLONIES PORTUGAISES:

CONSTATANT que seule l'indépendance nationale peut favoriser l'affermissement de la paix et de la coopération internationale entre les peuples;

CONSTATANT que la survivance du colonialisme Portugais est un facteur permanent de conflits;

MANIFESTE son attachement à la déclaration universelle des Droits de l'Homme et aux principes de coexistence proclamés par la Conférence de Bandoeng;

CONFIRME les déclarations et résolutions adoptées par les Conférences des Peuples Africains et de la Solidarité Afro-Asiatique;

DÉCLARE sa solidarité agissante avec toutes les forces anti-colonialistes du monde;

FAIT APPEL à tous les états indépendants d'Afrique et d'Asie ainsi qu'à tous les pays épris de paix et de liberté pour qu'ils interdisent les ports et aérodrômes aux navires et avions portugais et pour qu'ils reconsidèrent leurs rapports diplomatiques et économiques avec le Portugal;

FAIT APPEL aux peuples du monde entier pour qu'ils boycottent les marchandises portugaises;

FAIT APPEL aux travailleurs de l'Afrique, de l'Asie et du monde entier pour qu'ils refusent de décharger des navires allant et venant du Portugal.

Prenant acte de la déclaration du 14 décembre 1960 adoptée par l'Assemblée Générale des Nations Unies;

INVITE tous les hommes épris de pax et de liberté pour qu'ils soutiennent la juste causae des peuples encore soumis à la domination coloniale portugaise, s'opposant efficacement à la poursuite des méthodes de répression fasciste dans ces pays.

LA CONFÉRENCE DES ORGANISATIONS NATIONALISTES DES COLONIES PORTUGAISES a enregistré avec satisfaction les déclarations de la Conférence des Chefs d'État Africains, tenue à Casablanca du 4 au 7 janvier 1961, qui a proclamé dans sa charte la "volonté de libérer les territoires africains encore sous domination étrangère, de leur prêter aide et assistance, de liquider le colonialisme et le néocolonialisme sous toutes ses formes, de ne pas encourager l'étrangement des troupes et des bases étrangers qui mettent en danger la libération de l'Afrique, et de s'employer également à débarrasser le continent africain des interventions politiques et des pressions économiques".

SOLIDARITÉ

LA CONFÉRENCE DES ORGANISATIONS NATIONALISTES DES COLONIES PORTUGAISES,

CONSTATANT que le combat contre le colonialisme entre aujourd'hui dans la phase ultime et décisive;

CONSTATANT que les puissances colonialistes, dans un dernier effort, ont créé un véritable front pour le maintien de l'essentiel de leur pouvoir économique et militaire en Afrique et en Asie;

CONSTATANT que ces mêmes puissances ont souvent recours à des moyens aussi lâches que l'assassinat des dirigeants comme ce fut le cas de Patrice Lumumba, héros de l'Afrique.

RÉAFFIRME sa solidarité avec les peuples qui mènent le combat contre toutes les formes du colonialisme et de l'impérialisme;

MANIFESTE, en ce qui concerne l'Afrique, son approbation totale à la résolution sur la libération des peuples dépendants arrêtée à la III Conférence des peuples africains, tenue au Caire du 25 au 31 mars 1961;

SALUE la lutte héroïque du peuple algérien pour sa libération nationale;

RECONNAIT les droits légitimes du Maroc sur Ifni, Ceuta et Melilla;

APPROUVE la résolution sur la Mauritanie adoptée par la Conférence Africaine de Casablanca;

CONDAMNE l'occupation coloniale du Sahara Africain;

CONDAMNE les manoeuvres impérialistes au Congo;

CONDAMNE la politique d'apartheid qui sévit en Afrique du Sud;

CONDAMNE la politique Sud-Africaine dans le Sud-Ouest Africain;

EXIGE l'octroi de l'indépendance aux territoires de l'Afrique Centrale, du Nvassaland, de Rhodésie du Nord et de Rhodésie du Sud.

COOPÉRATION

LA CONFÉRENCE DES ORGANISATIONS NATIONALISTES DES COLONIES PORTUGAISES, après examen des actuelles nécessités de la lutte contre le colonialisme portugais et dans la ferme détermination de coordonner efficacement les activités des mouvements nationalistes des colonies portugaises, adopte les mesures suivantes, en vue d'une exécution immédiate:

- 1º - Obtention de fonds auprès des organisations qui accordent leur sympathie à la cause des peuples des Colonies Portugaises, par des appels publics;

- 2º - Aide mutuelle aux organisations nationalistes des colonies Portugaises pour un rapide développement de leurs méthodes de travail et leurs moyens d'action;
- 3º - Consolidation de l'unité des organisations nationalistes de chaque colonie;
- 4º - Appel aux organisations nationalistes des colonies portugaises qui n'ont pas participé à cette conférence d'adhérer immédiatement aux principes de cette conférence;
- 5º - Obtention des moyens pour l'autodéfense pour le maintien de la résistance des peuples des colonies portugaises;
- 6º - Obtention de l'assistance médicale et des moyens de subsistance nécessaires aux victimes de l'agression coloniale portugaise;
- 7º - Action en vue d'éclairer le peuple portugais sur la justesse de la lutte des peuples coloniaux;
- 8º - Appui concret au mouvement démocratique portugais et établissement de rapports utiles avec les organisations démocratiques portugaises;
- 9º - Publicité permanent par tous les moyens afin de mobiliser l'opinion publique mondiale à la cause des peuples des colonies portugaises;
- 10º - Coopération avec les mouvements anti-colonialistes et démocratiques de tous les pays;
- 11º - Démarches auprès de tous les pays pour des campagnes et des manifestations publiques de protestation contre la violation des droits de l'homme et contre les atrocités perpétrées par l'Administration coloniale portugaise, ainsi que pour la libération immédiate de tous les prisonniers politiques;
- 12º - Exécution de toutes les mesures concernant le boycott économique et diplomatique du Portugal sur le plan international.

.....

EXTRACTOS DE UMA REFLEXÃO DE AGOSTINHO NETO QUE SERIA PUBLICADA NA REVISTA PROJECTADA PELO CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS

O RUMO DA LITERATURA NEGRA

A literatura, como índice da cultura dum determinado agrupamento humano, só pode ser compreendida na medida em que se torna possível a limitação e isolamento desse grupo, permitindo-se deste modo o conhecimento de sua índole social, das tendências psicológicas e mesmo das suas realizações materiais.

Partindo deste princípio e para compreendermos a literatura negra, devemos conhecer primeiro que indivíduos para ela contribuem; a fim de evitar a confusão de conceitos que actualmente se faz ao referirmo-nos aos negros, grupo aliás difícil de limitar em virtude das divergências de pontos de vistas existentes quer sobre o aspecto social, quer ao considerar o critério étnico. Incapazes, pois, de encontrar definição adequada para os indivíduos que vamos considerar, encará-lo-emos apenas dentro do quadro social-literário em que se desenvolvem ou a que se adaptaram.

Incluir neste grupo todos os indivíduos negros os seus descendentes e apenas por este motivo, seria um erro portanto, embora a sua cor, muitos deles — por qualquer motivo; a educação, por exemplo — não possuem aquele mínimo de cultura africana para serem encarados dentro deste sector literário, mesmo quando observamos a multiplicidade da vida actual. Escritores que não traduziram nenhum aspecto negro na sua obra, melhor serão enquadrados nas correntes literárias dos países ou povos cuja cultura reflectem. O reticente Machado de Assis é um exemplo. Gonçalves Crespo outro.

Adoptando o mesmo critério consideramos integrados na literatura negra as obras daqueles autores que de alguma forma reflectem a maneira de ser dos povos negros, os seus sentimentos, os seus processos de reacção; sendo este reflexo não apenas uma tradução, mas uma verdadeira identificação. Assim, não incluímos aqui aquelas obras "bem-intencionadas" de escritores que, à caça de pitoresco ou para inspirar piedade enfileiraram no negrismo. A cabana do Pai Tomás ou os poemas de Jorge Lima não pertencem à literatura negra. Tão pouco a desconcertante literatura colonial que por vezes extasia os europeus como crianças diante de espécimes dum Jardim Zoológico. Mesmo os negros que encarreiraram pelas puras ideias europeias são excluídos do campo literário que nos ocupa. Rui de Noronha, negro moçambicano, literariamente, apenas um poeta português, mesmo ao tomarmos conhecimento do seu poema "Surge et Ambula", dos poucos em que ele se apercebe da existência da África.

Para que a determinada obra literária se atribua nacionalidade é necessário que ela se baseie na vida dos representantes dessa nacionalidade sem remeter esta palavra à estreiteza do seu sentido político. E para que isso seja possível é necessário que o autor tenha conhecimento da vida dos seus elementos constituintes. Ora, o conhecimento dos negros, actualmente, não está ao alcance de todos os autores rotulados de negros. Conhecer, neste caso, não é apenas coleccionar percepções sensacionais é ainda ter uma noção da parte psíquica dos homens, é ainda assumir certa atitude afectiva. Este conhecimento só o tem que é capaz de se identificar psicologicamente com a maioria dos indivíduos do seu grupo para poder sentir com eles, os incidentes do dia a dia e as manifestações do carácter cultural ou material.

Não sabemos, por exemplo, até que ponto os indivíduos de cultura europeia podem entender o "Sabás", de Nicolas Guillén. Segundo a nossa maneira de ver, o verso (Porquê Sabás, la mano abierta?) exige não só a intervenção da inteligência, mas também a identificação com Sabás para podermos re-provar em cada negro, com essa ternura insinuante de Guill

lên, a inconsciência da atitude de "mão aberta". Só um pro fundo conhecimento, não realizado da experiência, e a acei tação insufismada da realidade do nosso mundo pode ajudar a apreender a latitude daquele verso; a submissão psicológica, aparente ou não do negro da rua, ou o "arrevismo fla grante do negro beneficiado pelo poder, pela cultura ou pela riqueza"⁽²⁾, ou seja a atitude de "mão aberta".

Porém o conhecimento do negro, tem sido prejudicado pelas condições da sua vida desde o século XVI.

O seu contacto com o europeu ficou marcado com um acto violento — a conquista. Depois outros actos não menos vio lentos o forçaram a ir exercer um papel essencial na edifi cação dos países das Américas, como esclarece Gilberto Freyre⁽³⁾ e a manter-se até hoje na sua situação de infe - rioridade perante os outros povos, até a possibilidade de educação em larga escala e às dificuldades na vida social dos países que habitam, além de outras razões que não im - porta trazer aqui.

Estas violências determinarão a submissão do negro, que por vezes se traduz em desejo de penetrar com direitos de cidadade na cultura europeia e na sua v-da social, umas ve - zes com a persistência consciente e outras com franco de - sespero ante a intransigência branca. E grande parte das obras literárias "verdadeiramente negras" reflete com maior ou menor evidência este estado de espírito — orgulho ferido, ambições frustradas, desejos irrealizados, impotência. Literatura de sensibilidade, acima de tudo, por vezes au - tentica os muros de lamentações sem consequências constru - tivas.

Os povos negros atravessam o seu período de confusão, por terem abandonado de chofre a sua cultura, modificando to -

talmente o sistema de vida em uma ou duas gerações, para adquirir uma cultura europeizada e estruturada sobre bases frágeis. Esquecendo-se e ao seu povo, para pretender ingressar definitivamente na civilização europeia em que os seus instrumentos lhe são cruelmente sonegados, o negro exprimenta, a par da frustração, uma fase ainda mais prejudicial para a sua personalidade, do que as chacinas no campo de batalha ou o chicote da escravidão declarada.

Hoje, negros conscientes já encaram os seus problemas de modo racional. O desejo de reencontrar a sua cultura perdida ou esquecida é dos sintomas mais animadores. Os movimentos culturais de negros se vão estabelecendo nas Américas e na África, especialmente de cultura francesa, são sinais desejáveis para que estes povos se encontrem e continuem o seu rumo na história da humanidade.

Creemos que destes movimentos sairá a falange de escritores capaz de carrear definitivamente a literatura negra para o seu verdadeiro rumo.

- // -

A literatura é um reflexo da vida social dos povos e da estrutura histórica que a suporta. Não é este reflexo, porém, que encontramos em muitos escritores negros antigos e em alguns modernos, arrastados pelas correntes literárias da Europa. Estes são, para empregar uma expressão corrente, os escritores "a pesar de" negros. Assim é Costa Alegre, o negro santomense e de quem não conhecemos sobre a sua raça senão algumas frases poéticas que, ao lado da sua importante obra, parecem mais produtos dos momentos de fastio do poeta. Esta característica, de certo modo paradoxal, deve-se à falta de consciência de povo ou então a um egoísmo tal, que torna impossível a manifestação daquela "personalidade humana" que irradia, por exemplo, do "Batouala", de René Maran.

.....

No panorama actual da literatura negra, tende a desaparecer este desencontro entre o escritor e a sua obra. E ainda bem, para todos nós. A realidade dos povos negros deve ser encarada sem a cobertura dos remendos convencionais, num contributo para a sua elevação cultural.

São assim podemos tomar a literatura, no sentido em que J. Paul Sartre⁽⁵⁾ vê a poesia negra: "La poésie nègre est évangélique, elle annonce la bonne nouvelle: na négritude est retrouvée".

- / / -

Ao consumir-se o acto violento a que atrás nos referimos, os negros viram-se destituídos do bem, mais precioso dum povo: a língua. Ainda que seja empregada pela maioria (em África), ela deixou de ser instrumento útil no contacto por aqueles que a terminologia colonial rotulou de evoluídos ou as'similados.

.....

A literatura negra não é conhecida da maioria dos negros, já por virtude da incultura que, para pesar nosso, ainda abarca percentagens elevadíssimas, já pela dificuldade que há nos iniciados na leitura, de entenderem uma língua que não beberam com o leite materno, embora a cessibilidade dos modernos. Cremos que os escritores do futuro criarão novas formas de expressão, ao sofrerem a influência do povo, quando trabalharem in loco. Essas formas ainda não apareceram. De resto hoje escreve-se menos para os negros (ou para os africanos) do que para os brancos (ou para os europeus), como se depreende.

Por outro lado, não existem traduções para as línguas nativas, o que ajudaria a difusão do livro, com consequências benéficas, até mesmo no respeitante à propagação das técnicas e de noções específicas.

Ainda que evidente esta impossibilidade expressional, que afasta o escritor do seu povo, o homem negro vai deixando de figurar na literatura como vítima passiva, no intuito de condenar as organizações sociais que lhe entravam o desenvolvimento — como o vemos ainda em Richard Wright — para tomar já a figura de homem com certeza no olhar para o futuro, como o encontramos em Langston Hughes, em Aimé Césaire e em outros.

Assim se vai precisando cada vez mais a identificação entre o escritor "como" negro e o negro "como" homem.

A influência das modernas tendências literárias é evidentiíssima nos autores negros, e não admira que assim seja, pois é em escolas europeias que eles se formam, regra geral; mas essa influência não é o único factor que imprime novas directrizes à nossa literatura. Esse novo ritmo, esse novo humanismo que se vai afastando do tipo de reacção pura e que entenece num antegozo de melhores dias para a Humanidade, é o anúncio do renascimento do negro para a alma negra.

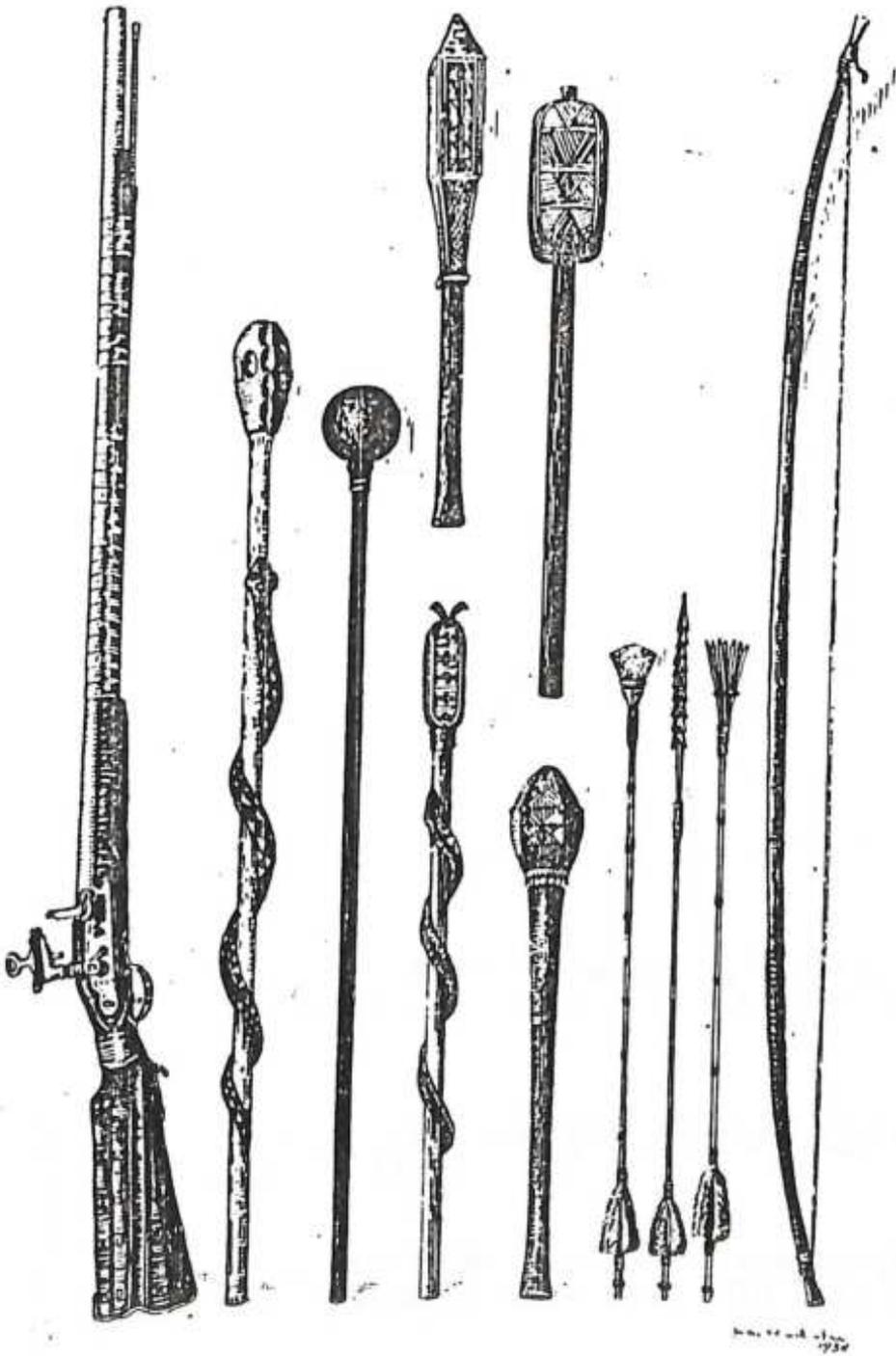
Se houver — como é de esperar — dentro dos anos próximos, um aumento do nível de instrução e se fosse possível traduzir para as línguas africanas as grandes obras literárias, muitas possibilidades haveria de ver os rumos da literatura negra, mais acentuadamente dirigidos para o seu povo onde, inevitavelmente, deve ir buscar os motivos de inspiração e exercer a sua função — que é a de toda a Arte — a consciencialização dos povos ante os seus problemas e os do mundo.

Creemos que o rumo da literatura negra está traçado nesse sentido.

Março de 1951

Agostinho Neto

- 1) O Fio da Navalha - Ed. Globo, pg. 11
- 2) Gilberto Freyre - Casa Grande & Senzala - 5a. ed. - pg. 717
- 3) Idem
- 4) In "L'Homme de Couleur"
- 5) Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache de la langue française - Léopold Sédar Senghor - Prefácio - pg. XV.



BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA GERAL

- X ABRANCHES, Henrique - Reflexões sobre cultura nacional. Luanda, União dos Escritores Angolanos, 1980.
- ALMEIDA, Pedro Ramos de - História do colonialismo português em África. Cronologia do séc. XIX. Lisboa, Ed. Estampa, 1979. 318p.
- ASAD, Talaf (ed.) - Anthropology and the colonial encounter. Londres, Ithaca Press, 19 . 88p.
- BALANDIER, Georges - Sociologie actuelle de l'Afrique Noire. Paris, PUF, 1963.
- BAILEY, A.G. - Culture and nationality. The Carleton Library, 58. Toronto, McClelland and Stewart, 1972. 224p.
- BARTH, F. - Los grupos étnicos y sus fronteras. México, Fondo de Cultura Económica, 1976.
- BASTOS, Elide Rugai & IANNI, Octavio - A questão nacional. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 1985. 54p.
- BENOT, Yves - Idéologies des indépendances africaines. Paris, Maspero, 1969. 427p.
- BERGER, Peter L. & LUCKMAN, Thomas - A construção social da realidade. Petrópoles, Vozes, 1973. 4a.ed., 247p.
- BERGHE, Pierre L. van Den - L'ethnicité en Afrique, Revue Internationale des Sciences Sociales, UNESCO, Paris, vol. XXIII (1971).
- BETEILLE, André - Race, caste et identité ethnique, Revue Internationale des Sciences Sociales, Paris, UNESCO, vol. XXIII, 1971, pp. 551-569.
- BRUNDSCHWIG, Henri - A partilha da África. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1972. 141p.
- BOURDIEU, Pierre - L'identité et la représentation: éléments pour une réflexion critique sur l'idée de région, Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n° 35, novembre 1980, pp. 63-72.

- BOURDIEU, Pierre - Les conditions sociales de la production sociologique: sociologie coloniale et décolonisation de la sociologie, Le Mal de Voir, Cahiers Jussieu/2. Université de Paris VII. Union Générale d'Éditions. Col. 10/18, Paris, 1976. pp- 416-427.
- CABRAL, A. - Identidade e dignidade no contexto da luta de libertação nacional, Raizes, 4:3-14, 1977.
- _____. Textos políticos. Porto, Afrontamento, 1974. 49p.
- CAHIERS Internationaux de Sociologie - Ethnies, cultures, nations, Paris, vol. LXVI, 1979. (número especial).
- CASTORIADIS, Cornelius - A instituição imaginária da sociedade. 2a. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. 418p.
- CESAIRE, Aimé - Discurso sobre o colonialismo. Porto, Cadernos para o Diálogo 2, 1971... 79p.
- X CHALIAND, Gérard - A luta pela África: estratégia das potências. São Paulo, Brasiliense, 1982. 137p.
- CHE GUEVARA, E. - Le socialisme & l'homme. Paris, Maspéro, 1968. 135p.
- COHEN, Abner - O homem bidimensional - A antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- _____. Custom and politics in urban Africa. London, Routledge & Kegan Paul, 1974.
- COLEMAN, J.S. - Nationalism in tropical Africa, African Politics and Society, edited by Markovitz, Free Press, New York.
- COLOQUIO sobre Identidade - Toulouse. Editions Edoward Privat, Toulouse, 1980.
- COQUERY-VIDROCITCH, Catherine - Afriq̃ue Noire. Permanences et ruptures. Paris, Payot, 1985. 440p.

CULTURA Popular e Marxismo: a cura di Raffaele
Roma, Editori Riuniti, 1976. 267p.

CUNHA, Celso - Língua, nação, alienação. Rio de Janeiro,
Nova Fronteira, 1981. 110p.

DAVIDSON, Basil - A política da luta armada. Libertação
nacional nas colónias africanas de Portugal. Lisboa,
Editorial Caminho, 1976. 106p.

_____. Les noires africaines. Paris, Maspéro, 1965. 180p.

DECOUFLE, André - Sociologie des révolutions. Paris, Pres-
ses Universitaires de France, 1968. 126p.

DESCHAMPS, Hebert - Les institutions politiques de l'Afri-
que Noire. Paris, Presses Universitaires de France,
1962. 126p.

DIAS, Jorge - Ensaio etnológico, nº 52. Lisboa, Edições
"Haranus", 1961. 198p.

DIRECTORY of Conference Group on Modern Portugal and Por-
tuguese Speaking Africa e várias newsletter. Durham,
New Hampshire.

DIRETORIO do Arbeitkreis Portugiesischsprachiges Afrika,
Freiburg, February, 1980.

DIRECTORY publicado pelo Laboratório Nacional de Investi-
gação Científica Tropical (LNICET), Lisboa, 1980.

DUMONT, Fernand - Mouvements nationaux et régionaux d'au-
jourd'hui, Cahiers Internationaux de Sociologie,
LXVI:5-17, 1979.

ELION, Marie - Erosion et permanence de l'identité cultu-
relle, C.I.S. (66), 1979, pp. 79-80.

_____. La formation de la conscience nationale en Répu-
blique Populaire du Congo. Paris, Anthrops, 1977.
415p.

D'EPINAY, Ch. L. Alivre & ALEXANDER, Daniel - Formation
d'un Etat-Nation et minorité ethno culturelle, Archi-
ves de Sciences Sociales des Religions, 49/1 (jan.
mars), 5-6:101-117, 1980.

GERBER, Raquel - Identidade hoje: crise e apelo, Cadernos Opinião, 15:64-69, dez. 79/ago. 80.

GEERTZ, Clifford - A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. 323p.

GLAZER, Nathan - Etnia: um fenômeno mundial, Diálogo, VIII(5):19-28, 1975.

GLAZER, Nathan & MOYNIHAN, Daniel P. (ed.) - Ethnicity, theory and experience. Massachusetts, Harvard University Press, 1975. 531p.

GHAUPY, G. & LAWY, M, WEILL, C. - Les anarxistes et la question nationale. Paris, Maspero, 1974.

GLUCKMAN, Max - Changement, conflit et règlement: dimensions nouvelles, Revue Internationale des Sciences Sociales, 23:583-600, 1971.

X GRAMSCI, Antonio - Os intelectuais e a organização da cultura. São Paulo, Círculo do Livro, 19 . 220p.

GRUNDY, Kenneth W. - Confrontation and accommodation in southern Africa: the limits of independence. Los Angeles, University of California Press, 1973. 360p.

GULBENKIAN, Fundação Calouste - Colóquio sobre educação e ciências humanas na África de Língua Portuguesa, Lisboa, 1979.

KUPER, Leo - Problèmes posés par le pluralisme racial, Revue Internationale des Sciences Sociales, 23:632-646, 1971.

X LECLERC, G. - Antropología y colonialismo. Espanha, Comunicación. 1973.

LEVI-STRAUSS, Claude - Race et culture, Revue Internationale des Sciences Sociales, 23:647-666, 1971.

LUCAS, Philippe - Sociologia de la descolonizacion. Buenos Aires, Ediciones Nueva Vision, 1973.

MARCUM, John A. - The Angolan revolution. vol. II - Exile, politics, and guerrilla warfare (1962-1976). Massachusetts, The Mit Press, 1978. 473p.

MARGARIDO, Alfredo - Prefácio a Ensaio sobre a Revolução Francesa, de François Furet, Lisboa, 1978.

. Negritude e humanismo. Lisboa, Ed. da Casa dos Estudantes do Império, 1964.

. Estudos sobre literatura das nações africanas de língua portuguesa. Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, 559p.

MBONGO, Ssame - Problèmes théoriques de la question nationale en Afrique, Présence Africaine, Paris, 1985, nº 136.

MEMMI, Albert - O homem dominado. Lisboa, Seara Nova, 1975. 252p.

. Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967. 127p.

. METODOLOGIA das Ciências Sociais. Moscovo. Edições Progresso.

MAUSS, Marcel - La nation, Année Sociologique, Paris, PUF, 3a. série 1953-4; 1956, pp. 5-68.

MARKOVITZ, I.L. - The three stages of African post colonial developpment, African Politics and society, Nova Iorque, Free Press.

MICHAUD, Guy et alii - Identités collectives et relations interculturelles. Bruxelles, Editions Complexes, 1978. 249p.

- MICHAUD, Guy - Négritude: traditions et développement. Bruxelles, Editions Complexes, 1978. 184p.
- MILLER, N.W. - The political survival of traditional leadership, African Politics and Society, New York, Free Press, 1971.
- MORRIS, H.S. - Ethnic groups, International Encyclopaedia of Social Sciences, 5:167, 1968.
- MOYNIHAN, Daniel P. e GLAZER, Hathan - Ethnicity: theory and experience. Cambridge, Harvard University Press, 1975.
- N'DIAYE, Alphonse Raphael - Les traditions orales et la quête de l'identité culturelle, Présence Africaine, Paris, 114:3-17, 1980.
- NETO, Agostinho - Sobre a cultura nacional, Lavra & Oficina, Angola, 4:4-6, 1979.
- NEVES, Fernando - Négritude, independência, revolução. Paris, Edições ETC 1975. 550p.
- NSANE MBONGO, Joseph - La question nationale et Afrique (Thèse, 3e. cycle, Paris V - René Descartes), 1976 - M. Thomas, M/M. Ansart et Fougeyrollas).
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de - Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo, Biblioteca Pioneira de Ciências, 1976.
- ONSWUBU, C. - Ethnic identity, political integration, and national development: the Igbo diaspora in Nigeria, The Journal of Modern African Studies 19 .
- PELISSIER, René - Explorar, voyages en Angola et autres dieux incertains. France, Editions Péliissier, 1979. 255p.
- POTH, Joseph - Línguas nacionais e formação de professores em África (guia metodológico destinado aos institutos de formação), Lisboa, Edições 70, 1979. 138p.

a natureza histórica do Estado; os Estados nacionais.
Col. Discutindo a História. São Paulo, Abril, 1985.
81p.

PINSKY, Jaime (org.) - Questão nacional. Marxismo. São Paulo, Brasiliense, 1980. 332p.

PERSON-MATHY, Paulette - El nacimiento del estado por la guerra de liberación nacional: el caso de Guinea-Bissau. Espanha, SERBAL/UNESCO, 1983. 178p.

PINHEIRO, J.F. et alii - Subversão e contra-subversão. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1964.

POTEKIN, I. - De quelques problèmes méthodologiques pour l'étude de la formation des nations en Afrique du Sud du Sahara, Présence Africaine, Paris, dec. 1957-jan..1958, pp. 60-73.

RIBO, Rafael - Marxismo, catecismo y cuestion nacional. Barcelona, Editorial Anagrama, 1977.

RODINSO, Maxime - Sobre la teoria marxista de la nación. Barcelona, Ed. Anagrama, 1977.

RODRIGUES, Jacinto A. - Frente cultural: estudos para a revolução cultural em Portugal. Porto, Afrontamento, 1975. 47p.

RUDEBECK, Lars - Problèmes de pouvoir populaire et de développement, Research Report, Uppsala, Scandinavian Institute of African Studies, 1982, nº 63, 73p.

- PAISES da Linha de Frente (a informação necessária).
Lisboa. Comissão Nacional Portuguesa da Conferência
Internacional de Solidariedade com os Estados da
Linha de Frente, 1983. 128p.
- PEREIRA, João Baptista Borges - A cultura negra: resis-
tência da cultura à cultura de resistência, Rev. .
Dédalo, São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia
da USP, 1984, nº 23.
- POMER, Lean - O surgimento das nações - O poder político:
a natureza histórica do Estado; os Estados nacionais.
Col. Discutindo a História. São Paulo, Abril, 1985.
81p.
- PINSKY, Jaime (org.) - Questão nacional. Marxismo. São
Paulo, Brasiliense, 1980. 332p.
- PERSON-MATHY, Paulette - El nacimiento del estado por la
guerra de liberación nacional: el caso de Guinea-
Bissau. Espanha, SERBAL/UNESCO, 1983. 178p.
- PINHEIRO, J.F. et alii - Subversão e contra-subversão.
Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1964.
- POTEKIN, I. - De quelques problèmes méthodologiques pour
l'étude de la formation des nations en Afrique du
Sud du Sahara, Présence Africaine, Paris, dec. 1957-
jan..1958, pp. 60-73.
- RIBO, Rafael - Marxismo, catecismo y cuestion nacional.
Barcelona, Editorial Anagrama, 1977.
- RODINSO, Maxime - Sobre la teoria marxista de la nación.
Barcelona, Ed. Anagrama, 1977.
- RODRIGUES, Jacinto A. - Frente cultural: estudos para a
revolução cultural em Portugal. Porto, Afrontamento,
1975. 47p.
- RUDEBECK, Lars - Problèmes de pouvoir populaire et de dé-
veloppement, Research Report, Uppsala, Scandinavian
Institute of African Studies, 1982, nº 63, 73p.

SERRANO, Carlos - Angola (1961-1976): bibliografia, Journal of Southern African Affairs, University of Maryland, II(3):295-321, 1977.

_____. Angola: bibliografia. São Paulo, CEA/USP, 1977.

STALIN, J. - El marxismo y la cuestion nacional. Ed. Anagrama, Barcelona, 1977.

SANTIAGO, Theo - Descolonização. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977. 197p.

SANTILLI, Maria aparecida - Africanidade. São Paulo, Ática, 1985. 111p.

SARTRE, Jean-Paul - Reflexões sobre o racismo. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1960. 147p.

STOCKWELL, John - In search of enemies, a cia story. New York, W.W. Norton & Co., 1978.

SCHWARZ, Alf - Colonialistes, africanistes et africains. Canada, Nouvelle Optique, 1979. 108p.

VILAR, Pierre - Réflexions sur les fundements des structures nationales, La Pensée, 217-218:46-64, jan. fev., 1981.

UNESCO - La afirmación de la identidad cultural y la formación de la conciencia nacional en el Africa contemporanea, Espanha, SERBAL/UNESCO, 1983. 320p.

_____. Le concept de pouvoir en Afrique. Paris, Les Presses de l'UNESCO, 1981. 191p.

_____. Langues africaines (documents de la réunion d'experts sur la transcription et l'harmonisation des langues africaines). Niamey, 1978.

_____. L'historiographie de l'Afrique ancestral (Documents de travail et compte rendu de la réunion d'experts tenue à Gabonne). Botswana, 1977. 114p.

UNESCO - La racisme et l'apartheid en Afrique Australe; Afrique du Sud et Namibie. Paris, UNESCO, 1977. 176p.

Racisme et l'apartheid en Afrique Australe, Rhodésie. Paris, UNESCO, 1976. 130p.

L'affirmation de l'identité culturelle et de la formation de la conscience nationale dans l'Afrique contemporaine. Paris, UNESCO, 1981. 234p.

M'BEAGUE, Mamadou - La politique culturelle au Sénégal. Paris, UNESCO, 1973. 65p.

FASUYI, I.A. - La Politique culturelle au Nigéria. Paris, Unesco, 1972. 69p.

USMAN, Yusufu Bala - For the liberation of Nigeria, London, New Beacon Books Ltd., 1979. 292p.

LIMA, Mesquitela - A África ex-portuguesa, a antropologia e a museologia. Lisboa, Plátano Editora, 1981. 26p.

LOPES, Carlos - Etnia, Estado e relação de poder na Guiné-Bissau. Lisboa, Edições 70, 1982. 142p.

LOURENÇO, Eduardo - O labirinto da sociedade. 2a. ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982. 201p.

WALLERSTEIN, Immanuel - A política dos Estados Unidos em relação à África. Lisboa, Iniciativas Editoriais 1974. 32p.

ANGOLA: BIBLIOGRAFIA

- ABSHIRE, D.M. & SAMUELS, M.A. - Portuguese Africa: a handbook. New York, London, Pall Mall Press, 1970.
- ADDICOTT, Len - Cry Angola! London, SCM Press, 1962. 144p.
- ADELMAN, Kenneth L. - Report from Angola. Foreign Affairs, vol. 53:558-574; April 1975.
- AFRICA Research Group - Race Power: the struggle for southern Africa. New York, Doubleday, 197
- ALENCASTRE, Amilcar - O Brasil, a África e o futuro. Rio de Janeiro, Laemmert, 1969. 230p.
- ALMEIDA, Antonio de - Bushmen and other non-Bantu peoples of Angola: three lectures. Johannesburg, Witwatersrand University Press, Institute for the Study of Man in Africa, 1965. 43p.
- ALMEIDA, Fernando Lopes - Angola: uma economia colonial. Rio de Janeiro, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Conjunto Universitário Cândido Mendes, agosto 1974. 45p.
- ANDERSEON, Perry - Portugal e o fim do ultra-colonialismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. 201p.
- ANDRADE, Costa - Tempo angolano em Itália: poemas. São Paulo, Felman-Rego, 1963. 77p.
- ANDRADE, Mário de - Angola: agonie de l'empire et crise du nationalisme. Remarques Congolaises et Africaines, 14:323-338, julho 1974.
- _____. L'Angola et le problème de l'unité. Partisans, 10:90-98, mai-juin 1963.
- _____. Anthologie de la poésie nègre d'expression portugaise. Paris, Pierre Jean-Oswald, 1958.
- _____. Colonialisme, culture et révolution. Tricontinental, 3:79, 1969.

ANDRADE, Mário de (pseud. Buanga Fêlê) - Crise de l'enseignement dans les colonies portugaises. Présence Africaine, Paris, 7:85-93, April-Mai 1956.

ANDRADE, Mário de - Les guerrilleros, le Portugal et l'Afrique du Sud. Politique aujourd'hui, Paris, juillet-aôut 1970, pp. 151-159.

_____. Liberté pour l'Angola. Paris, François Maspero, 1962. 58p. (Collection Libertés, n° 6).

_____. Le mouvement de libération nationale dans les colonies portugaises. Partisans, 29/30:99-104, 1966.

_____. La poésie africaine d'expression portugaise: anthologie. Paris, Ed. Jean-Pierre Oswald, 1969. 148p.

_____. La poésie africaine d'expression portugaise: évolution et tendances actuelles. Présence Africaine, Paris, 65:51-84, 1968.

_____. Qu'est-ce que le luso-tropicalismo? Présence Africaine, Paris, n° 4, octobre-novembre 1955. (9 série).

ANDRADE, Mário de (pseud. Buanga Fêlê) - Conversa com Buanga Fêlê, Chefe da Luta de Angola. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, Ano I, n° 1, 1962.

ANDRADE, Mário de & OLIVIER, Marc - La guerre en Angola. Paris, Maspero, 1971. 16lp.

ANDRADE, Mário de & SAINVILLE, Léonard - La littérature du monde noir. Rome, Riuniti, 1961.

ANENE, J.C. - Slavery and slave trade. Africa, 1966, pp. 92-109.

ANGLIN, D.G. - Confrontation in Southern Africa: Zambia and Portugal. Int. Jnl. Canadian Inst. of International Affairs, XXV, 3, 1970.

ANGOLA: Martyr des portugais. Leopoldville, M. Luwan, 1961. 23p.

- ANGOLA: Wuel destin? Zaire, l'hebdomadaire de l'Afrique Centrale, Kinshasa, 317:34-45, septembre 1974.
- ANGOLA: Seventh year. London, Unita Central Commitee, 1968. 48p.
- ANGOLA: A symposium; views of a revolt. London, New York, Oxford University Press, 1962. 160p. (Institute of Race Relations).
- ANGOLA. Présence Africaine, Paris, n° 42, 1962. 222p. (Número especial).
- ARCHER, Maria - Brasil, fronteira da África. São Paulo, Felman-Rêgo, 1963. 176p.
- ASSCHE, J.M. - Angola. Bruxelles, Office Belge du Commerce Extérieur, 1969. 33p.
- AXELSON, Er-c - Congo to Cape - Early Portuguese explorers. London, George Wodcock, 1973. 224p.
- AXELSON, Sigbert - Culture confrontation in the lower Congo, Falkköping, 1970.
- BAILEY, Norman - Local and community power in Angola. Western Political Quarterly, Salt Lake City, Utah, XXI(3):400-409, 1969.
- BALANDIER, Georges - La vie quotidienne au Royaume de Kongo. Paris, Hachette, 1965. 286p.
- BALSAN, François - Chez les femmes à crinières du Sud-Angola. Paris, Fayard, 1963. 203p.
- BARNETT, Don - Angola: development and dangers. LSM News, 2(1)18-22, Spring, 1975.
- Angola: report from Hanoi II. Ramparts, S. Francisco, April 1968.
- BARNETT, Don & HARVEY, Roy - De Berrijding van Angola, Amsterdam, Krittiese Bibliothek.va Gevhaps, 1972. 208p.

BARNETT, Don - In the liberated areas of Angola. Guardian, New York, 27 April/4 Mai-11 Mai, 1968.

_____. Interview with Daniel Chipenda. MPLA/Angola, n^o 2, Richmond, B.C., Canada, Liberation Support Movement Press, 1970. 22p.

_____. Interview with Paulo Jorge. MPLA/Angola, n^o 4, Richmond, B.C., Canada, Liberation Movement Press, 1973. 36p.

_____. Interview with Sixth Region Commander Sete Likambuila. MPLA/Angola, n^o 3, Richmond, B.C., Canada, Liberation Support Movement Press, 1974. 35p.

_____. Interview with Spartacus Monimambu. MPLA/Angola, n^o 1, Richmond, B.C., Canada, Liberation Support Movement Press, 1973. 34p.

_____. The making of a middle cadre - the story of Rui e Pinto. Life Histories from the Revolution, Angola/MPLA, n^o 1, Richmond, B.C., Canada, Liberation Support Movement Press.

_____. Problems in theory, strategy and practice. LSM News, Richmond (Canada), 1(2):12-13, August 1974.

_____. Problems in theory, strategy and practice II. LSM News, Richmond (Canada), 1(3):18-22, December 1974.

_____. Revolution in Angola. Guardian, New York, May 1968.

_____. With the guerrillas in Angola. LSM, Canada, Information Center, September, 1972. 34p.

BARNETT, Don & HARVEY, Roy - The revolution in Angola: M.P.L.A., Life histories and documents, New York, Bobbs-Merrill, January, 1972.

BASTIDE, Roger - L'Afrique dans l'oeuvre de Castro Soro-menho. Paris, Jean Pierre Oswald, 1959.

BASTIN, M.L. - La sculpture Tshokwe; essay iconographique et stylistique. Bruxelles, Université Libre, FLP, 1969. 1000p.

BENDER, Gerald J. - Angolans race relations: from discovery to independence. Los Angeles, University of California, 1975. (Dissertation PhD, Political Science).

The impact of white settlement on the African population of Angola. Los Angeles, University of California, Dept. Pol. Sci., FAPP & Ford Foundation, 1972.

The limits of counter insurgency, an African case. Journal of Comparative Politics, 3(3), 1972.

Portugal and her colonies join the twentieth century: causes and initial implications of the military coup. Ufahamu, 4(3):121-162, Winter, 1974.

Portugiesische Siedlungspolitik in Angola. Bonn, ISSA, 1974. 40p. (revised translation of BENDER, Gerald J. - Limits of counter insurgency: an African case).

BENDER, Gerald J & alii - Portugal in Africa: a bibliography of the UCLA collection. Los Angeles, African Studies Center, University of California, August 1972. 315p.

BENDER, Gerald J. - Realities of the Angolan struggle. The New African, 6(2):10-14, October 1967. Written anonymously.

BENDER, Gerald J & YODER, P. Stanley - Whites in Angola on the eve of independence: the politics of numbers. Africa Today, 21(4):23-37, Fall, 1974.

BENENSON, Peter - Persecution 1961. London, Baltimore, Penguin, 1961.

BENJAMIN, J. - La stratégie politique du Portugal dans ses territoires africains. Etudes Internationales, 4(4):552-559, Décembre 1973.

BIRMINGHAM, David - The date and significance of the Imbangala invasion of Angola. Journal of African History, 6(2):143-152, 1965.

The Portuguese conquest of Angola. London, Institute of Race Relations, Oxford University Press, 1965. 30p.

BIRMINGHAM, David - Portuguese rule in Angola. Tarikh, 4(4)25-36. 1974.

. Themes and resources of Angola history. African Affairs, London, 73(291), April 1974.

. Trade and conflict in Angola: the Mbundu and their neighbours under the influence of the Portuguese, 1483-1790. Londo, Oxford Studies in African Affairs, Oxford University Press, 1966. 196p.

BOAVIDA, Américo - Angola, cinco séculos de exploração portuguesa. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967. 138p.

. Angola - five centuries of Portuguese exploitation. Canada, October, 1972. 124p.

BOSGRA, S. & DISK, A. - Angola, Mozambique, Guinee: de strijd tegen het Portugese kolonialisme. Amsterdamm /H.S./, Paris, 1969. 168p.

BOSGRA, S.J. & KR NPEN, Chr. van - Portugal and Nato. Amsterdam, Ed. Angola Committee, 1969. 48p.

BOXER, Charles R. - Background to Angola: Cadornega's chronicle. History Today, 21:665-72, October, 1961.

. Four centuries of Portuguese expansion, 1415-1825: a succint survey. Johannesburg, 1961.

. The Portuguese seaborne empire, 1415-1825. New York, Knopf, 1969.

. Portuguese society in the tropics: the municipal councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1510-1800. Madison, University of Wiscosin Press, 1965. 240p. (Paul Knaplund Lectures, 1965).

. Relações raciais no império colonial português (1415-1825). Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1967. 163p.

. Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola, 1602-1628. London, 1952. (Ed. brasileira, 1974).

- BRASIO, A. - Angola 1596-1867. Pittsburg, Duquesne University Press, 1967. 752p. (Spiritana Monumenta Historia - African Series, v. 1).
- BRIONNE - Le déchirement de l'Afrique Portugais. Défense Nationale, Juillet 1974. pp. 63-83.
- BROADHEAD, Susan H. - Trade on the Congo coast, 1850-1877: part of long-term study of Kongo Kingdom, 1667-1877 (modern Angola and Zaire). Ponghkeepsie, New York, Dutchess Community College, 197
- BROWN, Kevin - Creoles and nationalism in Angola, 1850-1950. Indiana University, 1976 (research in progress).
- BRUCE, Neil - Portugal's African wars. Conflict Studies, London, 34:1-22, March 1973.
- BUREAU International du Travail (B.I.T.) - L'exercice des libertés civiles et des droits syndicaux en Angola, Mozambique et Guinée-Bissao. Genève, Bureau International du Travail, 1973. 12p.
- CALIFORNIA University, Riverside - Dependency and underdevelopment: consequences of Portugal in Africa. Riverside, 1971.
- CARVALHO, E.C. de - Traditional and modern patterns for cattle raising in SW Angola. Journal of Developing Areas, 8(2):199-226, 1974.
- CARVALHO, E.C. & SILVA, J.V. da - A study of the different agroeconomic regions of Angola. Los Angeles, California, African Studies Center, 1975. (Occasional Papers Series).
- CASCUDO, Luis da Câmara - Made in Africa. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965. 193p.
- CENTRE de Hautes Etudes Administratives sur l'Afrique et l'Asie Modernes - Colloque sur le problème des réfugiés en Afrique, Paris, Centre de Hautes Etudes Administratives sur l'Afrique et l'Asie Moderne, 26-27 janvier, 1968. ultigr. (Rwanda/Soudan/Afrique Portugaise).

C.F.M. - Portugal, the U.S. and the Middle East crises. CFM News & Notes, New York, January 1974. pp. 1-7.

CHAKA, Malik - With the struggle in Angola. IFCO News, 4:10, November/December 1973.

CHALIAND, Gérard - La crise du nationalisme angolais. Partisans, 13:211-213, déc. 1963/jan. 1964.

_____. Lutte armée en Afrique. CAHIERS LIBRES, 2a. ec., Paris, F. Maspero, 1969.

_____. Problèmes du nationalisme angolais. Les Temps Modernes, 21(231):269-288, août 1965.

CHATELAIN, Heli - Gramática elementar do kimbundo ou língua de Angola, 1888-89. GREGG International Publishers, 1964. 196p. (reimpressão).

CHILCOTE, Ronald H. - Brazil and Portuguese Africa in comparative perspective: University of California Colloquium - January-March 1968 (Report). Latin American Research Review, Texas, University of Texas, IV(1): 125-136, 1969.

_____. Emerging nationalism in Portuguese Africa: documents. California, Hoover Institution Press/Stanford University, 1971. 646p.

_____. Politics in Portugal and her empire. The World Today, Sept. 1961. pp. 376-387.

_____. Portuguese Africa. New York, Englewood Cliffs/Prentice Hall, 1967.

CHILCOTE, Ronald H. (ed.) - Protest and resistance in Angola and Brazil. Berkeley, University of California Press, 1972. 317p.

CHILCOTE, Ronald H. et alii - Documenting Portuguese Africa. Africana Newsletter, 1:16-36, 1963.

CHILDS, Gladwyn Murray - The Kingdom of Wamdu (Huambo): a tentative chronology. Journal of African History, London, 5(3):367-379, 1964.

CHILDS, Gladwyn Murray - Kinship and character of the Ovimbundu. Dawsons of Pall Mall, 1969. (reimpressão).

_____. The peoples of Angola in the seventeenth century according to Cadornega. Journal of African History, I(2):271-79, 1960.

CLIFF, L. et alii - Western economic involvement with Portugal and colonies. Ufahamu, 4(2):145-165, 1973.

CLINGTON, Mário de Souza - Angola libre? Paris, Gallimard, 1976.

_____. The nature of Portuguese colonial intervention and stages of national resistance movement in Angola. Paris, EPHE, 1971.

COMMITTEE of Returned Volunteers - Gulf oil: a study exploitation. Africa Today, July-August, 1970.

COMTE, Phillipe - L'Afrique portugaise et le droit. Genève, Commission International de Juristes, 1963.

_____. Problèmes économiques dans les provinces portugaises d'Afrique Continentale. Tiers Monde, nº 18, avril-juin 1964.

_____. Les provinces portugaises d'Outre-Mer ou la force des choses. Revue Juridique et Politique. Indépendance et Coopération, nº 4, octobre/décembre 1964.

CONCEIÇÃO, J.M. Nunes Pereira e CARNEIRO, J.A.O. - Introdução a Angola. Rio de Janeiro, Centro de Estudos Afro-Brasileiros, nov. de 1975 (mimeo).

CONFERÊNCIA das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas. L'Angola. Alger, Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas, 1969. 143p. (Informativo CONCP).

CONFERÊNCIA das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas. La lutte de libération dans les colonies portugaises: La Conference de Dar-es-Salaam. Alger, Informativo CONCP, 1967. 229p.

- CONFERÊNCIA das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas. Rabat-Maroc, Conférence tenue à Casablanca, 18-20 avril, 1961. 100p.
- CONSEIL de l'Assemblée Mondiale de la Jeunesse - Angola: rapport de la mission de l'Assemblée Mondiale de la Jeunesse. Bruxelles, W.A.Y., septembre, 1962. 55p..
- CONTINENT 2000 - Cinquante jours avec la guérilla angolaise, n° 12, sept. 1970. pp.4-16.
- CORNWALL, Barbare - The Bush rebels: a personal account of black revolt in Africa. Londres, André Deutsch, 1973. 252p.
- COSSE, Jean-Pierre et SANCHEZ, José - Angola: prix de la liberté. Paris, Editions Syros, 1976. 248p.
- COX, Idris - Les colonisateurs portugais sont encerclés. Nouvelle Revue Internationale, 17(1):98-104, jan. 1974.
- CROLLEN, L. - Portugal, the US and NATO. Louvain, University Press, 1973. 163p. (Studies in International Relations, n° 1).
- CRUZ, Viriato da - Angola, quelle indépendance? Revolution, Paris, n° 6, février 1964.
- DAHLMANN, Kurt - Mata, mata, mata! Tolet, tolet, tolet! Angola seit dem 15 marz 1961. Windhoek, Allgemeine Zeitung, 1963.
- DANIE, M.K. - La révolution angolaise. Présence Africaine, Paris, 64:127-137, 1967.
- DAVEAU, S. - La croissance et les caractères de la ville de Luanda. Les Cahiers d'Outre Mer, 22(88):430-435, 1969.
- DAVEZIES, Robert - Les Angolais. Paris, Minit, 1965. 259p. (Grands Documents, n° 21).
- La guerre d'Angola. Bordeaux, G. Ducros, 1968. 189p.

DAVIDSON, Basil - L'Angola, au coeur des tempêtes.
Cahiers Libres, Paris, François Maspero, n° 246-247,
 1972. 350p.

_____. Angola, 1961. London, 1961.

_____. Angola in the tenth year: a report and analysis,
 May/July 1970. African Affairs, 70(278):37-49, 1970.

_____. Angola seeing for oneself. West Africa, 2777:986
 -987, 2778:1021-1022, 1970.

_____. The cost of colonialism to Portugal. West Africa,
 n° 11, 1974.

_____. Dans la brousse de l'Angola avec les guerilleros
 du M.P.L.A. Monde Diplomatique, 17(198):18-19, sept.
 1970.

_____. An inside look at Angola's fight for freedom.
Africa Report, 15(9):16-18, 1970.

_____. In the Portuguese context. African Perspectives,
 s.l.p., s.c.p., 1970, pp. 329-345.

_____. The liberation struggle in Angola and "Portuguese"
 Guinea. Africa Quarterly, 10(1):25-31, 1970.

_____. Portuguese colonialism: what future? Africa, 33:
 54-56, 1974.

_____. Le réveil de l'Afrique. (The African Awakening).
 Paris, Présence Africaine, 1957.

_____. South Africa and Portugal. Issue, 4(2)9-20, 1974.

DAVIS, Jennifer - Allies in empire. Part 1: economic involvement.
Africa Today, July/August 1970.

DÉMBELE, M. - Le "pouvoir blanc" en Afrique australe et les mouvements de libération dans territoires portugais.
 Reims, 1973. 133p. (Mémoire DES, Droit).

DEPENDENCY and UNDERDEVELOPMENT: consequences of Portugal in Africa. California, University of California. Riverside, 1971.

DETHOOR, N. - L'Angola, ou la survivance du colonialisme portugais. Croissance Jeunes Nations, 21:8-13, 1963.

DEXHEIMER, Marilyn - U.S. policy towards the Portuguese African territories. Boston, African Studies Center, Boston University, 1971.

DIAMBU, A. - L'Angola et ses mouvements de libération. Anvers, Centre Universitaire de l'Etat, Faculté des Sciences Economiques Appliquées, 1967. polycop.

DICKINSON, Margareth - When bullets begin to flower. East African Publishing House, 1972. 132p.

DICORATO, Mireille - The origins of the old Kingdom of Congo (16th to 19th c.) esp. the reign of Dom Afonso I, 1506-43. Lubumbashi, Université de Provence, 1972.

Le royaume chrétien du Mani Kongo fin du XV et début XVI e.s. Aix-Marseille, FLSH, IHPOM, 1966.

DUFFY, James - Labour in Portuguese Africa in the twentieth century. USA, Brandeis University, 1970.

Portuguese Africa. Cambridge, Mass, London, Harvard University Press, 1959. 389p.

Portugal in Africa. Foreign Affairs, 29:481-93, abril 1961.

Portugal in Africa. London, Penguin African Library, 1962.

The Portuguese presence in Angola, 1493-1960. Présence Africaine, Paris, 13(41):25-37, 1962.

Portuguese Africa, 1930 to 1960. In: Colonialism in Africa, 1870-1960. Cambridge, Cambridge University Press, 1969.

- DUFFY, James - A question of slavery: labour policies in Portuguese Africa and the British protest, 1850-1920. Oxford, Clarendon Press, 1967. 240p.
- Shipwreck and empire. Massachussets, Cambridge, 1955.
- DUPONT, J. - 50 jours avec la guérilla angolaise. Continent 2000, 12:4-16, 1970.
- EASUM, Donald B. - United States policy towards southern Africa. Issue, 5(3):66-72, 1975.
- EDWARDS, Adrian C. - The Obimbundu under two sovereignties: a study of social control and social change among a people of Angola. Londo, International African Institute, Oxford University Press, 1962. 170p.
- EGERTON, F. & CLEMENT, C. - Angola in perspective: endeavor and achievement in Portuguese West Africa. London, Routledge & Kegan Paul, 1957. 272p.
- EHNMARK, Anders & PER Westberg - Angola and Mozambique: the case against Portugal. London, Paul Mall Press, 1963. 176p. (trad. do sueco por Paul Britten-Austin).
- EL-KHAMAS, Mohamed A. - Foreign economic involvement in Angola and Mozambique. The African Review, Dar-es-Salaam, 4(2):299-314, 1974.
- ENNIS, Merlin - Umbundu folk from Angola. Boston, 1962.
- ESTERMANN, Charles - Les Bantous du Sud-ouest de l'Angola. Anthropos, n° 59, 1964.
- ESTERMANN, Charles & GIBSON, G.D. (eds.) - The ethnography of Southwestern Angola. vol. I: The Non-Bantu Peoples: the Ambo ethnic group. 1975. 275p.
- EYEWITNESS reports from Portuguese African - New York, Selvage & Lee, 1962. 23p.

FERREIRA, Eduardo de Sousa - Portugal and her former African colonies: prospects for a neo-colonial relationship. Ufahamu 5(3):159-170, 1975.

_____. Portuguese colonialism from south Africa to Europe. Freiburg en Brisgau, Aktion Dritte Welt, 1972. 232p.

_____. Portuguese colonialism in Africa: the end of an era. Paris, Unesco, 1974. 175p.

_____. The present role of the Portuguese resettlement policy. African Today, 21(1):47-55, 1974.

FIGUEIREDO, Antonio - Portugal and its empire. London, the Truth, 1961.

FIRST, Ruth - Southern Africa after Spinola. Ufahamu, 4(3):88-108, 1974.

FLORES, Michel - A bibliographic contribution to the study of Portuguese Africa, 1965-1972. Current Bibliography of African Affairs, 7(2):116-137, 1974.

FOCUS on Southern Africa. Africa, June, 1974, pp.51-62.

FRYER, Peter & PINHEIRO, Patricia Mc Gowan - Oldest ally: a portrait of Salazars's Portugal. London, 1961.

GANN, L.H. & DUIGNAN, Peter - Burdan of empire. London, Pall Mall Press, 1968.

_____. Portugal, Africa and the future. Journal of Modern African Studies, 13(1):1-18, 1975.

GERSDORFF, Ralph von - Angola, Portugiesisch-Guinea, São Tomé und Príncipe, Kap Verde-Inseln, Spanhish-Guinea. Bonn, Kurt Schroeder, 1960. 165p.

GIBSON, C.D. - Demographic survey of Himba people, south western Angola. Washington, Dept. Anthr. Smithsonian Institut, March, 1973.

- GIBSON, Mary Jane - Portuguese Africa: a guide to official publications. Washington, U.S. Government Printing Office, Library of Congress, 1967. 217p.
- GIBSON, R. - African liberation movements. London, Oxford, New York, Oxford University Press, 1972.
- GILCHRIST, Sidney - Angola awake. Toronto, Ryerson Press, 1968. 123p.
- GILCHRIST, W.S. - A suffering church (Angola): In: Windows on Africa: a symposium, edited by Robert T. Persons. Leiden, Brill, 1971. pp. 190-197.
- GJESTAD, Ole - Angola: the struggle continues. - Interview with Paulo Jorge, M.P.L.A. LSM News 2(2):29-34, Summer, 1975.
- _____. Letter from the war. LSM News, 2(4); Winter, 1976.
- GLASGOW, Roy A. Queen Nzinga and the Mbundu resistance to the Portuguese slave trade Angola. Maryland, International Studies, Bowie State College Bowie, 197 .
- GLASGOW, Roy et alii - Recent observations on the developing southern strateg of Brazil, Portugal and Africa. Issue, Massachussets African Studies Association, Brandeis University, 3(2), 1972.
- GOEMAERE, Pierre - Le Portugal restera-t-il en Afrique? Bruxelles, Goemere, 1968. 195p.
- GONÇALVES, José - L'insurrection paysanne de l'Angola en 1961. Paris, EPHE, 1969. (6 section).
- GOSENS, J.L. & GOUVERNEUR, J. - Profils et perspectives en Angola et en Mozambique. 1964.
- GREENWOOD, Margaret Joan - Angola: bilbiography. Cape Town, University of Cape Town, School of Librarianship, 1967. 111 + 52p.
- GRUNDY, Kenneth W. - Confrontation and accomodation in southern Africa: the limits of independence. (Perspectives on Southern Africa, 10). Berkeley, University of California Press, 1974. 360p.

GUERRA DI POPOLO IN ANGOLA - Roma, Ed. Arma., 1969.

GUERRES (les) de Libération Nationale dans les Colonies Portugaises. Caire, Organisation de Solidarité des Peuples Afro-Asiatiques. 1970. 162p.

GUICHONNET, Paul - Climat e peuplement en Angoga: Sã da Bandeira une ville portugaise du haut plateau d'Angola. Genève, Faculté des Sciences Économiques et Sociales de l'Université de Genève, 1965/1968. vol. 18/19, pp. 25-31.

GÜNTHARDT, Walter - Portugal in Afrika, Angola und Moçambique swischen kraftprobe un evolution. Zurich, Neur Zürcher Zeitung, 1966. 68p.

_____. Portugal in Afrika. Zurich, 1966.

HAILEY, Lord. - An African survey revised. Oxford, 1956.

HALLOWELL, Jacqueline - Angola and Mozambique, today and tomorrow: an eye witness report. New Belford, Massachusetts the Standard Times, Selvage and Lee, 196 . 14p.

HAMILTON, Russel G. - African poetré of Portuguese expression: the case of Angola - a paper. . In: Indiana University Symposium on Luso-Brazilian Literature, 3, March 1972. PRÉSENCE OF AFRICA. s.n.t.

_____. Voices from an empire: a history of Afro-Portuguese literature. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1975. (Minnesota: Monographs in the Humanities, 8).

HAMMOND, Richard J. - Economic imperialism, sidelights on a stereotype. The Journal of Economic History, 21:582-98, December 1961.

_____. Portugal and Africa, 1815-1910. Stanford, 1966.

_____. Portugal's African problem: some economic facets. New York, 1962. (Occasional paper by the Carnegie Endowment for International Peace).

- HANCE, W.A. & VAN DONGEN, I.S. - Port development and rail lines in Portuguese West Africa. In: International Geographical Congress, 18th. Rio de Janeiro, 1956.
- HANPEYS, Zdenek - Portugalsky Sprisovatel Cernel Angoly. Praga, 1960.
- HARSCH, Ernest & THOMAS, Tony - Angola: the hidden history of Washington's war. New York, Tathfinder Press, 1976. 157p.
- HARVEY, Roy - Angolan liberation group confers. Guardian, New York, 19 Oct., 1968.
- HAUSENTEIN, Alfred - Les hanya: description d'un groupe ethnique bantou de l'Angola. Wiesbaden, F. Steiner, 1967. 322p.
- _____. L'ombala de Caluquembe historie, traditions, coutumes et rites des familles royales de Caluquembe, de la tribu des Ovimbundu. Angola, Anthropes, 58(1-2): 47-120, 1963.
- _____. Text and translation of 115 fables and stories of the Ovimbundu, Angola. Ivory Coast, Now at Mission Biblique Protestante, 1972/73.
- HAUSER, George - Report on a journey through rebel Angola. New York, 1962.
- HEIMER, Franz-Wilhelm, ed. - Social change in Angola; with contributions by G.G. Bender and others. Munchen, Weltforum Verlag, 1973. 284p. (Materialien zu Enturcklung und Politik, 4).
- HEINTZE, B. - Beiträge zur Geschichte und Kultur der Kissima (Angola). Paideuma, Frankfurt, 16:159-186, 1970.
- HENDERSON, L.W. - Protestantism, a tribal religion (Angola). In: Windows on Africa: a symposium, edited by Robert T. Parsons. Leiden, Brill, 1971, pp-61-80.
- HENRIKSEN, Thomas H. - Portugal in Africa: a non-economic interpretation. African Studies Review, 16(3):405-416, 1973.

- HENRIKSEN, Thomas H. - Portugal's changing fortunes in Africa. Current History, Philadelphia, March, 64(379):106-110; 130-131, 1973.
- HERBERT, Eugenia - Portuguese adaptation to trade patterns: Guinea to Angola (1443-1640). African Studies Review vol. 9, 1974, pp. 211-223.
- HERMANS, Fons - Angola in opstand. Deen Haag., B. Baker, 1963. 111p.
- HERRICK, Allison Butler et alii - Area handbook for Angola. Washington, 1967. 439p.
- HOLMES, Marga - The poetry of Agostinho Neto. Afriscopes, vol. 5, 1975, pp. 32-40.
- HOMER, Jack Alexander - Angola: repression and revolt in Portuguese Africa. New York, American Committee on Africa, 1960. 28p.
- HOUTART, François - Dossier sur les colonies portugaises. Bruxelles, Vie Ouvrière, 1971. 118p.
- HUDSON, Institute - Angola, some views of development prospects, 13-14, October, 1969.
- HUMBARACI, Arslan & MUCHNIK, Nicole - Portugal's African wars: Angola, Guinea Bissao, Mozambique. New York, Third Press, 1974, 250p. (London, Macmillan).
- INTERNATIONALES NACHRICHTEN - Und Forschungsinstitut Berlin. Projektgruppe Afrika. Der revolutionäre Befreiungskrieg in Angola, Guinea-Bissao und Mozambique. Berlin, Oberbaumpresse, 1969. 148p.
- JADIN, L. - Importance des acquisitions nouvelles des Archives Historiques de l'Angola à Luanda, 1726-1915. Bulletin des Séances de l'Académie Royale des Sciences d'Outre Mer, 12(6):892-903, 1966.
- JANNETTONE, Giovanni - Il regime fondiario in Angola. Africa, Roma, 19(4/5):133-140, 1964.

JOHNSON, Ladd Lind - Luanda, Angola. African Urban Notes, 5(4):90-100, 1970. (Bibliographical supplement, 10).

_____. Luanda, Angola: The development of internal forms and functional patterns, Phd. Thesis, University of California, 1970. (unpublished).

KAGOMBE, Maina - African nationalism and guerille warfare in Angola and Mozambique. In: POTHOLM, Cristian P & DALE, Richard - Southern Africa in perspective: essays in regional politics. New York, Free Press, 1972.

KATCHANOV, V. - Eclairs de libert  sur l'Afrique portugaise. Nouvelle Revue Internationale, 11:135-148, Novembre 1970.

KAUFMAN, Michel T. - Angola uncertain cease-fire. New York Times, November 4, 1975. pp. 10.

KLIMA, Vladimir - African writing in Portuguese. New Orient, Praha, 7(3):83-84, 1968.

KOEPPE-SCHOMERUS, Franke - Angola 1666/67. Bad Godesberg, Friedrich-Ebert-Stiftung, Forschungsinst, 1967. 296p. (Studien un Berichte ans dem Forschungsinstitut der Friedrich-Ebert-Stiftung).

KOLESNICHENCKO, Tomas Anatol'evich - Granitsu perekhodiat v polnoch. Moscou, Young Guards, 1966. 77p. (Letters from Angola).

KORNEGAY, Francis A. - Impact of Post-Coup Portuguese Africa policy on the southern African subsystem. Current Bibliography of African Affairs, 8(1):43-53, 1975.

KRAMER, Gerhard - Portugal am Pranger: der portugiesische kolonialismus, Feind der Volker Afrikas Anhang: Dokument, Biographien, Zeittafel /1. Aufl./ Berlin, Dietz, 1964. 149p. (International Reihe).

KUDER, Manfred - Angola: eine geographische, soziale und wirtschaftliche Landeskunde. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchesellschaft, 1971. (Wissenschaftliche Landeskunder, Bd. 6).

- LABOR in Angola - Rural Africana, 24:75-88, 1974.
- LA ROSE, John - Africa and Portugal. Race, the Journal of the Institute of Race Relations, 16(1):1-28, 1974.
- LASZLO, Andreas E. - Doctors, drums and dances. Garden City, New York, Hanover House, 1955. 284p.
- LECOFF, Georges - Angola, l'indépendance empoisonnée. Presse de la Cité, Paris, 1976. 192p.
- LEDA, Romano - Una rivoluzione africana. Ed. Bari, 1970.
- LEVY, Bernard-Henry & HERTZOG, Giles - Réflexions sur la guerre d'Angola. Revue Française d'Etudes Politiques Africaines, 125:79-115, mai 1976.
- LIBERATION Support Movement - MPLA 1970. Richmond, LSM Press, 1970. 30p.
- LIBERATION Support Movement - Rape of colony: Angola-Portugal-imperialism. Richmond, LSM Press, 1969. 12p.
- LIMA, Augusto Guilherme Mesquitela - Fonctions sociologiques des figurines de culte hamba dans la société et dans la culture Tshokwê (Angola). Paris, Ecole Pratique des Hautes Etudes, F.L.S.H., 1969. 608p. 2v. (Thèse de doctorat en Ethnologie).
- LIMA, Manuel - A obra de Castro Soromenho. Faculdade de Letras de l'Université de Lausanne, 1974-75. (Tese de doutorado, título não confirmado).
- LOMBARD, J.A. - The role of Portugal in Africa (Angola and Mozambique) and how it integrates with the Republic of the South Africa in the economic and military fields. Pretoria, Dept. Economic Theory, University of Pretoria, 1969.
- LOPES, Fernando - Sociologie de l'Afrique Noire d'expression portugaise. Paris, EPHE, 1973. (Thèse 3ème cycle, Sociologie).

LUMWAMU, F. - Sur les classes nominales et le nombre dans une langue bantu (Angola). Cahiers d'Etudes Africaines, 10(4):489-529, 1970.

LUTTE de Libération dans les Colonies Portugaises. Paris, Comité National de la Lutte de Libération dans les Colonies Portugaises, 1970. 32p.

MACABIES, Pierre - L'agroéconomique en Angola. Aix-en-Provence, IEP, 1967. 116p. (Mémoire).

MANNING, R. - Who are the African guerrillas? Guardian, New York, 22 May, 1974, pp. 14-20.

MARCUM, John - The anatomy of an explosion: 1950-1962. In: The Angolan revolution. Cambridge, MIT Press, 1969. vol. 1.

. The politics of indifference: Portugal and Africa, a case study in American foreign policy. Estados Unidos, Eastern African Studies, Maxwell School of Citizenship and Public Affairs, Syracuse University, 1972. 42p.

MARCUM, John et alii - Three revolutions: Angola, Mozambique, Portuguese Guinea. Africa Report, 12:18-72, nov. 1967.

MARCUM, John A. - The United States and Portuguese Africa: a perspective on American foreign policy. Africa Today, vol. 18, n° 4, Oct. 1971.

MARGARIDO, Alfredo - La capitale de l'empire Lunda, un urbanisme politique. Annales, 25(4):857-861, juillet-août, 1970.

. L'église catholique en Afrique portugaise. Revue Française d'Etudes Politiques Africaines, 61:87-112, janvier, 1971.

. L'église Tôco et le mouvement de libération de l'Angola. Le Mois en Afrique, mai, 1966.

. Incidences socio-économiques sur la poésie noire d'expression indigène. Diogène, 37:53-80, 1962.

325
MARGARIDO, Alfredo - Introduction à l'histoire des Lunda.
Paris, EPHE, 1970. 6 section.

Movimenti profetici e messianici angolesi, Rivista Storica Italiana, 80(3)538-592, sep. 1968.

Portugais des provinces d'Outre-Mer d'Afrique, Revue Française d'Etudes Politiques Africaines Mois en Afrique, Paris, 12:62-84, déc. 1966.

Processus de domination fondant un empire: cas des Lunda, Présence Africaine, Paris, 55:100-117, 1965.

Structures politiques et économiques de l'empire Lunda (16e., 19e. siècles). Paris, FLSU, EPHE, 1969. 6. section (Thèse 3e. cycle - histoire).

MARTELLI, George - The future in Angola. London, Congo Africa, 1962. 24p.

MARTIN, David - Portugal: the real structure of power, Africa Report, May-June 1974, pp. 6-10.

MARTIN, Phyllis - The Cabinda issue: some historical background. (a paper). Indiana University, 1976.

The Portuguese - Cabinda Connection. (a paper). Indiana University, 1976.

MARTINS, Manuel Gonçalves - Salazar et l'auto-détermination des territoires d'Outre-Mer. Paris, EPHE, 1971. (Thèse 3ème cycle).

MARTINS, J. - Angola - L'intensificazione dello sfruttamento imperialistico nel settore minerario. Roma, Comunicação à Conferência Internacional de Solidariedade com os Povos das Colônias Portuguesas, 1970.

MASSART, J. & SUETENS, N. - L'espace commun portugais. Bruxelles, Institut de Sociologie - Universidade Livre de Bruxelas, 1969.

MASSINGA, J. - La décolonisation de l'Angola, du Mozambique et de la Rhodésie et les Nations Unies. Genève, IJHEI, 1969. (Thèse - Univ. Sciences Politiques - Genève).

MATATU, G. - Portugal, Africa and future, Africa, 35:12-16, 1974.

. Portugal: neocolonialist designs in Africa?
Africa, 36:67-68, 1974.

MAUGIS, Marie-Therese - Entretien avec des pieds noirs angolais, Partisans, 7:92-99, novembre/décembre 1962.

MAXELL, Donald - Luanda - Ports of the world (1962), pp. 773-777.

MAXWELL, Kenneth - Revolution in Portugal and Africa. New York, Cambridge University Press, 1976.

MENDES, João - La révolution en Afrique. Boulogne, TEFAG, 1971. 283p. (2ème édition).

MERWIN, W.S. - Agostinho Neto: to name the wrong. In: BEIER, Ulli (ed.) - Introduction to African literature: an anthology of critical writing from Black Orpheus. Evanston, London, Northwestern Univ. Press, Longmens, 1967, pp. 132-138.

MILLER, Joseph C. - The archives of Luanda, Angola. The International Journal of African Historical Studies, 7(4):551-590, 1974.

. Cokwe expansion, 1850-1900. Madison, African Studies Program, University of Wisconsin, 1969. 114p. (Occasional papers, 1 - second printing, revised, 1974).

MILLER, Joseph C. - The Congo-Angola slave trade. In: KILSON, Martin & ROTBERG, Robert (ed.) - The African diaspora: interpretative essays. Cambridge, Harvard University Press, 1976.

. The Imbangala and the chronology of early Central Africa history. Journal of African History, 13(4): 549-574, 1972.

. Imbangala lineage slavery. In: KOPYTOFF, Igor & MIERS, Suzanne (eds.) - Slavery in Africa: historical and anthropological perspectives. Madison, University of Wisconsin Press, 1976.

MILLER, Joseph C. - Kasanje kinglists: theory and facts, miscalculating history? In: HENIGE, David P. (ed.) - Essays on oral tradition and chronology. (provisional title). s.n.t. (pending publication).

_____. Kings and kinsmen: the Imbangala impact on the Mbundu of Angola. Oxford, Clarendon Press, 1976. (These PhD, Wiscosin, 1971). 300p.

_____. Legal Portuguese slaving from Angola: some preliminary indications of volume and direction, 1760-1830, Revue Française d'Outre-Mer, numéro especial, 1975.

_____. A note on Kasanje and the Portuguese, Canadian Journal of African Studies, 6(1):43-56, 1972.

_____. Nzinga of Matamba in a new perspective, Journal of African History, 16(2):201-216, 1975.

_____. The politics of decolonization in Portuguese Africa, African Affairs, 72(295):135-147, 1975.

_____. Requiem for the 'Jaga', Cahiers d'Etudes Africaines, 13(49):121-149, 1973.

MINTER, William - Imperial network and external dependency: the case of Angola. Wiscosin, University of Wiscosin, 1970. (Masters thesis in Sociology, University of Wiscosin).

_____. Imperial network and external dependency: implications for the Angolan liberation struggle, Africa Today, 21(1):25-39, 1974.

_____. Portuguese Africa and the west. Middlesex, Penguin African Library, 1972. 176p.

MOODY, Elize - Rural development in Angola, Bulletin of the African Institute of South Africa, 11(10)-388-393, 1974.

MORRIS, M. - Armed conflict in southern Africa: A survey of regional terrorisms from their beginnings to the present, with a comprehensive examination of the Portuguese position. 1974. 371p.

MOSER, Gerald M. - African literature in Portuguese language, Journal of General Education, vol. 13, n° 4, Jan. 1962.

Essays in Portuguese-African literature. Pennsylvania, Administrative Committee on Research, the Pennsylvania State University, 1969. 88p.

African literature in Portuguese: the first written, the last discovered, Africa Forum, American Society of African Culture, 2(4):78-96, 1967.

How African is Afro-Portuguese literature? Review of National Literatures, vol. 2, n° 2, Fall 1971. (Black Africa).

The lure of Africa in Portuguese literature: a paper, In: INDIANA University Symposium on Luso-Brazilian Literature, 3 d., March, 1972. Presence of Africa, s.n.t.

MOSER, Pierre A. - La révolution angolaise. Tunis, Société d'Action et de Presse, 1966. 341p.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque - A sociedade angolana através da literatura. A Lunda na obra de Castro Soromenho. São Paulo, FFLCH/USP, 1969. 150p. (tese de mestrado).

MOVIMENTO Popular de Libertação de Angola (MPLA) - Angola: exploration esclavagiste, resistance nationale. Dakar, Comité Directeur du MPLA, 1961. 67p.

MOVIMENTO Popular de Libertação de Angola (MPLA) - Angola: una rivoluzione in marcia (testi e documenti sulla rivoluzione angolana). Milão, Jaca Book, 1972.

MOVIMENTO Popular de Libertação de Angola (MPLA) - Medical assistance services. Richmond, LSM Press, 1970. 28p.

MOVIMENTO Popular de Libertação de Angola (MPLA) - Memorandum to the 15th Session of the African Liberation Committee of the Organisation of Africa Unity. Richmond, LSM Press, 1969. 11p.

MOVIMENTO Popular de Libertação de Angola (MPLA) - L'imperialism Oest-Allemand. s.l.p., sept., 1965.

MOVIMENTO Popular de Libertação de Angola - Première Conférence Nationale du Mouvement Populaire de Libération de l'Angola. MPLA, déc., 1962.

MOVIMENTO Popular de Libertação de Angola (MPLA) - Le procès des cinquante. Bruxelles, 1960.

MOVIMENTO Popular de Libertação de Angola (MPLA) - Questions concernant les réfugiés angolais. Addis-Abeba, n° 9-18, oct., 1967.

MOVIMENTO Popular de Libertação de Angola (MPLA) - Revolution in Angola. London, Merlin Press, 1972. 62p.

MOVIMENTO Popular de Libertação de Angola. Statuts et Programme. Paris, Pierre Jean Oswald, 1961.

MOVIMENTO Popular de Libertação de Angola - Vägen till geullan - en sene om befrielsekampen i Angola Stockholm. Önd-Front, 1974. 78p.

MPONZI-MUEMBA, Paulino - Réflexions sur la révolution angolaise. Mémoire présenté pour l'obtention de grande de licencié en Sciences Politiques et Administratives, 1971-1972. Lubumbashi, Faculté des Sciences Sociales, Politiques et Administratives/UNAZA.

MUCHNIK, N. - L'aide de l'O.T.A.N. au Portugal, Tempos Moderns, 27(305):807-831, 1971 (déc.).

. Les guerrillas anti-portugaises, Nef, 29(44):225-244, janvier-octobre, 1971.

MUGUR, Valahu - Angola, clé de l'Afrique. Paris, Nouvelles Editions Latines, 1966/67.

NAÇÕES UNIDAS - Angola: a bibliography. 1963. New York, United Nations Secretariat, 1963. 11p. (Document ST/LIB/10).

NAÇÕES UNIDAS - Asile en Afrique: Documentaire préparé par le Haut Commissariat des Nations Unies pour les réfugiés. Paris, Seghers, 1971. 112p.

NAÇÕES UNIDAS - Um princípio em tormento: as Nações Unidas e os territórios administrados por Portugal. Nova Iorque, Escritório de Informação Pública, 1970. 69p.

NAGEL, Mme. Cécile - Rapport d'une visite faite en Angola dans Heures Claires. Paris, sept., 1971.

NETO, Agostinho - Messages to companions in the struggle (On Revolution and Humanism). Richmond, LSM Press, 1972. 30p.

_____. Con occhi asciutti. Itália, Biblioteca delle Silerchie, 96.

_____. Motive. Nashville, Methodist Church, 31, Feb., 1971.

_____. Now we are able to know our enemy exactly, MPLA News, Stockholm, 1974, pp.1-4.

_____. Sacred hope. Dar-el-Salen, Tanzania Publishing House, 1974. (translated by Marga Holness).

_____. La non-participation des citoyens au pouvoir d'Etat en Afrique d'expression portugaise. Grenoble, 1967. (Thèse 3e. cycle, Sociologie).

NEVES, Fernando - Negritude e revolução en Angola. Paris, Edição ETC, 1974. 219p.

NEVES, Maria Gil Ventura - Les messianismes d'Angola: contribution à l'inventaire des messianismes et millénarismes d'Afrique Noire. Paris, EPHE, 1972. Mémoire. Diplôme de EPHE.

NEVES, L. - /Artigos sobre Angola/. Guerrilheiro, 20:12-13, 1974; Washington Post, 25, 30/12/73; Jet, 20-5, 17/1/74; West Africa, 1974, 918-20, 623-5, 1182-83; Africa, 39:44-6, 1974; Monde, 4-5/8/74; New World Outlook, 24, 5, 1973, 8-4.

- NEVINS, L. - Revolution counter-revolution in Portuguese Africa, World Views, New York, 17(1):5-11, 1974.
- NEVINSON, Henry W. - A modern slavery, 1903. New York, Schocken Books, 1968. 216p.
- NIDDRIE, David L. - Changing settlement patterns in Angola, Rural Africana, 23:47-77, 1974.
- _____. Population patterns and migration in Angola since 1960: the effects of forced migration, return to home area, and village concentration, upon subsequent movement of migration laborers. Florida, Dept. Geogr., University of Florida, Rural Africana n° 14, 1971.
- NOBRE, João Mario - Les colonatos en Angola: une expérience de fixation de populations rurales européennes en milieux africains. Bruxelles, Mémoire présenté pour l'obtention du grade de Licencié en Sciences Sociales à L'Université Libre de Bruxelles, 1968-69.
- O'BRIEN, Jay - Portugal and Africa: a dying colonialism, Monthly Review, 26(1):19-36, 1974.
- O'CALLAGHAN née DE LINIERS, Chantal - L'urbanisation dépendante; terrain d'étude l'Angola. Paris, EPHE, 1973. Thèse 3e. cycle. Sociologie.
- OGANISJAN, J.S. - Nacionalnaja revolucja y Angole (1961-1965 qq). Moskva, Izd. Nauka, 1968. 144p.
- OKUMA, Thomas Masaji - Angola in ferment: the background and prospects of Angolan nationalism. Boston, Beacon Press, 1962. 137p.
- OKUMA, Thomas Masaji - Angola in ferment: the background and prospects of Angolan nationalism. Princeton, Princeton University Press, 1974.
- OLEINIKOV, Igo'r Nikolaevich - Angola. Moscow, 1960. 78p.
- OLIVEIRA, Marcio de - L'esclavage en Angola. Paris, EPHE, 1972. (Thèse 3e. cycle).

OLLEMANS, P.H. - Hottentot hunt. Friend, 1960. 64p.

ONU - Objective: justice - (vários artigos), Quarterly magazine covering United Nations Activity Against Apartheid, Racial discrimination and colonialism, vol. 5, nº 1, Jan./Feb./March, 1973.

ORGANISYAN, Juliy S. - Natsionalnaya Revolyutsiya v Angole, 1961-1968 gg. Moskva, Nauka, 1968. 144p. (Title translated: The national revolution in Angola, 1961-1966).

ORGANIZAÇÃO Internacional do Trabalho - The exercise of trade union rights in Angola, Mozambique and Guiné-Bissau. Geneva, 1973. 12p.

PADUA, Mário Moutinho - Guerra em Angola. São Paulo, Brasiliense, 1963. 113p. (Série Documentos de Hoje, nº 2).

PANIKKAR, Kawalam Madhusudan - Angola in flames. London, Asia Pub. House, 1962. 127p.

PARSONS, Clifford J. - Background to the Angola crises, The World Today, 18:278-288, July, 1961.

PAST AND PRESENT IN ANGOLA: reflections of a Portuguese soldier: an exclusive interview, Southern Africa, 8(7):4-10, 1975.

PÉLISSIER, Réne - Angola: economic dynamic to the policy of deliberate change, Optima, 23(3):114-134, 1973.

_____. L'Angola ou l'apprentissage de la patience militaire, Cultures et Développement, Louvain, 197 . .

_____. Angolan rebellions in the twentieth century tribal, messianic and political movements with a study of the political evolution of Portuguese Africa 1870 to 1961. Paris, CNRS, Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1971.

_____. Campagnes militaires au Sud Angola (1885-1915), Cahiers d'Etudes Africaines, Mouton e Co., Hague, 1969, vol. 9, pp. 54-123.

PELISSIER, René - Conséquences démographiques des révolts en Afrique portugaise, 1961-1970: essai d'interprétation, Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer, 61(222): 34-73, 1974.

_____. Etat de la littérature militaire relative à l'Afrique Australe Portugaise, Revue Française d'Etudes Politiques Africaines, fév., 1972.

_____. La guerre en Angola Oriental, Revue Française d'Etudes Politiques Africaines, jul., 1974, pp. 87-109.

_____. Nationalisme en Angola, Revue Française de Science Politique, déc., 1969.

_____. Private war: pressure in Angola, The Geographical Magazine, Nov., 1971.

_____. La vie politique en Angola, Revue Française d'Etudes Politiques Africaines, 65:50-76, mai, 1971.

PLANCHUE, Michel - Le Portugal face à l'anticolonialisme de 1945-1970. Marseille, Univ. d'Aix-en-Provence, 1971. (Mémoire).

PINTO, Françoise Latour da Veiga - Le Portugal et le Congo au XIXème siècle: étude d'histoire des relations internationales. Paris. PUF, 1972. 345p.

'POPOLO (11) - Dell'Angola in armi contro la barbaria del sistema coloniale portoghese. Milano, Ed. Feltrinelli, 1969. 70p.

PORTMANN, H. - Angola's developing economy, Swiss Review World Affairs, 23(2):4-8, 1973.

PORTUGAL and Africa: the struggle continues, Africa Today, Winter, 1974, pp. 3-55.

PORTUGUESE Africa - Future in balance, Bulletin of the African Institute of South Africa, 12(6):213-276, 1974.

PORTUGUESE-AMERICAN Committee on Foreign Affairs - The communists in Angola. Boston, 1961. 27p.

POSSINGER, Hermann . Angola als Wirtschaftspartner. Köln, Bundesstelle für Aussen-landelsinformation, 1966. 100p. (Wirtschaftlichen Aufbau in Afrika).

. Landwirtschaftliche entwicklung in Angola und Moçambique. (Agricultural development in Angola and Mozambique). Weltforum Verlag München, Afrika Studien, 1970. 284p.

QUILLES, Pierre - La politique portugaise Outremer de 1958 à nos jours. Nice, Dep. Science Politique, FLSH, 1967. (Memoire).

RANDEJS, W.G.L. - L'ancien royaume du Congo, des origines à la fin du XIX siècle. Paris, La Haye et Cie., 1968. 276p.

. De la traite à la colonisation: les portugais en Angola, Annales. Economies Sociétés, Civilisations. Paris, 24(2):289-304, mars-avril, 196-.

RAPPORT the Angola drama - Afro-Asian Quarterly, Le Caire, 2, avril, 1960.

REUVER-COHER, Caroline & JERMAN, William (eds.) - Angola secret government documents on counter-subversion. Translated and edited by Caroline Reuver-Coher and William Jerman. Roma, International Documentation on the Contemporary Church, 1974. 172p.

RINCHON, D. Comment travaillaient les négriers qui ont assis la fortune de l'Europe, Terre Entière, 39:22-61, janvier/février, 1970.

RIVERS, B. - Angola: massacre and oppression, Africa Today, 21(1)41-45, 1974.

RIVERS, B. - Cabinda Gulfoil: sucess attracts trouble, Africa Development, Nov., 1973, pp. 11-12.

RODNEY, Walter - European activity and African reaction in Angola, In: Aspects of Central African history, edited by T.O. Ranger. London, Ibadan, Heinemann Educational, 1968, pp.56-59. (Third World Histories).

RODRIGUES, José Honório - Brasil, África, outro horizonte. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964. 2v.

_____. The influence of Africa on Brazil and of Brazil on Africa, Journal of African History, 3(1):49-67, 1962.

ROSSI, Pierre Pascal - Pour une guerre oubliée. Julliard, 1969. 312p.

RUDEL, Christian - Le Portugal et Salazar. Paris, Les Editions Ouvrières, 1968. 159p.

SALVADORINI, V. - Biblioteche e archivi d'Angola, Bollettino della Associazione degli Africanisti Italiani, 2(3-4):16-29, 1969.

SAMPAIO, M. - Luanda, Revue Française d'Etudes Politiques Africaines, 69:62-75, sept., 1971.

SANTOS, Lima - As sementes da liberdade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965. 161p.

SAMUELS, Michael Anthony - Diaries of Herbert C. Withey - Angola, 1902-1907. Washington, State Dept., 1969-73.

_____. Education in Angola, 1878-1914: a history of culture transfer and administration. New York, Teachers College Press, 1970. 185p.

_____. The new look in Angolan education, Africa Report, Nov., 1967.

_____. Report of historical research in Angola, African Studies Bulletin, New York, Columbia University, 11(30): 245-247, 1968.

- SAUL, J. - Neo-colonialism of the military coup. Soc. Reg., 1973, pp. 303-318.
- SCHARFMAN, Gerald - A obra de Castro Soromenho. New York, New York City University, 1974/75. (Tese de PhD).
- SCOTT, Munroe - African manhunt: a layman's eye view of the Umbundu people of Angola. Boston, American Board of Commissioners for Foreign Missions, The United Churchs of Christ, 1959. 168p.
- SENDER, G. - Angola und seine seehafen. Hamburg Beitrage zur Africa. Hamburg, 1967. 149p.
- SERRANO, Carlos Moreira Henriques - Angola em prosa e verso: antologia temática da nova literatura angolana. São Paulo, 1977. x
- . Bibliografia preliminar sobre Angola publicada no exterior (1961-1974). São Paulo, Centro de Estudos Africanos, 1974. 22p.
- . O reino N'Goyo (Cabinda) dos séculos XVII ao XIX. São Paulo, FFLCH/USP, 1977. (dissertação de mestrado a ser apresentada à FFLCH/USP).
- SHAW, Timothy M. - Southern Africa: cooperation and conflict in an international sub-system, Journal of Modern African Studies, Dec., 1974.
- SIBEKO, Alexander - The battle for Angola, The African Communist, nº 62, 1975.
- SIK, Endre - The Portuguese colonies, In: The History of Blac Africa, Budapest, Akadémiai Kiadó, 1966, 2v. pp. 289-295.
- SIMOES, Maria Isa Drumond & FEUSER, Willfried - Some aspects of African literature, Ife, Portuguese Dept., University of Ife (Staff Seminar).
- SIMONS, J. - Le developpement économique de l'Angola (1955-1965). Anvers, Centre Universitaire de l'Etat, Faculté des Sciences Economiques Appliquées, 1966. 161p.

SITTE, Fritz - Angola's guerrilla republic, Observer, London, 1972.

. Geheimrepublik der Schwarzen Chinesen. In: AZ. Austria, 1971.

SMALDONE, Joseph P. (compiler) - African Liberation Movements: an Interim Bibliography. African Studies Newsletter, vol. 7, n° 3, 1974.

SMITH, Alan K. - Antonio Salazar and the reversal of Portuguese colonial policy, Journal of African History, 15(4):653-667, 1975.

SMITH, W.G. - Mossamedes and its Hinterland, 1875-1915. PhD thesis, London, 1974.

SOBGENKO, A.I. - Naselenie Angoly (the population of Angola). Sovetskaja Etnografica, Moscou, 5:124-133, setp./oct., 1961.

SOREMEKUN, Fola - Angola: the leadership crisis. Lusaka, University of Zambia, 29 August, 1974. 13p. (Datilografado).

. The activities of the American Board Mission in Angola. Zambia, Dept. History, Univ. of Zambia, 1972.

. The Bailundu revolt in Angola, 1902, African Social Research, 16:447-471, Dec., 1973.

. Religion and politics in Angola: the American Board Missions and the Portuguese government, Cahiers d'Etudes Africaines, 11(3):341-377, 1971.

. The rise and fall of Mambari trade. Lusaka, s.c.p., s.d. 51p. (datilografado).

SOROMENHO, Castro - A formação da sociedade de Angola em relações com o Brasil, durante os primeiros dois séculos. São Paulo, Centro de Estudos Africanos/USP, 1968. (mimeo.).

SOUBEYROL, J. - Afrique noire et Afrique australe, Année Africaine, Bordeaux, Centre d'Etudes d'Afrique Noire, 1971, pp. 101-142.

STAMM, Anne - Angola at a turning-point in history, 1839-1948. Paris, EPHE, 1971.

_____. Une institution coloniale avant 1850: le juge de droit et l'organisation de la justice à Saint-Paul de Loanda, Penant, Paris, 82(735):108-113, 1972.

_____. Jean Baptiste Douville: voyage au Congo, (1827-1830), Cahiers d'Etudes Africaines, 10(1):5-39, 1970.

_____. La société créole à S. Paul de Loanda, 1838-1848, Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer, 217:578-610, 1972.

STANISLAWSKI, Dan - The individuality of Portugal: a study in historical-political geography. Austin, University of Texas Press, 1959.

STORIA dell'Angola - Roma, Lerici Editore, 1968.

STERLING, Rick - Angola: myths and realities, LSM News Richmond, vol. 2, n° 4, Winter, 1976.

STROHMEYER, E. & MORIZ, W. - Comprehensive bibliography of the people of Namibia and Southwestern Angola. s.l.p., Max Planck Inst., 1973, 3000 titles.

SUZUKI, Kunio - La politique coloniale portugaise en Afrique au XIX siècle. Paris, EPHE, 1973. (Thèse, 3ème cycle. Histoire).

TAM-TAM: Revue des Etudiants Catholiques Africains, Paris, 1961. (Numéro spécial consacré à l'Angola).

TESTIMONY on Angola - June 16, 1975 (Statements by John A. Marcum, Gerald Bender and Douglas Wheeler), Issue, 5(3):16-23, 1975.

TEZLAFF, R. - Zur kollektiven imperialismusstrategie in Sud-Ost Afrika, Socialistische Politik, 19:23-53, 1972.

TITO, J.M. de Morais & REGO, V.C. - Angola através dos textos. São Paulo, Felman-Rego, 1962. 223p.

TORRES-GUIMARÃES, Adelino - Aspects sociologiques du travail salarié rural en Angola. Paris, Fac. de Lettres de Paris, 1968-69. (Mémoire maîtrise de Sociologie, mimeo.).

TSIEN, K. Patricia - Foreign economic interests (including investments in Angola and Mozambique (an annual survey)). New York, United Nations.

U.G.E.A.N. - Résolutions, Congrès Constitutif. Rabat, Union Generale des Etudiants d'Afrique Noire sous domination coloniale portugais, n°s 22-26, sept., 1961. 34p.

UNESCO: Afrique portugaise, la lutte pour l'indépendance. Le Courrier de l'UNESCO (Organisation des Nations Unies pour l'Education). Paris, UNESCO, 26, nov., 1973. 34p.

UNION of the Populations of Angola - The struggle for the independence of Angola: declaration of the Steering Committee of Union of the Populations of Angola. Angola, 1960. 18p.

UNITED NATIONS - The activities of foreign economic and other interests which are impeding the implementation of the declaration on the granting of independence in the territories under Portuguese administration. Special Committee on Colonialism, New York, 1965.

UNITED NATIONS - Report of the special committee on territories under Portuguese administration, A/7623/Add. 3, 25 september, 1969. (General Assembly, 24th session).

URQUHART, Alvin Willard - Patterns of settlement and subsistence in southwestern Angola. Washington, National Academy of Sciences, National Research Council, 1963. (Division of Earth Sciences, Foreign field research program, report n° 18). 149p.

- UYS, S. - White versus black, Survival, v. 10/5.
- VALAHU, Mugar - Angola, clef de l'Afrique. Paris, Nouvelles Éditions Latines, 1966. 315p.
- VALBERT, Christian - La littérature négro-africaine d'expression portugaise. Bordeaux, 1969. (these, 3e. cycle).
- VALENTIN, Jorge Alicerces - Qui libère l'Angola. Bruxelles, Michèle Coppens, 1969. 56p.
- VAN DONGEN, Irene S. - Coffee trade, coffee regions and coffee ports in Angola, Economic Geography, 37(4): 320-346, 1961.
- VANSINA, Jan - The founding of the kingdom of Kasanje, Journal of African History. 4(3):355-374, 1963.
- VELLUT, Jean-Luc - Le Lunda et la frontière luso-africaine, Études d'Histoires Africaines, vol. 3, 1972.
- _____. Les racines de la dynamique de l'Angola, 1750-1800: contribution soumise au 3ème Congrès International des Africanistes, Addis Abeba, déc., 1973. 18p. (copigr.).
- _____. Relations internationales du Moyen-Kwango et de l'Angola dans la 2ème moitié du 18ème siècle, Études d'Histoire Africaine, 1(75):75-135, 1970.
- VENTER, Al. J. - Africa at war. Old Greenwich, 1974.
- _____. The terror fighters. Purnell, Cape Town, 1969.
- VEREY, R. - Le roi divin chez les Ovimbundu et Kinbundu de l'Angola, Zaire, juin, 1956.
- VIEIRA, Luandino - La vraie vie de Domingos Xavier. Paris, Présence Africaine, 1971. 156p.
- _____. Vidas novas. Paris, Anti-Colonial, 1968. 80p.
- VOTRUBEC, Ctibor - Angola, Nakladatelstvi politicki literatury. Praha, Sememí Sveta, 1966. 124p.

- WAKELY, V.A.J. - Benguela, Lobito, Luanda, Moçamedes, Ports of the World, 21st edition, 1967, pp. 369-370.
- WARHURST, Philp R. - Anglo-Portuguese relations in South-Central Africa, 1890-1900. London, Longmans, 1962.
- WASTBERG, Per - Angola and Mozambique: the case against Portugal. London, 1963.
- WAY, Maion - The war in Angola. New York, 1961.
- WERNER, Manfred W. - Angola: a selected bibliography, 1960-1965. Washington, Library of Congress, 1965.
- WESTWOOD, Andrew - The politics of revolt in Angola, Africa Report, vol. 7, n^o 10, Nov., 1962.
- WHEELER, Douglas L. - Angola in whose house? Early stirrings of Angolan nationalism and protest, 1822-1910, African Historical Studies, vol. 2, n^o 1, 1969.
- _____. Angola and U.S. foreign policy, New Hampshire Council on World Affairs (special bulletin), vol. 21 n^o 7, April, 1976.
- _____. Angola: how the media distorts the facts, The Christian Science Monitor, Januaey, 13, 1976.
- _____. An early Angolan protest: the radical journalism at José de Fontes Pereira (1823-1891), Protest and Power in Black Africa, s.l.p., s.c.p., 1970, pp-854-874.
- _____. African elements in Portugal's armier in Africa, 1961-1974, Armed Forces and Society, 2(2):233-250, Febr., 1976.
- _____. Livingstone and Angola: some new letters, 1854-6, Rhodes-Livingsstone Journal, XXII, Dec., 1962. pp. 23-45.

WHEELER, Douglas L. - A modern history of Angola: emphasis on period since late 18th century II book on the first Portuguese republic (1910-1926) as key background element in the political system emerging in Angola since 1930. New Hampshire, Dept. Hist., 1961-1970.

. Nineteenth century Africa protest in Angola: Prince Nicolas of Kongo, African Historical Studies, 1(1): 40, 1968.

. Portuguese African on rocky path to self-rule, Christian Science Monitor, 9 Sept., 1974, p. 7.

. The Portuguese in Angola, 1836-1891: a study in expansion and administration. Boston, Boston University Graduate School, 1963. 421p. (PhD dissertation).

. Portuguese expansion in Angola since 1836: a re-examination. Salisbury, Central African Historical Association, 1967. 16p.

. The Portuguese army in Angola, Journal of Modern African Studies, no 3, 7 Oct., 1969.

. The Portuguese withdrawal from Africa, 1974-76: the Angolan case, Washington, John Hopkins University, Center for Foreign Policy Research/School for Advanced International Studies, 1976.

. Towards a history of Angola, Western African History, Boston, The Boston University Press, 1969.

WHEELER, Douglas L. & PELISSIER, René - Angola. New York, Praeger, 1971. 296p.

WHITAKER, Paul M. - Arms and the nationalists, Africa Report, 15(5):12-14, 1970.

. The revolutions of Portuguese Africa, Journal of Modern African Studies, Cambridge/Tanger, Apr., 1970.

WHITE, Charles - The United States and Portuguese Africa.
Boston, African Studies Center, Boston University,
1971.

WILKINSON, A.R. - Angola and Mozambique: the implications
of local power, Survival, 16(5):217-227, Sept./Oct.,
1974.

WILSON, Ernest T. - Angola beloved. New Jersey, Loiseaux
Brothers-Neptune, 1967.

WOHLGEMUTH, Patricia - The Portuguese territories and
the United Nations. New York, Carnegie Endowment
for International Peace, 1963. 68p.

WORTMANN, Klass - O colonialismo português em Angola,
Debate e Crítica, São Paulo, 3:27-60, julho, 1974.

ZEHN Jahre Guerrilla in Angola /per R.B./. Afrika Heute,
7:99-102, 1970.

ANGOLA: BIBLIOGRAFIA

(Complementação)

- ANGOLA: la lutte continue. Groupe Afrique Centrale du Paris, Maspero, 1977. 211p.
- ANGOLA através dos textos. São Paulo, Ed. Gráfica Rossolino.
- ASSEMBLEE MONDIALE DE LA JEUNESSE (Rapport de la Mission). Angola-Bxulas. Way. 1962. 55p.
- ALGUNS DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA EM LUANDA. Rev. Angola-Novembro. Ano 10, nº 88:9-11, 1986.
- ANGOLA: Documentos da Independência. Lisboa, Ulmeiro, 1979. 81p.
- BIRMINGHAM, David - The Portuguese conquest of Angola. London, Oxford University Press, 1965. 50p.
- BUREAU POLITICO DO MPLA. Angola: A tentativa de golpe de Estado de 27 de maio de 77. Angola, Edições "Avante", 1977. 58p.
- BENDER, Gerald - The eagle and the bear in Angola, The Annals of American Academy of Political and Social Science, 489:123-132, Jan., 1987.
- Angola under the Portuguese. The myth and the reality. London, Heinemann, 1978. 287p.
- BRIENX - Angola An III. Paris, Editions Rupture, 1980. 426p.
- FITUNI, L.L. - Angola: natureza, população, economia. Moscovo, Edições Progresso, 1985. 260p.
- FERREIRA, Eugénio - Feiras e presídios: esboço de interpretação materialista da colonização de Angola. Lisboa, Edições 70, 1979. 94p. (2.ª edição) X

- HEIMER, Franz-Wilhelm - Obras em língua alemã sobre a África de expressão oficial portuguesa: a "colheita" dos primeiros anos oitenta, Revista Internacional de Estudos Africanos, Lisboa, 2:177-179, 1984.
- HOUSER, George - Nationalist organisations and leaders in Angola: status of the revolt, In: DAVIS, John A. & BAKER, James K. (eds.) - Southern Africa in transition, New York, Frederick A. Praeger, 1966. pp. 167-168.
- HEIMER, Franz-Wilhelm - O processo de descolonização em Angola, 1974-1976. Lisboa, A Regra do Jogo, 1980. 161p.
- IGNATIEN, Oly: - Uma arma secreta em África. Moscovo, Edições Progresso, 1977. 210p.
- INEP - Línguas nacionais e unidade nacional. Jornal Angolê, julho/setembro 1987, p. 8.
- JIKA - Reflexões sobre a luta de libertação. Col. União dos Escritores Angolanos, Edições 70, Lisboa, 1979. 100p.
- LEEUWEN, Michel van - Angola, tragédie africaine. Paris, Collection des Temps et des Hommes, Editions Rossel, 1976. 155p.
- LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL - República Popular de Angola. Edição I.N.-U.E.E., 1981. 205p.
- LABAN, Michel et alii - Luandino: José Luandino Vieira e sua obra. Lisboa, Edições 70, 1980. 323p.
- MOVIMENTO DEMOCRATICO DE ANGOLA. Massacres em Luanda. Lisboa, África Editora, 1974. 98p.
- MELO, António et alii (ed.) - Colonialismo e lutas de libertação: 7 cadernos sobre a guerra colonial. Porto, Afrontamento, 1974. 300p.
- MARGARIDO, Alfredo - A situação da língua portuguesa em África. O ESTADO DE S. PAULO, 11/10/86. p. 6.

MENSAGEM - Órgão da Casa dos Estudantes do Império. Ano XVI, julho-64, nº 1, Lisboa.

MORENO, - Angola: la revolucion negra en marcha. Colombia, Editorial Pluma, 1977. 282p.

MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (MPLA) - Conferência inter-regional de militantes. Angola, Oficinas ABC, 1974. 23p.

MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA. Partido do Trabalho (MPLA-PT) - Relatório do Comité Central ao 1º Congresso do MPLA. Angola, 1979.

_____. Orientações fundamentais para o desenvolvimento economico-social. Período de 1981-1985. Angola, 1981. 204p.

NETO, Agostinho - Relatório do Comité Central ao 1º Congresso do MPLA. Lisboa, Edições "Avante", 1978. 101p.

_____. Textos políticos escolhidos. Angola, Edições DIP, 1985. 253p.

_____. Sobre a cultura nacional. Edição executada pela ENDIPO/UEE para o INALD.

PEPETELA - Mayombe - Lisboa, Edições 70. 1980. 286p.

LA POPULATION NOIRE DE L'ANGOLA. Centro de Estudos Demográficos. Caderno nº 6, Lisboa, 1979. 142p.

PACAVIRA, Manuel - Gentes do mato. Lisboa, África Editora, 1974. 125p.

PELISSIER, René - Le naufrage des caravelles, études sur la fin de l'empire portugais (1961-1975). France, Editions Pelissier, 1979. 295p. /e

PEARSON, E. - People of the Aurora. San Diego, Calif. Beta Books, 1977. 168p. (Ethnic Groups Ngangela).

- OLIVEIRA, Mário António Fernandes de - Línguas de Angola. O Quimbuúdo. Separata da Rev. Ocidente, vol. LXXXIV, Lisboa, 1973.
- ROCHA, Alves et alii - Grupos sociais na sociedade rural africana de Angola (período colonial, - 1969-73), Rev. Ethnologia, Lisboa, Universidade de Nova de Lisboa, Ano II, nº 2, 1984.
- REVISTA COLOQUIO LETRAS - Inquérito: o futuro do português como língua literária em África. Lisboa, nº 21:5-16, set., 1974.
- REVISTA O CORREIO DA UNESCO - Línguas: um tesouro a preservar, Ano 11, nº 9, set. 1983.
- REVISTA ÁFRICA: Literatura, Arte e Cultura, nº 6, Angola, Lisboa, 1979 (pp. 21-32).
- REDINHA, José - Etnias e culturas de Angola. Angola, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1974. 448p.
- SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. Instituto de Línguas Nacionais, Boletim nºs 1 e 2. Luanda, 1987. 17p.
- SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - Simpósio sobre a cultura nacional (Documentos), Luanda, 198 .
- SANTOS, José Eduardo dos - A luta do povo pela unidade e pelo socialismo. Lisboa, Edições "Avante", 1985. 233p.
- THOMAS, Tony and HARSEC, Ernest - Angola: the hidden history of Washington's war. New York, Pathfinder Press, 1976. 157p.
- TEXTOS e Documentos do MPLA sobre a Revolução Angolana. Edições Maria da Fonte, 1974. 117p.
- VIVO, Raul Valdes - Angola: fim do mito dos mercenários. Lisboa, África Editora, 1976. 202p.

- ANDRADE, Mário de - La noite grávida de Punhais: Antologia temática de poesia africana. Lisboa, Sá da Costa, 1975. 281p.
- Poesia com armas. Lisboa, Sá da Costa, 1975. 161p.
- Literatura angolana (opiniões). Lisboa, Ed. 70, 1980. 137p.
- COSME, Leonel - Cultura e revolução em Angola. Porto, Afrontamento, 1978. 87p.
- CONSELHO NACIONAL DE CULTURA - Reflexões sobre o estudo das línguas nacionais. Cadernos da Frente Cultural, nº 1, 4a. série, 1977. 25p. (Luanda, República Popular de Angola).
- VI CONFERÊNCIA DOS ESCRITORES AFRO-ASIATICOS (Documentos). Teses angolanas, 1ª vol., Lisboa, Edições 70/União dos Escritores Angolanos, 1981. .
- ENDRUSCHAT, Annete - Creation lexicale en portugais parlé dans la République Populaire d'Angola, Linguistische Arbeits-Berichte, Karl-Marx-Universität, Leipzig, 1986. pp. 60-77..
- MARTIN, Phyllis M. - Historical dictionary of Angola. London, Scarecrow Press, 1980.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - Geografia de Angola. 2ª vol., Ensino de Base - 8a. classe, Angola, 210p.
- MEDEIROS, Carlos Alberto - Le phénomène de la colonisation et quelques problèmes de la mise en valeur du Sud-Ouest de l'Angola, Journal Canadien d'Etudes Africaines, vol. 11, nº 1, 1977.
- MINISTERIO DE ANGOLA. História de Angola. Angola, 118p.
- DONGEN, Irene S. van - The Port of Luanda in the economy of Angola. Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa, jan./mar. 1960.

VI ENCONTRO DA CULTURA - (Documento apresentado) - Línguas Nacionais. Rev. Angolana - Novembro, Ano 11, nº 95, 1986, pp. 55-58.

GABRIEL, Claude - Angola: le tournant africain? Paris, La Brèche, 1978. 349p.

HISTORIA DE ANGOLA - Porto, Afrontamento, 1975. 179p.

PELISSIER, René - Africana, bibliographie sur l'Afrique hispano-lusophone (1800-1980), Orgeval, Ed. Pélissier, 1980.

_____. Contribution à la bibliographie de l'Angola (XIXe siècle), Gênève Afrique, 15(2):136-51, 1976.

NOTAS

- (1) - Guy Michaud, 1978:14
- (2) - Cabral, Amílcar, 1977:7
- (3) - Rodinson, Maxime, 1977:123
- (4) - Marcovitz, I.L., 1970:2
- (5) - Cabral, A. in Revista Raízes, 1977 nº4, pp. 3-14
- (6) - Neto, Agostinho - "Sobre a cultura nacional". Lavra e Oficina, Angola, nº4, jan. 1979. pp. 4-6
- (7) - Serrano, Carlos - Bibliografia publicada in Journal of Southern African Affairs, University of Maryland, vol. II, nº3, July 1977, pp. 295-321
- (8) - por erro de numeração esta nota não existe.
- (9) - Pélissier, René, 1980:12
- (10) - Margarido, Alfredo - Prefácio a "Ensaio sobre a Revolução Francesa" de François Furet, Lisboa, 1978.
- (11) - Pélissier, René - Les guerres grises, Résistance et Révoltes en Angola (1845-1941), Orgeval, 1978.
 _____, La colonie du minotaure. Nationalismes et Révoltes en Angola (1926-1961), Orgeval, 1978.
- (12) - Ferro, Marc - A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação, São Paulo, IBRASA, 1983, p. 292.
- (13) - Ibid., p.292.
- (14) - Mercier, Paul - História da Antropologia, São Paulo, Eldorado, 1974, p.19
 Malinowski, B. - Uma Teoria Científica da Cultura, São Paulo, Zahar Ed., 1975. p.138
- (15) - Schwartz, Aron - Colonialismo, Abolicionismo e Africano, Québec, Nouvelle Optique, 1979. p.22
- (16) - Boletim Oficial de Angola de 23 de junho de 1906
- (17) - Moutinho, Mário, 1982:422-423
- (18) - Dias, Jorge - Ensaio Etnológico, Lisboa, 1961.
- (19) - Bender, Gerald - Angola under the Portuguese, Heineman, 1978.
- (20) - in Présence Africaine, 26 mars-1 avril 1959, pp.356-358
- (20-a) - (página 113)
 Amaral, Ilídio do - Entre o Cunene e o Cubango ou a propósito de uma fronteira africana, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1982.

- (21) - Vellut, Jean-Luc - Note sur le Lunda et la frontière luso-africaine (1700-1900) . Études d'Histoire Africaine, Paris, 3: 61-69, 1977.
- (21a) - (página 115)
Margarido, Alfredo - Les Porteurs: forme de domination et agents de changements en Angola (XVII-XIX siècle). Revue Française d'Histoire d'Outre Mer, Paris, 65 :377-400, 1978.
- (22) - Amaral, I. - Ibid., p.54
- (23) - Padmore, George - Pan-Africanisme ou Communisme?, Paris Ed. Présence Africaine, 1960.
- (24) - Ibid.
- (25) - Andrade, M.P. - Prefácio à Antologia Temática de Poesia Africana. Na noite grávida de punhais (2), Lisboa, Sá da Costa, 1975.
- (26) - Boletim Oficial de Angola, nº42, de 20 de outubro de 1906
- (26a) - (página 134)
Andrade, Mário Pinto de - "La lutte de Libération dans les Colonies Portugaises: fondements unitaires" in Dossier de La Conference de Dar Es-Salaam, CONCP. 1965.
- (27) - Jacinto, Antonio - Entrevista: Vamos descobrir Angola da à Revista Novembro, Outubro de 1986.
- (28) - Cruz, Viriato da - citado por Mário Pinto de Andrade em op. cit. :6
- (29) - Jacinto, Antonio - Ibid.
- (30) - cit. por Rey, Pierre-Philippe in Afrique plurielle, Afrique Actuelle (Hommage à Georges Balandier), Paris. Karthala, 1986. p.108
- (31) - Andrade, M.P., ob. cit.
- (32) - Mauss, Marcel - Sociologia e Antropologia (vol. II), São Paulo, E.P.U. e EDUSP. 1974
- (33) - Castoriadis, Cornelius - A Instituição Imaginária da Sociedade, Ed. Paz e Terra, 1982. pp. 94-98
Ver Também Decouflé, André - Sociologie des Révolutions Presses Universitaires de France (Col. que sais-je?), 1968.
- (34) - citado in Valentine, Charles - La cultura de la pobreza, Buenos Aires, Amorrortu editores, 1970. p. 70
- (35) - Cruz, Viriato - Entrevista in "Portugal Livre", São Paulo, Março de 1961.
- (36) - Davéziez, Robert - Les Angolais, Paris, Editions de Minuit, pp. 182-191

- (37) - Ibid.:203-210
- (38) - in Angola através dos textos, São Paulo. Editora Felman-Rêgo, p.66
- (39) - Davidson Basil - L'Angola. Au cœur des tempêtes, Paris. Ed. Maspéro, 1972. p.189
- (40) - (página 159)
Editorial do jornal "Unidade Angolana" de dezembro de 1961 in Angola através dos textos, ob. cit.
- (40) - Ibid.
- (41) - Lopes, Carlos - cit. in Etnia, Estado e relações de poder na Guiné-Bissau, Lisboa, Ed. 70. 1982. p. 103
- (42) - A informação que se refere à aquisição do jornal "O Farolim" agradeço a Alfredo Margarido.
- (43) e (44) - Jika - Reflexões sobre a luta de libertação nacional, Luanda. União dos Escritores Angolanos, 1979. pp. 48-51
- (45) - Rossi, Pierre Pascal - Pour une guerre oubliée, Paris. Julliard, 1969. pp. 110-111
- (46) - Davezies, Robert - ob. cit., :155
- (47) - Grundy, Kenneth - Confrontation and Accommodation in Southern Africa, University of California Press, 1973. p. 203-204
- (48) - Neto, Agostinho - Entrevista dada à revista "Revolução Africana" em junho de 1973. Alger.
- (49) - in "Le Monde Diplomatique", Paris, setembro de 1970.
- (50) - in The Revolution in Angola: MPLA, Life Histories and Documents, de Don Barnett & Roy Harvey, New York, 1972. pp. 250-263
- (51) - Entrevista da por Benigno Vieira Lopes dada à revista Novembro, Luanda, novembro de 1984.
- (52) - Pepetela (pseudônimo de Artur Carlos Pestana) autor do romance Mayombe escrito em 1971.
- (53) - Padua, Mário - Guerra em Angola, São Paulo. Ed. Brasiliense. 1963.
- (54) - in Angola (Secret government documents on counter-subversion), Roma. IDOC, 1974. pp.103-104
- (55) - Mazrui, Ali - Ethnic Stratification in Uganda (the militarization of the countryside) in Ethnicity, theory and experience de Nathan Glazer and Daniel Moynihan (ed.) Harvard University Press, 1975. pp.432-434
- (56) - Geertz, Clifford - The Interpretation of Culture, New York. Basic Books, 1973. p.238

- (57) - Mazrui, Ali e aal.- La descolonización de África: África austral y el cuerno de África, Barcelona. Serbal/UNESCO. 1981 p.12
- (58) - Programa Maior do Movimento Popular de Libertação de Angola MPLA, 1961.
- (59) - Programa do MPLA editado pelo Comité Regional do Huambo em 1975.
- (60) - Legislação Constitucional, República Popular de Angola, Edição I.N.-U.E.E. ,1981.
- (61) - Ibid.
- (62) - Mead, Margaret - La fosse des générations, Paris. 1970 pp. 145-149
- (63) - Ibid.